

Histórias do

Português Brasileiro

Hélcio Batista Pereira

Marcelo Módolo

(Organizadores)



fflch

DOI: 10.11606/9788575064283

Hélcus Batista Pereira
Marcelo Módolo
(Organizadores)

Histórias do Português Brasileiro



São Paulo, 2022

Capa: Carta do Antonio da Silva Prado para o Washington Luís, 1909. Fundo Washington Luís, notação: 105.1.48.65, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

H673 Histórias do português brasileiro [recurso eletrônico] / Organização:
 Hélcio Batista Pereira, Marcelo Módolo. -- São Paulo : FFLCH/USP,
 2022.
 16.300 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN 978-85-7506-428-3
DOI 10.11606/9788575064283

1. Língua portuguesa. 2. Português do Brasil. 3. Sociolinguística.
4. Gramática. 5. Filologia – Estudos. I. Pereira, Hélcio Batista. II.
Módolo, Marcelo.

CDD 469.798



Universidade de São Paulo

Reitor

Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora

Maria Arminda do Nascimento Arruda



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor

Paulo Martins

Vice-Diretora

Ana Paula Torres Megiani

Comitê Editorial

Aloísio de Medeiros Dantas (Universidade Federal de Campina Grande)

Artur Costrino (Universidade Federal de Ouro Preto)

Eckhard Bick (University of Southern Denmark)

Leonardo Lennertz Marcotulio (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

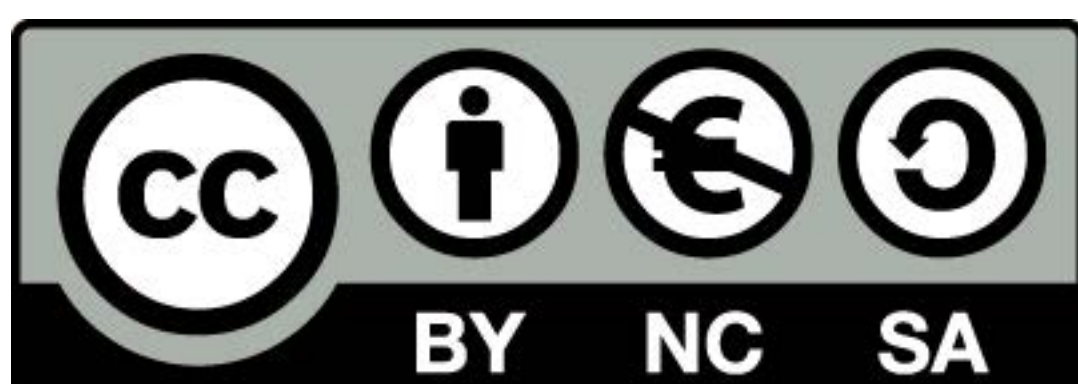
Maria Beatriz Nascimento Decat (Universidade Federal de Minas Gerais)

Mário Eduardo Viaro (Universidade de São Paulo)

Oto Araújo Vale (Universidade Federal de São Carlos)

Vanderaci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina)

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



Sobre os Organizadores

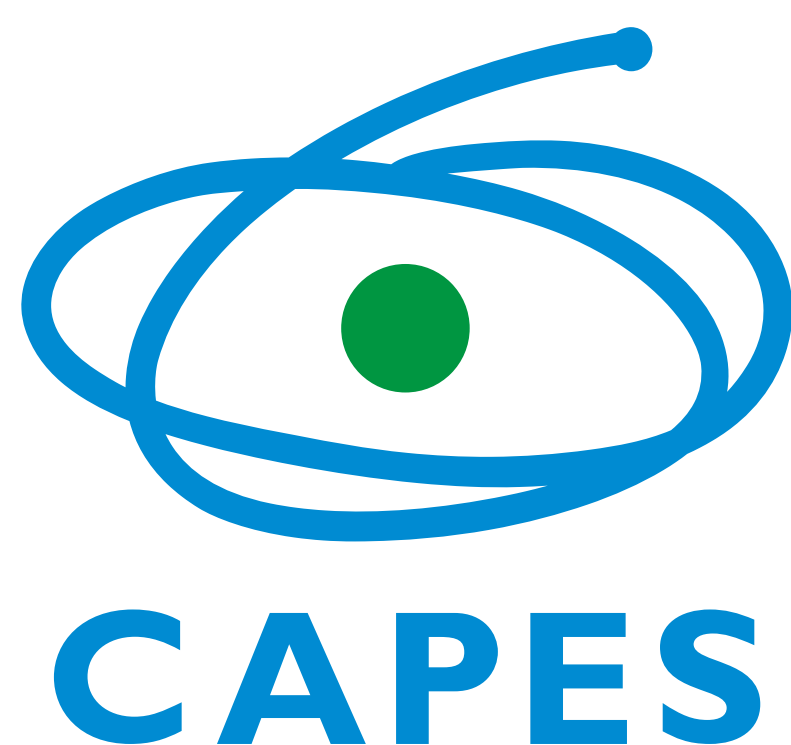
Hélcio Batista Pereira é professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE). Possui Bacharelado em Letras – habilitações em Linguística e Português pela FFLCH/USP (2002), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH/USP (2005) e doutorado pelo mesmo programa dessa mesma instituição (2011). Desenvolve pesquisa na área de História Social do PB, Sociolinguística e Funcionalismo.

E-mail: hbpereira@uem.br

Marcelo Módolo é professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6). Tem atuado nas áreas de morfossintaxe do português de uma perspectiva cognitivo-funcionalista, filologia (crítica textual) de manuscritos modernos e divulgação científica.

E-mail: modolo@usp.br

Agradecemos à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo financiamento desta obra.



Sumário

Apresentação Hélcio Batista Pereira e Marcelo Módolo	8
Primeira parte: Análises Sociolinguísticas do Português	13
Uso da língua e relações de gênero nas cartas de Júlio e Marina Mesquita Amanda Carvalho Areas, Tayana Rainelle de Oliveira Almeida e Hélcio Batista Pereira	14
Uso variável de você e cê na cidade de Goiás Patrícia Mendanha Bernardes e Marília Silva Vieira	41
O uso de formas pronominais de segunda pessoa em função sintática de não sujeito no português brasileiro: comparação de duas sincronias Fernanda Favaro Bortoletto e André Antonelli	56
Por entre língua e sociedade: os usos linguísticos dos bacharéis guarulhenses Bruno Tavares Costa e Hosana dos Santos Silva	68
Percepção dos pronomes de tratamento atribuídos em escala familiar em São Paulo Marilza de Oliveira	86
A concordância variável de número e outros fenômenos gramaticais em uma gramática escolar de 1925 Thaís Schoffen Rodrigues e Flávio Brandão-Silva	101
A pressão da norma sobre o uso dos demonstrativos: o caso dos resumos de teses Juliana Paula dos Santos	116
Segunda parte: Análises Gramaticais do Português	127
Uma descrição funcional da voz passiva analítica em cartas antigas do português brasileiro André Vinícius Lopes Coneglian e Juliano Desiderato Antonio	128
“Pronto falei” sob a Abordagem Multissistêmica da língua Gabriele Pecuch e Hélcio Batista Pereira	145
Funcionamento e emergência da construção [embora que]: um estudo pancrônico Kátia Roseane Cortez dos Santos	161

Fronteamento em Orações Adverbiais Temporais do Português Brasileiro e do Inglês	180
<i>Vanessa Leme Fadel Steinhauser e André Luis Antonelli</i>	

Terceira parte: Estudos Filológicos do Português	190
---	------------

Análise paleográfica como base para estudos da língua portuguesa: documentação seiscentista do Brasil holandês	191
<i>Antonio Ackel</i>	

Uma edição crítico-genética do Elucidário de Africanismos, de Nelson Coelho de Senna	212
<i>Olívia Almeida</i>	

O lugar da vírgula em um manuscrito setecentista	232
<i>Maria de Fátima Nunes Madeira</i>	

Sobre os colaboradores desta obra	251
-----------------------------------	-----

Apresentação

Este volume de “Histórias” apresenta quatorze capítulos inéditos, nos quais são discutidas diferentes materializações do fenômeno linguístico por meio de análises diversas. Dividimos a apresentação desses textos em três grandes blocos: 1) Análises Sociolinguísticas do Português, 2) Análises Gramaticais do Português e, finalmente, 3) Estudos Filológicos do Português.

1) Análises Sociolinguísticas do Português

Em “Uso da língua e relações de gênero nas cartas de Júlio e Marina Mesquita”, Amanda Carvalho Areas, Tayana Rainelle de Oliveira Almeida e Hélcius Batista Pereira refletem sobre as (inter)relações entre o gênero – masculino e feminino – e o uso da língua. Para tanto, selecionam como *corpus* de análise as cartas publicadas por Júlio de Mesquita e Marina Mesquita nos momentos em que o casal, nas décadas de 1930 e 1940, ficou separado em função do envolvimento dele na Revolução de 1932 e nos subsequentes exílios. Destacam, nesse trabalho, dois fenômenos linguísticos para serem observados mais de perto: i) as formas de futuridade e ii) as estratégias de cordialidade por meio do uso do futuro do pretérito.

Patrícia Mendanha Bernardes e Marília Silva Vieira, no capítulo “Uso variável de você e cê na cidade de Goiás”, apresentam proposta de análise variável dos pronomes de segunda pessoa do singular você e cê na cidade de Goiás. Além disso, descrevem fatores linguísticos, como coalescência entre o pronome e o verbo, frequência do verbo, paralelismo I, paralelismo II (formas reduzidas adjacentes ao pronome), função sintática, tonicidade da sílaba antecedente, tonicidade da sílaba seguinte, tipo de discurso e fatores sociais (escolaridade, sexo/gênero e faixa etária). Os dados foram extraídos de um *corpus* constituído com base nos parâmetros da Sociolinguística Variacionista (FREITAG, 2017), com análise sincrônica. Os resultados qualitativos apresentam indícios de que a forma cê tem passado por um processo de cliticização na fala vilaboense, à semelhança do que acontece em outras comunidades linguísticas do Português Brasileiro.

No texto “O uso de formas pronominais de segunda pessoa em função sintática de não sujeito no português brasileiro: comparação de duas sincronias”, Fernanda Favaro Bortoletto e André Antonelli estudam o uso dos pronomes de segunda pessoa em função gramatical de não sujeito no português brasileiro (PB), por meio de análise de duas sincronias do PB, uma da década de 70 e outra da década de 90. Os *corpora* utilizados na pesquisa foram o Projeto Norma Linguística Urbana Culta do Rio de Janeiro (NURC-RJ) e o *corpus* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), mais especificamente a Amostra denominada Banco de Dados Internacionais.

O capítulo “Por entre língua e sociedade: os usos linguísticos dos bacharéis guarulhenses”, de Bruno Tavares Costa e Hosana dos Santos Silva, discute o significado social da variação linguística em textos produzidos por um grupo específico, os bacharéis guarulhenses. Os autores descrevem e analisam a posição dos clíticos pronominais *me, te, lhe, nos, vos, o, a* e suas variantes na escrita de Crispiniano Soares, Siqueira Bueno e Cerqueira César. Interessam-se, sobretudo, pelas relações entre as escolhas linguísticas desses sujeitos e as condições sociais de produção da língua, focalizando o lugar ocupado pelos grupos letrados e o espaço social em que seus usos linguísticos adquirem valor.

O estudo dos pronomes de tratamento é o tema da reflexão “Percepção dos pronomes de tratamento atribuídos em escala familiar em São Paulo” de Marilza de Oliveira. Esse trabalho examina os pronomes de tratamento em ambiente familiar estendido (pais, avós, tios, além de vizinha e amiga) e escolar (diretor, professor, porteiro). Com base na metodologia variacionista, a autora aplicou questionário a alunos de Escola Fundamental II e Escola Média, com o objetivo de verificar a atuação de fatores externos como bairro e tipo de escola. Buscou-se também identificar possível mudança em tempo aparente com perguntas sobre o tratamento dos pais aos seus genitores. O trabalho mostra ainda a percepção da consolidação do emprego do pronome *você* entre as famílias de maior poder aquisitivo. Quanto às famílias menos favorecidas economicamente, a variação entre *você* e “senhor” ainda é tida como regra, com o fortalecimento do pronome “senhor” na periferia da cidade. Tais resultados são importantes, pois revelam atitudes linguísticas que justificam a oposição entre as duas formas pronominais em termos socioeconômicos.

Na sequência, em “Concordância variável de número e outros fenômenos gramaticais em uma gramática escolar de 1925”, Thaís Schoffen Rodrigues e Flávio Brandão-Silva trazem à discussão um dos fenômenos que mais sofre preconceito linguístico no português brasileiro: a concordância de número. A sua origem nunca chegou a ser comprovada, no entanto, há teóricos que se dedicaram a estudar suas possíveis causas, como é o caso de Naro e Scherre (2007) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009). Considerando o preconceito que essa variedade sem concordância sofre e que este fenômeno estaria presente no PB há muito tempo, esse texto procura verificar como ocorre a abordagem de fenômenos linguísticos variáveis no PB, como a concordância de número, em uma gramática escolar publicada em 1925. Com isso, pretende-se refletir, a partir do fenômeno em questão, sobre as especificidades do PB, como também sobre o ensino de Língua Portuguesa no início do século XX.

No que diz respeito ao uso de demonstrativos em português brasileiro, temos o trabalho de Juliana Paula dos Santos, intitulado “A pressão da norma sobre o uso dos demonstrativos: o caso dos resumos de teses”. Esse capítulo hipotetiza que a ausência de um esquema padrão

para o uso dos demonstrativos no gênero textual resumos de tese, além de ser a regra, pode fornecer indicadores relacionáveis às práticas compartilhadas por grupos de cada área do saber (ECKERT, 2000). Nesse sentido, o uso dos demonstrativos pode fornecer a chave para a elaboração de um estilo que reproduz ao mesmo tempo em que produz a construção da identidade entre os pares de cada uma dessas áreas.

2) Análises Gramaticais do Português

Em “Uma descrição funcional da voz passiva analítica em cartas antigas do português brasileiro”, André Vinícius Lopes Coneglian e Juliano Desiderato Antonio descrevem as propriedades formais e funcionais das construções de voz passiva analítica no português brasileiro, com base em dados provenientes de um *corpus* formado por cartas do acervo de Júlio Prestes e de Washington Luís. A proposta do trabalho é identificar fatores semânticos e pragmáticos que determinam a forma dessas construções.

No texto “‘Pronto falei’ sob a Abordagem Multissistêmica da língua”, Gabriele Pecuch e Hélcius Batista Pereira investigam a expressão “pronto falei” sob a Abordagem Multissistêmica funcionalista-cognitivista proposta de início por Castilho (2010). Nessa perspectiva, que concebe a língua como constituída por subsistemas diferentes, organizados por um dispositivo sociocognitivo central e de base mentalista, deve-se observar um dado fenômeno linguístico a partir de suas propriedades (lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas) e de seus respectivos processos (lexicalização e gramaticalização, semanticização e discursivização).

O capítulo “Funcionamento e emergência da construção [embora que]: um estudo pancrônico”, de Kátia Roseane Cortez dos Santos, investiga a construção concessiva [embora que]. De caráter pancrônico, a pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos: Em termos de frequência, ela pode ser considerada uma construção marginal no português contemporâneo? Qual é o seu funcionamento atual? Como é possível explicar seu surgimento na língua portuguesa? Como ela pode ser localizada em uma rede mais ampla de construções concessivas? A fim de propor respostas plausíveis a essas perguntas, esse estudo é realizado à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, mais especificamente a partir de uma abordagem construcional, que trata as unidades linguísticas como pareamentos de forma e de significado.

Esta seção encerra-se com um estudo contrastivo entre o português brasileiro e o inglês, denominado “Fronteamento em Orações Adverbiais Temporais do Português Brasileiro e do Inglês”. Nesse texto, Vanessa Leme Fadel Steinhauser e André Luis Antonelli apresentam elementos para propor que o Português Brasileiro (PB) se distancia da topicalização inglesa e se aproxima do deslocamento à esquerda clítica (CLLD) típico das línguas românicas. Segundo

os autores, nessas orações do PB, o argumento frontado não é movimentado para a periferia, sendo gerado diretamente nessa posição por meio de CLLD e dessa forma não criando uma estrutura de bloqueio para o deslocamento do operador temporal. A ideia é que, não havendo uma retomada pronominal visível, o que há é a presença de um objeto nulo, configurando ainda assim um caso de CLLD.

3) Estudos Filológicos do Português

O estudo da paleografia portuguesa e sua interdisciplinaridade é o tema de “Análise paleográfica como base para estudos da língua portuguesa: documentação seiscentista do Brasil holandês” de Antonio Ackel. Esse texto apresenta dois manuscritos pertencentes a uma coleção de documentos inéditos relacionados ao período da colonização holandesa no Brasil (1637-1654) e constituem parte de um estudo paleográfico de maior escopo. Considerando-se conceitos de prática da escrita social e teorias e métodos de paleografia, aventam-se questões sobre influências de formas de escrita holandesa sobre a portuguesa praticada no Brasil colonial.

Em seguida, em “Uma edição crítico-genética do Elucidário de Africanismos, de Nelson Coelho de Senna”, Olívia Almeida apresenta o *corpus*, o *Elucidário de africanismos*, e o processo para a elaboração de uma edição crítico-genética, que visa entender como a obra foi pensada e construída, apresentando ao leitor atual um texto limpo, com base no pressuposto de que esta etapa da gênese do texto corresponderia à última vontade do autor.

No término desta sequência de capítulos, há “O lugar da vírgula em um manuscrito setecentista”, de Maria de Fátima Nunes Madeira. O objetivo desse texto é apresentar a tradição gráfica administrativa colonial portuguesa em comparação com os estudos que já analisam a sua relação com o que se conhece sobre a história do português do século XVIII. A autora destaca a carta régia de 1755, documento pesquisado no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e que será apresentado sob a perspectiva filológica, revelando as suas propriedades codicológicas, paleográficas e diplomáticas, e sob a perspectiva linguística, mostrando o funcionamento do emprego das vírgulas no texto do manuscrito.

Esses trabalhos — reunidos em suas respectivas seções e dispostos em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor (ou do primeiro autor) — apontam para diferentes vertentes do pensamento acerca da linguagem e dialogam com materiais já publicados pelos próprios autores. Reiteram, assim, o compromisso com a diversidade e a qualidade do pensamento acadêmico em nossos campos de estudo, sendo, portanto, índices de caminhos já trilhados e, ao mesmo tempo, potencialmente produtivos para o desenvolvimento de investigações que contribuam para a construção de um pensamento, em todos os sentidos, inovador e revigorante.

Agradecemos à Letraria e a todos os seus colaboradores, aos autores e aos debatedores, cujos ânimos e contínua resistência têm dado prosseguimento a este importante projeto científico.

Excelente leitura a todos!

Hélcio Batista Pereira,

Marcelo Módolo,

Maringá/São Paulo, 30 de junho de 2022.

Primeira parte

Análises Sociolinguísticas do Português

USO DA LÍNGUA E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS CARTAS DE JÚLIO E MARINA MESQUITA

Amanda Carvalho Areas
Tayana Rainelle de Oliveira Almeida
Hércius Batista Pereira

Introdução

Este trabalho pretende estudar as (inter)relações entre o gênero – masculino e feminino – e o uso da língua. Para tanto, selecionamos como *corpus* de análise as cartas publicadas por Júlio de Mesquita e Marina Mesquita nos momentos em que o casal, nas décadas de 1930 e 1940, ficou separado em função do envolvimento dele na Revolução de 1932 e nos subsequentes exílios. Destacamos, aqui, dois fenômenos linguísticos para serem observados mais de perto: 1) as formas de futuridade e 2) as estratégias de cordialidade por meio do uso do futuro do pretérito.

Como suporte teórico, apoiamo-nos nas propostas de Eckert (1989, 2005) e Eckert e McConnell-Ginet (2010). Assim, a nossa concepção de gênero entende que essa categoria não se limita aos contornos biológicos do sexo, mas se configura como construção social. Trabalhamos com o conceito de “comunidade de prática”, explorando como nossos informantes se engajam em práticas sociais por meio da linguagem.

Nas seções a seguir, detalharemos essa perspectiva teórica e seus desdobramentos metodológicos; contextualizaremos nossos missivistas e suas cartas; retomaremos Pereira (2020) – que estudou a variação de “este” e “esse” nesse mesmo material; descreveremos os usos dos Mesquitas nos dois fenômenos linguísticos escolhidos como objeto do presente trabalho; analisaremos os contornos do “masculino” e do “feminino” em jogo no casamento e na família constituída por Júlio e Marina e, por fim, procuraremos explorar as interações entre os dados linguísticos que encontramos e os dados socioculturais identificados.

Gênero e uso da Linguagem: questões teóricas e metodológicas

Seria o uso da língua determinado pelo sexo do falante? Muitos estudos, em especial os realizados no âmbito da Sociolinguística Variacionista, tentaram investigar essa questão. Um dos estudos mais antigos que poderíamos citar aqui é o de Gauchat (1905 *apud* LABOV,

2008, p. 346), um estudo fonético que se debruçou sobre o dialeto Charmey e concluiu que as mulheres usavam mais formas inovadoras do que os homens. Labov (2008, p. 346) afirma ter encontrado resultados semelhantes estudando a variação na cidade de Nova York:

Podemos apontar comportamento semelhante na evolução da cidade de Nova York, e aqui o padrão de diferenças entre sexo é ainda mais notável. Caso após caso, descobrimos que as mulheres usam formas mais avançadas em sua própria fala informal e se corrigem mais nitidamente no outro extremo da fala monitorada.

Então, Labov se pergunta sobre a razão de as mulheres terem esse comportamento linguístico. Para ele, a busca do prestígio explicaria apenas parcialmente a questão, não explicando a liderança feminina. Nas palavras do autor,

Nossas respostas no momento não passam de especulações, mas é óbvio que tal comportamento das mulheres deve desempenhar um importante papel no mecanismo da mudança linguística. Na medida em que os pais influenciaram a língua inicial das crianças, as mulheres certamente conversam mais do que os homens com as criancinhas e têm uma influência mais direta durante os anos em que as crianças estão formando regras linguísticas com maior rapidez e eficiência. Parece provável que o ritmo do progresso e a direção da mudança linguística devem muito à especial sensibilidade das mulheres a todo o processo. (LABOV, 2008, p. 346).

Seria, na avaliação de Labov, um equívoco generalizar que as mulheres seriam primordialmente inovadoras. Ao retomar seu estudo realizado em *Martha's Vineyard*, o autor aponta a possibilidade de homens assumirem também a liderança nos processos de mudança. E, com isso, corrige a interpretação em outros termos:

A generalização correta, então, não é a de que as mulheres lideram a mudança linguística, mas sim que a diferenciação sexual da fala frequentemente desempenha um papel importante no mecanismo da evolução linguística. [...] A diferenciação sexual com que estamos lidando depende claramente de padrões de interação social na vida diária. [...] A diferenciação sexual dos falantes não é, portanto, somente um produto de fatores físicos, ou de diferentes quantidades de informação referencial fornecida por eles, mas, sim, uma postura expressiva que é socialmente mais apropriada para um sexo do que para outro (LABOV, 2008, p. 348).

De fato, um dos riscos assumidos pelas pesquisas que tentam discutir essa questão está justamente no procedimento de atribuir peso ao sexo do falante, uma variável de natureza biológica, com contornos binários, que estão longe de representar a complexidade sociocultural que envolve o uso da língua. Para Eckert (1989), o gênero — assim como a etnia, a classe

social e a idade – é uma construção social e pode estar em interação com quaisquer outros fenômenos sociais. Para ela, embora os sociolinguistas tenham obtido algum sucesso em perceber as práticas sociais que constituem a classe social, ainda precisam compreender o gênero enquanto uma prática social. Para a pesquisadora, o gênero se afasta de categorias sociais – como etnia e classe social – porque apresenta uma normatividade recíproca. Assim, embora as diferenças de gênero sejam esperadas, quando se confronta o masculino e o feminino, também se assume que, socialmente, essas diferenças sejam, ao mesmo tempo, uma fonte de atração. Afirma a autora que não se espera, na sociedade contemporânea, que um indivíduo de uma classe social trabalhadora seja pareado a outro da classe social mais rica por toda sua vida. Do mesmo modo, também não se exige que um indivíduo negro seja necessariamente colocado lado a lado de um indivíduo branco pela maior parte de sua existência. De uma mulher e de um homem, porém, espera-se – na construção social tida como tradicional – que convivam debaixo do mesmo teto, unidos por um relacionamento amoroso. Isso torna a variável gênero distinta de outras categorias sociais que povoam as análises sociolinguísticas (ECKERT, 1989).

Além disso, a especificidade do gênero como categoria social pode ser percebida, segundo o raciocínio de Eckert, no fato de que, muitas vezes, os homens percebem o seu *status* social na oposição a outros homens; do mesmo modo, as mulheres também podem construir as relações de *status* social na oposição a outras mulheres. E, com isso, muitas das relações importantes para o gênero podem ser procuradas dentro de cada grupo e não na oposição intergênero (ECKERT, 1989).

Uma das questões importantes que os estudos que avaliam as relações entre gêneros e uso da língua apontam diz respeito à condição econômica. A linguagem usada pela mulher deveria, assim, ser explicada por sua posição na economia e no mercado de trabalho. Para Eckert, embora o senso comum possa apoiar essa correlação, é possível esperar que as diferenças entre gênero na língua sejam resistentes às diferenças econômicas. Isso porque, lembra a pesquisadora, a desigualdade das mulheres independe do contexto econômico. A situação de desvantagem da mulher é uma realidade no ambiente familiar e continua nos espaços de trabalho onde se insere, nos quais, muitas vezes, não será completamente aceito que use nem a linguagem que, de maneira estereotipada, é associada às mulheres, nem aquela que é associada aos homens (ECKERT, 1989).

Seguindo Eckert – evidentemente falando da divisão desigual de poder tradicionalmente vista entre homens e mulheres – ao homem caberia a acumulação de bens e de poder no mercado de trabalho em nome da família e do controle no interior da família; à mulher caberia manter a unidade doméstica, sem controlar, de fato, essa unidade. O valor do homem seria,

nesse esquema, definido por sua capacidade em acumular bens, *status* e poder no mercado de trabalho; enquanto à mulher restaria manter a ordem e controlar esse ambiente doméstico. A mulher só teria acesso ao poder, de maneira indireta, pelo homem ao qual se vincula, ou, ainda, teria que lançar mão de estratégias que garantam a sua influência pessoal. Para isso, apoia-se em uma operação de criação de uma imagem digna de alguma autoridade, o que envolveria o acúmulo de capital social, lançando mão exclusivamente de seu caráter. Torna-se, assim, parte do capital social dos homens e parte do capital econômico de sua própria família (ECKERT, 1989).

Eckert explica que muitas análises sociolinguísticas sugerem que a percepção de *status* das mulheres é sempre hierárquica, assumindo que estas se movimentam em busca de ascensão. No entanto, o *status* do indivíduo não é sempre hierárquico, afirma a pesquisadora, já que o que está em questão é, na verdade, o seu lugar e a sua definição em um determinado grupo social. Os padrões inovadores (ou conservadores) das mulheres devem, então, ser explicados por sua necessidade de pertencer a todas as comunidades das quais participa, uma vez que é sua autoridade que garante sua adesão social – e não o seu poder (ECKERT, 1898).

Nesse ponto, parece-nos bem relevante colocar aqui a proposta presente em Eckert (2005) e em Eckert e McConnell-Ginet (2010) para estudo da relação entre o uso da língua e as variáveis sociais, partindo do conceito de “comunidade de prática”. Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúne regularmente para se engajar em alguma ação. Pode ser uma família, um grupo em uma sala de aula, uma banda de garagem, os companheiros de quarto, um time de futebol ou pessoas em uma pequena aldeia. No curso de seu engajamento, a comunidade de prática desenvolve maneiras de fazer as coisas – práticas. Essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada para o mundo ao seu redor – uma definição tácita de si mesmas em relação umas às outras e em relação a outras comunidades de prática (ECKERT, 2005).

Mulheres e homens agem por meio da linguagem exatamente para participar de tais comunidades. Utilizam a língua para se engajar em construções identitárias diferentes, o que nos leva a um modelo em que não há apenas um feminino e um masculino de contorno previsível e estável. Cabe aos trabalhos que investigam o uso variável da linguagem nessa perspectiva questionar, portanto, quais são essas práticas e, como decorrência, procurar desvelar esses contornos.

Os missivistas e suas cartas

Júlio de Mesquita Filho era filho de Júlio de Mesquita, este último também brasileiro. A família deles era de origem portuguesa, tendo se transferido para o Brasil no início do século

XIX, juntamente à família real portuguesa em 1808, tendo depois estabelecido-se na cidade de Campinas. Os Mesquitas são conhecidos por serem os proprietários do jornal *O Estado de S. Paulo*, desde o final da década de 1890. Embora o pai tenha se mantido na direção do jornal até 1927, já por volta da década de 1910, passou a contar com a colaboração de seus filhos, dentre eles, o filho homônimo que escreveu parte das cartas que este capítulo analisa (MARCOVITCH, 2006).

Júlio de Mesquita Filho teve uma educação formal bastante sólida. O curso primário foi feito na cidade de São Paulo. Mais velho, seguiu para a Escola Acadêmica em Lisboa e depois para o Colégio de La Chatelaine, na Suíça. Em 1911, já de volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (MESQUITA FILHO, 2006). Antes de concluir esse curso, já atuava no Estadinho, a versão noturna de *O Estado de São Paulo*. Com a morte deste último, em 1927, Júlio de Mesquita Filho assumiu a direção de *O Estado de São Paulo* (MESQUITA FILHO, 2006). Com atuação política intensa, em 1926, ajudou a fundar o Partido Democrático, formado de uma das dissidências do partido Republicano, e que defendia algumas reformas importantes do sistema político, como o voto secreto. Passou a se envolver com o movimento tenentista, que desembocou na tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930. Mais adiante, descontente com os caminhos tomados por Vargas, passou a organizar o movimento paulista que desembocou na chamada “Revolução de 1932”, lutando no *front* da guerra. Prisoneiro, foi, por duas vezes, para o exílio nos anos seguintes, sendo o último durante o “Estado Novo”. Somente a partir de 1943, conseguiu novamente fixar-se em São Paulo, retomando a propriedade do jornal tomado pelo governo, o que não ocorreu sem muita luta. Faleceu em 1969 (MESQUITA FILHO, 2006).

De Marina, sabemos pouco, já que não há muitos estudos sobre sua biografia. Marina Vieira de Carvalho Mesquita era filha do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina e de instituições hospitalares ainda relevantes como o Instituto do Câncer. O Dr. Arnaldo, como era conhecido, nasceu em Campinas, mas sua família teria vindo de Santos, sempre formada por homens com atuação política relevante. A formação formal de Marina se deu fora do ambiente escolar, ou seja, em casa com professores particulares. Essa educação, porém, não resultou em pouco conhecimento cultural. Aprendeu não somente a escrever e ler em língua materna, mas passou a dominar o francês e, por fim, o espanhol. Tinha, também, alguns conhecimentos de inglês. Ela se casou com Júlio de Mesquita Filho em 1926 e o casal teve três filhos. Atuou também em obras de caridade, sendo presidente da Associação Santa Terezinha, que cuidava dos filhos de hansenianos. No primeiro exílio do marido, foi com os filhos encontrar com Júlio na Europa, morando em Lisboa por um ano. No segundo exílio, por ocasião do “Estado Novo”, deixou seus filhos com sua irmã e seguiu o marido, até o retorno para o Brasil, em 1943, quando se estabeleceram novamente na cidade de São Paulo. Faleceu em fevereiro de 1975 (MESQUITA FILHO, 2006).

Investigações sobre o uso da língua e as relações de gênero nas cartas trocadas por Marina e Júlio

Pereira (2020) investigou, nas cartas trocadas entre Júlio e Marina, o uso dos pronomes demonstrativos. Esse trabalho pretendeu avaliar como os Mesquita faziam uso das formas de ESTE e de ESSE, apoiando-se em Eckert (2005) e Eckert e McConnell-Ginet (2010). Assim como fizemos, Pereira (2020) propôs-se a inter-relacionar esse uso aos contornos dos gêneros masculino e feminino revelados pelas cartas do casal.

Em sua análise de dados linguísticos, o autor evidenciou que a diferença entre Marina e Júlio aparecia justamente no uso endofórico, em especial, nas retomadas textuais – anáfora. Nestas, ela, mais do que o marido, favorecia as formas de ESSE, em detrimento das formas de ESTE. Assim, enquanto Marina fazia uso de ESSE em 76% dos usos, Júlio optava por essa forma em 63% dos casos. Ou seja, embora ambos preferissem ESSE para retomadas, ela o fazia de maneira mais intensa, liderando a ampliação do uso da forma que se tornaria preponderante no sistema pronominal demonstrativo do PB ao longo do século XX.

Pereira, assumindo que essa diferença não poderia ser explicada no gênero – uma categoria gênero não estável já que construída sócio-historicamente –, procurou os contornos do feminino e do masculino que Marina e Júlio, respectivamente, procuravam se engajar por meio da linguagem de suas cartas.

Assim, por um lado, Pereira mostra que as concepções de gênero que o casal guardava mantinham relação com as concepções mais gerais que o grupo social burguês apresentava desde o final do século XIX. Nesse período, a família burguesa havia reduzido o controle paterno sobre as filhas – comparativamente ao quadro que perdurava ainda até a primeira metade dos anos 1800. No entanto, sobre as mulheres, havia, naquela altura, um controle maior da sociedade que, nos novos espaços de convívio social da casa burguesa, passou a abarcar e a avaliar o comportamento feminino. O casamento burguês mantinha, naquela altura, a sua função de garantir ou possibilitar a ascensão social, mas ia, aos poucos, cedendo um pouco mais de espaço para o “amor romântico”. Às filhas cabia a responsabilidade de contribuir para o projeto familiar de mobilidade ao se inserir nos espaços de convívio social.

A análise das cartas de Marina e Júlio realizada por Pereira revelou contornos de papéis de gêneros bem distintos. Júlio projeta um homem feito para o mundo e que mantém certa distância de sua esposa e filhos. Marina projeta uma mulher feita para o seu lar e que procura, a todo momento, aproximação do marido.

Esses resultados, sugere Pereira (2020, p. 1602), podem explicar por que Marina é mais contundente que Júlio na massificação de ESSE na anáfora. Para o autor,

Marina, por meio da linguagem, expressa-se com mais “liberdade” do que Júlio, exatamente por estar relacionada a uma configuração de “feminino”, que, em contraposição ao “masculino” de Júlio, pode se permitir a uma maior exposição ao seu esposo. A mesma mulher que se arrisca em postura de aproximação em relação ao seu marido pode optar mais intensamente pela forma “esse” no uso endofórico – contexto livre de estigmas, colaborando de modo mais relevante com o processo de mudança do sistema demonstrativo. Se por um lado suas escolhas gramaticais são fruto de sua condição social e individual, são também um dos instrumentos que possui para se engajar no feminino da comunidade de prática a que pertence.

E foi partindo desses resultados que o presente trabalho de pesquisa se lançou a avaliar os usos linguísticos de Júlio e Marina e relacionar tais usos a uma análise mais ampla da questão do gênero, tal qual ela se colocava no jogo matrimonial e familiar dos Mesquita. É o que mostraremos nas próximas seções.

Novas investigações sócio-históricas sobre as cartas trocadas por Marina e Júlio

Na presente seção, apresentamos os resultados linguísticos que encontramos nas duas pesquisas que realizamos com as cartas trocadas pelo casal Mesquita: 1) ao estudar a expressão da futuridade e 2) ao observar a polidez por meio do uso do futuro do pretérito.

Os dois fenômenos linguísticos já foram bem estudados. Não teremos espaço, neste capítulo, para resenhar, de maneira aprofundada, tais pesquisas. Entendemos, entretanto, que é preciso, ao menos, mencionar alguns desses estudos, focando nos que se propuseram a descrever o Português Brasileiro.

Sobre o fenômeno da variação para expressar a futuridade, podemos dizer que, de uma maneira geral, as pesquisas realizadas mostram a força da perífrase Ir+infinitivo e do presente do indicativo em detrimento da forma sintética do futuro e da forma Haver+infinitivo. É o que mostra Silva (1997), que analisou material do NURC/SP e outras amostras de oralidade, atestando que as perífrases (em especial IR+Infinitivo) e o presente do indicativo são as mais comuns nessa modalidade do PB. Gibbon (2000), que analisou a questão em *corpus* do VARSUL de Florianópolis, encontrou perífrases em 61% dos seus dados, enquanto 38% eram de presente do indicativo. Já Gryner (2002) avaliou o uso para o dialeto carioca e mostrou que, com verbos modais, o presente era a forma mais utilizada tanto na fala (60%) como na escrita (82%); com verbos não modais, o futuro sintético seria a forma predominante para a escrita (52%), enquanto, na oralidade, a perífrase seria a estratégia mais comum (74%). Oliveira e Olinda (2008) estudaram o fenômeno em perspectiva diacrônica, constatando que é, na passagem

do século XIX para o XX, que o decréscimo de futuro simples e de “haver de + infinitivo” torna-se evidente, com o crescimento significativo das formas perifrásticas de Ir+Infinitivo. Por fim, Lopes *et al.* (2006) analisou o fenômeno em cartas pessoais de Cristiano Benedicto Ottoni e Bárbara Balbino A. M. Ottoni, membros da elite carioca do século XIX, evidenciando que ambos usavam pouco Ir+Infinitivo, sendo que ela, mais do que ele, optava de modo mais contundente pelo futuro do presente (67% contra 52%).

Quanto à questão da polidez com futuro do pretérito – não trataremos aqui de outras estratégias para expressar a cordialidade – dois estudos podem ser citados. Araujo (2014) e, posteriormente, Freitag e Araujo (2015) analisaram o fenômeno na amostra oral da Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE, constatando que o uso do futuro do pretérito é geralmente feito com verbos simples (66% dos dados), em contextos em que, prioritariamente, a relação temporal envolvida é o presente. Seu uso é favorecido pela presença de modais e por atenuadores (56,4%). Além disso, mostraram que, quando há sentenças condicionais, a referência temporal no futuro se mostrou relevante para ocorrência da polidez, enquanto, com outros atenuadores, a referência temporal predominante foi a do presente. Em Araújo (2014), a questão do gênero (ou do sexo) foi avaliada, apontando que as mulheres não agiram, no *corpus* analisado, de modo muito mais polido do que os homens.

Feitas essas considerações, podemos apresentar os resultados que encontramos nas cartas dos Mesquita para ambos os fenômenos. É o que faremos a seguir.

A variação nas formas de expressão de futuridade nas cartas de Marina e Júlio

A Tabela 1, a seguir, consolida os dados mais gerais que encontramos sobre a expressão de futuridade dos Mesquita. Nela, podemos ver que o baixo índice de usos da locução “haver+infinitivo” mostra quão ultrapassada é esta forma, visto que, se somarmos as ocorrências de ambos, esta corresponde a menos de 2%. O futuro do presente, uma estrutura formal, é usado por Júlio de Mesquita em 80% dos seus usos. Isso demonstra que ele prefere a forma mais conservadora, em usos como (1).

(1) “**Embarcarei** hoje ou amanhã para o Rio”. (MESQUITA FILHO, 2006, p. 36)

Tabela 1 – Uso geral das formas da futuridade pela família Mesquita

	Júlio		Marina		Total	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Futuro do pres.	296	80,87%	203	30,39%	499	48,26%
HAVER+Infinitivo	3	0,82%	7	1,05%	10	0,97%
IR+Infinitivo	21	5,74%	175	26,20%	196	18,96%
Presente do ind.	46	12,57%	283	42,37%	329	31,82%
Total	366	100%	668	100%	1034	100%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à Marina, os dados da Tabela 1 revelam usos mais distribuídos. Para ela, o presente do indicativo é a forma de futuridade que se sobressai, contabilizando 42% das ocorrências, que remetem a uma linguagem mais leve e coloquial, como temos em (2).

(2) “Creio que **embarco** sem receber carta sua. Que lástima.”. (MESQUITA FILHO, 2006, p. 51)

A identificação do tópico desenvolvido pelos missivistas, no momento que optava por uma das formas de futuro aqui estudadas, evidenciou que assuntos mais “leves”, de teor mais íntimo ou carregados de subjetividade – como quando se fala de amigos ou de fatos cotidianos, por exemplo – favorecem o uso das formas inovadoras como IR+infinitivo ou o uso do presente, em detrimento do futuro do presente. Temas mais sérios, que requerem objetividade – como quando se fala de política ou da vida financeira –, são contextos de resistência dessa forma verbal. Como podemos ver na Tabela abaixo:

Tabela 2 – Uso de futuro do presente pela família Mesquita e seus tópicos

Tópico	Júlio		Marina	
	QTD/TOTAL	%	QTD/TOTAL	%
Amigos	9/22	40,91%	15/76	19,74%
Cotidiano	100/139	71,94%	86/326	26,38%
Doenças	12/13	92,31%	7/28	25,00%
Exílio	31/33	93,94%	9/20	45,00%
Finanças	10/11	90,91%	30/72	41,67%
Política no Brasil	20/22	90,91%	34/94	36,17%
Política no Exterior	109/120	90,83%	15/30	50,00%
Saudade	3/5	60,00%	6/20	30,00%
Total	294/365	80,55%	202/666	30,33%

Fonte: Elaboração própria

Assim, quando Júlio falava sobre assuntos do seu cotidiano, o percentual de futuro do presente se reduzia para 71%; se o assunto fosse a saudade que sentia do Brasil e de sua família, esse número caía para 60%; se tematizasse sobre política ou as finanças do casal, a porcentagem dessa forma mantinha-se acima de 90%. Do mesmo modo, Marina, quando falava dos seus amigos, reduzia as formas de futuro de presente a 19%; se o assunto era o seu cotidiano, mantinha esse uso em 26%; se o assunto era dinheiro e patrimônio da família, ampliava o uso dessa forma para 41%.

Já a análise entre a relação do uso de modais e a expressão da futuridade mostrou comportamentos distintos. Júlio, para expressar o futuro, utiliza-se de verbos modais em maior frequência que Marina – 14% contra 6%.

Tabela 3 – Uso ou não de modalização em sentenças que expressam futuridade

	Júlio		Marina	
	QTD	%	QTD	%
Com modal	52	14,13%	42	6,31%
Sem modal	316	85,87%	624	93,69%
Total	368	100%	666	100%

Fonte: Elaboração própria

A observação mais detalhada dos usos de Júlio evidencia que o uso que ele faz dos modais serve para expressar exatidão e certeza de seus atos. É o que podemos ver na ocorrência abaixo, em que dá a certeza de um compromisso que cumprirá na tarde do dia seguinte:

(3) “Amanhã à tarde, **deverei encontrar-me** com o Senhor Baldwin” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 100).

A observação da estratégia usada para expressar a futuridade em sentenças em que o modal se faz presente também evidencia diferenças significativas entre Júlio e Marina. Como podemos ver na Tabela 4, Júlio somente faz uso de modais com o futuro do presente, enquanto Marina o faz com futuro do presente (69% de seus usos), com presente do indicativo (em 17%) e com IR+Infinitivo (em 14% dos seus usos). Ou seja, mais uma vez, os dados evidenciam que Marina opta, de forma mais intensa que o marido, por formas não conservadoras de expressar o futuro, mesmo neste contexto, enquanto Júlio se mantém apegado à utilização do futuro do presente.

Tabela 4 – Estratégias para expressar futuridade em sentenças com verbos modais

	Júlio		Marina	
	QTD	%	QTD	%
Futuro do pres.	17	100%	29	69,05%
Haver+Infinitivo	0	0,00%		0,00%
IR+Infinitivo	0	0,00%	6	14,29%
Presente do ind.	0	0,00%	7	16,67%
Total	17	100%	42	100%

Fonte: Elaboração própria

As ocorrências abaixo de Marina ilustram o uso de sentenças com modal e presente do indicativo (em (4)) e IR+Infinitivo (em (5)), em contextos de sentenças com o verbo modal.

(4) “Amanhã, **pretendo fazer** algumas visitas de despedida” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 192).

(5) “**Temos** que **ir** jantar na casa de Silvio com a Doutora Carlota” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 189).

Se o uso das formas para expressar a futuridade mostra diferenças no uso da língua por parte de Júlio e Marina, o fenômeno da polidez também evidencia distinções entre os nossos missivistas. Apresentaremos os resultados de pesquisa que fizemos com este fenômeno na sequência.

A expressão da polidez com o futuro do pretérito nas cartas de Marina e Júlio

De modo geral, pudemos observar que, quantitativamente, o número de ocorrências de sentenças com futuro do pretérito expressando polidez de Júlio é superior ao número de Marina. Entendemos que tal dado se dá uma vez que ele assumia a posição de dependência frente à esposa, a qual detinha o poder sobre as finanças do casal e sobre as decisões concernentes aos filhos, já que Júlio encontrava-se exilado e distante. Abaixo, temos os resultados concernentes a tal ponto e exemplos; o primeiro é de Marina, o segundo, de Júlio.

Tabela 5 – Polidez com futuro do pretérito nas cartas da família Mesquita

Indivíduo	QTD	%
MARINA	12	27,27%
JÚLIO	32	72,73%
Total	44	100%

Fonte: Elaboração própria

(6) **Gostaria** de saber o que você tenciona fazer no caso do cataclisma vir mesmo. (MESQUITA, 2006, p. 31, grifo nosso)

(7) Como eles vão por um dia apenas, **seria** necessário entrar em contato com eles em Santos, logo na chegada do vapor. (MESQUITA, 2006, p. 259, grifo nosso)

No que concerne ao modo verbal e à questão da polidez, pudemos concluir, a partir da análise dos dados, que o modo simples foi predominante no uso do futuro do pretérito, como podemos ver na Tabela 6 e nos exemplos que ilustram esses usos.

Tabela 6 – Polidez e forma verbal nas cartas da família Mesquita

	Júlio		Marina		Total	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
DEVER+ Infinitivo	3	9,38%	0	0,0%	3	6,82%
IR+Infinitivo	1	3,13%	0	0,0%	1	2,27%
outro auxiliar	1	3,13%	2	16,7%	3	6,82%
PODER +Infinitivo	4	12,50%	1	8,3%	5	11,36%
Simples	23	71,88%	9	75,0%	32	72,73%
Total	32	100%	12	100%	44	100%

Fonte: Elaboração própria

(8) Você me fala na proposta do Fernandes, pelo terreno da rua Ipiranga. Se ele quiser pagar juros de 8%, creio que **deveríamos aceitar**. (MESQUITA, 2006, p. 263, grifo nosso)

(9) Onde **iríamos buscar** e com que sustentar os pequenos? (MESQUITA, 2006, p. 263, grifo nosso)

(10) O Júlio **poderia ir** até lá, cedo, num dos carros da família e trazê-los a São Paulo. (MESQUITA, 2006, p. 259, grifo nosso)

(11) Para terminar, aqui vai mais uma lista de livros que eu **desejaria** que você me trouxesse: Todas as obras do Oliveira Lima. (MESQUITA, 2006, p. 270, grifo nosso)

Sob o ponto de vista dos atenuadores, temos um jogo interativo interessante. Apesar de Júlio se sobressair em relação ao número de ocorrências do fenômeno da polidez, é Marina quem emprega mais vezes os atenuadores. Como veremos na última seção deste trabalho, tal resultado se apoia no papel social dos interlocutores na relação matrimonial e familiar que estabelecem, como se pode ver na tabela abaixo e nos exemplos, que a seguem.

Tabela 7 – Polidez e atenuadores nas cartas da família Mesquita

	Júlio		Marina		Total	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Sem atenuadores	28	87,50%	4	33,33%	32	72,73%
Com condicional	2	6,25%	3	25,00%	5	11,36%
Condicional + Modalizador	0	0,00%	1	8,33%	1	2,27%
Modalizador	2	6,25%	4	33,33%	6	13,64%
Total	32	100%	12	100%	44	100%

Fonte: Elaboração própria

(12) **Se** você atendesse um pouco mais ao que lhe digo, **veria** que mesmo um patriota dobrado ou um idealista pode ver claro no terreno em que costumam realizar proezas os chamados homens práticos. (MESQUITA, 2006, p. 197, grifo nosso)

(13) Pensando muito na sua próxima e tão longa viagem, **quem sabe** você ainda poderia mandar dizer os portos onde pára, os dias das paradas, e se há neles agência do seu vapor... (MESQUITA, 2006, p. 102, grifo nosso)

O que vemos no uso de atenuadores fica mais claro ao observarmos, mais especificamente, a frequência dos modalizadores selecionados por Júlio e Marina, ainda que os dados sejam escassos. Enquanto ele faz a opção por modalizadores que indicam certeza e exatidão, como o “de fato”, ela sustenta seu discurso por meio de modalizadores que expressam “incerteza” e “imprecisão”. Vemos isso na tabela e nos exemplos abaixo.

Tabela 8 – Modalizadores nas cartas da família Mesquita

	Júlio		Marina		Total	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
ACHO QUE	0	0,00%	1	20,00%	1	14,29%
DE FATO	1	50,00%	0	0,00%	1	14,29%
POSSÍVEL	0	0,00%	2	40,00%	2	28,57%
QUEM SABE	1	50,00%	2	40,00%	3	42,86%
Total	2	100,00%	5	100,00%	7	100,00%

Fonte: Elaboração própria

(14) Além disso, o que você quer que ele faça mais? Pois **acho que** o melhor seria ele parar com as aulas de matemática e tomar português e latim. (MESQUITA, 2006, p. 310, grifo nosso)

- (15) Você, **de fato**, ter-lhe-ia pedido que trouxesse uma carta, mas nada lhe havia mandado, embora soubesse o dia em que ela devia partir! (MESQUITA, 2006, p. 331, grifo nosso)
- (16) Agora uma coisa: não seria **possível** você mandar dizer o nome dos portos onde pára e as datas das paradas? Assim eu telegrafava para dar notícias e pedia a você que fizesse o mesmo. (MESQUITA, 2006, p. 113, grifo nosso)
- (17) Se fosse abordável, **quem sabe** seria melhor para você ficar até o fim do ano e só depois zarpar para o Sul, se os santos não nos ajudarem antes disso. (MESQUITA, 2006, p. 102, grifo nosso)

Por fim, no que tange à força ilocucionária do discurso, os dados corroboram para a análise dos papéis de Júlio e de Marina, como veremos na seção em que cruzamos os dados linguísticos aos socioculturais. Ambos fazem mais uso da polidez em sentenças com força de pedido, embora ele use essa estratégia menos que ela relativamente (56% contra 67%). Ele, mais que ela, usa essa estratégia para declarar coisas em que acredita (22% contra 16%). Por fim, ele é quem usa a polidez para realizar reclamações.

Tabela 9 – Polidez e força ilocucionária nas cartas da família Mesquita

	Júlio		Marina		Total	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Ameaça	0	0,00%	1	8,33%	1	2,27%
Declaração	7	21,88%	2	16,67%	9	20,45%
Expressão de desejo	1	3,13%	1	8,33%	2	4,55%
Pedido	18	56,25%	8	66,67%	26	59,09%
Pergunta	1	3,13%	0	0,00%	1	2,27%
Reclamação	5	15,63%	0	0,00%	5	11,36%
Total	32	100%	12	100%	44	100%

Fonte: Elaboração própria

Para compreender, no entanto, os dados linguísticos que encontramos, é necessário reconstituir sócio-historicamente os contornos do feminino e do masculino que estavam em jogo nas cartas trocadas entre Júlio e Marina. É o que faremos na próxima seção.

Reconstituindo o feminino e o masculino em jogo

O feminino e o masculino para as famílias da elite brasileira do século XX

O contexto da segunda metade do século XIX fora marcado por diversas mudanças políticas e sociais que, de forma consecutiva, causaram transformações no ambiente familiar e nas posições ocupadas pelos sexos masculino e feminino. Fatores como a industrialização, a modernização do Rio de Janeiro e a ascensão da burguesia configuraram, de forma diferente, o âmbito do lar da classe alta. Como mostra Hahner (2012, p. 59), tais questões mudaram o panorama geral da sociedade:

Na segunda metade do século XIX, o aumento da urbanização, das exportações e da industrialização criou uma economia mais diversificada e uma ordem social mais complexa, que incluía uma presença maior dos setores médios. Nesse contexto, cresceu o letramento entre as mulheres, principalmente nas cidades, onde a distância entre a porcentagem de homens e de mulheres alfabetizados diminuiu. Ao mesmo tempo, as diferenças no estilo de vida de mulheres de famílias privilegiadas na zona rural e nas cidades ficaram menores em vários aspectos.

Se, antes de tais mudanças, as mulheres ocupavam um espaço unicamente doméstico e tinham, como responsabilidade, o cumprimento dos afazeres domésticos, agora, ocupavam uma posição mais ativa socialmente, uma vez que, “de maneira eficiente, passaram a manipular apadrinhamentos, e a trocar favores, pequenos e grandes, que garantiam em termos vantajosos a vigência das relações de parentesco” (HAHNER, 2012, p. 56). Sob a perspectiva cultural, a ascensão burguesa favoreceu, também, o acesso a bens culturais, como livros. D’Incao (2006) aponta que o ócio, causado pela contribuição de criados e servos nas tarefas do lar, contribuía para que as mulheres da elite se tornassem leitoras de romances e literatura sentimentais, já que a modernização propagou a produção da literatura.

Em contrapartida, o papel masculino não sofrera excessivas alterações. As famílias burguesas do final do século XIX ainda eram delineadas pela posição patriarcal e autoritária do homem. Embora houvesse uma maior participação por parte da mulher em eventos sociais e na educação moral dos filhos, cabia ainda a ele a responsabilidade de sustentar a casa e apontar as direções a serem tomadas pela família.

No que tange à questão da classe e cultura, há grandes mudanças no estilo de vida brasileira entre o século XIX e começo do século XX. A supervalorização do que é considerado “civilizado” altera a percepção de costumes e comportamentos para a época. D’Incao (2006, p. 226) aponta tais questões em sua obra:

Mais tarde, já no fim do século XIX e começo do XX, podemos presenciar o processo de modernização do Rio de Janeiro, intensificado pela emergência da República, quando idéias de ser ‘civilizado’ e de europeizar a capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial, estão entre as primeiras intenções do novo regime político. [...] A proposta era ser ‘civilizado’ como o eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei.

Neste cenário, a importância dos “bons modos” se fazia latente. Homens e mulheres da classe alta, agora, em jantares e festas, deveriam ser a representação da fineza e polidez, uma vez que “sua conduta também era submetida aos olhares atentos da sociedade” (D’INCAO, 2006, p. 228). Tais olhares causam, nesta classe, uma maior preocupação com a afirmação de sua posição social por meio de seus gestos e falares. Hahner (2012, p. 55) traz, de forma detalhada, o costume dessa época:

Em tais eventos, assim como nas recepções formais de convidados, esperava-se que as mulheres de classe alta demonstrassem habilidades sociais adequadas e talentos que promovessem o nome da família – como entreter os convidados, conversar polidamente, tocar instrumentos, cantar de modo agradável, demonstrar maneiras refinadas, falar línguas. Até mesmo exibir joias e vestidos elaborados e decotados, cheios de laçarotes e babados, nos bailes e nas festas, assinalava a posição de suas famílias.

Por fim, faz-se importante salientar outra mudança em tal cenário: a perspectiva sobre a maternidade. Para as famílias da elite, desde o início do século XIX, a questão da herança e da paternidade eram supervalorizadas, já que o patrimônio familiar era geracionalmente transmitido. Neste âmbito, a maternidade era limitada à geração de filhos e ao gerenciamento da organização familiar:

A educação para mulheres de classe alta era centrada na preparação para ‘seu destino final’ de esposa e mãe. Além disso, eram vistas como as guardiãs do lar e da família e mantenedoras da ‘base moral’ da sociedade. Alguma educação poderia auxiliá-las a serem mães melhores, e melhores companheiras para seus maridos. (HAHNER, 2012, p. 57).

Partindo desse contexto sócio-histórico, faz-se possível analisar as relações que se estabelecem entre Marina e Júlio no interior de sua família e de seu casamento.

Júlio de Mesquita Filho em suas cartas: o marido, o pai e o homem

Júlio de Mesquita Filho era um homem de grande erudição e cultura. Era leitor de grandes filósofos, “[...] leve os livros que encontrar dos seguintes autores: Platão, Plutarco, Durkheim, Bouglé e uma história dos Estados Unidos...” (MESQUITA, 2006, p. 48). Júlio criticara a educação da época, a qual julgava insuficiente:

(18) Isso tudo você deveria aprender no curso oficial do ginásio. Como, porém, o que aí se ensina pode ser tudo menos ensino, sou obrigado, para que vocês mais tarde não venham a formar na incomensurável legião dos nossos incapazes, a fazer as vezes de Estado” (MESQUITA, 2006, p. 196).

Defensor da democracia, “Nem deixarei de lutar por um Brasil que venha a ser o orgulho de meus filhos, nem, tampouco, deixo de crer nas vitórias das democracias.” (MESQUITA, 2006, p. 148), vira, nos regimes ditatoriais e totalitaristas, grandes retrocessos. Criticara duramente os governos de Hitler e Mussolini,

(19) [...] julgo a empresa acima das forças com que conta esse monstro primário que é o Hitler (MESQUITA, 2006, p. 167-170),

(20) [...] no discurso que pronunciou ontem – obra-prima de pouca vergonha, de torpeza e vilania – Mussolini confessa que a luta será árdua e longa (MESQUITA, 2006, p. 252).

Além disso, por meio do cunho jornalístico, o qual herdara de sua família, escrevera artigos e matérias as quais serviam para informar e colaborar com a guerra silenciosa contra a repressão, “[...] Ontem o La Nación me propôs publicar aquele [artigo] em que analiso a posição dos Estados Unidos em face da conflagração européia” (MESQUITA, 2006, p. 127).

Se, por um lado, construía sua posição contrária à ditadura por meio da concretude de artigos e matérias, por outro, fora um idealista da revolução. Ao analisar sua posição de exílio, enxergara uma grande missão, como pode-se ver no excerto a seguir:

(21) “[...] Como eu lhe disse na minha última carta, vim pra cá no desempenho da missão que me impus, desde que deixei o Brasil, e que se resume em lutar contra os que nos estão desgraçando, em todos os terrenos” (MESQUITA, 2006, p. 105).

No que concerne à vida conjugal, percebe-se, nas cartas de Júlio, duas fases. Durante boa parte do tempo exilado, ele se expressa de forma a não manifestar muitos sentimentos, dedicando poucos momentos para isso.

Com o passar do tempo, nos anos finais da separação da família, Júlio parece se cansar da vida que o casal leva. Assim, mais ocasionalmente, manifesta a falta que sentia de Marina, como podemos ver a seguir:

(22) “[...] Afinal, eu também vou atingindo o limite de resistência e, cá entre nós, achando intolerável a sua ausência. Isto aqui é desesperadamente cacete, mas, sem você, torna-se ainda mais insuportável” (MESQUITA, 2006, p. 192).

Como pai, também percebemos dois comportamentos de Júlio. Nos primeiros anos de distanciamento, Júlio não pergunta dos filhos à Marina, senão de forma breve e ao final das cartas, já na etapa do encerramento, como podemos ver no trecho abaixo, em carta de outubro de 1932.

(23) “Mande notícias de todos, de dona Constacinha, dos meninos, de Alicinha, de Dadinha e da criançada. E, até lá, aqui vão muitos beijos para os nossos pequenos e para você, do seu Julinho”.

Com o passar do tempo, os filhos tornam-se mais frequentes como tema de suas cartas, aparecendo ao longo do texto e não mais na despedida. É o que podemos ver em trecho de carta de abril de 1942:

(24) “Tive um alegrão com as notícias sobre os pequenos. Quando chegará o dia em que nos reuniremos todos aí? Tenho confiança no destino e em alguns homens, mas confesso que às vezes essa tremenda reparação me leva próximo do desespero” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 306).

Júlio de Mesquita tinha que participar da vida familiar à distância. Marina, então, insistia, por meio de cartas trocadas, em sempre incluir Júlio nas questões cotidianas e caseiras:

(25) “[...] Sobretudo o Carlão, que ‘nem sabe se você recebeu a última’ que lhe mandou. Os três [filhos] gostam muito de serem lembrados. O que você diz cola muito no espírito dos mais velhos. O Ruy, então, quando discute repete vírgula por vírgula as suas idéias...” (MESQUITA, 2006, p. 280)

Júlio, nas cartas que troca com seus filhos, discute, com seriedade, a educação deles e, sempre que pode, leva em consideração as preferências dos pequenos, sem deixar de ressaltar que a formação escolar era o mais importante, como podemos ver a seguir.

(26) “Já que é seu desejo e inclinação, não vejo por que não permitir que você estude agricultura, com a condição, entretanto, de que você não tenha em vista com isso furtar-se aos estudos sérios. A escola de Piracicaba [...] ocupa lugar idêntico ao das faculdades de Direito e Medicina. Você nela poderá fazer ótimos estudos e dela sair com excelente cultura” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 197).

Além disso, cobrava, dos filhos, o domínio da linguagem culta e a aprendizagem de outras línguas, como se pode ver a seguir.

(27) “É indispensável que vocês saibam, senão com perfeição, pelo menos com uma certa suficiência, a língua que falam. É com ela que vocês pensam e é por meio dela que se comunicarão com a sociedade. Como fazer uma e outra coisa se vocês não possuírem um mínimo razoável de conhecimento de português” (MESQUITA, 2006, p. 196).

Pai a distância, cobrava de Marina ações para garantir que essa vontade prevalecesse, como podemos ver no excerto a seguir que retiramos de carta enviada à esposa em julho de 1941.

(28) “Agora que as férias vão felizmente chegando ao termo, é preciso você não esquecer das aulas de francês e inglês do Ruy. Não venha sem deixar isso bem resolvido” (MESQUITA, 2006, p. 275).

Assim, pode-se observar a pluralidade de facetas de Júlio de Mesquita Filho, ora jornalista, ora pai, ora exilado, ora defensor da democracia e do avanço progressivo do Brasil. Júlio fora um homem notório em diversas áreas e que, de múltiplas formas, contribuíra para a constituição do país desse tempo.

Marina Mesquita em suas cartas: a esposa, a mãe e a mulher

Marina Mesquita marcou a vida de seus filhos e amigos por sua personalidade audaciosa, grande intelecto e caridade. Esposa de Júlio, esteve com ele durante os exílios que este sofrera. Sempre preocupada com o bem-estar do marido, Marina relatava suas inquietações e as saudades que sentia nas cartas a ele destinadas:

(29) “Se você mandasse contar que estava se divertindo loucamente eu torceria o nariz. Mas saber que você tem estado só em casa e sem jantar ainda por luxo desagradou-me profundamente. Não faça isso. Jante fora e vá a um cinema para espairar, contanto de que vez em quando pense nesta sua velha...” (MESQUITA, 2006, p. 315)

Além disso, em tais correspondências, Marina expunha seu posicionamento acerca do contexto político no qual vivia e as consequências do governo ditatorial de Vargas. Com certa liberdade expunha ao marido sua opinião:

(29) “Eu estou absolutamente desarvorada e sem saber no que me apoiar. Regime de força é uma monstruosidade com que a gente não pode pactuar, a democracia falhou. Como vai ser agora? Você o que está pensando e como está se sentindo? Traído, com certeza. É essa a sensação que tenho” (MESQUITA, 2006, p. 170).

Ao relatar seu cotidiano ao esposo, Marina deixava claro que sua vida não se resumia à guerra contemporânea, mas que era cercada de diversos papéis e responsabilidades. O cuidado com diversos aspectos das finanças do casal, a preocupação com a vida acadêmica dos filhos, as análises acerca da educação do país e o tempo marcado pela presença de amigos e conhecidos da burguesia paulista constituíam a rotina dessa mulher que fora motivadora de grandes avanços em São Paulo. Os trechos a seguir evidenciam essas facetas:

(30) “Amanhã às dez e meia temos o casório do Décio Almeida Prado. Não há festa de espécie alguma. Se a época não fosse tão negra eu mandava um presentão para o noivo. Mas infelizmente não mando nem flores. Estou fazendo milagres para viver sem privar os filhos de nada.” (MESQUITA, 2006, p. 267).

(30) “O professor de matemática do Ruy disse-me ontem que esse nosso filho, sendo raramente talentoso, é bem pouco esforçado. Estuda o mínimo que pode. Eu já tenho conversado e reconversado com o pequeno.” (MESQUITA, 2006, p. 243).

(31) “Você não pode fazer uma leve idéia da desordem que vai pelo ensino. Há escolas, como algumas seções de Filosofia, que ainda não começaram as aulas por não saberem onde vão funcionar! Isto em pleno mês de maio!!!” (MESQUITA, 2006, p. 318).

No que concerne à cultura e erudição, Marina, assim como Júlio, fora uma mulher de grande intelecto, ainda que sem ter frequentado os bancos escolares. Fluente no francês e no inglês, utilizava a linguagem de forma espontânea, com vemos a seguir:

(32) “São nove horas, eu vou dormir e estou imaginando você com Armando e Armandinho (*si je ne me trompe pas*) em algum dos nossos conhecidíssimos restaurantes dos domingos, “empeçando” a comer. Não há de tardar muito e eu estarei fazendo parte da *troupe* da qual já vou sentindo muitas saudades. *Good night*.” (MESQUITA, 2006, p. 254-255).

Com o marido no exílio, era ela quem cuidava dele. No início, as preocupações dela eram mais voltadas às coisas práticas e diretamente ligadas ao dia a dia de Júlio, como em (32).

(33) “Vai aqui a roupa que você pediu. Comprei três camisas bem ordinárias para não mandar as suas finas. Roupa de cima, escova de dentes, esta você não perdeu? Se perdeu avise que mando outra” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 31).

Marina também marcava diversos encontros com os amigos de seu marido para repassar suas mensagens e manter-se informada de todos os assuntos que envolviam a guerra, o exílio e a ditadura. Tentava, com isso, levantar elementos para poder planejar a vida pessoal e financeira da família. A iniciativa de apresentar opções que pudessem poupar-lhes dinheiro, por exemplo, demonstra como ela sempre foi perspicaz nesses assuntos, como vemos no excerto (34).

(34) “Estou pensando em passar para casa de mamãe por motivos econômicos. Ajudarei mamãe nas despesas e não usarei automóvel estando lá” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 28).

Quando Júlio vai para Portugal, todas as responsabilidades recaem sobre Marina. É ela quem, de fato, assume o planejamento da vida deles: cuida da locação da casa, decide como será gasto o dinheiro da família e como eles podem economizar ainda mais para que a educação e o conforto dos filhos não sejam prejudicados. Marina, em certo momento, propõe que Júlio encontre uma forma de ganhar dinheiro com os artigos e palestras, mas ele se recusa. Ela não mede esforços para poupar dinheiro. É ela quem determina o valor da mesada dele, inclusive, é quem tem o controle da vida financeira do casal.

Marina assume, em seu casamento, uma certa liberdade de atuação não comum para as mulheres de sua época. Fora ela a responsável pelo aluguel da casa na qual morava com Júlio, por exemplo:

(35) “Aluguei nossa casa ao João Sampaio. Creio que fiz um bom negócio [...]” (MESQUITA, 2006, p. 49).

Além disso, ficara incumbida de organizar os gastos da casa e o dinheiro que Júlio receberia, o que não era comum para o século XX: “Antes de mais nada, metade do seu dinheiro seguiu hoje. A outra metade vai por portador que sai daqui no dia 1º” (MESQUITA, 2006, p. 124).

Essa liberdade, entretanto, encontrava limites. Assim, ela nunca deixa de contar sobre suas decisões a ele, que, na maioria das vezes, concorda com ela e raramente faz alguma objeção ou sugestão. A aprovação de Júlio que mencionamos pode ser verificada em (36):

(36) “Concordo com tudo quanto você deliberou em matéria de negócios” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 275).

Marina apoia sempre as causas do marido, ainda que, em alguns momentos, deixasse claro que o queria de volta. Ela deixa-o seguro para que faça o que julgar necessário para ajudar o país e, em nenhum momento, desmerece as convicções dele. Deixa claro, no entanto, que, para ela, a família deve vir em primeiro lugar e as decisões e planos que ela faz sempre priorizam isso. Enquanto Júlio está, o tempo todo, conhecendo pessoas, dando palestras e fazendo contatos, Marina está quebrando a cabeça para decidir qual rumo a família deve tomar. Em uma das cartas, inclusive, ela expõe seu descontentamento com a falta de posicionamento dele a respeito da vida do casal, o que podemos ver em (37).

(37) “Como sempre, você fala muito no que tem visto, nos resultados da sua estadia aí em relação ao Brasil, mas na nossa vida você não toca” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 101).

Marina, frequentemente e desde as primeiras cartas que analisamos, expressa a sua vontade de ter o marido de volta, deixando claro como se sente e o quanto sente saudades dele. É o que ela expressa em (38), a seguir.

(38) “Não me conformo com sua ausência. Tenho uma saudade louca sua e um ciúme ainda maior do que a saudade. Tenho ciúme da Pátria, do Isidoro, do Euclides, de todo mundo que está tirando você de perto de mim. E ainda tenho ciúme de todas as sirigaitas que andam por aí afora atrás de vocês todos, jogando flores até por onde passam” (MESQUITA FILHO, 2006, p. 27).

Ao analisar os aspectos mencionados, é possível inferir, portanto, que Marina se enquadrava, mas não totalmente, aos costumes de sua época. Seja por condições impostas pela distância do marido, seja por características pessoais, foi esposa e mãe da elite burguesa, mas pôde agir com relativa liberdade no interior de sua família. Esses contornos certamente apareceram em sua linguagem, nos usos que mostramos antes. Na próxima seção, exploraremos melhor essa questão.

Interações entre o linguístico e o social nas cartas de Júlio

Uma vez que há uma ligação direta entre o contexto sociohistórico e a constituição identitária como o feminino e o masculino e de suas interações, faz-se necessário analisar como Marina e Júlio, indivíduos singulares, articulavam a linguagem às suas intenções discursivas e posições sociais.

Se, historicamente, a posição do homem era de domínio e autoridade, Júlio, em parte, rompe com isso ao estabelecer-se como dependente de Marina, visto que, por estar exilado, não poderia se consolidar, de forma prática, como agente das decisões que o casal tinha que tomar.

Por outro lado, não havia uma total ruptura com a constituição sociohistórica do masculino, uma vez que, apesar deste cenário, Marina articulava sua linguagem a fim de que seus discursos refletissem uma submissão à figura de Júlio.

Analogamente, Marina ora agia em conformidade ao seu contexto histórico, sujeitando-se à preeminência masculina e assumindo apenas a função doméstica, como administradora do lar e do bem-estar dos filhos, ora rompia com o paradigma de mulher da elite do início do século XX, de modo a estabelecer-se como negociadora – como no episódio da venda da casa –, como gestora das finanças do casal e como emissária, informando Júlio acerca do cotidiano familiar e das mudanças políticas. Mas, em seu papel, nunca se envolveu com o principal negócio da família, o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Partindo desse quadro, é possível interligar os usos linguísticos de Júlio e Marina à posição sociohistórica que ocupavam, assim como as particularidades do cenário do casal Mesquita. É o que procuraremos fazer a seguir.

As interações entre as formas de expressar o futuro e as construções sociais de masculino e feminino dos Mesquita

Como vimos na seção em que apresentamos os dados linguísticos do casal Mesquita quanto às formas de expressar o futuro, é Júlio quem opta pelo futuro do presente (mantendo-a em 80% dos seus usos), uma forma conservadora e aceita pela gramática padrão. Marina parece ser mais maleável em suas escolhas, variando, de forma mais equilibrada, dentre três formas – presente (42% dos seus usos), futuro do presente (30%) e ir + infinitivo (com 26%).

Parece-nos que sua opção para expressar o futuro constrói e reforça sua identidade de marido intelectual que dedica a vida ao projeto de defesa de seus ideais. A sua linguagem predominante, conservadora do ponto de vista linguístico, beirando a formalidade em muitos momentos, favorece a constituição de um masculino que exerce o poder de colocar seu projeto pessoal – no caso de Júlio, o de atuação sobre o mundo em destaque –, mantendo um relativo afastamento de sua família. É um homem aberto para o mundo. Seu afastamento é espacial, mas, em grande maneira, também afetivo, daí usar com sua própria esposa, de maneira mais frequente, formas linguísticas que afastam a coloquialidade de seus textos, em boa parte dos anos de exílio.

Em contraste, Marina, a despeito da distância espacial, parece optar por uma linguagem que reflete e dá contornos a um feminino que aceita a missão do marido – sem, no entanto, deixar de demonstrar que a separação de Júlio não é sua vontade – e luta insistentemente por uma aproximação. Um feminino que se localiza no lar, ao lado dos filhos e que procura a todo momento participar o marido de cada evento que acontece em sua casa e que supre as demandas de seu marido. Sua linguagem parece refletir esse movimento, fazendo uso mais intenso – relativamente a Júlio – de formas inovadoras, que estabelecem uma certa leveza na relação do casal.

Além disso, a condição excepcional do exílio, que exige e permite que Marina assuma determinadas responsabilidades não comuns às mulheres de seu tempo, talvez tenha sido mais um fator que explique seu comportamento linguístico. Assim, o uso mais diversificado das formas do futuro aparentemente nos sugere que ela tinha segurança (e uma certa permissão) para ser maleável linguisticamente, adequando sua linguagem em função da situação nas interações com Júlio. Sua maleabilidade linguística pode, nesse sentido, refletir a sua relativa liberdade como mulher na prática social de seu matrimônio e de sua família.

Se este é o quadro de interações entre o linguístico e o social a partir do estudo que fizemos sobre as expressões das formas de futuro, o que o estudo da polidez nos colocou é o que veremos a seguir.

As interações entre as formas de expressar a polidez e as construções sociais de masculino e feminino dos Mesquita

No estudo que apresentamos sobre a expressão da polidez nas cartas do casal Mesquita, pode-se verificar que, de forma geral, quem mais utiliza o futuro do pretérito como estratégia de polidez é Júlio, como vimos anteriormente. Esse resultado poderia nos parecer estranho, tendo em mente a posição cercada de poder do homem nos casamentos da primeira metade do século XX. Entretanto, isso parece nos remeter à posição de dependência prática na qual Júlio se encontra em função do exílio (ou da guerra), dependendo de Marina para quaisquer ações ou recursos dos quais precisasse. Como já evidenciamos anteriormente, esta excepcionalidade deu a Marina uma relativa liberdade, sendo obrigada a tomar decisões sozinha e, somente depois, compartilhar essas ações com o marido.

Por outro lado, essa maior liberdade de Marina tinha limites, claramente estabelecidos pelas regras sociais dos papéis que o homem e a mulher da elite exerciam em seu casamento na primeira metade do século XX. Por esse regramento, enquanto do masculino esperava-se e aceitava-se uma maior imposição, do feminino se esperava submissão. Esse jogo de poder pode ser visto na utilização de atenuadores explícitos por Marina (em 77% dos seus usos) em comparação com a frequência de Júlio (em 13% de seus usos).

O detalhamento dos atenuadores usados pelos missivistas revela também o papel de subordinação de Marina em relação ao marido. Enquanto ela optou por modalizadores que expressavam incerteza mais frequentemente, Júlio lançou mão daqueles que expressavam certeza em relação aos fatos.

Nossa investigação sobre a força ilocucionária presente nas ocorrências que recolhemos das cartas também evidencia o jogo de poder existente entre marido e esposa. O pedido é predominante nos dois missivistas por motivos diferentes. Ele porque depende da ação dela, já que está fora de casa; ela porque age com relativa liberdade, mas precisa de seu consentimento.

Os resultados linguísticos retirados das cartas, então, expõem as diferenças de distribuição de poder desigual entre o masculino e o feminino, no jogo matrimonial travado na família Mesquita.

Considerações finais

No presente trabalho, procuramos explorar as interações entre os usos linguísticos de Marina e Júlio e os contornos do “masculino” e do “feminino” no interior do casamento e da família constituídas pelo casal.

Nosso trabalho confirmou e expandiu as relações sugeridas por Pereira (2020) que analisou este mesmo *corpus*. Aqui, novamente, percebemos uma Marina que se define como mulher da elite paulistana, navegando com certa liberdade em relação ao marido. Afinal é ela quem provê o marido financeiramente e toma decisões relevantes sobre o patrimônio do casal. Essa liberdade, claro, é relativa, mantendo diversos papéis àquela altura consolidados como femininos no grupo social do qual participa. E o modo como usa a linguagem revela exatamente esses propósitos.

Do mesmo modo, Júlio, o marido distante, compromissado com a mudança do mundo, revela, em suas escolhas linguísticas, o que projeta socialmente. Mantém com a esposa uma relativa distância, mantendo opções mais conservadoras do ponto de vista linguístico e usando a língua para negociar com Marina sua colaboração, fornecendo o que precisa.

Por fim, entendemos que o presente trabalho não encerrou a questão que aqui procuramos investigar acerca das interações da língua e do gênero. Outros estudos de outros fenômenos com o mesmo material, certamente, enriqueceriam ainda mais os achados que aqui apresentamos.

Referências

- ARAUJO, A. S. *Você me faria um favor? – O futuro do pretérito e a expressão de polidez*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5781>. Acesso em: 01 maio 2021.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. cap. 7, p. 223-240.
- ECKERT, P. Variation, Convention, and Social Meaning. *Annual Meeting of the Linguistic Society of America*, 2005. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.
- ECKERT, P. The whole woman: Sex and gender differences in variation. *Language Variation and Change*, v. 1, p. 245-267, 1989. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf>. Acesso em: 01 maio 2021.

ECKERT, P.; MCONNELL-GINET, S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org. e trad.). *Linguagem. Gênero. Sexualidade: Clássicos Traduzidos*. Robin Lakoff et al. São Paulo: Parábola, 2010.

FREITAG, R. M. K.; ARAÚJO, A. S. A forma de futuro do pretérito no Português do Brasil e a função de polidez. *Forma y Función*, Bogotá, v. 28, n. 1, p. 79-97, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/219/21941777004.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

GIBBON, A. de O. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78246/178715.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GRYNER, H. A emergência do futuro perifrástico no Português Carioca: o princípio da marcação. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://veredas.ufjf.emnuvens.com.br/veredas/article/view/435>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HAHNER, J. E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. cap. 2, p. 43-64.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, C.; MACHADO, A. C.; PAGOTTO, E.; DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D.; OLIVEIRA, J.; ELEUTÉRIO, S.; MARTELOTTA, M. A configuração da Norma Brasileira no século XIX: análise das cartas pessoais dos avós Ottoni. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (org.). *Para História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: UFBA, 2006. vol. VI, Tomo II.

MARCOVITCH, J. Júlio de Mesquita. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006. vol. 1.

MESQUITA FILHO, R. (org.). *Cartas do Exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

OLIVEIRA, J. M. de; OLINDA, S. R. M. de. A trajetória do futuro perifrástico na Língua Portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 93-117, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52489>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PEREIRA, H. B. Interações entre o uso dos pronomes demonstrativos e os gêneros feminino e masculino nas cartas de Júlio e Marina Mesquita. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 49, ed. 3, p. 1584-1604, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v49i3.2636>. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/2636/1906>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, A. da. *A expressão da futuridade na Língua Falada*. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115361>. Acesso em: 18 jul. 2022.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

USO VARIÁVEL DE VOCÊ E CÊ NA CIDADE DE GOIÁS

Patrícia Mendanha Bernardes
Marília Silva Vieira

Introdução

Goiás, localizada no interior do estado, a 130 km de Goiânia. Antiga capital, cidade centenária da rota do ouro e que, originalmente, chamava-se Vila Boa. Foi reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por sua arquitetura barroca e por suas tradições culturais.

Esse é o *locus* da presente pesquisa, cujo intuito é descrever a variação do pronome de segunda pessoa *você* e da sua variante *cê*. Sabe-se que os pronomes de segunda pessoa têm sido objeto de intensa pesquisa sociolinguística nas últimas décadas no Brasil. Por isso, surge a necessidade de se investigar o uso desse pronome e de suas formas alternantes na fala vilaboense.

Este capítulo trata, portanto, de uma análise qualitativa sobre o uso variável do pronome pessoal de segunda pessoa *você* e da variante reduzida *cê*, na comunidade de fala de Goiás, com dados coletados nessa cidade.

Sabe-se que, no estado de Goiás, praticamente não há estudos sobre essa variável. No Brasil, pesquisas que abordam o fenômeno estão concentradas em Minas Gerais (RAMOS, 1997, 2000; ALVES, 1998; PERES, 2006; GONÇALVES, 2008) e em Brasília (ANDRADE, 2004; LUCCA, 2005; DIAS, 2007; QUEIROZ-ANDRADE, 2010). Além dessas, foram desenvolvidas pesquisas no Rio de Janeiro (PAREDES SILVA, 2003); em Santos (MODESTO, 2006); em estados da região Sul (LOREGIAN-PENKAL, 2004; BOLIVAR, 2008), Norte (MARTINS, 2010) e Nordeste do país (FIGUEREDO, 2007 *apud* SCHERRE, 2010-2013).

A pesquisa proposta é relevante na medida em que vem contribuir para o avanço de análises e da descrição do português goiano, em especial, da cidade de Goiás, bem como para o entendimento da variação no uso dos pronomes de segunda pessoa no Brasil e para a descrição do Português Brasileiro.

Fundamentação teórica

Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), a Sociolinguística nasceu em um momento sócio-histórico em que a Linguística havia sido inicialmente dominada pelas ideias de Saussure (início do século XX) e, mais tarde, pelas de Chomsky (por volta dos anos 60 do século XX).

Tanto Saussure quanto Chomsky, no entanto, privilegiaram os estudos focados em fatos internos da língua. Foi no Simpósio “Direções para a Linguística Histórica”, realizado em 1966, nos EUA, que houve uma renovação dos estudos linguísticos, em que a diacronia e a linguística histórica puderam ser reintroduzidas no cenário dos estudos linguísticos.

Diferentemente de Saussure e de Chomsky, Labov quer buscar a estrutura heterogênea da língua de uma comunidade ou grupo social. Seu foco de interesse não são as formas regulares da língua, mas as variantes, licenciadas pela própria estrutura da língua e por condicionamentos externos.

Para abranger a variação inerente às línguas, Labov (1969) amplia o conceito de regra da gramática, instaurando a noção de regra variável. Segundo o linguista, a regra variável deve ter frequência de uso expressiva e estar sujeita à interferência tanto de fatores linguísticos (fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) quanto de fatores sociais (faixa etária, sexo/gênero, escolaridade, etnia, entre outros). Portanto, uma vez detectada a variação e examinados os contextos em que ela se insere, os fatores condicionantes podem apresentar um padrão elevado de sistematicidade, evidenciado pelos resultados estatísticos.

Para a proposição de um envelope de variação na cidade de Goiás, recorreu-se aos estudos de Labov (1972, 2001), Belém (2011), Faraco (1996), Nascimento (2011), Vitral (1996) e Scherre (2015).

Cliticização

Entende-se que, sob a perspectiva diacrônica, *você* e *cê* são resultado da gramaticalização da expressão *vossa mercê*, que significa *vosso favor*, *vossa graça*, em princípio, usado como referência aos monarcas. Logo, era um item lexical que, depois de um processo de gramaticalização, passou a ser considerado um pronome de tratamento.

Segundo Hopper e Traugott (1993), o processo que envolve as formas *vossa mercê* > *você* > *ocê* > *cê*, pode ser descrito como gramaticalização. De acordo com Vitral (1996, p. 116), essa noção pode ser definida “como a ampliação dos limites de um morfema cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional”. Em outras palavras, a gramaticalização é a mudança do termo lexical para uma função gramatical, caracterizada pela perda do significado original (VITRAL, 1996).

Contudo, observa-se outro processo de variação, que indica a cliticização do pronome *cê*, conforme já atestaram Vitral (1996, 2006b) e Ramos (1997), de acordo com o contínuo item lexical > item gramatical > clítico > afixo flexional (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Nas palavras

de Vitral (1996), o *cê* parece estar se comportando como clítico nominativo, por apresentar alta frequência de ocorrência em posições contíguas ao verbo. No entanto, esse item pronominal apresenta características atípicas em relação aos demais clíticos do português, já que admite a não-adjacência estrita ao verbo pela presença de negação e advérbios, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

(1) é menos exaustivo aqui... ***cê consegue*** fazer as coisas ***cê*** produz só que assim mais tranquilo ***cê num*** tem aquela coisa sabe? é mais assim não é tão cansativo mais ***cê consegue*** produzir ao mesmo tempo (GOFs20 - Amanda)

(2) acho que sim talvez é ***você não*** tenha feito alguma atividade (GOMC28 - Tácio)

(3) *você pode* estar indo é na praça à tarde tomar um sorvete um picolé ali no coreto ***você pode*** ir assistir uma missa né? então assim (GOFs45 - Analice)

Pode-se observar que, em (1) e (3), o *cê* admite a adjacência com o verbo “consegue” e “pode”, respectivamente, ou seja, o *cê* se comporta como um clítico nominativo; no excerto (1), assim como em (2), há também a não adjacência ao verbo, devido à presença do advérbio de negação “não” e da reduzida “num”.

Para Vitral e Ramos (1999), *cê* enquadra-se na categoria dos novos clíticos do PB, de caso nominativo. Os autores propõem que *cê* é resultado de reduções morfofonológicas e outras transformações advindas da gramaticalização da forma *vossa mercê*. Eles discutem a modificação semântica e afirmam que a gramaticalização de lexemas “implica na perda de conteúdo semântico e também na perda de substância fônica” (VITRAL; RAMOS, 1999, p. 1).

Metodologia

Este capítulo constitui-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, com análise sincrônica, por meio de dados coletados com 24 informantes da Cidade de Goiás, que nasceram no local, ou se mudaram para a cidade com até dois anos de idade. Para tanto, foram adotados os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, com o objetivo de analisar os possíveis fatores condicionadores da alternância entre *você* e *cê* pelo falante.

Os participantes da pesquisa foram estratificados de acordo com o sexo/gênero (masculino e feminino); a escolaridade (Ensino Médio e Ensino Superior) e a faixa etária (20 a 35 anos e 36 a 50 anos). Na próxima seção, serão descritas as variáveis linguísticas empregadas para descrever o fenômeno e detalhadas as variáveis sociais.

Fatores linguísticos

Foram investigados dois grupos de variáveis: tonicidade da sílaba seguinte e a tonicidade da sílaba antecedente aos pronomes de segunda pessoa *você* e *cê*.

Tonicidade da sílaba seguinte

Para Nascimento (2011), a variante reduzida *cê* pode ser considerada como uma forma intermediária entre monossílabos tônicos e monossílabos átonos e pondera que as línguas naturais tendem a evitar “choques acentuais”. Logo, nos casos em que, ao pronome, se segue uma sílaba tônica, duas estratégias podem ser adotadas a fim de se evitar o encontro de duas sílabas acentuadas. A primeira é a retração do acento: nesse caso, o acento passaria da última para a penúltima sílaba do pronome pleno *você*:

(4) *você* pode ***vôce*** pode

O segundo caso é o emprego de uma forma menos proeminente: *cê* tenderia a ser empregado nos contextos em que, ao pronome, se segue uma sílaba tônica, devido à menor proeminência acentual dessa variante:

(5) *você* pode *cê* **pode**

A segunda hipótese constitui objeto de investigação nesta pesquisa. Foram considerados três contextos em relação à tonicidade da sílaba seguinte ao pronome:

tônica:

(6) por exemplo ***cê*** vai em Goiânia só de *você* sair na porta da rua ***cê*** já tá pagando (GOFS20 – Amanda)

(7) não é a correria do dia a dia de quando ***cê*** mora na cidade grande aqui é bem tranquilo bem gostoso de morar (GOFC28 – Andressa)

átona:

(8) por exemplo ***cê*** coloca quarenta menino numa sala de aula professor também não dá conta (GOFS41 – Andrea)

intermediários (tá/num):

(9) não vamo passar por aí não... que aquele homem tá lá... ela falou ‘que homem? ***cê*** tá doida’ (GOFS41 – Andrea)

(10) aqui todo mundo conhece todo mundo qualquer lugar assim é mais confiança igual Goiânia ***cê*** num conhece ninguém hoje (GOFS49 – Analice)

(11) é no shopping tanto **cê tá** comprando café eles tá do seu lado assim e lá tem escolas de atores também (GOMC28 – Tácio)

Embora a forma *você* também ocorra nesse contexto, a variante *cê* parece ser mais comum, segundo a hipótese de que *cê* tende a ser empregado em contiguidade com sílabas tônicas posteriores, evitando, assim, um “choque acentual”, o que parece corroborar a hipótese de que *cê* está se cliticizando.

Tonicidade da sílaba antecedente

Conforme Nascimento (2011), sílabas átonas antecedentes ao pronome não favorecem a variável reduzida *cê*. A linguista se apoia no princípio de alternância rítmica, proposto por Selkirk (1984 *apud* ABOUSALH, 1997). De acordo com o estudioso, deve-se evitar não só a adjacência de sílabas tônicas, mas também longas sequências de sílabas átonas (lapsos de acento). Os exemplos abaixo mostram ocorrências de *cê* com antecedente átona, o que ocasiona o lapso acentual.

(12) pra me garantir na área da Educação porque aí sim eu tinha habilitação pra poder dar aula porque às vezes **cê chegava** assim *cê* às vezes era questionado ‘ah mas num tem licenciatura e tá dando aula é só bacharel em Direito’ entendeu? (GOMS36 – João)

(13) na época que eu estudava é... os professores cobrava muito respeito né? e era atividade **cê** tinha o dia certinho (GOFC31 – Marilene)

Como pode ser verificado nos trechos acima, acredita-se que as sílabas átonas antecedentes à forma reduzida *cê* não favoreçam a variante reduzida *cê*. Aventa-se que a sílaba tônica antecedente favoreça a forma reduzida *cê*, conforme os exemplos abaixo:

(14) eu também ligo pa polícia aí eles falam ‘ah mas num adianta ir que eles vão abaixar **cê** tem que abrir um TCO’ então assim lá no tempo novo eles nunca podem ir (GOFS41 – Andreia)

(15) não... **cê** podia brincar na rua até tarde despreocupado (GOMS49 – Roger)

Verifica-se nos trechos acima – (14) e (15) – que não houve lapso acentual, pois, em (14), a sílaba átona antecede a forma *cê*, e em (15), também não ocorre o lapso acentual, pois “não” é uma sílaba tônica que antecede a forma reduzida *cê*. Portanto, observa-se que as sílabas tônicas antecedentes favorecem a forma reduzida *cê* e evitam o lapso acentual.

Variáveis morfossintáticas

Esta seção dedica-se à explanação das variáveis morfossintáticas coalescência do pronome ao verbo e paralelismo.

Coalescência do pronome ao verbo

A variante reduzida *cê* aproxima-se de clíticos como “se, me, lhe, etc”, devido a restrições a determinados contextos, como complemento de preposição, entre outros, que o distingue dos outros clíticos, pois apresenta maior mobilidade sintática. Assim, *cê* permite que diferentes categorias sintáticas ocorram intermediárias entre a variável e o verbo, tais como:

(16) eu acho que ***cê*** tinha cara de querer ajudar tipo ajudar as pessoas (GOFC28 – Andressa)

(17) aí vamo criar um festival né? alguma coisa que atraia as pessoas que propicie opções né? para o turismo não... tem né? você ver que tem várias atrações na cidade você tem festival gastronômico você tem o FICA ***você*** tem semana santa ***cê*** tem carnaval mas são tópicos marcados no calendário e acaba fica aqueles espaços enorme sem nada nada nada (GOMS36 – João)

Em ambas as orações acima, os pronomes em estudo são coalescentes ao verbo, tanto com a forma plena *você* quanto com a forma reduzida *cê*. Aventa-se, pois, a hipótese de que a coalescência do pronome ao verbo favoreça o emprego da forma reduzida *cê*.

Advérbio de negação (pleno/tônico: não; ou foneticamente reduzido: num):

(18) parece assim... seu rostinho parece que é conhecido mas lembro de te ver no supermercado quando ***cê*** trabalhava ***cê*** num trabalhou lá? (GOFC28- Andressa)

(19) é um bairro tranquilo de famílias ***você*** num vê ninguém diferente (GOMS49 – Roger)

Em (18), observa-se a coalescência entre o pronome e o verbo *trabalhar*, além do uso do pronome *cê* junto ao advérbio não “num” junto ao pronome *cê*. No excerto (19), há a redução do advérbio *num* junto ao pronome *você*. Acredita-se que a coalescência do pronome ao advérbio seja o que mais favorece o emprego da forma reduzida *cê*.

Advérbio/locução adverbial:

(20) contavam né? contava história sobre aquele morro das lajes ali aquela história que falava sobre a índia que parece uma índia deitada ali ***cê*** nunca ouviu falar? (GOMS36 – João)

É possível observar, nos exemplos acima, que alguns constituintes interpolados entre o verbo e o clítico estão em uma posição fixa, como os advérbios de negação (*não* e *num*), os monossílabos tônicos (*já*, *só*) e o verbo adjacente ao pronome, casos que favorecem o uso do clítico.

Em contrapartida, acredita-se que os demais grupos de fatores não favoreçam o uso da forma reduzida *cê*. Aventa-se a hipótese de que a coalescência do pronome e o verbo, coalescência do pronome ao advérbio com a forma reduzida “num” favoreça o emprego da forma reduzida.

Paralelismo

É dividido em dois grupos: Paralelismo I (paralelismo das formas pronominais), que constitui o uso reiterado de uma mesma variante em uma sequência discursiva, ou seja, se a forma vem como o primeiro elemento na série, também será a forma escolhida nas demais ocorrências, conforme exemplo abaixo:

(21) se **você** fica um tempo aqui **você** acaba parecendo um pouco com o pessoal daqui de Goiás (GOMS24 – Caio)

(22) **cê** pode perguntar pra ele pai **cê** parou por causa do V. de S. eu acho que vai ser por causa do V. mas talvez por causa da... (GOMS45 – Roger)

(23) e aqui em Goiás não **cê** anda pra todo lado **cê** num precisa de gastar **cê** vai aonde for e tudo né? então é eu acho que isso tudo é prazeroso demais da conta pra mim (GOFS49 – Analice)

Observa-se que, no trecho (21), o pronome *você* ocorre duas vezes, ou seja, é o segundo elemento da série, anterior a *você*. No item (22), utiliza-se *cê* como primeiro da série e também como segundo em série e, no trecho (23), utiliza-se *cê* como primeiro, segundo e terceiro em série.

Acredita-se que, quando se utiliza o pronome reduzido *cê* em uma frase, predomina, nas séries, a forma reduzida e que nas variáveis 2ª em série e 3ª em série anterior a *cê*, seja mais frequente o emprego da forma reduzida *cê*.

Em Paralelismo II (Paralelismo das formas reduzidas), analisam-se as formas reduzidas adjacentes ao pronome de segunda pessoa, como o *num* (redução do não) e *tá, tava* (redução do verbo *estar*), entre outros, conforme exemplo abaixo:

(24) hoje em dia **cê num** tem segurança igual na casa do meu pai todo mundo conhece meu pai (GOFS20-Amanda)

(25) depois que explode tem que contar ne falar o que qui foi e você ser amiga demais da pessoa às vezes **você num** quer falar né? entendeu?

No trecho (24), observa-se o paralelismo da forma reduzida *num* junto ao pronome *cê*. Em (25), também há o paralelismo da forma reduzida, mas junto à forma plena do pronome *você*.

Com base em Nascimento (2011), aventa-se a hipótese de que as formas reduzidas adjacentes ao pronome de segunda pessoa, como *num* (redução de *não*), *tá* (redução do verbo *estar*), *tive* (redução de *estar*), favoreçam o uso da variante reduzida *cê*.

Variáveis semânticas: referência do pronome

A noção de referência pode ser específica ao interlocutor ou indeterminada (genérica), como afirma Cançado (2005). Para essa variável, são considerados dados somente da segunda pessoa do singular, a fim de verificar a qual referente o interlocutor está se referindo. Câmara Jr. (2006 [1980]) propôs um esquema para facilitar o entendimento do pronome em relação a sua referência, como pode observar abaixo:

- P1: 1ª pessoa do singular
- P2: 2ª pessoa do singular
- P3: 3ª pessoa do singular
- P4: 1ª pessoa do plural
- P5: 2ª pessoa do plural
- P6: 3ª pessoa do plural

Nascimento (2011) afirma que Corradello (1997) propôs empregos distintos no que se refere ao uso do pronome *você* em relação ao seu referente, usando, para isso, as terminologias que Câmara Jr. (2006 [1980]) apresentou:

Quadro 1 – Graus de indeterminação do pronome *você* (CORRADELLO, 1997)

Graus de indeterminação do pronome <i>você</i> (CORRADELLO, 1997)	Equivalente na terminologia proposta por Câmara Jr. (1980)
Referente ao próprio locutor (+1ª – 2ª – 3ª)	P1
Referente ao locutor + grupo específico de indivíduos, no qual o interlocutor não é incluído (+ 1ª -2ª + 3ª)	P4 exclusivo
Referente a uma terceira pessoa (- 1ª – 2ª + 3ª)	P3 ou P6
Referência às pessoas em geral (1ª +2ª +3ª)	P4 inclusivo

Fonte: Nascimento (2011, p. 126)

Além desses casos, foram acrescentados, nesta pesquisa, os de uso genérico (híbridos), e os sem-referência (expletivos), como se observa abaixo:

(26) é a correria do dia a dia de quando **cê** mora na cidade grande aqui é bem tranquilo bem gostoso de morar (GOFC28 – Andressa)

(27) eu lembro de **você** da minha infância muitas memórias (GOFS35 – Maria)

(28) né? eu não sei se **você** nasceu aqui né? e tudo mas já tem um bom tempo eu sei que **você** mudou daqui mas retornou né? então assim você tem muito muito tempo de estrada de Vila Boa (GOFS49- Analice)

(29) exemplo hoje é terça feira amanhã eu tenho que trabalhar cedo **cê** pode só abaixar um pouquinho porque nossa casa é parede e meia (GOFS35 – Maria)

(30) a) eu investiria mais na Educação que é o mais importante que se **você tem** Educação **cê** num tem ladrão né? (GOFS35 – Maria)

Observa-se acima que, na fala do informante (26), a referência ao pronome é genérica (híbrida) e, na do informante (27), a referência ao pronome foi específica ao interlocutor. Em (28) e (29), houve especificidade ao interlocutor e o trecho (30) é um exemplo do expletivo (sem referência). Aventa-se a hipótese de que a referência específica e o expletivo sejam os que mais favoreçam a forma pronominal de segunda pessoa reduzida na fala dos moradores da Cidade de Goiás.

Variáveis discursivas

As variáveis discursivas se dividem em duas: discurso reportado (em que relata um fato de outra pessoa) e o discurso não reportado (é quando ele conta a sua própria história).

Discurso reportado

(31) ela levantou e perguntou ‘nossa **cê** me deu um beijo dormindo’ ele ‘não eu num dei beijo nenhum não’ perguntou pra todo mundo e ninguém tinha dado beijo nenhum nela (GOFS22 – Amanda)

(32) eu sempre respeitei a ideia de que samaritano que ela pregava sabe? ela falava ‘olha às vezes **você** vai ter situação que pessoas do seu lado não vai te ajudar mas vai vir um desconhecido que vai te ajudar’ e eu acredito nisso até hoje (GOMC38 – Lúcio).

Observa-se que, nos trechos acima, os informantes relataram um fato que alguém contou ou falou para eles, ou seja, reportaram o discurso de outrem.

Discurso não reportado

(33) eu não falaria viu? eu acho que eu ficaria chateada só (risos) mas num falaria nada com **você** quando morava lá com meus pais meus pais sempre se incomodaram muito com barulho (GOFS42 – Rosineide)

(34) D1: tava comecei fazer academia mas aí tá tão puxado

S1: mas é puxado não dá conta não por que aí **cê** chega em casa tem os afazeres de casa tem criança tem tarefa pra fazer então **cê** tem que (GOFC30 – Heliana)

Nos trechos acima, constata-se que, em (33) e (34), os informantes relataram histórias que aconteceram com eles próprios. Portanto, com base em Nascimento (2011), acredita-se que a forma plena *você* seja favorecida pelo uso do discurso reportado.

Fatores extralinguísticos

Foram investigadas três variáveis: sexo/gênero, escolaridade e faixa etária, a fim de observar qual delas favorece o emprego da forma pronominal *você* ou *cê* na fala dos vilaboenses.

Variável sexo/gênero

A variável sexo/gênero remete à distinção entre cada um dos termos da dicotomia, já que o primeiro se refere a uma diferença biológica (homens e mulheres) e o segundo diz respeito às características da estrutura social e cultural em que os indivíduos se encontram inseridos, conforme afirma Cheshire (2002).

Para alguns estudiosos (LABOV, 2001; CHAMBERS, 1995), as mulheres têm maior sensibilidade às variantes de maior prestígio e também tendem a ser mais acessíveis aos processos de mudanças linguísticas. De acordo com Gonçalves (2008), no tocante à variação entre os pronomes de segunda pessoa do singular, as mulheres empregam mais as formas com maior prestígio social do que os homens.

Embora não se possa afirmar que *cê* seja uma variante estigmatizada no PB, ou na fala vilaboense, aventa-se que as mulheres possam dar mais preferência ao uso da variável plena *você*, pelo fato de ser uma forma mais conservadora. Tal fato corroboraria o panorama social da sociedade vilaboense, onde ainda se cultivam hábitos e crenças tradicionais. Acredita-se que a língua seria, então, um reflexo desses valores.

Variável faixa etária

A variável faixa etária é alvo de muitas pesquisas na Sociolinguística brasileira e, por meio dela, pode-se detectar a possibilidade de mudança em progresso de uma variável em uma determinada comunidade de fala.

Nascimento (2011) afirma que, na cidade de São Paulo, os falantes mais jovens e os mais velhos favorecem o emprego da variante reduzida *cê*, ao passo que a faixa etária intermediária desfavorece o uso da variante reduzida *cê*.

Acredita-se que os falantes da Cidade de Goiás possam seguir uma tendência semelhante à apresentada pelos paulistanos, em que os falantes mais jovens empreguem mais a forma reduzida *cê*, sinalizando, assim, uma possível mudança em progresso.

Variável escolaridade

Entende-se que os indivíduos mais escolarizados tendem a usar a variável plena *você*, em virtude de seu maior contato com a norma culta. De acordo com Nascimento (2011), quando utilizada com referência específica, a variante *cê* é mais frequente do que a forma plena, entre os falantes com nível superior e entre aqueles que cursaram nível médio.

Acredita-se que, na fala vilaboense, a variante *cê* seja mais frequente entre falantes de menor nível de escolaridade, com menor exposição à norma culta.

Considerações finais

As considerações presentes neste capítulo são um recorte de uma pesquisa em andamento. Sabe-se que *você* é resultante da gramaticalização de *vossa mercê*, que, mais prototipicamente, significava *vosso favor*, *vossa graça*, em referência aos monarcas. Logo, era um item lexical, que depois de um processo de gramaticalização para, então, ser considerado um pronome de tratamento. Assim como em outras comunidades de fala do Brasil, em Goiás, a alternância entre *você* e *cê* é bastante frequente.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi desenvolvido um estudo sociolinguístico qualitativo acerca do emprego do pronome de segunda pessoa *você* e *cê* na cidade de Goiás. Foi constituído um *corpus* com 24 falantes, oriundos da Cidade de Goiás e estratificados de acordo com o sexo/gênero, escolaridade (ensino médio e superior) e faixa etária (de 25 a 35 e 36 a 50 anos).

Para tal, foram analisados fatores linguísticos, fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-discursivos, e também sociais, potenciais condicionadores da alternância das formas

em estudo. Além disso, foram expostos trechos das entrevistas gravadas com vilaboenses que caracterizam todas as variáveis abordadas.

Com base nas ocorrências extraídas do *corpus* de fala vilaboense, em uma análise qualitativa da variável em questão, pode-se aventar que *cê* apresenta indícios de cliticização na Cidade de Goiás, a exemplo do que ocorre em outras comunidades linguísticas do PB. A análise estatística dos dados permitirá confirmar ou refutar as hipóteses levantadas.

Referências

ABOUSALH, E. S. F. *Resolução de choques de acento no português brasileiro: elementos para uma reflexão sobre a interface sintaxe-fonologia*. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ALVES, N. A. *As formas VOCÊ e CÊ e a Indeterminação do sujeito no Português Brasileiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ANDRADE, A. L; V. S. de. *A variação de você, cê, ocê no português brasileiro falado*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BOLÍVAR, T. M. V. *A forma VOCÊ em interações comerciais em Porto Alegre, RS*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1980.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford, UK; Cambridge, USA: Blackwell, 1995.

CORRADELLO, E. de F. A. *Quem é você? – análise de um pronome pessoal*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

DIAS, E. P. *O uso do tu no português brasiliense falado*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FARACO, C. A. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. 13. ed. Curitiba: UFPR, 1996. p. 51-82.

FREITAG, R. M. K. *Documentação sociolinguística: coleta de dados e ética em pesquisa*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

GONÇALVES, C. R. *Uma abordagem sociolinguística do uso das formas você, ocê e cê no português*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge University Press, 1993.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Oxford UK & Cambridge, EUA: Blackwell, 2001.

LABOV, W. *The logic of nonstandard English*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.

LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LOREGIAN-PENKAL, L. *Reanálise da referência de segunda pessoa na fala da região sul*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/22530/T%20-%20LOREMI%20LOREGIAN-PENKAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LUCCA, N. N. G. *A variação tu/você na fala brasiliense*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARTINS, G. F. *A alternância Tu/Você/Senhor no município de Tefé – Estado do Amazonas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MODESTO, A. T. T. *Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos-SP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, I. B. do. *O uso variável do pronome de segunda pessoa você(s)/ cê(s) na cidade de São Paulo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAREDES SILVA, V. L. P. O retorno do pronome tu à fala carioca. *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 160-169.

PERES, E. P. *O uso de você, ocê e cê em Belo Horizonte: um estudo em tempo aparente e em tempo real*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

QUEIROZ-ANDRADE, C. *Tu e mais quantos? – A segunda pessoa na fala brasiliense*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RAMOS, J. O uso das formas você, ocê e cê no Dialeto Mineiro. *In*: HORA, D. da. *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 43-60.

RAMOS, J. O surgimento de um novo clítico no português Brasileiro: análise quantitativa e qualitativa da forma cê. *In*: GÄRTNER, E. *et al.* (ed.). *Estudos de Sociolinguística Brasileira e portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, v. 15, p. 181-189, 2000.

RAMOS, J. Gramaticalização em processo. *In*: VITRAL, L.; RAMOS, J. (org.). *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2006.

SCHERRE, M. M. P. *Análise e mapeamento de três fenômenos variáveis no português brasileiro*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq para o triênio 2010-2013, em parceria com o Prof. Dr. Anthony Julius Naro (inédito). 2010-2013.

SCHERRE, M. M. P. *et al.* Variação dos pronomes tu e você. *In*: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

VITRAL, L. A Interpolação de se e suas consequências para a teoria da Cliticização. *In*: VITRAL, L.; RAMOS, J. (org.). *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006b.

VITRAL, L. A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Minas Gerais: Faculdade de Letras da UFMG, ano 5, n. 4, v. 1, 1996.

VITRAL, L.; RAMOS, J. Gramaticalização de você: um processo de perda de informação semântica? *In*: VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização – uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte: Faculdade de Letras (FALE)/UFMG, 1999.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Linguistic Change. *In*: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195. Disponível em: <http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/books/hist00.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

O USO DE FORMAS PRONOMINAIS DE SEGUNDA PESSOA EM FUNÇÃO SINTÁTICA DE NÃO SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: COMPARAÇÃO DE DUAS SINCRONIAS

Fernanda Favaro Bortoletto

André Antonelli

Introdução

O sistema de clíticos no português brasileiro (doravante PB), em particular os de 1ª e 3ª pessoa, tem sido alvo de um amplo debate, tanto em uma perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Cyrino (2003), por exemplo, investiga a relação entre perda de pronomes clíticos e presença do objeto nulo, com um maior foco nas ocorrências de 3ª pessoa e o clítico *se* (cf. também CYRINO, 1993). Na mesma linha de investigação, há também o trabalho de Oliveira (2007), que observa a distribuição das formas variantes que substituem os clíticos de 3ª pessoa. Já Galves e Lobo (2009), por exemplo, analisam a questão da colocação dos clíticos, isto é, a alternância ênclise/próclise, sobretudo com os pronomes átonos de 1ª e 3ª pessoa (cf. também GALVES; ABAURRE, 2002; PAGOTTO, 1992).

O que se observa, porém, é que discussões envolvendo os pronomes clíticos de 2ª pessoa têm recebido menos atenção. Uma das razões para esse menor interesse pode estar relacionada ao fato de os clíticos de 2ª pessoa serem atestados em menor quantidade do que clíticos de 1ª e 3ª pessoa. Monteiro (1994), por exemplo, apresenta uma análise quantitativa das ocorrências de pronomes clíticos no PB. O autor mostra que, em 953 dados de clíticos coletados em seu *corpus*, apenas 12 são manifestações do clítico *te*, representando apenas 1% da soma total.

É importante mencionar, no entanto, a existência de alguns estudos que focalizam esses elementos, como é o caso do trabalho de Oliveira, Lopes e Kenedy (2017), os quais, em um eixo sincrônico, estudam os clíticos de segunda pessoa buscando descobrir quais são as suas formas mais frequentes no PB atual e tentando explicar os motivos que favorecem o seu uso. Já em uma perspectiva diacrônica, Oliveira (2015) também investiga os pronomes clíticos de 2ª pessoa, mas sua pesquisa é centrada nos dativos, utilizando como *corpus* cartas pessoais escritas entre 1880 e 1980 (cf. também LOPES; SOUZA; OLIVEIRA, 2013).

O interesse de nosso trabalho é contribuir para uma melhor compreensão das formas pronominais de 2ª pessoa, especificamente daquelas em função sintática de não sujeito. Em nossa investigação, olharemos para o uso tanto de itens pronominais clíticos ou não, comparando a dinâmica de duas sincronias do PB. Essa pesquisa toma como material de análise dois *corpora* gravados e transcritos, um da década de 1970 e outro da década de 90. Em última instância, queremos verificar em que medida essas duas sincronias do PB se assemelham ou não no que diz respeito ao uso de formas pronominais de 2ª pessoa em função de não sujeito.

Esse capítulo encontra-se organizado da seguinte maneira. Inicialmente, fazemos uma apresentação da metodologia empregada nessa investigação, detalhando, entre outras questões, aspectos relacionados aos *corpora* escolhidos e à dinâmica de coleta dos dados. Na sequência, apresentamos nossa análise comparativa, discutindo os pontos divergentes e semelhantes entre os dois períodos. Por fim, como última parte do trabalho, fazemos algumas considerações a título de conclusão.

Metodologia

Nessa pesquisa, foram utilizados dois *corpora*. Um deles é o Projeto Norma Linguística Urbana Culta do Rio de Janeiro (doravante NURC-RJ)¹, que foi desenvolvido entre os anos de 1972 e 1978 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desse *corpus* em particular, selecionamos os dados extraídos de diálogos entre dois informantes. O outro material eleito para a análise é o *corpus* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), mais especificamente a amostra denominada Banco de Dados Internacionais (doravante BDI).

Inicialmente, foram coletadas dos *corpora* todas as sentenças que tenham um elemento de segunda pessoa não sujeito foneticamente visível. Os exemplos de (1) a (4) ilustram ocorrências analisadas em nossa pesquisa.

(1) Eu vou **lhe** dizer uma coisa. (NURC-RJ/D2-296)

(2) Eu vou **te** pagar. (BDI-8)

(3) Estou **te** sentindo. (NURC-RJ/D2-147)

(4) Que a gente pede **pra vocês**. (BDI-9D)

O exemplo (1) é um caso que ilustra um pronome clítico tradicionalmente classificado como de 3ª pessoa, o *lhe*, sendo utilizado como pronome de 2ª pessoa do singular. A mesma sentença poderia ser expressa com o pronome clítico de 2ª pessoa do singular *te*, como observado em (2), pois, em ambos os casos, tem-se um clítico dativo. Em (3), observa-se o uso do clítico *te*, assumindo função de objeto direto. O último exemplo, em (4), aponta o uso de 2ª pessoa por meio de um pronomeônico preposicionado na função sintática de objeto indireto.

¹ Disponível em: <https://nurcrj.lettras.ufrj.br/>.

O passo seguinte foi a classificação de cada dado, levando-se em consideração as seguintes variáveis, linguísticas e não linguísticas:

- a) natureza do elemento de 2ª pessoa: clítico ou pronome tônico;
- b) se pronome tônico: precedido por preposição ou não;
- c) se clítico: *te* ou *lhe*;
- d) grau de referencialidade: pessoal ou impessoal;
- e) faixa etária do informante: i) 19-25 anos, ii) 26-49 anos, iii) 50-70 anos²;

O terceiro passo metodológico consistiu em uma quantificação dos resultados a fim de viabilizar a análise comparativa entre as duas sincronias.

Análise comparativa

Qualquer língua natural apresenta mudanças ao longo do tempo. Esse caráter heterogêneo, desencadeado pelas mais diversas causas, é atestado em todos os níveis estruturais (KROCH, 2000). O fato de que todas as línguas se modificam no eixo temporal torna imprescindível a realização de investigações que procurem estudar o funcionamento de uma língua em diferentes momentos históricos, a fim de verificar não só o produto final da mudança, mas também a maneira como se deu o processo de transformação. No presente capítulo, mostramos a natureza heterogênea do PB no âmbito das duas amostras de dados aqui comparadas. No que se segue, apontamos algumas dessas diferenças observadas nas duas décadas em análise.

Inicialmente, apresentamos a frequência das formas pronominais de 2ª pessoa em função sintática de não sujeito. Como mostra a tabela 1, na década de 70, os clíticos eram a forma pronominal mais utilizada pelos falantes, com uma frequência de uso de 63,29%. Já na década de 90, como aponta a tabela 2, há uma situação inversa, com a predominância na frequência de pronomes tônicos, ainda que em um patamar não tão superior quanto o que foi observado para os clíticos na década de 70. Enquanto na amostra do NURC a frequência dos clíticos era 26,59% superior à de pronomes tônicos, na amostra BDI a frequência de pronomes tônicos é 7,25% superior à frequência de elementos clíticos.

² A divisão em faixas etárias foi aplicada apenas aos dados do NURC, que apresentam esse tipo de informação. Em relação aos dados do BDI, algumas das gravações foram recolhidas anonimamente, impossibilitando saber exatamente a faixa etária de alguns falantes.

Tabela 1 – Uso de pronomes em função sintática de não sujeito nos anos 70

	N	%
Clítico	50	63,29
Tônico	29	36,7
Total	79	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Uso de pronomes em função sintática de não sujeito nos anos 90

	N	%
Clítico	32	46,37
Tônico	37	53,62
Total	69	100

Fonte: Elaboração própria

Vários estudos apontam para um decréscimo no uso de formas clíticas ao longo da história do PB. Cyrino (1993), por exemplo, faz um levantamento do uso de clíticos e formas tônicas desde o século XVI até a década de 70 do século XX (1973), levantamento este que apresentamos na tabela 3.

Tabela 3 – Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos

Período	clítico 1ª p	clítico 2ª p	clítico 3ª p	clítico -o proposicional	tônico 1ª p	tônico 2ª p	tônico 3ª p
1ª XVI	29.0	29.4	34.8	6.8	-	-	-
2ª XVI	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
XVII	20.3	16.4	52.3	11.0	-	-	-
1ª XVIII	36.5	19.3	27.8	6.4	-	-	-
2ª XVIII	40.1	15.8	27.0	7.1	-	-	-
1838-44	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6	-	4.0
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9	-	0.9
1960	51.1	-	16.3	-	2.2	11.9	18.5
1973	28.0	24.0	4.0	-	-	-	44.0

Fonte: Cyrino (1993)

Como se vê na tabela 3, ainda que de fato haja um decréscimo na frequência de clíticos, particularmente se compararmos o período do século XX em relação aos séculos anteriores, essa diminuição é mais nítida nas formas clíticas de 3ª pessoa. Enquanto as formas clíticas de 1ª e 2ª pessoa, em 1973, apresentam níveis de frequência similares ou até superiores ao que é observado em períodos anteriores, as formas clíticas de 3ª pessoa apresentam um claro declínio. De fato, em 1973, clíticos de 3ª pessoa representam apenas 4% das formas pronominais, um quadro muito diferente do que é atestado, por exemplo, na 1ª metade do século XVI, quando correspondiam a 34,8% de todas as formas pronominais. Na década de 70 do século XX, as formas pronominais de 3ª pessoa caracterizam-se quase exclusivamente como elementos tônicos. No caso específico das formas tônicas de 2ª pessoa, ao menos na amostra de Cyrino (1993), elas são atestadas unicamente na década de 1960.

Nossos dados mostram que as formas tônicas de 2ª pessoa apresentam um aumento de frequência, mas não nos níveis apontados por Cyrino para o acréscimo das formas tônicas de 3ª pessoa. O que observamos é que as formas clíticas de 2ª pessoa apresentam um nível de resistência maior do que os clíticos de 3ª pessoa. De fato, talvez se possa falar de desaparecimento de clíticos de 3ª pessoa, já que clíticos de 1ª e 2ª pessoa (e aqui mostramos particularmente em relação aos de 2ª pessoa) apresentariam níveis de frequência ainda robustos. Nesse sentido, então, nossos dados de certa maneira corroboram as tendências já visualizadas no trabalho de Cyrino (1993), que apontam para dinâmicas diferentes entre formas pronominais de 3ª pessoa de um lado e formas de 1ª e 2ª pessoa de outro lado³.

Um olhar mais atento sobre as formas clíticas nos mostra uma diferença explícita entre os usos do clítico *te* e *lhe* em nossa amostra de dados. Essas formas clíticas foram as únicas atestadas em nossa coleta de dados. Na década de 70, como aponta a tabela 4, a forma clítica *te* é a mais utilizada, ainda que haja um número considerável de ocorrências com *lhe*. Essa distribuição contrasta claramente com os resultados da década de 90, apresentados na tabela 5. Nesse período, não são atestadas ocorrências com o clítico *lhe*. Assim, percebe-se que, com o passar do tempo, a redução no uso dos clíticos afeta de maneira mais aguda certas formas em comparação a outras, como mostra o panorama de produtividade das formas átonas *te* e *lhe*⁴.

3 Nunes (1990) e Fernandes (2000) discutem a permanência de formas pronominais reflexivas clíticas no PB.

4 Sobre o clítico *lhe* no PB atual, cf. Ramos (1999) e Brito (2001).

Tabela 4 – Uso de *te* e *lhe* nos anos 70

	Nº	%
<i>Te</i>	28	56,00
<i>Lhe</i>	22	44,00
Total	50	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 – Uso de *te* e *lhe* nos anos 90

	Nº	%
<i>Te</i>	32	100,00
<i>Lhe</i>	0	0,00
Total	32	100,00

Fonte: Elaboração própria

Nossos dados mostram que essa diminuição no uso de *lhe* já está em curso na própria década de 70. Como mostra a tabela 6, o clítico *lhe* é a forma menos utilizada pelos falantes mais jovens, isto é, o grupo etário composto por informantes com idade entre 19 e 25 anos. Já entre os falantes do grupo etário 50-70 anos, como revela a tabela 7, o vocábulo *lhe* é a forma mais utilizada. Esses dados indicam que, já na década de 70, o uso do clítico *lhe* estava em processo de transformação, sendo ainda empregado por falantes mais velhos e utilizado em menor frequência por falantes jovens.

Tabela 6 – Uso de *te* e *lhe* no grupo etário 19-25 anos na década de 70

	Nº	%
<i>Te</i>	17	94,44
<i>Lhe</i>	1	5,56
Total	18	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 – Uso de *te* e *lhe* no grupo etário 50-70 anos na década de 70

	Nº	%
<i>Te</i>	8	33,33
<i>Lhe</i>	16	66,67
Total	24	100,00

Fonte: Elaboração própria

Em relação às formas pronominais tônicas de segunda pessoa, observa-se uma alteração de paradigma referente às preposições que podem acompanhar o elemento pronominal. Essa mudança é vista particularmente no caso da variação *a/para*. Como apresentado na tabela 8, no *corpus* dos anos 70, a preposição *a* é mais frequente no uso com pronomes tônicos do que a equivalente *para*. No entanto, ao confrontar com os dados da década de 90, percebe-se que a preposição mais recorrente nas ocorrências é *para*, conforme visto na tabela 9.

Tabela 8 – Uso das preposições *a/para* com pronomes tônicos nos anos 70

	Nº	%
A	9	64,29
Pra/para	5	35,71
Total	14	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9 – Uso das preposições *a/para* com pronomes tônicos nos anos 90

	Nº	%
A	1	9,10
<i>Pra/para</i>	10	90,90
Total	11	100,00

Fonte: Elaboração própria

Em sua tese de doutorado, Kewitz (2007) discute os usos das preposições *a* e *para*. A autora mostra que, no PB, a preposição *para* faz-se mais presente, sobretudo em contextos informais. Nomeando essa preposição de “forma inovadora”, Kewitz (2007, p. 126) argumenta que “a variedade popular do português – menos susceptível à influência da escola e da norma – prefere o uso da forma inovadora **para**, restringindo a preposição **a** a poucos contextos”.

Buscando entender a dinâmica de mudança que afeta o uso das preposições *a* e *para*, a autora propõe que a forma *a* sofre alterações de natureza morfo-fonológicas. A ideia é que esse item lexical, por ser átono e foneticamente reduzido, tenha passado por um processo de desaparecimento na oralidade, deixando de ser produtivo no PB. Esse enfraquecimento morfo-fonológico abriria espaço para que a preposição *para* passasse a ocupar, em termos sintáticos, os mesmos espaços em que a preposição *a* anteriormente se manifestava de maneira mais robusta.

Aqui, é possível fazer um paralelo entre essa mudança no emprego de certas preposições e o decréscimo no uso de formas clíticas. Os pronomes clíticos são elementos átonos que

se ancoram fonologicamente ao elemento verbal (GALVES; ABAURRE, 2002). Dentro desse contexto, considerando que a preposição *a* é também um elemento fonologicamente átono, poderíamos pensar que possivelmente a preposição *a* esteja passando pelo mesmo fenômeno de apagamento pelo qual têm passado as formas clíticas de 3ª pessoa (*o* e *a*), já que possuiriam uma natureza fonológica semelhante.

Assim como os clíticos, é possível notar que esse processo de mudança no uso de preposições do PB seja algo que possivelmente estivesse acontecendo desde antes da década de 70. Ao se examinar as tabelas 10 e 11, nas quais mostramos a frequência de uso das preposições *a* e *para* nos anos 70 em relação à faixa etária, percebe-se que o grupo formado por pessoas mais jovens demonstra preferência no uso da preposição *para*, ao passo que o grupo etário de 50 a 70 anos apresenta uma frequência oposta, com 100% das ocorrências entre esses falantes representando formas preposicionadas com *a*. Evidentemente, esses dados devem ser analisados com uma devida cautela, tendo em vista a baixa quantidade de ocorrências. De qualquer modo, nossos resultados podem ser tomados como um ponto de partida para futuros trabalhos que procurem equacionar a relação entre a variação *a/para* e a questão relativa à faixa etária dos falantes.

Tabela 10 – Uso das preposições *a/para* com pronomes tônicos no grupo etário 19-25 anos na década de 70

	Nº	%
A	1	20,00
Pra/para	4	80,00
Total	5	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 11 – Uso das preposições *a/para* com pronomes tônicos no grupo etário 50-70 anos na década de 70

	Nº	%
A	7	100,00
Pra/para	0	0,00
Total	7	100,00

Fonte: Elaboração própria

Assim como foram encontradas transformações na língua com o decorrer do tempo, destacam-se também aspectos que não se modificaram de uma década para a outra. Por exemplo, nota-se que em ambos os períodos, é mais comum encontrar o uso de pronomes tônicos acompanhados de preposições, como visto nas tabelas 12 e 13.

Tabela 12 – Uso de preposições com pronomes tônicos na década de 70

	Nº	%
Com preposição	26	89,65
Sem preposição	3	10,35
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 13 – Uso de preposições com pronomes tônicos na década de 90

	Nº	%
Com preposição	31	83,78
Sem preposição	6	16,21
Total	37	100,00

Fonte: Elaboração própria

A semelhança entre as décadas também se faz presente ao se analisar o grau de referencialidade das formas pronominais de segunda pessoa. Conforme apontado nas tabelas 14 e 15, nota-se que o uso de pronomes, clíticos ou tônicos, com referência pessoal é a opção mais utilizada.

Tabela 14 – Nível de referencialidade das formas pronominais (clíticos e tônicos) na década de 70

	Nº	%
Pessoal	55	69,62
Impessoal	24	30,38
Total	79	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 15 – Nível de referencialidade das formas pronominais (clíticos e tônicos) na década de 90

	Nº	%
Pessoal	31	58,49
Impessoal	22	41,50
Total	53	100,00

Fonte: Elaboração própria

É importante destacar, no entanto, que, ainda que a frequência de referencialidade pessoal nas formas pronominais de 2ª pessoa em função sintática de não sujeito seja maior do que a opção impessoal, essa preferência sofre um declínio na década de 90 em torno de 10 pontos percentuais. Pesquisas com amostragem de dados mais recentes seriam interessantes para verificar se essa alteração revela de fato uma tendência ou é simplesmente uma flutuação estatística que não denota uma mudança de paradigma.

Conclusões

Após recolher todas as formas pronominais de segunda pessoa em função gramatical de não sujeito de cada *corpus* individualmente, analisá-las dentro de variáveis e fazer a comparação dos dados obtidos de uma década com a outra, concluímos que a língua, de fato, passou por mudanças nesse âmbito com o passar dos anos.

A análise comparativa comprovou o fenômeno de queda dos clíticos tal como já apontado por autores como Cyrino (1993) e Oliveira (2007), entre outros. Em nossa base de dados, esse desaparecimento se mostra de modo mais contundente com o clítico *lhe*, que não é atestado nos anos 90. Em relação ao clítico *te*, temos também um certo declínio na frequência de uso, mas seu uso continua sendo atestado de modo robusto.

Algo semelhante foi observado em relação às preposições *a* e *para*, que acompanham pronomes tônicos de 2ª pessoa. Os dados mostram a queda do uso da preposição *a* e aumento da forma *para*, resultado este que vai ao encontro do estudo de Kewitz (2007).

Além das mudanças encontradas ao se analisar comparativamente as duas décadas, observamos aspectos que se mantiveram semelhantes na língua. Neste trabalho, destacamos duas questões. Uma delas diz respeito ao uso ou não de preposições com pronomes tônicos, fenômeno este que se manteve estável, com uma preferência por formas tônicas preposicionadas. Outra questão diz respeito ao nível de referencialidade das formas pronominais, que, em ambas as décadas, apresenta uma preferência por formas pronominais de natureza semântica pessoal.

Referências

BRITO, O. R. M. *Faça o mundo te ouvir: a uniformidade de tratamento na história do português brasileiro*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2001.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-185.

CYRINO, S. M. L. Para a história do português brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. *Revista Letras de Hoje*, v. 38, p. 31-47, mar. 2003.

FERNANDES, L. P. *De volta ao famigerado se*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

GALVES, C.; ABAURRE, M. B. M. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (org.). *Gramática do português falado* – volume IV: estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 267-312.

GALVES, C.; LOBO, T. Ordem dos clíticos. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (org.). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 174-207.

KEWITZ, V. *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no Português Brasileiro (séculos XIX e XX)*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (org.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden, MA: Blackwell, 2000. p. 699-729.

LOPES, C. R. dos S.; SOUZA, C. D. de; OLIVEIRA, T. L. de. A frequência e o delineamento da gramática: a afixação do clítico *te* no português brasileiro. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 17, p. 376-397, 2013.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma Gramática do Português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NUNES, J. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. 1990. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

NURC-RJ – Projeto Norma Linguística Urbana Culta – RJ. Disponível em: <http://www.nurcrj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, p. 147-185, nov. 2007.

OLIVEIRA, T. L. de. Os pronomes dativos de 2ª pessoa na escrita epistolar carioca. *Revista LaborHistórico*, n. 1, p. 81-98, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, T. L. de; LOPES, C. R. dos S.; KENEDY, E. O processamento dos clíticos de 2ª pessoa do singular no português brasileiro. *Revista SOLETRAS*, n. 33, p. 105-136, jan./jun. 2017.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/peul/index.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

RAMOS, C. M. A. *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo do português brasileiro/ espanhol peninsular*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, 1999.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

POR ENTRE LÍNGUA E SOCIEDADE: OS USOS LINGUÍSTICOS DOS BACHARÉIS GUARULHENSES

Bruno Tavares Costa
Hosana dos Santos Silva

Introdução

A construção do discurso sobre a diferença entre o português do Brasil e o português europeu certamente antecede a emancipação geográfica e sociopolítica do Estado brasileiro, mas é somente na segunda metade do século XIX, no processo de formação dos projetos nacionalistas, que as discussões sobre a língua brasileira assumem aspectos propriamente políticos. Com efeito, em 1868, em *Novos Ensaios Críticos*, Pinheiro Chagas não somente critica a suposta incorreção gramatical nos textos de José de Alencar, mas também afirma que, até aquele momento, diferentemente das repúblicas espanholas, cuja formação exigiu árduo labor do ex-colonizado, o Brasil não teria existência nacional fortemente caracterizada que lhe possibilitasse a firmação de uma literatura própria. Ademais, diferentemente dos Estados Unidos, não teria tomado qualquer iniciativa no movimento civilizador do mundo, que emprestasse índole às suas proposições literárias. De modo semelhante, Feliciano de Castilho (Cincinnato) e Franklin Távora (Sempronio), em 1871, publicaram na revista *Questões do Dia* críticas severas à literatura alencariana, desvalorizando as escolhas linguísticas do escritor, mas não somente isso. Naquele contexto em que Alencar se manifestava abertamente contra o imperador D. Pedro II, Castilho e Távora mobilizaram-se em um debate político, que visava à desqualificação do autor e do que ele representava para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, vale lembrar que, ainda em 1871, Antonio Henriques de Leal, embora focalizando as obras alencarianas, estende sua crítica muito além daquela literatura, impondo a todos os brasileiros o dever de preservar a língua portuguesa:

Deixemos, pois, de vez essa monomania de criar um idioma brasileiro [...]. Estudemo-la [a língua portuguesa] em comum, portugueses e brasileiros, e tratemos todos de desarraigar dela tantas parasitas que a vão enfraquecendo, disformando e esgotando-lhe a seiva da vida, de modo a torná-la ainda um dia um cadáver (LEAL, 1978).

Nas décadas seguintes, as críticas à língua brasileira alcançaram espaços sociais, políticos e culturais mais amplos, de tal modo que, considerando os diversos contextos concretos nos

quais as relações de poder se realizam, o debate sobre os brasileirismos se apresentou como um lugar de luta entre portugueses e brasileiros pelo domínio dos instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social¹.

É importante notar que essa disputa linguística decorre não somente da posse sociopolítica prévia, própria do período colonial, que coloca a jovem nação em estado permanente de ex-colônia portuguesa, mas diz respeito à condição do Brasil oitocentista oligárquico, escravocrata e mestiço, cuja natureza vulgar passa a ser repudiada pelas elites locais. De fato, no recorte interno, rejeitam-se as línguas e culturas dos grupos minorizados e se estigmatizam as variedades formadas nas camadas populares, as quais, na inter-relação com as variedades autorizadas e socialmente valorizadas, são observadas como língua de gente selvagem. Nesse espaço social, em que os debates são controlados pelos grupos dominantes, atendendo seus próprios anseios, o valor da língua portuguesa não é questionado, mas somente o direito brasileiro de modificá-la.

Considerando esse quadro geral, discutimos, neste estudo², o significado social da variação linguística em textos produzidos por um grupo específico, os bacharéis guarulhenses. Descrevemos e analisamos a posição dos clíticos pronominais *me, te, lhe, nos, vos, o, a* e suas variantes³ na escrita de Crispiniano Soares, Siqueira Bueno e Cerqueira César. Interessam-nos, sobretudo, as relações entre as escolhas linguísticas desses sujeitos e as condições sociais de produção da língua, focalizando o lugar ocupado pelos grupos letrados e o espaço social em que seus usos linguísticos adquirem valor.

O estudo se desenvolve com base em pesquisas sociolinguísticas (PINTO, 1978; PAGOTTO, 1992; OLIVEIRA, 2011; SANTOS SILVA, 2012; RIBEIRO, 2015; COAN, 2017), estudos históricos (VIOTTI DA COSTA, 1999; LIMA, 2003; ALONSO, 2002) e sociológicos (BOURDIEU, 1989, 2007, 2008).

Brasileiros e brasileirismos

A próclise ao verbo em primeira posição absoluta (V1) é comumente observada como um traço sintático especialmente relevante para compreensão dos padrões de ordenação dos clíticos pronominais no português, porque deixa visível, na superfície dos textos, a distância entre a gramática brasileira e a portuguesa. Embora a posição V1 seja conservadora de ênclise nos diversos períodos históricos, aqui e além-mar, os estudos sociolinguísticos indicam um

1 Discutimos a noção de instrumentos de conhecimento e de expressão da realidade social nos termos de Bourdieu (1989).

2 Os dados dessa pesquisa foram coletados no âmbito de pesquisa de Iniciação científica desenvolvida por Bruno Tavares Costa. CNPq nº 138435/2020-0. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) / Unifesp nº 2440070520.

3 Neste trabalho, optamos pela exclusão do clítico “se” dos *corpora* em análise, uma vez que esse elemento gramatical possui natureza e propriedades distintas das dos clíticos acusativos citados.

processo de mudança em direção à próclise no português brasileiro, iniciada no século XVIII e implementada no século XX, e a preservação de uma gramática predominantemente enclítica no português europeu (cf. PAGOTTO, 1992; LOBO, 2001; CARNEIRO, 2005; MARTINS, 2009).

Por outro lado, os dados de Pagotto (1992) evidenciam um aumento gradativo dos percentuais de ênclise no PB em orações-raiz com verbo antecedido por sujeito, delineando uma curva que vai de 15%, na segunda metade do século XVIII, para 71%, nas primeiras décadas do século XX, com decréscimo nos anos seguintes. Na pesquisa de Carneiro (2005), os percentuais de ênclise em construções com sujeito pré-verbal aumentam de 40%, no século XVIII, para 77%, entre os autores nascidos nas últimas décadas do século XIX.

Segundo Pagotto (1992), a emergência de um padrão enclítico nos oitocentos pode ser observada como consequência da pressão social exercida pelo português europeu no Brasil. De fato, naquele período, a variedade culta europeia, revestida de valores propriamente sociais, gozava o prestígio de língua legítima. Entretanto, Oliveira (2011), ao analisar as orações não-finitas antecidas por preposição, observa que o aumento do uso de ênclise na escrita de letrados brasileiros não encontra correspondência com o modelo linguístico português que, apesar de alguma variação, se especializou no uso enclítico em contexto morfossintático de verbo não-finito antecedido por preposição *a* e no uso proclítico com as demais preposições. Na escrita dos brasileiros, nesse contexto sintático, a ênclise é generalizada, configurando-se um movimento de afastamento em relação ao padrão do PE.

De acordo com Santos Silva (2012), os intelectuais republicanos paulistas fazem uso de uma “gramática de escrita” própria do português brasileiro, caracterizada pela predominância de ênclise em contexto de orações não-finitas introduzidas por preposição e, ainda, pelo licenciamento de ênclise em orações dependentes.

Segundo Ribeiro (2015), na produção escrita de professores e funcionários da Escola Normal e do Ginásio da Capital, no início do século XX, o padrão de ordenação dos pronomes em orações não-finitas preposicionadas é predominantemente enclítico, para todas as preposições, com pequena variação apenas diante da preposição *de*. Na interpretação de Ribeiro, a Escola Normal, observada como um espaço de ascensão social, e seus funcionários, professores e estudantes (grande parte mulheres) conservavam as variedades linguísticas prestigiadas e chamadas clássicas, o que levou esse grupo a assumir forte vinculação ao normativismo linguístico da época.

O que se observa, portanto, é um movimento social de grupos letrados brasileiros que, no contexto de desenvolvimento nacionalista, reconhecendo os princípios de hierarquização social e as possibilidades oferecidas pela língua, procuram legitimar e impor seus próprios usos

linguísticos⁴. A opção pela ênclise, nesse caso, cumpre a função de afastar, a um só tempo, tanto o português vernáculo, socialmente desprestigiado, quanto o modelo europeu, cujas propriedades se constituem como legítimas (OLIVEIRA, 2011; SANTOS SILVA, 2012).

Não que a intelectualidade portuguesa aceitasse de bom grado esse projeto brasileiro. Conforme evidenciamos na introdução deste estudo, observa-se até algum desprezo por parte de certos grupos lusitanos, para quem os intelectuais brasileiros seriam mal-formados e a língua usada por eles seria mais que defeituosa. No Brasil, um exemplo claro desse posicionamento pode ser encontrado em Julio Ribeiro (2007 [1885]), segundo o qual o homem cientificamente preparado, o verdadeiro doutor, dominaria as diversas áreas de conhecimento, da matemática à política e à arte, e seria usuário da “boa” língua falada em Portugal. Conforme observa Coan (2017), isso supostamente correspondia ao oposto da formação dos intelectuais republicanos paulistas, tais como Prudente de Moraes e Campos Sales que, segundo Ribeiro, não estariam preparados para debater os problemas da sociedade moderna. Os títulos de bacharéis, nesse caso, contribuíam para distanciar os intelectuais republicanos dos chamados “caipiras”, mas nada além disso (COAN, 2017).

Ainda nessa direção, os debates entre os gramáticos Cândido de Figueiredo e Paulino de Brito, entre outros, deixam ver que os portugueses arrogavam a si a condição de herdeiros legítimos e fiéis depositários da língua portuguesa, manifestando desprezo aos chamados brasileirismos (SANTOS SILVA, 2017). De outra parte, os brasileiros debatiam-se contra sua própria língua, história e cultura. Note-se que Paulino de Brito, ao mesmo tempo em que defendia os brasileirismos, visando estabelecer princípios de hierarquizações mais benéficos aos letrados brasileiros, se afastava das línguas e culturas dos povos negros e indígenas, rejeitando as variedades do português oral, comumente usadas por grupos socialmente inferiorizados (SANTOS SILVA, 2017).

Os bacharéis guarulhenses

A discussão geral sobre as escolhas linguísticas dos brasileiros e sobre as ações sociopolíticas e socioculturais voltadas à legitimação, nacionalização e normatização da língua portuguesa no Brasil deixa em aberto todas as questões a propósito da distância social real entre os sujeitos integrantes desse grupo mais amplo a que denominamos bacharéis. Nesse ponto, é necessário indagar se as diferenças regionais ou as distâncias geográficas, considerando a valoração desigual dos espaços sociais, interferem nas escolhas linguísticas dos bacharéis guarulhenses ou se a identidade social forjada pela formação escolar, origem étnica e social e, sobretudo, pela percepção de uma classe social distinta – a dos bacharéis –, suplanta essas outras diferenças.

⁴ Tomamos o conceito de “propriedades legítimas” seguindo Bourdieu (2008).

No contexto mais amplo, podemos dizer que João Crispiniano Soares, Cerqueira César e Siqueira Bueno, nascidos na primeira metade do século XIX, em Guarulhos, vinculados a importantes instituições paulistas, como a Academia de Direito de São Paulo (ADSP), as Câmaras Legislativas, a imprensa, estavam em interação real e concreta no espaço público. Contudo, para além disso, precisamos considerar as estruturas das relações sociais de classes, estruturantes das situações interacionais, que nos permitem considerar a produção linguística desses sujeitos como produção de um grupo.

Na trilha dessas relações, iniciando por um simples corte biográfico, temos que Crispiniano Soares, o Conselheiro Crispiniano, originário de uma família pobre, se formou bacharel (1834) e doutor (1835) pela Academia de Direito de São Paulo, exercendo ali, a partir de 1854, a função de professor catedrático de Direito Romano (FERRAZ, 2009; RANALI, 2002). Ligado ao partido liberal, ocupou vários cargos políticos, inclusive a presidência da província de São Paulo (1864). Considerado ícone da cultura guarulhense, é citado no hino municipal, assim como João Álvares de Siqueira Bueno que, nascido na mesma freguesia, em 1834, ganhou a reputação de herói emancipacionista por defender a política regional, representando as comunidades mais abastadas, sobretudo nas ações em prol da emancipação de Guarulhos (SANTOS, 2006). Proprietário de terras, tanto em Guarulhos como na capital, e pertencente à família de políticos locais, Bueno bacharelou-se na ADSP, em 1858, e filiou-se ao partido liberal, atuando como deputado provincial, vereador e intendente de higiene da capital (RANALI, 2002; SANTOS, 2006).

Por fim, José Alves de Cerqueira César, nascido na mesma cidade, em 1835, tornou-se bacharel em Direito (1860) pela ADSP. Primo de Siqueira Bueno, cunhado de Campos Sales e sogro de Júlio de Mesquita, foi apontado como republicano ortodoxo (RANALI, 2002). Exerceu diversos cargos políticos e participou da fundação de várias instituições, inclusive do clube republicano de Rio Claro (1872), que viria a se tornar o Partido Republicano de Rio Claro, no qual teve grande atuação. Participou da criação do jornal *A província de São Paulo* (1875) e da Sociedade Filarmônica de Rio Claro (1879), tornando-se seu presidente.

Os textos selecionados foram produzidos no decorrer do século XIX, entre 1835 e 1892. Trata-se de um longo período de desenvolvimento da sociedade brasileira, em que a cidade de São Paulo torna-se um lugar de disputas políticas e de formação (ou conformação) de identidades. É importante o fato de que, desde a fundação da ADSP, em 1827, São Paulo transformou-se em uma cidade acadêmica, cuja imagem se associou a dos bacharéis. Conforme propõe Adorno (1988, p. 79), para além do conhecimento propriamente jurídico, os intelectuais formados pela Academia, educados e disciplinados, do ponto de vista político e moral, segundo teses e princípios liberais, produziam um saber sobre a nação que avançava para outros objetos

de saber. Dessa forma, de acordo com o autor, os estudantes, ao fazerem parte da Academia, eram expostos, logo cedo, ao debate militante e político, assentando esse lugar como um espaço de sociabilidade, que possibilitou a inter-relação dessa comunidade (ADORNO, 1988). Além disso, esses intelectuais (liberais moderados, novos liberais, republicanos liberais, positivistas, entre outros), bacharéis vindos da Academia de Direito de São Paulo, ocupavam grande parte das cadeiras do poder público e burocrático da província (CARVALHO, 1980).

Quanto ao processo de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo, bem sabemos que a produção cafeeira despontou na pauta de exportação na década de 1850 (cf. ELLIS JUNIOR, 1979). Na década seguinte, a inauguração do trecho São Paulo-Jundiaí possibilitou a expansão e modernização da lavoura, desencadeando diversas mudanças na província, notadamente o estabelecimento da cidade de São Paulo como ponto central no trânsito das importações e exportações.

Nesse passo, boa parte dos historiadores considera a década de 1870 como o momento de transição da sociedade rural e provinciana à sociedade urbanizada, destacando, inclusive, o expressivo crescimento da população paulista, especialmente pela entrada de imigrantes nos últimos anos do século XIX.

Além disso, em 1870, é criado o Partido Republicano Paulista (PRP), expresso como representante da ascensão econômica de grupos ligados à produção cafeeira, isto é, republicanos liberais e federalistas científicos (ALONSO, 2002). Descontentes com a centralização política da monarquia, que excluía esses empreendedores das decisões políticas provinciais, os republicanos reivindicavam uma República Federativa, haja vista que São Paulo havia se tornado centro econômico e não possuía suficiente representação política e social. A ideia prevalecente no Manifesto Republicano de 1870 era a de que a Monarquia se apresentava como anomalia na América republicana. Nesse sentido, criticavam-se a centralização excessiva, a vitaliciedade do Senado, as fraudes eleitorais, o cerceamento às liberdades e, ainda, apontavam-se as deficiências de D. Pedro II como estadista (VIOTTI DA COSTA, 1999, p. 387).

Nesse contexto, observando o recorte espaço-temporal deste trabalho, chega-se até Nossa Senhora da Conceição, freguesia anexa à São Paulo, até 1880, e povoada desde 1560. Depois do ciclo do ouro na atual região guarulhense de Lavras, ao longo do século XVIII, a economia local ficou estagnada. Conforme Ranali (2002), no fim do século XIX, a economia da região era baseada nos engenhos produtores de álcool e aguardente e no cultivo de verduras e café. Estabelecida na condição política de freguesia, manteve-se distante dos centros de investimentos em políticas públicas e, também, não acompanhou o crescimento de São Paulo (SANTOS, 2006). Nesse sentido, iniciou-se um ímpeto emancipacionista, figurado, sobretudo, pelo deputado provincial Siqueira Bueno. Entretanto, como observa Santos (2006), com a

ascensão de Guarulhos (Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, até 1906) a título de vila, atenderam-se, especialmente, os interesses particulares dos grandes donos de terra (notadamente, junto dos de Guarulhos, os da Penha e Juqueri), garantindo-lhes mais influência política e valorização de seus imóveis e empreendimentos individuais (VIANA, 2012).

No entanto, a principal característica da lavoura municipal era abastecer a cidade de São Paulo. Essa posição secundária desagradava o poder público local, pois refletia, junto de outras municipalidades não-cafeicultoras, uma posição acessória no crescimento socioeconômico da província (SANTOS, 2006).

É especialmente relevante o fato de que essa condição sociopolítica de Guarulhos refletiu, também, na constituição e reprodução de discursos acerca da identidade das áreas dedicadas à lavoura. Segundo Santos (2006), fixava-se na imagem do guarulhense o “modo de vida caipira”, já que a região ficou conhecida como “cinturão verde/agrícola” ou “cinturão caipira”, fomentando, segundo o autor, a estereotipagem daqueles que figuravam ou residiam nas zonas de lavouras e nas de industrialização de bens primários⁵.

Em que pesem as diferenças e os distanciamentos sociais entre a cidade de São Paulo e a Vila de Guarulhos, é importante o fato de que os bacharéis guarulhenses, cuja escrita analisamos, se estabeleceram em lugares sociais comuns, sobretudo no que tange às posições pleiteadas pela elite intelectual paulista, formada na Academia de Direito de São Paulo. Ainda que o interior dessas instituições se apresente como campo de disputas e debates, consideramos que os bens simbólicos em circulação nesses espaços, inclusive a língua, serviram de amálgama para a formação das identidades do grupo. Como estamos lidando com língua escrita, em que propriedades como pronúncia ou prosódia não são levadas em consideração, acreditamos que a variável região, ainda que se estabeleçam comparações entre zona rural e urbana, não afeta a produção linguística desses falantes.

A língua comum dos letrados

Para desenvolvimento desta pesquisa, foram coletados documentos diversos (atas, relatórios, mensagens, discursos, textos legais e artigos publicados em jornais), produzidos por cada um dos três falantes. Conforme fizemos notar na introdução deste estudo, focalizamos a distribuição dos clíticos *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *o*, *a* e suas variantes, nos seguintes contextos:

(1) Orações dependentes introduzidas por um pronome relativo ou por uma conjunção subordinativa:

⁵ De acordo com Atique, Burattini e Dias (2016), a tese sobre o “cinturão caipira” foi discutida inicialmente pelo geógrafo Jürgen Langenbuch em Langenbuch (1968). Para Lins (2003) e Viana (2012), a posição do geógrafo citado é reducionista, haja vista, entre outros aspectos, uma certa produção agropecuária diversificada na época.

a. “[...] Ao que sobre este assumpto escreveu o Sr. vice-presidente da provincia, no relatorio **com que passou-me** a administração, só tenho a accrescentar [...]” (SOARES, João Crispiniano. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1864).

b. “Duas forças elevaram-me ao posto que occupo desde de Dezembro: a lei, **que me impunha**, como substituto, exercicio de um cargo publico abandonado, e um movimento revolucionario [...]” (CÉSAR, José Alves de Cerqueira. Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo de São Paulo, 1892).

(2) Orações não-finitas preposicionadas:

a. “[...] acabão **de manifestar-me** com uma nomeação [...]” (BUENO, João Alves Siqueira. Manuscrito, 1881).

b. “[...] caso seja Ella concedida, **para substitui-lo** nesse cargo o cidadão José Francisco de Abreu.” (CÉSAR, José Alves de Cerqueira. Mensagem, 1889).

(3) Orações contendo complexos verbais (verbo finito + verbo infinitivo)⁶:

a. “[...] não é elle de natureza tal que se não encontrem facilmente pessoas, **que o possam desempenhar** vantajosamente [...]” (SOARES, João Crispiniano. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1864).

b. “[...] Cumprindo o preceito constitucional, **venho expor-vos** a situação do Estado; obedecendo ao espirito republicano que o dictou [...]” (CÉSAR, José Alves de Cerqueira. Mensagens apresentadas ao Congresso Legislativo de São Paulo, 1892).

Para assegurar que a variação desses clíticos nos *corpora* de guarulhenses não é caso de idiosincrasia e que há, portanto, uma pressão social específica, relacionada às condições de produção linguísticas e às posições sociais ocupadas pelos falantes, propomos um quadro comparativo com os estudos de Oliveira (2011), Santos Silva (2012), Ribeiro (2015) e Coan (2017).

De modo geral, a computação dos dados linguísticos dos bacharéis guarulhenses nos ofereceu um percentual primário de 47,1% (258 ocorrências) para próclise e 52,9% (290 ocorrências) para ênclise. Esses dados, evidentemente, não esclarecem, pela exposição da porcentagem simples, os usos específicos de cada contexto morfossintático, tampouco evidenciam a pressão que cada ambiente interno exerce na distribuição linguística, uma vez que, por exemplo, em contexto de orações dependentes, a escolha pela próclise é quase categórica.

⁶ Excluímos dos *corpora* orações V1 finito + V2 participio.

Orações dependentes

As orações dependentes, em conjunto com as coordenadas, seguiram a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Orações dependentes/coordenadas (Cerqueira César)

	Próclise	Ênclise	Total
Orações relativas	29 (100%)	0	29
Orações coordenadas	3 (50%)	3 (50%)	6
Outras orações dependentes	5 (100%)	0	5
Total	37	3	40

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Orações dependentes/coordenadas (Siqueira Bueno)

	Próclise	Ênclise	Total
Orações relativas	6 (75%)	2 (25%)	8
Orações coordenadas	0	1 (100%)	1
Outras orações dependentes	1 (33,4%)	2 (66,6%)	3
Total	7	5	12

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Orações dependentes/coordenadas (Crispiniano Soares)

	Próclise	Ênclise	Total
Orações relativas	111 (89,5%)	13 (10,5%)	124
Orações coordenadas	12 (21,05%)	45 (78,95%)	57
Outras orações dependentes	72 (84,7%)	13 (15,3%)	85
Total	195	71	266

Fonte: Elaboração própria

Excluindo as orações coordenadas, há, em média, preferência de 88,1% pela próclise (224 ocorrências de 254). Do grupo, somente Cerqueira César não emprega ênclise nesse contexto morfosintático. Isso não significa, entretanto, que esse falante rejeite definitivamente essas construções. Nos textos analisados, é possível observar a ordem *Vcl* em orações dependentes com o pronome *se*, as quais não integraram o *corpus* desta pesquisa.

Independentemente disso, os usos linguísticos dos guarulhenses apresentam tendência proclítica semelhante àquela observada nos dados de republicanos paulistas, conforme análise de Santos Silva (2012):

Tabela 4 – Orações Dependentes – Bacharéis guarulhenses x Republicanos Paulistas (SILVA, 2012)

Ordenação pronominal	Bacharéis Guarulhenses	Alberto Sales	Campos Sales	Prudente de Moraes	Rodrigues Alves	Júlio Mesquita
Próclise	88,1%	92,2%	88,8%	71,4%	93,3%	100%
Ênclise	11,9%	7,8%	11,2%	28,6%	6,7%	0%

Fonte: Elaboração própria

Embora a predominância da ordem c/V em orações dependentes já seja esperada, especialmente porque, na história da língua portuguesa, esse é um contexto de conservação de próclise, é sempre necessário discutir a ocorrência de ênclise nesse ambiente linguístico, sobretudo por se tratar de uma variante comumente avaliada e corrigida pelos gramáticos. Note-se que, nos debates desenvolvidos no século XIX, letrados portugueses rejeitavam essas construções, classificando-as como incorretas, defeituosas e de cunho nativista.

Muitos estudos sobre o português brasileiro interpretam a ênclise em orações dependentes como uma tentativa de alcançar a gramática do português europeu, tal como se observa em Lobo (2001) e Martelotta *et al.* (2009). Contudo, reconhecendo a posição ocupada pelos letrados no espaço social brasileiro e reconhecendo as pressões sociais sobre a língua, potencializadas tanto pelo discurso em favor da autonomia linguística do Brasil, quanto pelo discurso de condenação dos brasileirismos, é possível afirmar que, na disputa entre portugueses e brasileiros, não se estabeleceram as condições necessárias para a instalação de processos de hipercorreção linguística. Conforme evidencia Santos Silva (2012), com base em Bourdieu (2008), a hipercorreção se realiza numa relação hierarquizada, em que os grupos socialmente subalternizados tentam se apropriar dos produtos linguísticos mais valorizados, os quais, de modo geral, correspondem às variedades usadas pelos grupos dominantes. Sem domínio suficiente do saber que pretende alcançar e inseguros quanto à sua própria produção linguística, esses falantes adotam um rigorismo que conduz ao erro. Bem sabemos que a intelectualidade brasileira oitocentista, ciente dos processos de valoração e legitimação da língua, não estabeleceu com Portugal uma relação de subordinação, mas de disputa efetiva pelo poder de impor seus próprios produtos linguísticos.

Orações não-finitas preposicionadas

Outro contexto morfossintático importante para adequada compreensão das escolhas linguísticas dos guarulhenses é o de orações não-finitas preposicionadas, um dos ambientes linguísticos menos revisados nas gramáticas dos séculos XIX e XX. Alguns estudos sociolinguísticos evidenciam que o tipo de preposição é um fator interno relevante na ordenação dos clíticos pronominais. Nesse sentido, Godoy (2006) observa que, até o século XVI, há predomínio de próclise em infinitivas introduzidas pela preposição *a*, *de* e *para*. Entretanto, a partir do século XVII, passa a haver intensa variação na ordem dos clíticos em contextos de preposição *de* e *para*, mas com predominância de construções enclíticas com a preposição *a*.

Em nosso estudo, das 548 ocorrências do clítico, 131 são realizadas em orações não-finitas preposicionadas. Desse total, apenas 6,87% (9 orações) são construções com próclise.

Os dados revelam, portanto, uma tendência enclítica, independentemente de qual seja a preposição, tal como se observa nos estudos de Santos Silva (2012), com relação ao grupo de republicanos paulistas:

Tabela 5 – Orações preposicionadas (Bacharéis guarulhenses)

Colocação em orações não-finitas	C. Soares	C. César	S. Bueno	Total
Próclise	5 (4,23%)	3 (37,5%)	1 (25%)	9 (6,87%)
Ênclise	113 (95,77%)	5 (62,55%)	4 (75%)	122 (93,13%)
Total	118	8	5	131

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 – Orações preposicionadas – Bacharéis guarulhenses x Republicanos Paulistas (SANTOS SILVA, 2012)

Intelectual x Colocação	Bacharéis Guarulhenses	Alberto Sales	Campos Sales	Prudente de Moraes	Rodrigues Alves
Próclise	6,8%	1,8%	5,2%	4,8%	39%
Ênclise	93,2%	98,2%	94,8%	95,2%	61%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 – Ênclise em orações preposicionadas – Bacharéis Guarulhenses x Oliveira (2011)

Intelectual x Colocação	Bacharéis Guarulhenses	J. Alencar	A. Azevedo	M. Assis	L. Barreto	M. Andrade
Próclise	6,8%	9,2%	16,5%	45,5%	57,4%	88,1%
Ênclise	93,2%	90,8%	83,5%	54,5%	42,6%	11,9%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8 – Orações preposicionadas – Bacharéis guarulhenses x Santos Silva (2012), Ribeiro (2015) e Coan (2017)

Intelectual x Colocação	Bacharéis Guarulhenses	Intelectuais Republicanos (SILVA, 2012)	Escola Normal e Ginásio da Capital (RIBEIRO, 2015)	Culto à Ciência e Ginásio de Campinas (COAN, 2017)
Próclise	6,8%	17,1%	7,7%	18,52%
Ênclise	93,2%	82,9%	92,3%	81,48%

Fonte: Elaboração própria

Considerando os limites dos dados apresentados, podemos dizer que a gramática dos bacharéis guarulhenses é enclítica, tal como é a dos intelectuais republicanos, dos escritores românticos e dos sujeitos que frequentavam as instituições Culto à Ciência, Ginásio de Campinas, Escola Normal e Ginásio da Capital, demarcando, portanto, uma posição conservadora em relação aos escritos de Mário de Andrade que, no começo do século XX, são predominantemente proclíticos.

Grupos verbais

O último ambiente linguístico que consideramos em nosso estudo foi o de orações contendo grupo verbal composto por um verbo finito e um verbo infinitivo. Nesse contexto morfossintático, o clítico pode estar proclítico ou enclítico ao primeiro verbo (c/V V/ V-c/ V) ou pode se alocar junto ao verbo não-finito (V c/V/ V V-c/).

É possível notar, nesse sentido, que há diversos condicionamentos internos para a ocorrência do clítico em posições altas no PE, uma vez que esse fenômeno depende dos tipos de verbos com que o clítico se fixa ou, também, de elementos proclisadores antecedendo o verbo finito, como evidencia Santos Silva (2012), ao discutir estudos diacrônicos do PE. De todo modo, Pagotto (1992) nota uma queda dessa propriedade, a partir do século XX. Seus dados revelam, ainda, que, nesse momento, começam a aparecer na escrita construções V c/V (33 ocorrências de 327), indicando uma inovação linguística no português brasileiro. Além disso, Carneiro

(2005) e Martins (2009) oferecem um panorama diacrônico similar, haja vista que, nos dados desses estudos, é possível observar que a ênclise ao segundo verbo está em queda na escrita de autores nascidos a partir da segunda metade do século XIX, enquanto a ordem V c/V se torna majoritária.

Na produção escrita dos guarulhenses, há indícios de que, na segunda metade do século XIX, ainda havia resistência aos usos de próclise ao segundo verbo, uma vez que esses sujeitos não utilizaram a construção V c/V em nenhuma das 99 ocorrências registradas em nossos dados:

Tabela 9 – Grupos verbais (Bacharéis guarulhenses)

	C. Soares	C. César	S. Bueno	Total
cl V V	7	3	0	10 (10,1%)
V-cl V	12	1	1	14 (14,14%)
V c/V	0	0	0	0
VV-cl	62	10	3	75 (75,75%)
Total	81	15	4	99

Fonte: Elaboração própria

Essa distribuição se compara com os dados analisados por Santos Silva (2012):

Tabela 10 – Complexos verbais na escrita paulista – Bacharéis guarulhenses x Republicanos paulistas (SANTOS SILVA, 2012)

Intelectual x colocação em verbo de complexos verbais	Bacharéis Guarulhenses	Alberto Sales	Campos Sales	Prudente de Moraes	Rodrigues Alves	Júlio Mesquita
cl VV	10,1%	32%	36,1%	20%	51%	77,8%
V-cl V	14,4%	3,9%	7,3%	0%	0%	0%
V cl V	0%	7,5%	2,4%	8%	18%	0%
V V-cl	75,75%	56,6%	54,2%	72%	31%	22,2%

Fonte: Elaboração própria

Os dados relativos aos grupos verbais confirmam que, embora o português brasileiro avance em direção à próclise ao segundo verbo, o grupo dos bacharéis prefere a ênclise, valendo-se, assim, em meio às desigualdades próprias da segunda metade do século XIX, de um repertório linguístico raro e menos controlado pelos compêndios gramaticais.

Considerações finais

A análise dos usos linguísticos de bacharéis nascidos na região que corresponde à atual cidade de Guarulhos, lugar com sócio-história própria e desenvolvimento político peculiar, reflete um padrão de ordenação pronominal semelhante àqueles observados na produção linguística de escritores românticos, como Álvares de Azevedo e José de Alencar (cf. OLIVEIRA, 2011) e, também, na escrita dos grupos letrados assentados socialmente em São Paulo, conforme demonstrado nos estudos de Santos Silva (2012), Ribeiro (2015) e Coan (2017). Nesses estudos, essa variedade linguística comum aos paulistas, caracterizada pela alta frequência de construções enclíticas, mesmo em domínios sintáticos em que os portugueses preferem a próclise, é observada como um marcador de distinção social das elites brasileiras, disposto a operar para a conservação da distância social em relação ao elemento europeu e em relação aos grupos nacionais socialmente inferiorizados (negros, indígenas, imigrantes).

Nesse quadro geral, a variável origem de nascimento parece não influenciar as escolhas linguísticas desses falantes. A análise da escrita de bacharéis com origens distintas, sejam de Piracicaba, Campinas, Guaratinguetá ou Guarulhos, conduz à conclusão de que a classe e a posição social, a formação e os vínculos institucionais, especialmente aqueles estabelecidos por meio da Academia de Direito de São Paulo, constituem fatores decisivos para formação desse grupo sociolinguístico (cf. SANTOS SILVA, 2012).

Ademais, as produções linguísticas dos bacharéis guarulhenses só podem ser compreendidas pela observação desse contexto social amplo, em que os diversos debatedores das questões linguísticas brasileiras – aqui e em Portugal – estão envolvidos em uma luta pelo domínio dos instrumentos de produção e reprodução linguísticas.

Segundo Bourdieu (1989, p. 12), o que os diferentes grupos sociais disputam é o “poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. Nessas lutas propriamente simbólicas, quem concentra mais recursos, especialmente econômicos, busca impor a legitimidade de sua dominação, quer por meio da produção simbólica, quer por meio de ações ideológicas.

No século XIX, vencer a disputa linguística, por parte dos brasileiros, implicava o estabelecimento de critérios de classificação mais benéficos aos seus próprios produtos linguísticos, distintos do modelo lusitano e ainda mais distantes das variedades orais do português brasileiro, em constante estado de inferiorização social.

Nesse sentido, importa destacar que o apagamento das línguas africanas e a redução das línguas indígenas, como parte do processo de desenvolvimento de uma literatura e de um modelo linguístico propriamente brasileiros, teve como pressuposto a ideia de superioridade da raça branca (LIMA, 2003). Isto é, no complexo contexto em que se forjam as identidades brasileiras, o elemento “branco” foi representado como humanamente superior, ora por meio de uma diferenciação social, ora pela valorização de uma cadeia evolutiva, iniciada pelo colonizador português, com sua língua, cultura e religião. Com efeito, para muitos, a língua não poderia ser mais um elemento de diferenciação entre europeus brancos e brasileiros mestiços; antes, a língua portuguesa, ainda que modificada, cumpriria o papel de garantir o projeto civilizador do Brasil. Isso não modifica a natureza da disputa entre brasileiros e portugueses, porquanto as divisões sociais que levaram à estigmatização dos povos africanos e indígenas não podem ser observadas como peculiaridades brasileiras, mas estão relacionadas a princípios de racialização estruturais, que acompanham as divisões do mundo social.

Referências

ADORNO, S. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ATIQUE, F.; BURATTINI, G.; DIAS, M. Urbanização, transformações espaciais e pressupostos para leitura patrimonial em Guarulhos. *R. Museu Arq. Etn.*, n. 26, p. 115-150, 2016.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *A distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: EdUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

BRITO, P. de. *Brasileirismos de colocação de pronomes – resposta ao sen. Candido de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1908.

BRITO, P. de. *Colocação de pronomes*. Paris: Allaud, 1907.

CARNEIRO, Z. de O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

- CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem. A elite imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CHAGAS, M. Pinheiro. *Novos Ensaíes Críticos*. Porto: Em casa da Viuva Moré – Editora, 1867.
- CINCINATO, L. Q. [pseud.]; CASTILHO, J. F. *Questões do dia: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lucio Q. Cincinato*. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia Imparcial, 1871. t. I.
- COAN, G. I. *Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista*. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ELLIS JUNIOR, A. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar e o ciclo do açúcar*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1979.
- FERRAZ, M. M. de F. O conselheiro João Crispiniano Soares. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 104, p. 987-1016, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67886/70494/89317>. Acesso em: 09 set. 2021.
- GODOY, M. *A colocação dos clíticos no ambiente das orações infinitivas introduzidas por preposição no Português Clássico*. 2006. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/gentle-wiki/arquivos/e/e0/MAHAYANA_MC-IC-Rel.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.
- LANGENBUCH, J. *A estruturação da grande São Paulo*. Estudos de Geografia Urbana. 1968. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1968.
- LEAL, A. H. A literatura brasileira contemporânea. In: PINTO, E. P. (org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. Vol. 1 – 1820-1920 – Fontes para a teoria e a história. São Paulo: EdUSP, 1978. p. 173-184.
- LIMA, I. S. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. *TOPOI*, v. 4, n. 7, 2003.
- LINS, S. Q. F. B. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de muares à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- LOBO, T. *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX*. 2001. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTELOTTA, M. *et al.* Sobre norma e tratamento em cartas a Rui Barbosa. In: AGUILERA, V. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Londrina: EdUEL, 2009. vol. 7, p. 45-92.

MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos XIX e XX*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

OLIVEIRA, M. de. Pluricentrismo na arena linguística. In: SILVA, A. *et al.* (org.). *Línguas Pluricêntricas: variação sociolinguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 681-694.

PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

PINTO, E. P. (org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. Vol. 1 — 1820-1920 — Fontes para a teoria e a história. São Paulo: EdUSP, 1978.

RANALI, J. *Repaginando a História*. Guarulhos: Soge – Faculdades Integradas de Guarulhos, 2002.

RIBEIRO, J. *Cartas Sertanejas; Procellarias* – edição fac-símile. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP, 2007.

RIBEIRO, P. B. *Língua e sociedade: a ordem na escola republicana paulista*. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, C. J. F. dos. *Identidade Urbana e Globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos – SP*. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS SILVA, H. dos. *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas*. 2012. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS SILVA, H. dos. Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 55, 2017.

SEMPRÔNIO (pseud.) TÁVORA, F. Obras de Sênio. O gaúcho: cartas a um amigo. In: CINCINATO, L. Q. [pseud.] CASTILHO, J. F. *Questões do dia: observações políticas e literárias*. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia Imparcial, 1871. t. I.

VIANA, G. F. P. *Tensões e embates na configuração do território de Guarulhos, 1860-1889*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2012.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PERCEPÇÃO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO ATRIBUÍDOS EM ESCALA FAMILIAR EM SÃO PAULO

Marilza de Oliveira

Introdução

Estudos centrados nas estratégias de interlocução realizados pela perspectiva diacrônica têm mostrado variação e mudança entre a forma de 2ª pessoa singular *Tu* e a forma indireta *Você* (BIDERMAN, 1975; SOTO, 2001; LOPES DUARTE, 2003; RUMEU, 2008; MARCOTULIO, 2008). A leitura socioparamétrica desses dois elementos em peças teatrais brasileiras oitocentistas e novecentistas revelou aumento de frequência da forma *Você*, tornando-se quase uma forma exclusiva entre as décadas de 20 e 30 do século XX, o que teria motivado o preenchimento do sujeito no Português Brasileiro (DUARTE, 1993).

Mais recentemente, os estudos diacrônicos buscaram compor um panorama mais amplo do jogo interacional, com inclusão de outras formas de interlocução (LOPES DUARTE, 2003), como *Vós* e expressões nominais como *Vossa Mercê*, *O senhor*, *Vossa senhoria*, *Vossa excelência*, etc. coligidas em amostras de cartas produzidas no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Paraná, nos séculos XVIII e XIX. Entre as expressões nominais, *Vossa Mercê* predominou em Minas e no Paraná; as demais expressões, entre as quais se encontrava *O senhor* (doravante SR), no Rio e na Bahia.

A análise das formas de tratamento em peças de teatro ao longo dos séculos XIX e XX (MACHADO, 2018) apontou nas relações simétricas não-solidárias alta frequência (81%) do uso de SR na segunda metade do século XIX e queda ao longo do século seguinte, despencando para 22%. Já nas relações assimétricas ascendentes, o uso de SR cuja frequência no século XIX girava em torno de 26% atingiu valores acima de 80% na 1ª metade do século XX os quais sofreram decréscimo de 20 pontos percentuais no final do período.

Pesquisas realizadas em outros locais do território nacional acusam aumento de frequência do uso de pronomes *tu* ou *você* para atender as relações assimétricas ascendentes (LEAL; SOARES, 1993; RAMOS, 2011). No caso específico da cidade de São Paulo em teste de atitude que contemplava a pergunta “Qual o pronome que você usa para tratar seu pai, *você* ou *o senhor*?”, foi possível evidenciar o predomínio de *o senhor/a senhora* (doravante SR) em bairros periféricos (LINS *et alii*, 2000) e diferenças em um mesmo bairro, no sentido de que alunos de colégios particulares indicaram usar mais *você* e os de escolas públicas SR (AUGUSTO; SOUZA, 2006).

De maneira geral, esses trabalhos elaboram quadros descritivos das diferentes relações sem observar a diferença interna no tratamento. Assim, nas relações assimétricas ascendentes, não se sabe se pai e mãe, tios e avós são tratados de forma semelhante, bem como as figuras que representam autoridade no espaço escolar. Além disso, fazia-se necessário rever a questão da tipificação e da localização das escolas. Tendo como norte esses questionamentos, este trabalho busca: i) analisar as formas de tratamento ao interlocutor dado pelo aluno a seus pais restringindo o olhar a relações assimétricas ascendentes de forma a recuperar o significado social e expressivo dessas formas pronominais alocutivas informado pela cultura, ii) analisar as formas de tratamento que os pais dos alunos dão a seus genitores, a partir do viés perceptivo dos alunos de Ensino Médio; iii) investigar o peso do gênero do interlocutor; e iv) os contextos interacionais a fim de observar continuidades e rupturas no processo de variação e mudança linguística.

Partindo dos trabalhos que assinalam o avanço do pronome *você* para o tratamento nas relações assimétricas ascendentes (LINS *et alii*, 2000; AUGUSTO; SOUZA, 2000; MACHADO, 2006; RAMOS, 2011, entre outros), hipotetiza-se que: 1) nas regiões periféricas da cidade predomina a forma *SR* em ambientes familiares e escolares; 2) as rupturas linguísticas no âmbito das formas de tratamento são introduzidas pela figura do “tio” e do professor, elementos que atuam como ponte entre a rua e a casa (DA MATTA, 1985) e 3) o gênero feminino do interlocutor funciona como barreira ao avanço do pronome *você* nas relações assimétricas ascendentes.

Enfim, este trabalho pretende colher a percepção dos alunos sobre um motivo em movimento, ou seja, sobre a variação linguística que envolve as formas de tratamento no espaço que lhes é próprio em diferentes pontos da cidade. Apesar de nos concentrarmos aqui no resultado de testes aplicados em apenas quatro escolas, é fundamental salientar que esses testes foram aplicados em outras escolas de outros bairros paulistanos e os resultados foram semelhantes. São resultados de testes de percepção que podem dar pistas referentes aos usos dos alunos, mas que não eliminam a possibilidade de encontrar quadros diferentes ao se pesquisar o efetivo uso linguístico.

Estudos linguísticos sobre pronomes de tratamento nas relações assimétricas ascendentes

Vários trabalhos têm mostrado processos de variação e mudança linguística envolvendo os pronomes de tratamento no português do Brasil. Boa parte dos trabalhos se dedica à variação e competição das formas *tu* e *você* (LOPES; MACHADO, 2005; SOTO, 2007; MARCOTULIO *et al.*, 2007; LOPES, 2008, entre outros). No que concerne ao avanço das formas “*tu/você*”

em detrimento da expressão nominal mais formal *SR*, podemos citar o testemunho dado por Nascentes (1949-1950) que assinalava a redução do uso de “senhor(a)” na díade filho-pai a situações de austeridade, visto que “os pais modernos rejeitam a Senhoria” (p. 61). Já os tios e os demais parentes eram tratados por *SR*, a não ser que houvesse interferência do fator idade o qual acionaria *você*.

Visando a análise de possível mudança linguística em tempo aparente, Ramos (2011) realizou pesquisa entre os universitários em Belo Horizonte, cruzando a data de nascimento dos informantes e a frequência de *você* nas respostas a testes de percepção. A autora observou a entrada do pronome *você* no tratamento aos pais a partir de 1959, com crescimento constante até atingir o índice de 92%, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Data de nascimento X uso de *você*

1939	1949	1954	1959	1964	1969	1974	1982	1987	1989
----	----	----	33%	40%	68%	73%	76%	85%	92%

Fonte: Ramos (2011)

A contínua redução do uso de *SR* e sua substituição por *você* dirigido aos pais a partir, sobretudo, do final da década de 1960 foi interpretada como reflexo da organização familiar. Alicerçando-se em Figueira (1986), segundo a qual a configuração de uma família hierárquica está cedendo lugar à configuração de família igualitária, com maior escolarização e participação da mulher no mercado de trabalho a partir da década de 1950, Ramos interpretou a redução do uso de *SR* à luz da reformulação da organização familiar que tende a ser mais igualitária. A troca de pronome de tratamento seria, portanto, um efeito linguístico da mudança da organização da família. Acrescente-se ainda que a perda do prestígio social da idade levou à sua reavaliação social como um marcador de diferença, no sentido de afastar a noção de respeito que informava culturalmente a forma nominal *SR*, mantendo, porém, a noção da falta de jovialidade.

Com efeito, diferentes pesquisas empíricas têm mostrado o desuso de *SR* na díade filho-pai como corolário de mudanças comportamentais, sendo substituído pelo pronome *tu* em Belém, com 49,13% (LEAL; SOARES, 1993), ou pelo pronome *você* com 54% no Rio de Janeiro (SILVA, 2010) e em Belo Horizonte, cidade em que *você* alcança expressivos 92% (RAMOS, 2011). Como corolário, o uso da forma de tratamento *SR* teria passado a ficar cada vez mais distante das relações pessoais, dando margem a expressões que evocam a tradição católica “Senhor está no céu!” (LEAL; SOARES, 1993; SAMPAIO; JULIÃO, 2014).

Outros trabalhos associam o aumento substantivo da frequência do pronome *você* a mudanças comportamentais que vão na direção da informalidade, como é o caso de Silva

(2010) que, em estudo realizado a partir de entrevista com 30 pessoas nascidas no Rio de Janeiro, investigou o uso de *você* para interlocutores pertencentes a três grupos diferentes: a relação de parentesco (pais, sogros), relação de subordinação e poder (chefe, empregada doméstica, porteiro e autoridades) e a relação professor/aluno. Na relação com o chefe e com uma autoridade, prevalece o uso de SR; na relação aluno/professor, a escolha do pronome depende da situação, da faixa etária e do estilo do professor, e nos demais casos predomina o uso do pronome *você*. A expansão de *você* é justificada pela sua associação com intimidade, familiaridade, amizade, jovialidade e informalidade.

A diferença percentual encontrada entre o estudo de Ramos e os outros dois poderia ser indicativa de comportamentos linguísticos regionais. Entretanto, diferentemente das pesquisas realizadas em Belém e no Rio de Janeiro, o público-alvo dos testes aplicados por Ramos em Belo Horizonte tem nível superior, sugerindo que fatores sociais – como escolaridade – pressionam a mudança linguística do pronome de tratamento.

Em trabalho realizado a partir de testes rápidos de pergunta e resposta sobre “Como você trata seu pai, *você* ou SR?”, aplicados aos alunos do Ensino Médio de escolas de três bairros da Zona Leste, na direção centro-periferia (Tatuapé-Penha-S. Miguel Paulista), Lins *et alii* (2000) observaram que quanto mais próxima se achava a escola do centro da cidade, mais frequentes eram as respostas com o pronome *você* e quanto mais se avançava para a periferia, menos esse pronome era escolhido:

Tabela 2 – Tratamento aos pais, por bairro paulistano

	TATUAPÉ		PENHA		S. MIGUEL	
SR ou O senhor	72/114	63,2%	114/136	83,8%	122/132	92,4%

Fonte: Lins *et alii* (2000)

Em outro trabalho realizado dentro da mesma metodologia, mas aplicado a duas escolas de um mesmo bairro, um colégio católico e uma escola estadual, observou-se maior frequência de *você* entre os alunos do colégio católico:

Tabela 3 – Tratamento aos pais em duas escolas do Tatuapé

	Colégio Católico		Escola Estadual	
Você	29/37	78,0%	34/61	56,0%
SR	03/37	10,0%	24/61	39,0%
Você/Senhor	05/37	12,0%	03/61	5,0%

Fonte: Augusto *et alii* (2000)

Esses resultados sugerem que se a família patriarcal deixou de ser um grupo corporado e um sistema “absorvente”, permaneceu como modelo de autoridade (SARTI, 1992). Com efeito, apesar da relativização da figura do pai como líder do grupo, o qual passou a ser tratado com maior intimidade expressa pelo pronome *você*, há rincões no Brasil em que a submissão da mulher ao marido, o seu papel na direção da casa e a solidariedade interfamiliar são sinais da preservação da organização familiar patriarcal, alimentada pela imigração de elementos (italianos, sírios) informados na mesma prática social e pela migração de nordestinos herdeiros diretos do sistema patriarcal, reforçando o tecido social de reações sociais autoritárias (CÂNDIDO, 1951). Esses antagonismos são colhidos pelos pronomes de tratamento usados na cidade paulistana e no seu entorno, espaços acolhedores dessas massas, como é o caso de São Miguel Paulista. É nesse ambiente multifacetado que buscamos obter instantâneos sobre os movimentos comuns e antagônicos do emprego das formas de tratamento.

Pressupostos teórico-metodológicos

Fazendo dialogar os aspectos sociais e a configuração interna da língua, adotamos a Sociolinguística Variacionista de orientação Laboviana que concebe a língua como um sistema movido pela heterogeneidade ordenada, cujas manifestações linguísticas variáveis são condicionadas seja por princípios internos à estrutura linguística seja por princípios inerentes ao sistema social (WEINREICH *et al.*, 1968). Dentro dessa proposta, a variabilidade que é inerente ao sistema e se manifesta na coexistência e competição das formas, além de explicar, garante a gradualidade das mudanças linguísticas normalmente observáveis no espaço temporal. De forma ilustrativa, a coexistência de formas diferentes de tratamento expõe a variação linguística e a competição entre elas pode levar à seleção de uma em detrimento da outra, caso em que se verifica a mudança linguística. Tal processo, como já apontamos, pode ser observado na leitura diacrônica de um fato linguístico.

Entretanto, a distribuição geográfica pode também iluminar coexistência e o movimento do motivo ou fato linguístico no espaço, de forma a indicar as rupturas e as persistências linguísticas. A análise comparativa das formas de tratamento em diferentes pontos da cidade de São Paulo pode iluminar os percursos de avanços e recuos de estratégias linguísticas.

Para elucidar os movimentos das formas de tratamento, tomamos por fundamentação o trabalho de Brown e Gilman (1960), no qual se elegem as relações de poder e de solidariedade estabelecidas entre os participantes de uma situação comunicativa como modelo para a descrição e interpretação da escolha de pronomes dirigidos a um interlocutor.

Dentro do arcabouço teórico elaborado por Brown e Gilman (1960), a dinâmica das relações humanas envolve atos que simbolizam o poder sustentado pela distância e assimetria ou

falta de reciprocidade e, na extremidade oposta, atos que representam a solidariedade regida pela igualdade, intimidade e reciprocidade. Em termos gerais, a dimensão do poder explica a regra da não-reciprocidade T–V entre pessoas que não pertencem à mesma esfera de poder estabelecido por diferentes fatores sociais (idade, gênero, origem, profissão, poder aquisitivo).

Nas dinâmicas em que prevalece a noção de poder – “o superior diz T e recebe V” – aquele que ocupa posição superior é tratado com o pronome V que representa simbolicamente a noção de distância, reverência e formalidade. Por esse viés, o tratamento é orientado pelas relações assimétricas (V de inferior para superior/ T superior para inferior). Nas dinâmicas regidas pela noção da solidariedade, não há diferenças nas formas de tratamento: dá-se V e recebe-se V (ou dá-se T e recebe-se T). Há que se ressaltar que esse tratamento igualitário que implica em condescendência e intimidade pode se revestir da noção de poder. É que nas relações de solidariedade, T é usado entre iguais e intimamente solidários ao passo que V é adotado entre iguais, porém distantes.

A motivação para a expansão da dimensão da solidariedade estaria, segundo os autores, na mobilidade social e na ideologia igualitária. Com efeito, nas sociedades contemporâneas em que as relações tendem a ser mais igualitárias, a forma T de solidariedade se estende a contextos em que eram relevantes fatores de distanciamento, formalidade e poder hierárquico. As relações mais igualitárias ou informais, observadas entre falantes do inglês americano são motivadas, na visão de Chaika (1982), pela cultura global pautada no comportamento casual e na eterna jovialidade. É preciso lembrar que, não obstante essa mudança na direção da solidariedade tenha atingido muitos subsistemas familiares (por exemplo, marido-mulher, pai-filho que se tratavam por V recíproco), não se pode tomá-la como generalizante. Na falta da licença, se mantém a relação de poder com os pronomes correspondentes.

A mudança nas relações simétricas que envolvem reciprocidade na forma de tratamento (V–V → T–T) e nas relações assimétricas com a dilatação da dimensão de solidariedade ressaltando valores como igualdade e intimidade (V→T) (BROWN; GILMAN, 1960) também tem seus efeitos linguísticos no português do Brasil, evidenciados na troca de pronome de tratamento *SR* (expressão da categoria V) para o pronome *você*, tipificando a categoria T, como assinala Biderman (1972). Entretanto, convém lembrar que uma comunidade linguística pode ser considerada uma espécie de *continuum*, de tal forma que nas extremidades se acham os pronomes conservador e inovador e no meio alternâncias que são condicionadas pelo contexto (ambiente, situação e evento) (BAMBER, 1975). Essa variação (e a mudança) é, portanto, condicionada por diferentes situações de comunicação.

Tomando como norte a distinção entre família nuclear, ampliada e estendida (PETZOLD, 1996), elaboramos testes de percepção sobre formas de tratamento dadas ao interlocutor

no âmbito da família ampliada e estendida. Esses testes foram aplicados em quatro escolas paulistanas, duas das quais eram escolas públicas e duas particulares. Uma das escolas públicas se localiza na periferia da cidade, bairro rio Pequeno (C2), e a outra em bairro mais central da cidade, Mirandópolis (C1). Quanto aos colégios particulares, um deles se localiza também em região central da cidade, Aclimação (B), e o outro em bairro de alta classe sócio-econômica, Alto de Pinheiros (A). Temos, assim, duas escolas polarizadas e duas escolas locais e socialmente próximas, de modo que podemos comparativamente buscar semelhanças e dessemelhanças nas formas de tratamento percebidas por seus alunos.

Como dissemos na introdução, normalmente os trabalhos sobre pronome de tratamento se concentram na família nuclear, definida triangularmente (pai, mãe e filhos). As mudanças ocorridas na constituição familiar nos levam a considerar a família sob outros dois pontos de vista: a que inclui outros elementos consanguíneos (tios e avós) e a que inclui elementos externos ao espaço da casa, mas fazem parte da socialização do aluno, como é o caso dos professores, diretores e porteiros (ou bedéis).

Em função desse quadro mais amplo de constituição familiar, elaboramos testes que foram aplicados em 2016 nas referidas escolas pelas professoras da sala de aula e cujos resultados se acham publicados em Oliveira (2019). Os testes solicitavam que os alunos respondessem a como tratavam o pai, a mãe, o tio, a tia, o avô, o diretor da escola, o professor e o porteiro/segurança/bedel. O teste de questão fechada tinha como alternativas: *você*, *SR*, *tu* e não se aplica, caso não tivessem o parente indicado. Além disso, solicitou-se aos alunos que escolhessem a alternativa que achassem pertinente para a forma como seus pais tratavam os genitores (pai-pai, pai-mãe, mãe-mãe e mãe-pai).

As formas de tratamento nas relações assimétricas ascendentes

Mudanças na estrutura, na organização e nos padrões familiares emergem em situação de transformações sociais e econômicas. Em pesquisa realizada pelo viés antropológico sobre a configuração familiar em comunidades londrinas, Firth *et alii* (1970) observaram que, em comunidades formadas a partir do processo de industrialização e mobilidade ocupacional, a percepção da família se pautava mais pelas relações sociais do que pelo referente biológico. Dentro desse quadro, a família estendida aproxima-se da família unilinear complexa que se constitui de uma junção de famílias nucleares independentes que se organizam ao redor da figura do pai – chefe da família – em um mesmo espaço físico.

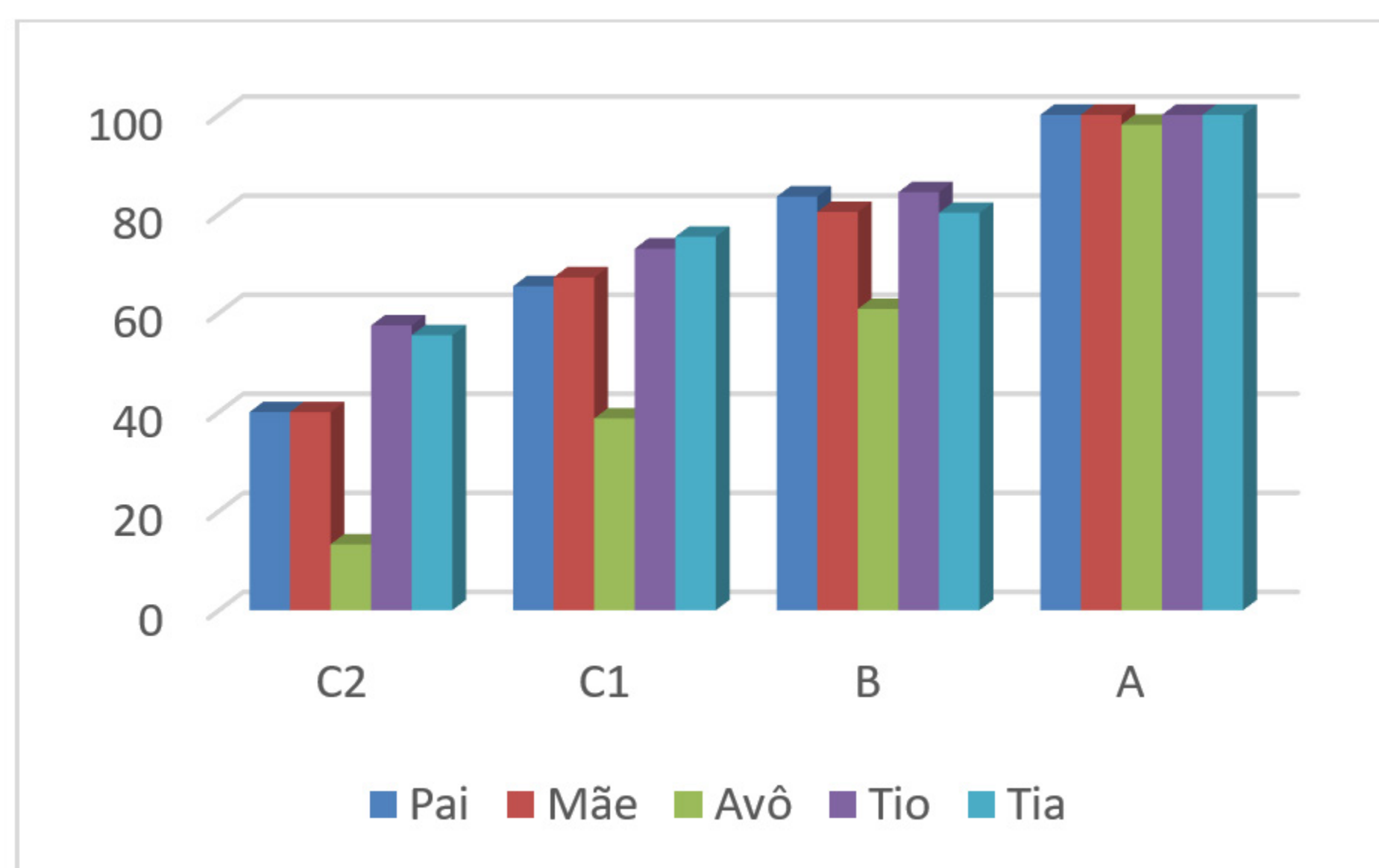
A noção de família estendida foi incorporada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) que a define no artigo 25, parágrafo único, como “aquela que se estende para além

da unidade pais e filhos ou unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Entretanto, os vínculos de afinidade podem envolver pessoas que não se encaixam entre os elementos consanguíneos, podendo atingir os afins.

Analizada pela ótica do vínculo de afinidade e de afetividade, família envolve uma rede social, um sistema composto por pessoas que dão suporte ao núcleo familiar, oferecendo apoio emocional e instrumental (como ajuda financeira, informação e orientação). A construção dessas redes sociais é recurso de sobrevivência disseminado principalmente entre “os pobres urbanos” (SARTI, 1992). São estruturas solidárias constituídas a partir de valores comuns entre indivíduos dentro e fora da família com diferentes graus de conexidade. Essa rede pode ser constituída de membros da família estendida (avós, tios, primos) e ampliada com elementos extrafamiliares como amigos, companheiros, vizinhos e profissionais. Portanto, além dos elementos que conformam a “casa”, outros espaços sociais exercem importante influência no desenvolvimento da criança, na manutenção do equilíbrio e da dinâmica familiar (DESSEN; BRAZ, 2000), como é o caso do espaço escolar.

É com esse enfoque de estruturas solidárias que elaboramos o estudo procurando observar as formas de tratamento assimétrico ascendente na família estendida que compreende as relações filho-pai, sobrinho-tio e neto-avô, cujos resultados se acham desenhados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – você na relação familiar estendida¹



Fonte: Elaboração própria

A tomada panorâmica não somente mostra diferença perceptual a respeito do comportamento linguístico referente ao uso do pronome você na relação ascendente na configuração familiar

¹ C1 = escola estadual de Mirandópolis; C2 = escola estadual de Rio Pequeno; B = colégio particular laico na Aclimação e A = colégio particular católico no bairro de Alto de Pinheiros.

estendida, mas também sugere uma mudança linguística em curso em direção à generalização desse pronome que nas classes altas já alcançou o índice de 100% de frequência. O teste de percepção nas duas escolas estaduais (C2 e C1) acusa instabilidade do pronome *você* nas relações ascendentes, com baixa incidência nos ambientes de periferia da cidade e acentuado crescimento no ambiente mais central da cidade (Mirandópolis), de forma a seguir o esquema da escola particular (B) localizada também em bairro central (Aclimação) e, na sequência, o da escola particular (A) no bairro Alto de Pinheiros.

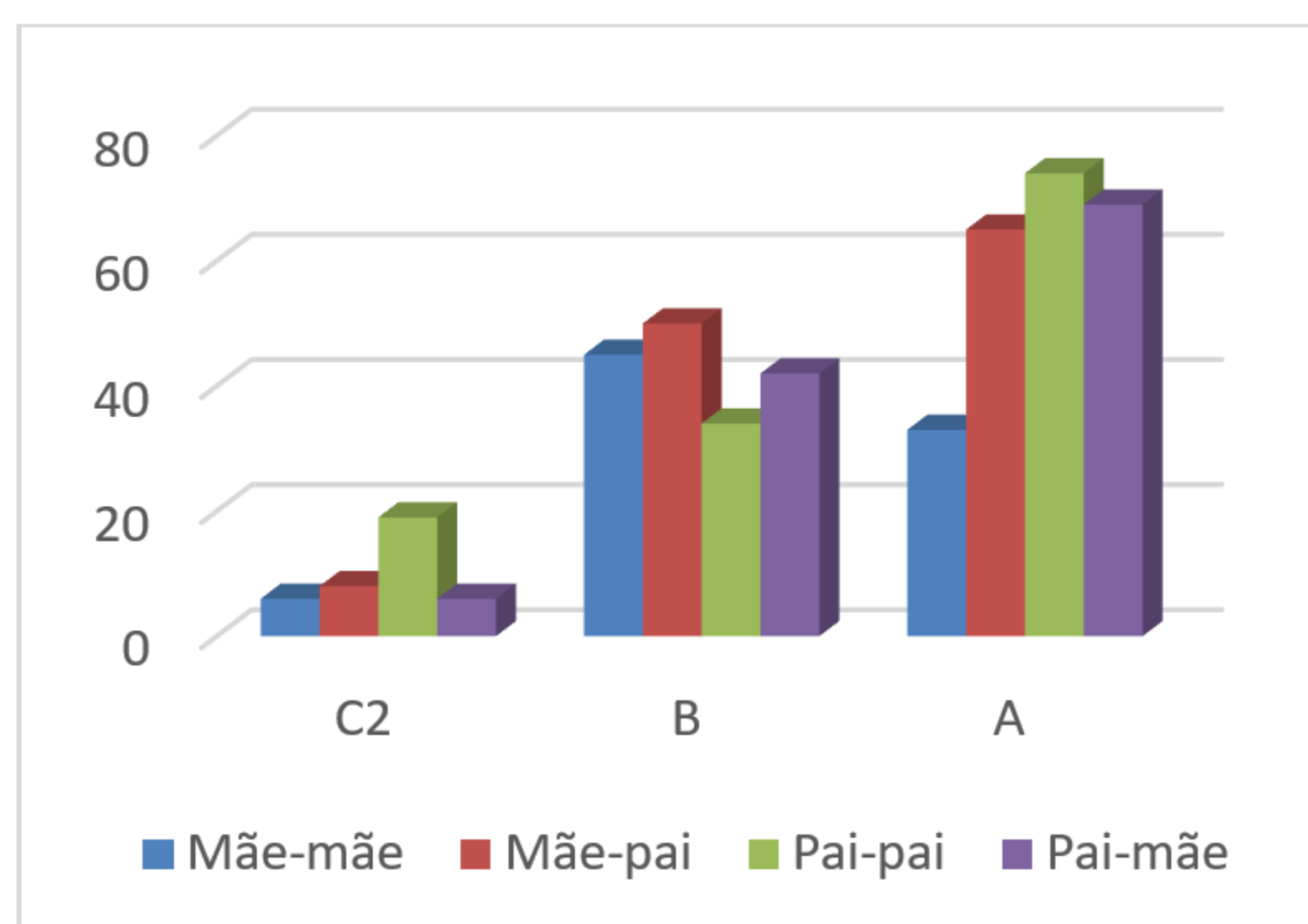
Esta visada panorâmica deixa entrever também que, na percepção dos alunos, a figura avoenga recebe tratamento diferenciado, mais evidente nas escolas C e B, mas também presente na escola A, ainda que de forma bastante sutil. Esse resultado aponta a figura avoenga como um fator inibidor do trato menos formal, ainda que, como se observa pela curva ascendente, o pronome *você* se infiltra, ainda que com maior resistência, igualmente na relação neto-avô.

Quando, porém, se coloca *zoom* nos resultados expressos pelas colunas de cada grupo de escola, se observa que nas escolas de classe socioeconômica mais elevada não há distinção no tratamento dado aos genitores e aquele dado aos tios. Por sua vez, a questão do gênero deixa suas marcas. Na escola (B), a diferença de gênero parece incidir na escolha pronominal, pois, na percepção dos alunos, o tratamento por meio do pronome *você* é ligeiramente inferior no trato à figura feminina.

Diferente, porém, é a configuração atribuída às formas de tratamento nas escolas (C1 e C2), em relação às demais já analisadas. A figura do/a tio/a, na visão dos alunos, parece funcionar como o gatilho para o uso do pronome *você* nas relações familiares ao passo que, excetuando-se a figura avoenga, os genitores são os entes mais inibidores do avanço do pronome *você* na relação ascendente. Tal como se verificou para a escola (B), o gênero na escola (C1) também é fator condicionador das formas de tratamento; entretanto, em (C1) a figura feminina à qual o interlocutor se dirige é elemento desencadeador do pronome *você*. Os testes de percepção mostram que a diferença entre as escolas (B) e (C1) não é redutível ao índice de frequência. Dois são os elementos que as distanciam: a figura catalizadora do/a tio/a e do gênero feminino para (C1). Apesar de serem duas escolas que se localizam em bairros centrais da cidade, as diferenças de percepção no trato a familiares são gritantes. A escola (C2), por sua vez, se distancia das demais por apresentar baixos índices de *você* no trato aos pais.

Tendo em vista a imagem captada de variações linguísticas – no que diz respeito às formas de tratamento, colocamos a questão da percepção dos alunos sobre o tratamento que seus pais dão aos genitores deles. As respostas a essa questão envolvem o tema de mudança linguística.

Gráfico 2 – você na voz da mãe e do pai aos seus genitores



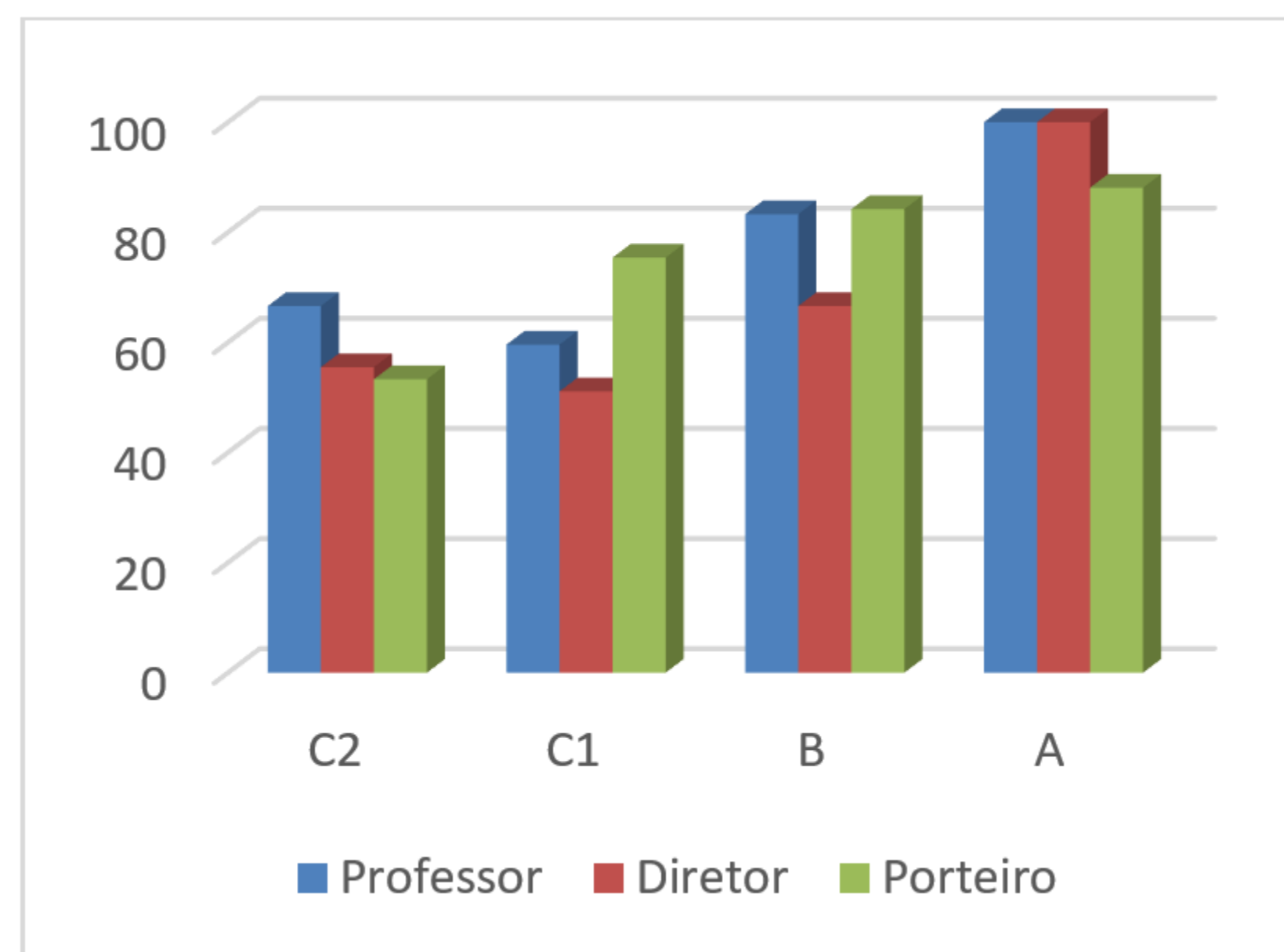
Fonte: Elaboração própria

Nos três grupos de escola², os alunos têm percepção semelhante quanto ao tratamento dado pela mãe à genitora, comparativamente ao tratamento dado ao genitor. Em outras palavras, a mãe aciona o pronome *você* para tratar a figura masculina e o pronome “senhora” para a figura feminina. Na escola (C2), apesar de seguir esse mesmo esquema, o que predomina em termos de incidência é o pronome “o/a senhor/a”. O comportamento linguístico do pai parece seguir o mesmo padrão nas escolas (A) e (C2): o pronome *você* é mais frequente na interlocução com o genitor do que com a genitora. Na escola (B), há uma inversão: o uso do pronome *você* à mãe é maior do que ao pai. De modo geral, o teste de percepção aponta que o trato à figura materna parece ser ambiente de resistência do pronome “a senhora”.

Os testes de percepção visavam também observar a diversidade e/ou semelhança no trato de pessoas que ocupam posições hierárquicas na organização escolar. O desenho gráfico abaixo mostra que, assim como aconteceu no ambiente familiar, há uma diferença entre o tipo de escola e as formas de tratamento usadas:

² Esse tipo de pergunta não fez parte do teste na escola C1.

Gráfico 3 – você no ambiente escolar



Fonte: Elaboração própria

Os alunos do colégio particular representativo de uma camada socioeconômica de maior prestígio têm a percepção de dirigirem-se de maneira indistinta a diretor e professor, com a forma pronominal *você* em 100% dos casos. Já no caso do porteiro, a percepção é que, ainda que a grande maioria o trataria com esse mesmo pronome, há uma parcela de alunos que veem na sua figura uma certa distância social, fazendo desencadear o pronome de maior formalidade *SR*.

Os resultados para o colégio particular (B) e para a escola estadual (C1), ambas em regiões centrais da cidade, apresentam-se bastante próximos, no sentido de que o professor e o porteiro são percebidos como figuras que recebem o tratamento de maior aproximação *você*, ao passo que o diretor, tratado por *SR*, ainda representa um estatuto social de distanciamento. Já na segunda escola estadual (C2), diretor e porteiro ocupam lugar de distanciamento na percepção dos alunos, tratados que são por *você*. Já a figura do professor ativa o pronome *você*, indiciando uma maior proximidade entre essa figura e os alunos.

Considerações finais

A descrição das formas de tratamento na família estendida e na família ampliada (escola) deste estudo pode ajudar a esclarecer, ao lado de outros trabalhos, a difusão do pronome *você* e a persistência de *SR* em alguns contextos sociais. O tratamento categórico de *você* no colégio (A) para os entes da família estendida sugere que a mudança na seleção das formas de tratamento operou primeiro nas camadas socioeconômicas mais privilegiadas, sendo seguida pelos demais grupos.

A figura avoenga, com função aglutinadora dos demais entes (SARTI, 1994), é retentora da expressão de maior formalidade, mas a figura do tio, como sugerem os dados das escolas (C1 e C2), tem função contrária, favorecendo a entrada da forma inovadora. Ela atua como uma ponte entre as categorias sociológicas que Da Matta (1985) chama de casa e rua, entendendo-se que aquela é espaço onde há pessoas conhecidas que compartilham as mesmas afinidades, enquanto a rua é lugar de mutação onde transitam indivíduos, ou seja, pessoas indiferenciadas e desconhecidas.

A diferença de gênero não se mostrou relevante na percepção que os alunos têm do próprio comportamento linguístico em relação a seus pais e tios, mas se mostrou pertinente na percepção que os alunos têm do comportamento linguístico dos pais em relação aos genitores. Aponta, de maneira geral, para a importância do gênero masculino no gatilho do pronome *você* e, por outro lado, da permanência de *SR* direcionado a figuras femininas.

Na relação ampliada, observou-se o jogo da relação de poder. Alunos do colégio (A) tratam o porteiro pela expressão *SR*, marcando não formalidade ou respeito, mas distanciamento, pois aqui se instala a relação assimétrica descendente, apesar da diferença etária entre os elementos em jogo. No colégio (B) e na escola (C1), professor e porteiro são tratados de forma semelhante, caso em que é provável que o pronome *você* seja usado para sinalizar proximidade, visto que ao diretor se dirige preferencialmente com *SR*. Professor e porteiro constituem a ponte entre as categorias sociológicas de casa e rua no espaço escolar. Na escola de periferia (C2), a figura do porteiro não se mostrou sempre presente de forma que as respostas apenas simulam o que acham que tipo de tratamento deveria ser acionado nesse caso.

De modo geral, pode-se inferir que a solidariedade e a despersonalização no tratamento em (A) no sentido de que todos são tratados por *você* podem ser entendidas como índice de coesão do grupo, “[reservando] a seus membros as posições sociais com potencial de poder elevado” (ELIAS; SCOTSON, 2000), excluindo dessas posições os demais grupos, como é o caso do porteiro. No caso da escola (C2), ocorre exatamente o oposto. Provavelmente, por integrar o tecido social de reações sociais autoritárias (CÂNDIDO, 1951), confirmado pelo ingresso no mercado de trabalho, o grupo de alunos de (C2) reproduz e produz a oposição entre “estabelecidos e *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000) por meio do pronome *SR*.

Referências

AUGUSTO, M.; SOUZA, S. L. *Estudo dos pronomes de tratamento na fala de jovens paulistanos*. 2000. Trabalho de Graduação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BIDERMAN, M. Tereza. Formas de tratamento e estruturas sociais. *Alfa*, v. 18/19, p. 339-381, 1972-1973.

BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and solidarity. *In*: SEBEOK, T. A. (org.). *Style in Language*. Massachussets: MIT Press, 1960. p. 252-281.

CÂNDIDO, A. "The brazilian family". *In*: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (org.). *Brazil: Portraits of Half a Continent*. Nova York, The Dryden Press, 1951, p. 291-312.

CHAIKA, E. *Language, the social mirror*. Rowley Massachussets, Newbury House Publishers Inc., 1982.

DA MATTA, R. *A casa e da rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 16, n. 3, p. 221-231, 2000.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FIGUEIRA, S. A. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. *In*: FIGUEIRA, S. A. *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 142-146.

FIRTH, R. *et al. Families and their relatives: kinship in a middle class sector of London*. Ney York: Humanities Press, 1970.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LINS, A.; KODAIRA, G.; IANO, M.; MONTALDO, R.; MADEIRA, V. *Uso de pronomes de tratamento na relação inferior para superior – filhos/pais*. 2006. Trabalho de graduação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPES, C.; DUARTE, M. E. De "Vossa Mercê" a você: a análise pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. *In*: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (org.). *Análise contrastiva de variedades de português*. Primeiros estudos. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003.

LOPES, C.; MACHADO, A., Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas dos avós. *In*: LOPES, C. (org.). *Norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005. p. 45-66.

LOPES, C. Retratos de variação entre você e tu no português do Brasil: sincronia e diacronia. *In*: RONCARATI, C.; BRAÇADO, J. (org.). *Português Brasileiro II – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EdUFF, 2008. vol. 2, p. 55-71.

MARCOTULIO, L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MARCOTULIO, L.; SILVA, P.; LOPES, C. A norma brasileira em construção: a variação entre tu e você no início do XX. Comunicação apresentada no *II Congresso Internacional da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP)*, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, A. C. As formas de tratamento no teatro do Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 60, n. 3, p. 647-688, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8651428>. Acesso em: 20 maio 2021.

MENON, O.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. *In*: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado da região de Pelotas*. Pelotas: Educat, 2002.

OLIVEIRA, M. *Formas de tratamento, cortesias e cordialidades paulistas*. São Paulo: EdUSP, 2019.

PAREDES SILVA, V. O retorno do pronome tu à fala carioca. *In*: ROONCARI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). *Português brasileiro – contato linguístico: heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras/FAPERJ, 2003. vol. 1, p. 160-179.

PETZOLD, M. The psychological definition of “the Family”. *In*: CUSINATO, M. (org.). *Research Family: Resources and Needs Across the World*. Milão: LED – Edizioni Universitarie, 1996. p. 25-44.

RAMOS, J. Tratamento na díade pai e filho: o uso de você e senhor. *In*: COUTO, L.; LOPES, C. R. (org.). *As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Ed. da UFF, 2011.

SAMPAIO, R.; JULIÃO, M. R. SR tá no céu: crenças e atitudes linguísticas quanto às formas de tratamento na relação entre pais e filhos. *Web-Revista Sociodialeto*, UFMS/Campo Grande, v. 4, n. 12, p. 23-41, 2014.

SARTI, C. Família patriarcal entre os pobres urbanos? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 37-41, 1992.

SARTI, C. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 46-53, 1994.

SILVA, V. F. *O senhor / a senhora ou Você? A complexidade do sistema de tratamento no português do Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, I.; LEAL, M. da G. Do senhor ao tu: uma conjugação em mudança. *Moara: Estudos da Língua em Uso*, Belém, n. 1, p. 27-64, 1993.

SOTO, E. *Variação e mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2001.

SOTO, U. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

WEINREICH, U.; LABOV, W; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

A CONCORDÂNCIA VARIÁVEL DE NÚMERO E OUTROS FENÔMENOS GRAMATICAIS EM UMA GRAMÁTICA ESCOLAR DE 1925

Thaís Schoffen Rodrigues
Flávio Brandão-Silva

1. Considerações iniciais

A escola é, e sempre foi, uma instituição formadora de opiniões. Na crença social, a escola é o local em que o conhecimento é construído. Dada a importância que a escola tem para a formação da sociedade, tornam-se necessários estudos que envolvam a história da instituição escola para que se possam compreender melhor as transformações sociais de cada época e as atuais. Uma alternativa promissora, nesse sentido, é o estudo da diversidade linguística, observada na realização variável de fenômenos linguístico-gramaticais. Tal diversidade se apresenta como reflexo de diferentes realidades socioculturais.

Dentre os usos linguísticos variáveis, a concordância de número, no Português Brasileiro (PB), está entre os fenômenos que mais sofrem preconceito linguístico. A sua origem nunca chegou a ser comprovada, no entanto há teóricos que se dedicaram a estudar suas possíveis causas, como é o caso de Naro e Scherre (2007) e Lucchesi, Baxter e Silva (2009). Considerando o preconceito que essa variedade sofre e que este fenômeno estaria presente no PB há muito tempo, este capítulo procura verificar como ocorre a abordagem de fenômenos linguísticos variáveis no PB, como a concordância de número, em uma gramática escolar publicada em 1925. Com isso, pretende-se refletir, a partir do fenômeno em questão, sobre as especificidades do PB, como também sobre o ensino de Língua Portuguesa no início do século XX.

2. A concordância variável de número

Para Cardoso e Cobucci (2014, p. 74), “em linhas gerais, a concordância tem sido entendida como um fenômeno gramatical no qual a forma de uma palavra em uma sentença é determinada pela forma de outra palavra com a qual tem alguma ligação gramatical”. A gramática tradicional distingue normas para as concordâncias verbal e a nominal. Na concordância verbal, a conjugação verbal é determinada para concordar com o sujeito dentro de um sintagma verbal, enquanto a concordância nominal determina como as demais classes de palavras como substantivos, artigos e adjetivos concordam em gênero e número entre si dentro de um sintagma nominal.

Tanto a concordância verbal quanto a concordância nominal variam de acordo com questões diastráticas e diafásicas no PB.

Naro (1981), um dos principais pesquisadores e pioneiro nos estudos da concordância e seus fenômenos variáveis, destaca que a saliência fônica influencia a realização da concordância verbal, uma vez que há uma perda da marca de plural explícita no verbo, especialmente na terceira pessoa do plural/singular, o que resultaria em exemplos como “eles anda” em vez de “eles andam”. A queda do marcador de plural na terceira pessoa é extremamente comum no PB. No entanto, essa variação não ocorreria para todas as pessoas do plural exatamente porque nem todas as formas apresentariam a saliência de um fonema. Conforme Vieira, Brandão e Gomes (2015, p. 104):

[...] quanto maior a diferenciação fônica entre as formas singular e plural, maior a marcação de pluralidade. Em outras palavras, produzir eles canta, em vez de eles cantam, seria mais provável do que eles cantou, em vez de eles cantaram. O chamado princípio da saliência fônica, ao que parece, está relacionado ao plano da percepção da presença de marca de plural, variante avaliada ao menos em meios urbanos e letrados de forma absolutamente positiva. Nesse sentido, a ausência da marca de plural, por ser apreciada como um estereótipo linguístico (cf. LABOV, 1972), não soaria minimamente admissível em contextos cuja percepção da variante fosse praticamente absoluta.

Assim, para que a concordância verbal variável seja mais motivada, é necessária uma similaridade fonética entre as palavras que são prescritas e as palavras que são realizadas pela norma variável. Dessa forma, é notável que a saliência fônica, além da redundância no plural da concordância prescrito pela norma padrão, é de grande influência para a realização desse fenômeno no PB.

2.1 A concordância variável de número: perspectiva histórica

Existem duas hipóteses que explicam a concordância variável no PB, porém não existe, até o momento deste estudo, um consenso entre os pesquisadores. Alguns teóricos, como é o caso de Lucchesi (2008), afirmam que a concordância variável do PB seria uma herança da criouliização do Português na época da colonização.

O processo de criouliização ocorre a partir do contato entre uma língua europeia e línguas africanas. Foi um fenômeno relativamente comum nas línguas da América Latina, especialmente na região caribenha, que deu origem, por exemplo, à língua de Cabo Verde, um crioulo Português, e à língua do Haiti, um crioulo francês. Conforme Lucchesi (2019, p. 264), a criouliização “implica

uma violenta redução gramatical da língua dominante e uma profunda regramaticalização da língua que se forma na situação de contato, a língua crioula, que é uma língua qualitativamente distinta da língua europeia, da qual recebeu a grande maioria do seu vocabulário”. O autor ainda afirma que houve um processo de descrioulização no Brasil, o que explicaria como hoje existem traços de uma língua crioula no PB, sem que acontecesse uma maior evolução para uma língua de fato crioula, como aconteceu no Haiti e no Cabo Verde.

Lucchesi, Baxter e Silva (2009) afirmam que mesmo a conjugação de verbos em primeira pessoa do singular sofreu variáveis de concordância em algum momento durante o período de colonização e ainda pode sofrer esta variação em regiões específicas por influência de línguas africanas.

O encaixamento linguístico do uso do morfema verbal de 1ª pessoa do singular na gramática da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia revelou que a concordância verbal é favorecida quando o sujeito pronominal está realizado imediatamente antes do verbo e é muito desfavorecida quando o sujeito está posposto ao verbo. Essa é uma correlação que se aplica ao fenômeno da concordância verbal como um todo no PB, independentemente da pessoa do discurso, e se observa também em outras línguas, tornando-se um sério candidato à condição de ser um condicionador universal do processo de variação e mudança em relação à regra de concordância verbal (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 345).

Vale ressaltar que esta variável da concordância na primeira pessoa do singular ocorre apenas, como descrevem os autores, em contextos específicos de influência de línguas de matriz africana, o que torna esta variação menos recorrente do que as variações que ocorrem aos outros pronomes pessoais do caso reto.

Em outra direção, Naro e Scherre (2007) basearam seus estudos a partir da tese da deriva linguística, a qual explica que a variável na concordância originou-se da própria variedade europeia do Português na época, imposta durante o período de colonização, por um processo natural de evolução da língua. A partir desse estudo, pesquisadores, como Vieira, Brandão e Gomes (2015) e Bazenga e Vieira (2015), passaram também a tomar como base a deriva linguística. Essa teoria foi sustentada por “dados do Português arcaico, que demonstrariam a gênese da falta de concordância padrão, e do Português Europeu contemporâneo, que também evidenciariam a ausência da marca plural, embora com variações menos frequentes e com maiores limitações sociais” (BAZENGA; VIEIRA, 2015, p. 29).

Para Naro e Scherre (2007, p. 32):

A variação na concordância verbal tem um componente que parece puramente fonológico: quando o plural *comem* [kom~i] se reduz à forma singular *come* [komi], a única diferença existente pode ser a perda da nasalização não acentuada final. Tal regra existe atualmente no Português do Brasil e opera em formas não-verbais do tipo *garagem*, *homem*, *virgem*, etc. Em que se observa a possibilidade das formas *garage*, *home*, *virge*. Por outro lado, quando a forma *comeram* [...] é substituída por *comeu*, a diferença consiste na substituição de uma desinência *eram* por *-eu* e o fenômeno não é mais fonológico.

Para a afirmação de que “*comeu*” pode substituir “*comeram*”, os autores levantam a possibilidade de uma tal dominância da saliência fônica que permitiu a desnasalização do plural, que a regra passou do nível fonológico para o nível morfológico, de modo que se tornou comum encontrar “*eles comeu*” em vez de “*eles comem*”. No entanto, esse seria um fenômeno exclusivo do Português do Brasil.

Para a concordância nominal, acredita-se que, desde o latim antigo, o fonema /s/ já era bastante apagado quando em coda de palavra (NARO; SCHERRE, 2007). Além disso, a história das línguas românicas permite afirmar que esse apagamento é bastante comum; na língua francesa, por exemplo, conforme Blanche-Benveniste (1922 *apud* NARO; SCHERRE, 2007), o som /s/ do plural nominal era pronunciado até o século XV e hoje não existe mais. Entretanto, as menções desse fenômeno no Português Europeu são raras, o que poderia, talvez, indicar que foram necessárias influências de outras línguas para a formação de uma variável de concordância e não apenas a questão da deriva secular.

Independente das origens das variáveis de número da concordância, é possível afirmar que algumas destas variáveis seriam as mais estigmatizadas do PB e o maior alvo de preconceito linguístico, geralmente classificadas como uma variante social pertencente às classes mais baixas e de pessoas menos escolarizadas, ou seja, consideradas falantes não cultos.

3. A gramática escolar “Língua Portuguesa Luso-Brasileira (1925)” e outras publicações didáticas para o ensino de língua portuguesa: breve histórico

A escola brasileira passou por uma série de transformações no início do século passado. Foi nesse contexto que a educação tornou-se mais acessível para todas as camadas sociais. Já no final do século XIX, com a influência dos republicanos, desenvolveu-se a crença de que a educação seria a salvadora da sociedade, o que levou ao projeto da escola pública obrigatória e gratuita, conforme Darius e Darius (2018, p. 35):

No final do século XIX, os republicanos anunciavam que se concretizaria o projeto de escola pública, obrigatória, gratuita, democrática e laica, cuja função seria a de corrigir as desigualdades sociais. O século XX herdou essa crença do poder da escola. Porém, o sistema educacional ainda não estava alicerçado, e se considerar a voracidade do capitalismo e a desigualdade decorrente deste, é possível perceber que não houve na história tantas pessoas à margem do desenvolvimento e vítimas desse sistema, num período de acelerado desenvolvimento tecnológico, científico, entre outros.

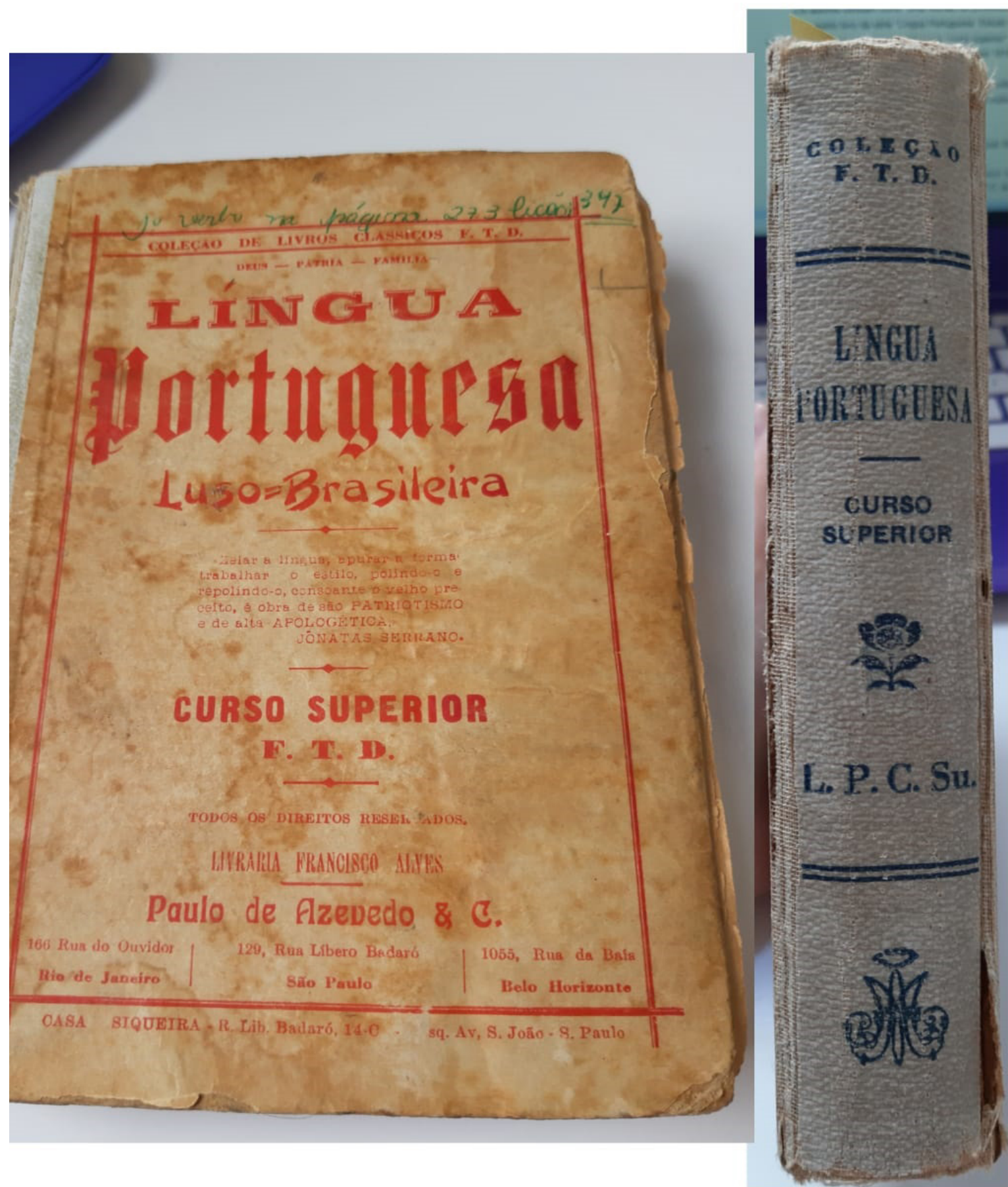
Dessa forma, como parte do projeto educacional republicano, no início do século XX, surgiram os grupos escolares que contavam com matrículas para crianças de 7 a 12 anos. Nesses grupos, foram concentradas as antigas pequenas escolas e, a partir desse período, os professores passaram a ter a formação pedagógica como obrigatória, pois, anteriormente, as aulas eram ministradas por leigos (DARIUS; DARIUS, 2018). A ascensão do capitalismo juntamente com a expansão dos serviços educacionais no Brasil fez com que a educação se tornasse cada vez mais um instrumento de geração de lucro para empresas diversas.

Dentre as empresas educacionais que surgiram na época está a Editora F.T.D., que foi responsável pela publicação da primeira coleção didática que abordou o ensino de Língua Portuguesa no Brasil no século XX (FARIAS, 2010). A F.T.D., hoje FTD., sempre pertenceu e pertence, ainda, aos irmãos Marista.

O Grupo Marista, responsável pela FTD., chegou ao Brasil em 1897 e em 1915 já era responsável pela educação de seis mil brasileiros. As produções da Editora FTD. começaram em 1902 e voltaram-se sempre para os livros didáticos. A primeira publicação foi de um livro de matemática e em seguida surgiram livros para as outras disciplinas escolares.

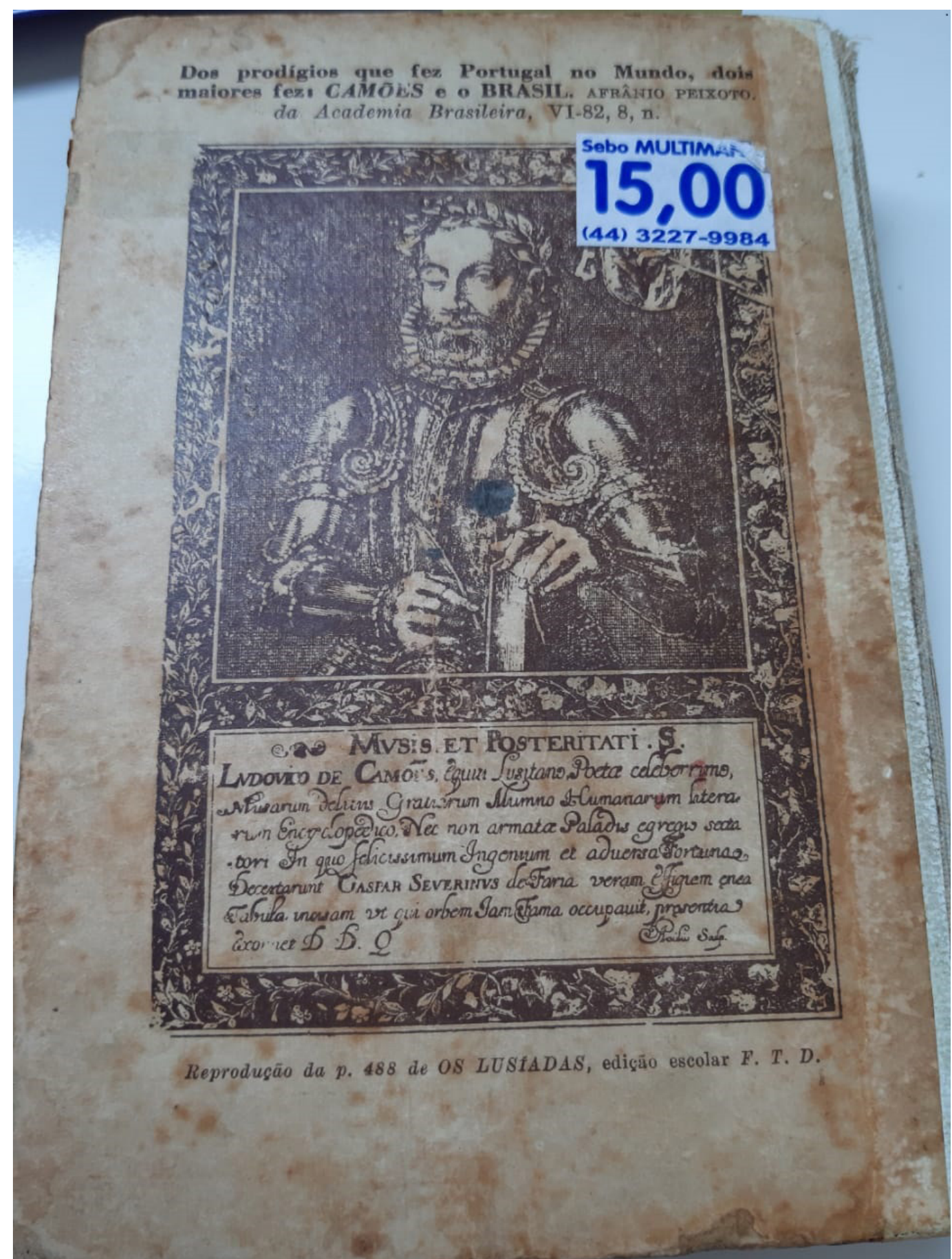
O Grupo Marista distribuiu seus materiais didáticos gratuitamente via correspondência em todo Brasil por um período como forma de divulgação. Após as informações sobre as primeiras publicações da FTD. não há mais informações sobre a editora durante um longo período. Em 1913, houve um acordo entre a editora e a livraria Francisco Alves, o que poderia explicar a falta de informações quanto à editora FTD. de fato (FARIAS, 2010). Após esse acordo, em 1925, foi publicada a gramática escolar analisada nesse trabalho, a obra “Língua Portuguesa Luso-Brasileira (1925)”.

Figura 1 – Capa: “Língua Portuguesa Luso-Brasileira (1925)”



Fonte: F.T.D. (1925)

Figura 2 – Contracapa: “Língua Portuguesa Luso-Brasileira (1925)”



Fonte: F.T.D. (1925)

Não foi possível reunir muitas informações sobre esta gramática. Sabe-se que é o quinto livro da série “Língua Portuguesa: estudo completo, concêntrico essencialmente”, por isso denominada como “curso superior”. Quanto à sua autoria, a gramática é creditada a “uma reunião de professores” e não há mais informações. Trata-se de uma gramática escolar que conta com explicações, exemplos e exercícios. Os exemplos baseiam-se, majoritariamente, em trechos de obras literárias, o que é comum nas gramáticas até os dias atuais e os exercícios também seguem modelos ainda encontrados em materiais didáticos atualmente.

A gramática está organizada em três partes. Na parte primeira, inicialmente, há uma seção de conceitos considerados importantes para a aprendizagem de Língua Portuguesa, como os conceitos de gramática e de linguagem, mas também alguns conceitos que hoje seriam estranhos nesse tipo de livro, como o conceito de alma e de inteligência. Toda a conceituação está ligada a um viés religioso cristão. Em seguida, há uma seção que define os grafemas e fonemas da Língua Portuguesa, há um estudo de todas as letras do alfabeto e seus respectivos sons. A parte segunda, denominada como lexicologia-sintaxologia, é dividida em seções de definições de classes gramaticais, em que são definidas as seguintes classes: nomes ou substantivos, adjetivos, pronomes, verbos e preposições. A parte terceira trata do estudo de literatura e não foi levada em consideração no presente estudo.

4. Análise da gramática escolar “Língua Portuguesa Luso-brasileira (1925)”

Durante a primeira seção da parte primeira da gramática, em que são definidos conceitos, a gramática e a linguagem são definidas, respectivamente como: “**Linguagem** – Muito mais complexas são as relações que unem os espíritos, as almas. A elas preside a linguagem, única manifestação da alma pelos dois sentidos mais perfeitos do corpo humano: o da vista e o do ouvido” (F.T.D., 1925, p. 3, grifo dos autores) e “**Gramática**: Está na alçada da GRAMÁTICA dar-nos um conhecimento mais exato e mais perfeito deste instrumento sublime pelo qual se manifesta a nossa alma, fonte de vida eterna” (F.T.D., 1925, p. 4, grifo dos autores).

Nas definições de linguagem e de gramática, percebe-se a presença do discurso religioso durante as conceituações desses termos, nesse contexto de ensino, que parece, a primeira vista, tão invariável. Esta seção divide a análise de como são tratados alguns fenômenos variáveis e, com maior foco, a concordância variável de número nessa gramática escolar.

4.1 Abordagem dos fenômenos variáveis

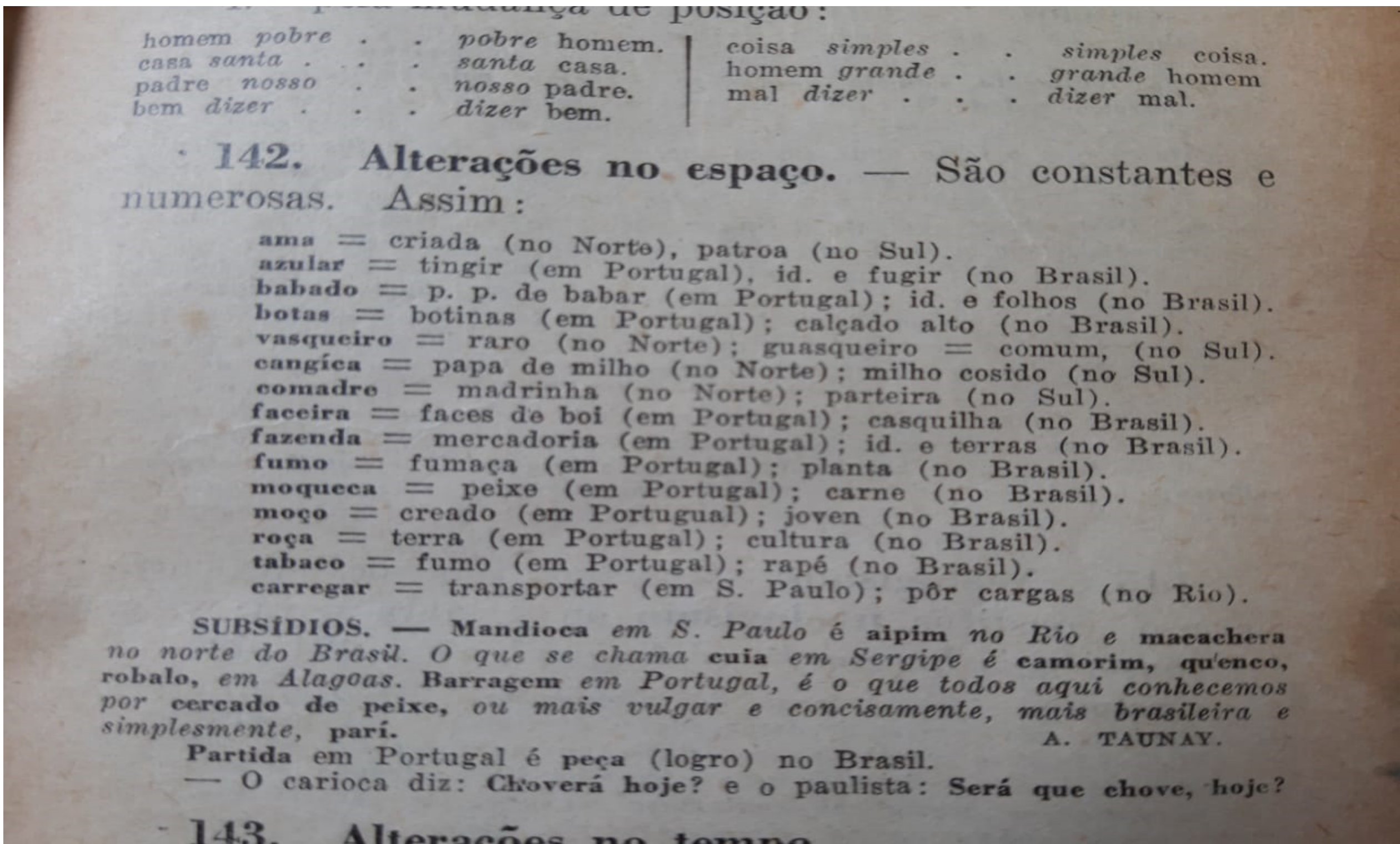
Conforme a gramática escolar, as normas gramaticais colocam-se como superiores a qualquer ciência, pois ocorrem de acordo com as leis de Deus (F.T.D., 1925). Nessa perspectiva,

parece impossível que uma gramática tão teocentrada aceite ou descreva fenômenos variáveis na língua da época, no entanto, isso acontece, a começar pelo conceito de “colaboradores” descrito enquanto:

Colaboradores – O aluno de pouca idade que conjuga um verbo, assim como o homem sem cultura, ignorante mesmo do que seja verbo, todos colaboram na evolução da língua portuguesa: têm, na mente, algum modelo de verbo. Trabalhamos, todos nós, quem mais, quem menos, incultos e sábios, escritores e artistas, nobres e plebeus, para a formação do vocabulário do porvir (F.T.D., 1925, p. 7, grifo dos autores).

Nesse ponto, está bastante claro que a mudança linguística que acontece a partir da variação depende dos falantes de uma língua que é reconhecida. Embora não seja usado o termo “variação linguística”, uma vez que somente mais tarde, com os estudos de Labov, os estudos variacionistas se desenvolvam, são apresentadas algumas noções relacionadas à variação, a começar pelo conceito de regionalismo: “**Regionalismo** - E’um vocábulo ou uma expressão própria da certa região” (F.T.D., 1925, p. 64, grifo dos autores). Um pouco mais à frente, são definidas e exemplificadas as “Alterações no espaço” que seriam variações lexicais de acordo com a região do Brasil ou com o Português Europeu, conforme a Figura 3:

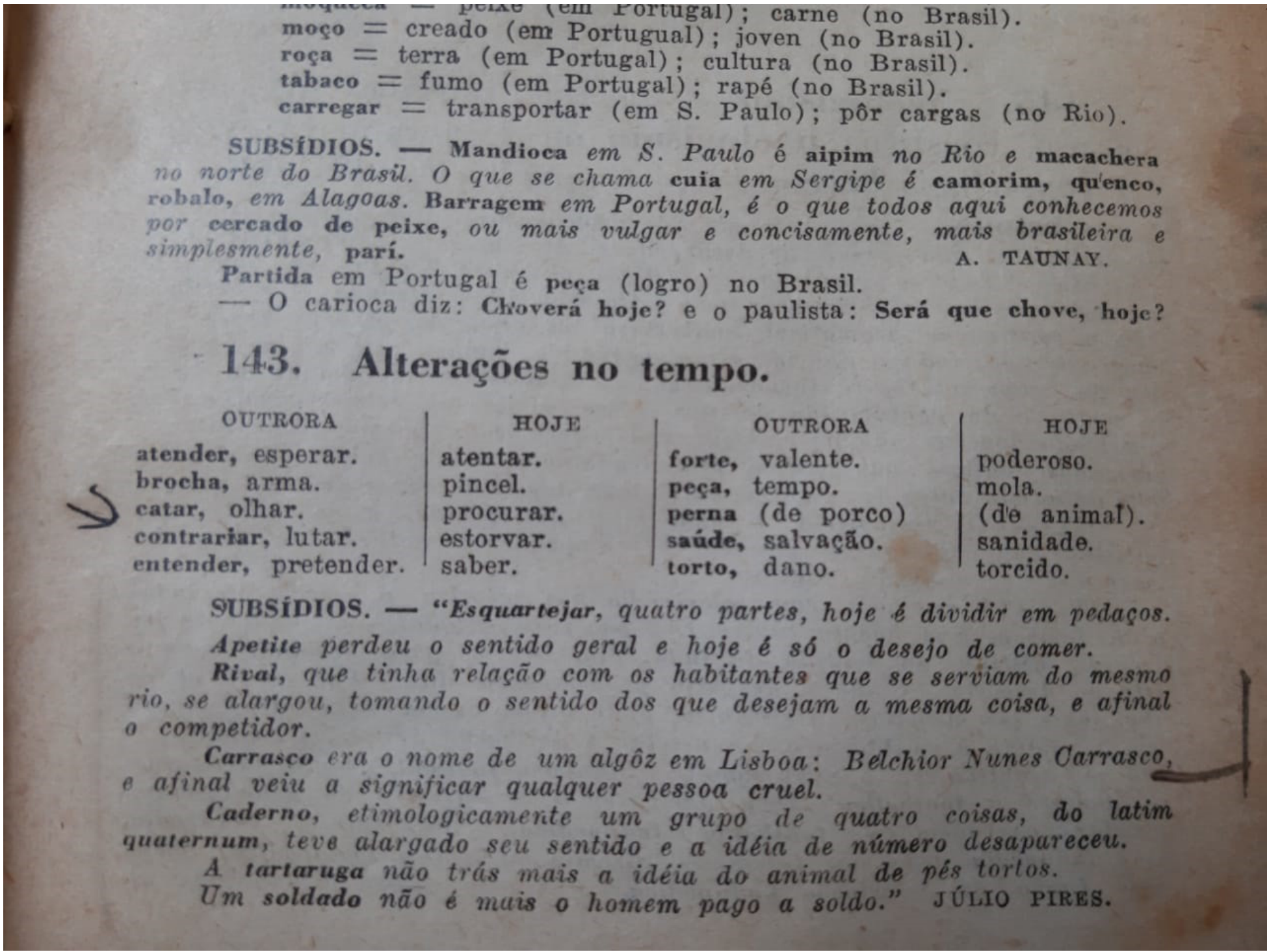
Figura 3 – Exemplos de alterações no espaço



Fonte: F.T.D. (1925)

Logo em seguida, são definidas as “alterações no tempo” que descrevem e exemplificam variações lexicais diacrônicas, conforme a Figura 4:

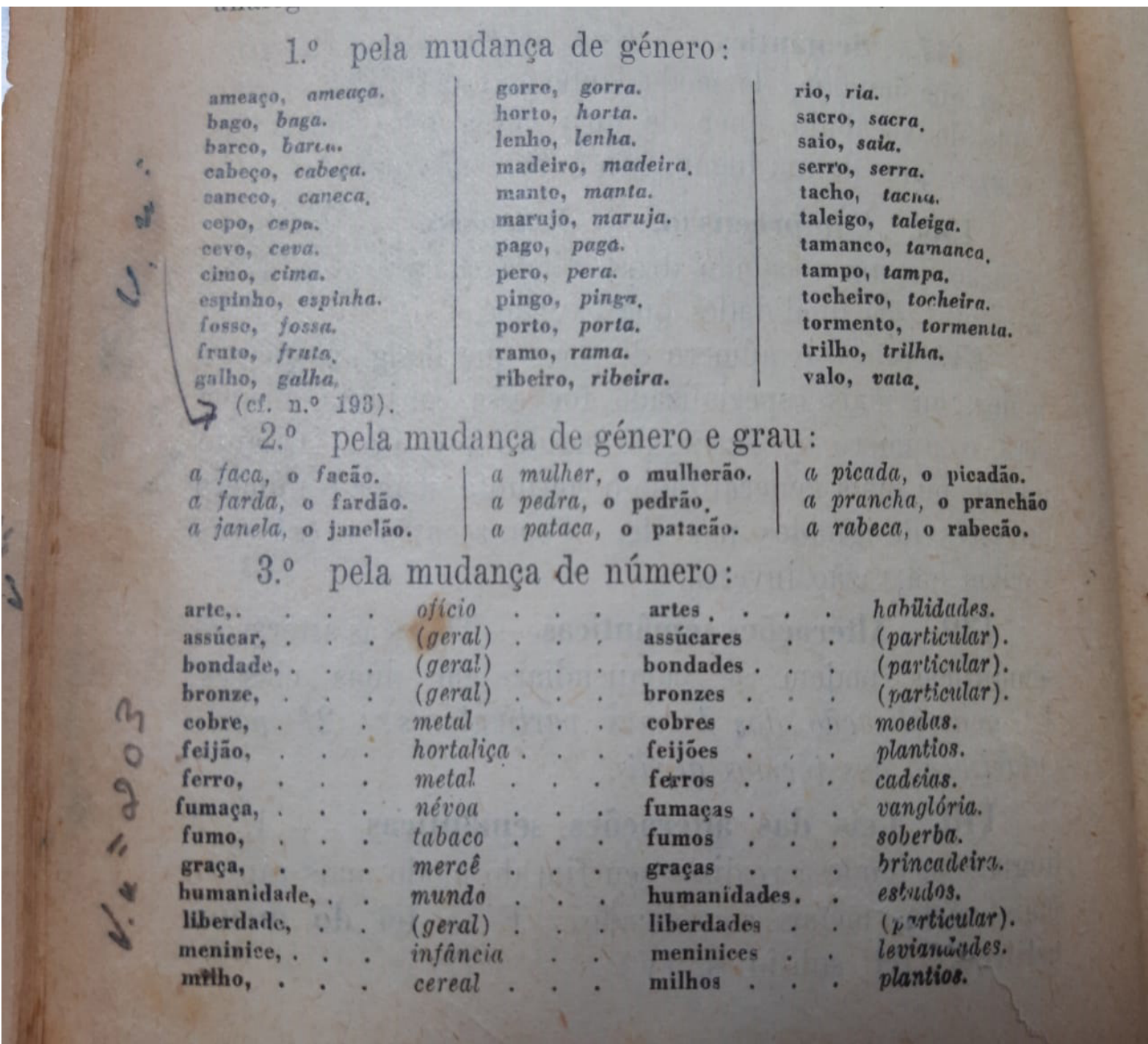
Figura 4 – Definição e exemplos de Alterações no tempo



Fonte: F.T.D. (1925)

Também é descrita uma “alteração semântica” que envolve, em alguma medida, a concordância de número e de gênero. Essa alteração é definida enquanto um “**Processo de alteração semântica.** – Sob a influência das leis de economia, de acentuação e de analogia, efetuam-se alterações nos vocábulos: 1ª pela mudança de gênero. 2ª pela mudança de gênero e grau. 3ª pela mudança de número. 4ª pela mudança de posição. (F.T.F., 1925, p. 61, grifos dos autores). Os exemplos estão dispostos conforme a Figura 5:

Figura 5 – A alteração de número e gênero e a alteração de sentidos



Fonte: F.T.D. (1925)

Porém, nesse contexto, a mudança de número citada indica palavras que, no singular, têm um significado diferente do que têm no plural. Alguns exemplos citados são: a palavra “arte” definida como ofício, a palavra “artes” definida como habilidades, a palavra “feijão” definida enquanto hortaliça e a palavra “feijões” definida enquanto plantios.

Ainda nessa seção encontra-se o conceito de “brasileirismo” que seriam as variações que surgiram a partir das línguas indígenas e africanas em contato com o Português Europeu ou de uma deriva secular do próprio Português. A gramática em análise assim define brasileiro:

Brasileirismo – Por brasileiro, deve entender-se toda palavra, ou expressão, de uso corrente, que sobre a forma dialetal e diferencial, despontou na linguagem, provindo da alteração ortográfica, fonética. Sintática, semântica, ou de gênero, do falar indígena e africano, da gíria popular, das necessidades regionais, ou ainda mediante o processo de derivação vernácula híbrida (F.T.D., 1925, p. 64, grifo dos autores).

Os brasileirismos são classificados em categorias conforme a própria gramática escolar:

- a) Corruptelas de palavras ou locuções.
- b) Termos de gíria.
- c) Vozes novas de formação normal.
- d) Vozes novas de formação híbrida.
- e) Vocábulos regionais.
- f) Vocábulos indígenas e africanos.

Não há a disposição de exemplos para cada categoria, mas uma exemplificação geral de casos de brasileirismos:

De cada um destes grupos numerosos já, são os exemplares: **polía, pelancas, saloba, adendo, postema; bagarotes, bilontra, cavador, borracho, ministril, politicalha, protofania, silogeu, necrotério, filocrítica, vesperal; poncho; bagual, minuano, pororoca; acapuranas, ingazeiros, jarás, igapós; urupenha, cangica, caipira, mungunza**, etc. (*Teorização de LAUDELINO FREIRE. F.T.D., 1925, p. 65, grifos dos autores*).

As categorias também não são definidas pelos autores, por isso a tentativa de definição a seguir é empírica e especulativa. Na categoria A, a palavra “corruptelas” refere-se a erro, o que indica que, conforme a crença dos autores, aquilo que era diferente da gramática tradicional e, portanto, um “erro”, poderia ser considerado brasileiro. A categoria B, termos de gíria, aparentemente, apresenta a mesma conceituação de gíria que a atual. As gírias não fazem

parte da língua formal e, como ocorrem de maneira mais regional, foram classificadas como brasileirismo. Não foram encontradas correspondências para as categorias C e D, porém, por estarem ligadas a uma formação de vozes novas, teoriza-se que poderiam ser uma tentativa de descrição da concordância de número variável. As categorias E e F englobam os regionalismos, conforme explicados anteriormente e as palavras que têm origem etimológica indígena e africana.

4.2 A concordância de número

Não há, na gramática, uma seção em que sejam tratadas as questões da concordância. No entanto, na parte segunda, que define as classes gramaticais, há a descrição de flexão de cada uma dessas classes em que é definida a concordância para cada uma.

4.2.1 A concordância dos substantivos

A concordância de número dos substantivos não aparece diferente do que a gramática tradicional apresenta atualmente: é descrito que os substantivos podem flexionar-se em gênero e número. Quanto à flexão de número:

Do número dos **substantivos**:

197. Definição. – Número em gramática é a propriedade que têm as palavras de se referir a um ser ou a vários seres [...].

199. Flexão numérica – a desinência característica, o distintivo ou expoente do plural, é a letra s, sigmatismo do plural, que se acrescenta ao singular (F.T.D., 1925, p. 101, grifos dos autores).

São descritos, também, alguns casos particulares como os das palavras terminadas pela letra L, em que o plural não se faz apenas pelo acréscimo da letra S ao final da palavra. Não há menção de como a concordância de número ocorre na fala, ou qualquer outra descrição linguística, apenas gramática.

4.2.2. A concordância dos adjetivos

Os adjetivos são apresentados como palavras que variam em gênero e número, de acordo com o substantivo que o modifica (F.T.D., 1925). Nessa seção é utilizada a palavra concordância em vez de flexão, assim, a concordância dos adjetivos é descrita da seguinte forma:

Concordância – Apresenta dúvidas no caso de o adjetivo referir-se a vários substantivos de gênero diferente.

-Geralmente o adjetivo assume a flexão do número plural e do gênero masculino; v.g. ‘O *sací* esparrama a conza dos fogões apagados, em cata de algum **pinhão ou batata esquecidos**’ M.L.

-Póde ficar no singular desde que os substantivos singulares sejam sinônimos ou unidos pela disjuntiva **ou**. Sendo anteposto, concordará somente com o primeiro. (F.T.D., 1925, p. 133-134, grifos dos autores).

Mesmo que a regra de concordância apresentada para os adjetivos seja parecida com a que prescreve hoje a gramática tradicional, esta gramática escolar reconhece que pode haver variáveis na escrita utilizando como base exemplos literários.

Divergências – As concordâncias mais diversas são abonadas pelos escritores.

- ‘Os abusos e profanidades **gentílicas**.’ A.V.

- ‘O **primeiro** e o **segundo** juizes de paz’. A.C.

- ‘As gramáticas **francesa** e **portuguesa**.’ A. C. (F.T.D., 1925, p. 134, grifos dos autores).

Ao introduzir o que seriam divergências na regra geral da concordância dos adjetivos e ao descrever que as concordâncias mais diversas podem ser acatadas pelos autores de literatura, pode-se inferir que as variáveis da concordância eram comuns nos usos da época.

4.2.3. A concordância dos artigos

Para os autores da gramática analisada, existe apenas um artigo em Língua Portuguesa, que seria o artigo “o”. Esse artigo tem as suas flexões de gênero e de número conforme os substantivos que acompanha. **Enumeração** – O único artigo português é **o** no singular do masculino, com a variação, **a** para o singular do feminino, acrescentando-se **s**, característica do plural, para a flexão numérica de qualquer gênero” (F.T.D., 1925, p. 150, grifos dos autores). Não há nenhuma outra descrição quanto à flexão e concordância dos artigos, nem alguma menção a como estes fenômenos ocorrem no uso da língua.

4.2.4 A concordância dos adjetivos possessivos

Os adjetivos possessivos apresentados nessa seção hoje são nomeados como pronomes possessivos, a não ser pelas palavras “cujo, cuja, cujos, cujas” que hoje são classificadas como pronomes relativos que indicam posse. Quanto à descrição da flexão dos adjetivos possessivos: **Flexão** – Os possessivos concordam com o conseqüente ou coisa possuída em *GÊNERO* pelo acréscimo regular da desinência **a: nossa, vossa, cuja** ou pela forma irregular: **minha, tua, sua**; e em *NÚMERO* pelo acréscimo regular da desinência **s: meus, minhas, cujas**. (F.T.D., 1925, p. 157, grifos dos autores). A norma apresentada não difere da gramática tradicional atual e não são mencionadas variações de uso nessa seção.

4.2.5 A concordância dos verbos

A concordância dos verbos contém descrições mais complexas do que as apresentadas anteriormente. A primeira descrição apresentada na seção é a de regência do sujeito que diz respeito à norma da gramática tradicional de que o verbo deve concordar com o sujeito: “REGÊNCIA do sujeito. – O sujeito rege o verbo em número e pessoa: v. G. *Incertas **são** todas as nossas **providências**. – **Intentou ele** matar por isso a todos, e o fizera sem dúvida, a se não **interporem valedores; maliciar é** cegar-se.* M. BERNARDES.” (F.T.D., 1925, p. 248, grifos dos autores).

Em seguida, é descrita a regra para as orações em que o sujeito tem mais de um núcleo: “Havendo vários sujeitos de pessoas diferentes, exerce a regência pessoal do verbo a pessoa que tiver a prioridade: a 2ª Sobre a 3ª e a 1ª sobre as outras duas, número plural; v.g.: **Mamãe e eu**, fomos **viajar**. – **Tu e teu** primo, **ireis**.” (F.T.D., 1925, p. 248, grifos dos autores). Não são citados os termos “plural” ou “singular”. Assim, a regra para os sujeitos com mais de um núcleo segue a hierarquia descrita pelos autores.

As flexões de plural e de singular aparecem um pouco depois. A flexão de plural é descrita da seguinte forma: “Flexão PLURAL. – É exigida, – 1º. Por um sujeito no plural, v. G.: Hoje, **são cinco** do mês; 2º. por dois ou mais sujeitos no singular, quer sejam êstes unidos por conectivos [...] quer sejam simplesmente juxtapostos, v.g.: Nem o coração nem o espírito aceitam. CAMILO” (F.T.D., 1925, p. 250, grifos dos autores). Nesse ponto também não há descrições sobre a variação dessa norma.

A flexão singular diz respeito ao sujeito posposto: “Flexão SINGULAR. – é lícito efetuar-se a concordância do verbo unicamente com o sujeito mais próximo. Os autores o praticam frequentemente sobretudo em se tratando de sujeitos pospostos; v. g.: Lá vai o nosso govêrno os nossos lugares e dignidades, e a nossa nação. M. B.” (F.T.D., 1925, p. 250, grifos dos autores). O sujeito posposto é descrito por Scherre (2005) como um dos fatores que favorecem a variável da concordância. O fato de esta gramática escolar prescrever que o verbo pode concordar com o termo mais próximo e exemplificar esse fenômeno a partir do texto literário demonstra uma descrição da variável de concordância verbal de número, conforme o uso linguístico da época.

Considerações finais

Este capítulo teve por objetivo analisar uma gramática escolar de 1925 com a finalidade de refletir sobre como eram abordados os fenômenos variáveis na escola da época, principalmente as variáveis da concordância. Como resultado desta pesquisa, é possível afirmar que a concordância variável é uma característica do Português Brasileiro e que era percebida como tal já na época de publicação da gramática.

Os fenômenos variáveis observados na gramática de 1925 reforçam o distanciamento entre a língua e as prescrições da Gramática Tradicional. Como já constatado por Faraco (2008), esse distanciamento existe porque as normas cultas e populares que regem a língua não se baseiam na Gramática tradicional, que é uma norma artificial e abstrata criada apenas como um parâmetro de prescrição. Em um contexto do ensino de Língua Materna, reforça-se a importância de uma abordagem que esteja ancorada na “pedagogia da variação”, em que todas as normas e suas variedades são consideradas.

Apesar de que a gramática analisada trabalha com os fenômenos variáveis, é notável que, na maior parte dos trechos em que a variação é abordada, os autores tentam atribuir um caráter negativo. Na conceituação dos *Brasileirismos*, por exemplo, a abordagem dos fenômenos variáveis acontece mais para ensinar a maneira que não se deve escrever e falar do que para um trabalho de análise linguística. No entanto, quando os autores referem-se às formas de variação temporal e às variáveis da concordância que são utilizadas por autores de clássicos da literatura, não há a mesma avaliação negativa. Isso poderia evidenciar que o preconceito linguístico da época estava mais ligado aos indivíduos que utilizavam os fenômenos variáveis do que aos próprios fenômenos em si. Logo, já naquela época, assim como atualmente, o preconceito linguístico reflete, na verdade, o preconceito social, ou seja, a fala de um indivíduo é avaliada tendo em vista a posição que esse indivíduo ocupa na sociedade.

Conclui-se, portanto, que a gramática escolar analisada considera alguns tipos de variação e reconhece alguns fenômenos variáveis na língua da época como a variável da concordância de número quando ocorre sujeito posposto. Ressalta-se a importância de mais estudos que se voltem para a educação e a história social da língua a fim de melhor compreender como a língua era entendida e trabalhada na escola em cada período e também para refletir sobre como as heranças desse trabalho afetam a escola hoje em dia e o próprio ideal que a sociedade atual tem da língua.

Referências

BAZENGA, A. M.; VIEIRA, S. R. A concordância de terceira pessoa do plural: padrões em variedades do português. In: VIEIRA, S. R. (org.). *A concordância verbal em variedades do Português: a interface fonética morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 29-75.

CARDOSO, C. R.; COBUCCI, P. Concordância de número no PB. In: BORTONI-RICARDO, S. M. et al. (org.). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014. p. 71-107.

FARIAS, W. S. de. *Sentidos da língua e do sujeito a ensinar-aprender no Brasil: o discurso da coleção novo manual de língua portuguesa F.T.D. (1909-1943)*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

F.T.D.. *Língua Portuguesa Luso=Brasileira*. São Paulo: F.T.D., 1925.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. *In*: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 151-180.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do PB*. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.

NARO, A. The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change. *Language*, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F.; GOMES, D. K. A expressão fonética da terceira pessoa do plural no Português do Brasil: uma agenda de pesquisa para o tratamento da variável saliência fônica. *In*: VIEIRA, S. R. (org.). *A concordância verbal em variedades do Português: a interface fonética-morfossintaxe*. São Paulo: Vermelho Marinho, 2015. p. 104-147.

A PRESSÃO DA NORMA SOBRE O USO DOS DEMONSTRATIVOS: O CASO DOS RESUMOS DE TESES

Juliana Paula dos Santos

Introdução

O resumo acadêmico tem a função de apresentar ao leitor os pontos mais relevantes de um trabalho, levando o autor a se posicionar de forma clara, elencando-os em um único parágrafo. No entanto, o problema se mostra no momento de eleger a forma adequada do demonstrativo: o resumo, por apresentar resultados já obtidos, deve acionar “esse” de leitura anafórica, mas, por expor a tese a seguir, deve detonar “este” de leitura catafórica. Dentro de um sistema em que as formas pronominais se mantêm distintas, as duas funções dos demonstrativos se mantêm abalizadas. Entretanto, a literatura mostra que uma das mudanças no sistema pronominal do Português Brasileiro, doravante PB, também atingiu os pronomes demonstrativos (MATTOSO CAMARA JR., 2000; PAVANI, 1987; CASTILHO, 1993; MARINE, 2004; PEREIRA, 2005). Em geral, os trabalhos mostram que o PB optou pelo pronome “esse”, que invadiu os contextos para os quais a gramática prescreve o uso de “este”, sem que esse processo tenha passado pela especialização dos itens (PEREIRA, 2005).

O conflito entre a prescrição gramatical, que prevê o uso de “este” para a função catafórica e para a anafórica quando da presença de dois possíveis antecedentes, e o vernáculo brasileiro que generalizou o emprego de “esse” nos leva a pesquisar o tema em resumos de teses e dissertações de mestrados. Esse gênero textual, como afirmamos acima, apresenta duas situações específicas: a de projetar um trabalho e a de referir resultados de pesquisa realizada previamente. Assim, a escolha de resumos de teses e dissertações é explicada pelo seguinte motivo: além de apresentarem o trabalho a ser defendido, o que levaria ao uso do demonstrativo “este” que tem a função de explicitar a função catafórica, trazem resultados de uma pesquisa já realizada, o que acionaria o uso do demonstrativo “esse” com função anafórica. Esse conflito levanta a seguinte questão: qual pronome usar em contexto linguístico que remete a resultados de pesquisas realizadas ao mesmo tempo em que introduz a própria pesquisa?

A resposta mais razoável seria a de que o peso da gramática normativa em textos acadêmicos faz emergir o uso do demonstrativo “este” na introdução do resumo. Entretanto, não se deve esquecer que o choque entre a pressão normativa e a generalização do demonstrativo “esse” cria insegurança linguística e propicia o surgimento de soluções que podem reverberar a forma

como a norma linguística é recepcionada e o peso que se lhe atribui. Consideramos, assim, que o gênero resumo pode fornecer pistas da percepção dos demonstrativos em textos de alta formalidade, como é o caso de trabalhos acadêmicos em nível de pós-graduação.

Considerando, enfim, que “os manuais de redação quase não apresentam indicações de ordem prática, que possam auxiliar os pesquisadores a escreverem resumos claros e concisos” (ARAÚJO, 1999), hipotetizamos que a ausência de um esquema padrão para o uso dos demonstrativos no gênero textual resumos de tese, além de ser a regra, pode fornecer indicadores relacionáveis às práticas compartilhadas por grupos de cada área do saber (ECKERT, 2000). Nesse sentido, o uso dos demonstrativos pode fornecer a chave da elaboração de um estilo que reproduz ao mesmo tempo em que produz a construção da identidade entre os pares de cada uma dessas áreas.

Pressupostos teórico-metodológicos

Os gramáticos prescrevem duas formas pronominais para a situação de enunciação (FIORIN, 2002): o pronome anafórico “esse” é empregado para anunciar o que acabou de ser dito e o pronome catafórico “este” para anunciar o que será dito. Entretanto, Cid, Costa e Oliveira (1986), estudando a fala carioca, mostraram que a generalização do uso de “esse” está presente no discurso universitário em 91,8% dos casos. O emprego de “este” ocorre em contextos de alta formalidade. Dentro desse quadro, em que se verifica a alteração dos valores *default* dos mostrativos, isto é, a generalização do uso de “esse” – valor *default* proximal/distal dos pronomes demonstrativos como afirma Roncarati (2008, p. 223):

Na modalidade escrita, a oposição *default* ainda parece persistir, muito embora haja flutuação quanto ao uso normativo, flutuação esta possivelmente acentuada pela dificuldade em se recuperar, na escrita, um sistema contrastivo raramente observado na fala. Mas, se o usuário da língua ainda tende a preservar tal distinção na escrita, ele o faz ancorado no imaginário sobre o que seria esse tal uso normativo, evidenciando insegurança quanto às correlações entre o demonstrativo e a pessoa do discurso, às coordenadas espaciais (oposição entre entidades proximais/distais do enunciador) e ao tempo de enunciação (oposição entre momento presente, relativamente próximo, e momento passado ou distante da fala).

As pesquisas sociolinguísticas sobre os demonstrativos no PB indicam que a distribuição entre “este” e “esse” não é estabilizada na linguagem oral, sendo a última forma predominante no material que simula a oralidade e na escrita jornalística (PEREIRA, 2005).

O choque entre o vernáculo e a recomendação da doutrina sobre o uso de formas pronominais distintas para funções anafórica e catafórica se caracteriza pelo desalinhamento referencial. Essa

espécie de estrabismo se observa também na própria estrutura do gênero textual “Resumos de Tese” que traz uma informação que remete a algo já realizado e o projeta para o presente. Tal mecanismo é agravado pelo fato de a projeção preceder a retomada da pesquisa realizada, uma vez que os resumos, em geral, iniciam-se com a construção: “Este trabalho apresenta...”.

Com efeito, de acordo com o estudo de Santos (1996), o gênero textual resumo é organizado por cinco estágios: situar a pesquisa; apresentar a pesquisa; descrever a metodologia; sumarizar a pesquisa e discutir a pesquisa. Tomando esses estágios assinalados como quadro geral, podemos observar que no primeiro estágio, ou seja, no momento que apresenta a pesquisa, o demonstrativo é empregado majoritariamente na função catafórica, situando a pesquisa no “aqui e agora” para introduzi-la ao leitor. Já nos seguintes estágios, o tempo verbal seguido do demonstrativo oscila entre o pretérito e o presente, indicando a dificuldade do autor em situar, no momento no qual se está redigindo o resumo, os objetivos e métodos de uma pesquisa que já foram adotados e aplicados. Apenas no último estágio, no qual discutem-se os valores e as implicações dos resultados da pesquisa, resgata-se o uso do demonstrativo catafórico, em função de expectativas geradas pelo resultado da pesquisa.

Para analisar o conflito entre o vernáculo e a gramática normativa na formação do acadêmico, privilegiamos o estudo do uso do demonstrativo em resumos de uma área específica do saber. O *corpus* foi composto de resumos digitalizados das seguintes subáreas das Ciências Humanas: Administração (ADM), Design e Arquitetura (DEA), Direito (DIR), Filosofia (FIL), Geografia Humana (GEH), História Social (SCO), Meios e Processos Audiovisuais (MPA), Psicologia Clínica (PIC), Semiótica e Linguística Geral (SLG), e, por fim, Sociologia (SOC).

A ideia central da pesquisa desenvolvida é explicitar, a partir de critérios sociolinguísticos de cunho variacionista (LABOV, 1972), o uso dos demonstrativos “este” e “esse” e observar a sua percepção e produção como prática compartilhada pelos acadêmicos das subáreas das Ciências Humanas. Esse olhar nos remete à proposta de comunidade de prática desenvolvida por Eckert (2000, entre outros), segundo a qual na construção da identidade do grupo é possível observar, seguindo a máxima de que “Somos o que fazemos”, a emergência de processos simbólicos que criam elos entre os pares. Para tanto, para além de uma análise estatística dos dados, consideramos que uma análise qualitativa pode fornecer indícios desses processos simbólicos.

A análise variacionista privilegiou alguns fatores linguísticos condicionantes como: tipo de referência (endofórica e exofórica), função da referência endofórica (anáfora e catáfora), tempo verbal, função categorial do demonstrativo (substantivo e adjetivo) e subáreas das Ciências Humanas.

Este trabalho, ao analisar os usos do pronome demonstrativo em resumos de teses defendidas no ano de 2017, se insere no âmbito de pesquisas que visam a descrever sincronias do PB e analisar os mecanismos linguísticos que prevalecem em publicações formais, procurando observar se esses obedecem à gramática normativa ou se, por pressão da gramática que internaliza a mudança linguística em curso, apresentam-se mais próximos ao vernáculo.

Demonstrativos nos resumos de teses

As primeiras análises dos demonstrativos em resumos acadêmicos evidenciam que os pronomes nesse gênero textual infringem as regras gerais sobre o seu emprego na função anafórica e catafórica e que o gênero “resumo acadêmico” é gerador de problemas na seleção do demonstrativo.

A análise quantitativa realizada na primeira fase do trabalho permitiu fazer o mapeamento da frequência de usos de um e outro demonstrativo nos resumos de teses e dissertações, com a finalidade de investigar se dentro da área de Ciências Humanas havia um paradigma a ser seguido. Ao todo levantamos 295 demonstrativos usados com função referencial (anáfora e catáfora) e outros 43 empregados como operadores argumentativos, entendidos como “o conjunto de instruções concernentes às estratégias a serem usadas na decodificação dos enunciados pelos quais a frase se atualiza, permitindo percorrer-lhe as leituras possíveis” (KOCH, 1996, p. 104).

Os resultados mostram baixa frequência no uso de “este” na função de operadores lógicos. Com efeito, “este” só apareceu em covariação com “esse” na expressão “para isto”; nos demais contextos, o uso de “esse” foi categórico. Dentre eles, as principais ocorrências foram de “além disso”, “a partir disso”, “desse modo” e “nesse sentido”. A explicação para a preferência de “esse” enquanto operador lógico está alicerçada no uso vernacular, mas também no fato de que esses operadores lógicos em geral manifestam a função anafórica que se manifesta por meio do pronome que explicita a noção de afastamento “esse”.

Ao contrário do que se observou para os operadores lógicos, na função referencial prevalece o pronome “este”: 161/295 ocorrências, atingindo o índice percentual de 54,58%. Esses resultados são reveladores da pressão prescritiva, pois ainda que uma mudança linguística no quadro pronominal tenha levado à generalização de “esse”, o pronome “este” o suplanta em gêneros textuais de altíssima formalidade, como é o caso dos resumos acadêmicos.

As demais 294 ocorrências de demonstrativos integram a função endofórica explicitada com as duas formas pronominais, com leve sobreposição de “este” sobre “esse”:

Tabela 1 – Distribuição dos pronomes demonstrativos por tipo de referência

ESTE		ESSE		
160 oc.	54,42%	134 oc.	45,58%	USO ENDOFÓRICO
1 oc.	100%	-		USO EXOFÓRICO

Fonte: Elaboração própria

É necessário salientar que o uso endofórico dos demonstrativos é previsto pela doutrina gramatical, que separa os dois pronomes pelas funções catafórica e anafórica, codificadas pelas formas “este” e “esse”, respectivamente. No caso dos resumos analisados, porém, a interpretação referencial é, por vezes, ambígua. Qualifica-se como referência ambígua aqueles casos com uma leitura referencial múltipla, como uma leitura catafórica com projeção para o futuro, porém em um contexto que demanda o uso anafórico. Alguns casos classificados como ambíguos foram:

- (1) [...] Apesar da não aprovação das propostas, o contexto de mobilização popular da Constituinte contribuiu para a construção de um ideário participativo que viria a influenciar o processo de criação de conselhos populares por meio da regulamentação dos direitos sociais previstos na Constituição. Esse processo foi marcado pela reivindicação de conselhos com poder decisório, o que se expressou por meio da exigência de que esses tivessem caráter deliberativo.
- (2) [...] Nesse sentido, nota-se que o próprio conceito de empreendedor social evolui do arquétipo do líder herói para uma reflexão ainda em aberto de sua real capacidade de causar uma transformação social [...] A análise dessa evolução denota intrínseca e inevitável relação com as referências contextuais do campo do empreendedorismo social no Brasil e no mundo [...] e do impacto social gerado, de forma comprovada por mensurações de desempenho.

Tabela 2 – Distribuição dos demonstrativos em função do tipo de referência endofórica

ESTE		ESSE		REFERÊNCIA
64 oc.	33,33%	128 oc.	66,67%	ANÁFORA
94 oc.	95,92%	4 oc.	4,08%	CATÁFORA
3 oc.	60%	2 oc.	40%	AMBÍGUA

Fonte: Elaboração própria

A tabela 2 aponta que a função anafórica é realizada pelas duas formas pronominais. Apesar do maior índice de frequência de “esse” (66,67%), observamos que os 33,33% de “este” apresentam-se dissonantes das prescrições gramaticais que não preveem o uso desse pronome para esse contexto linguístico. A função catafórica, por sua vez, é realizada pelo emprego exponencial de “este” (95,92%), em consonância com as prescrições gramaticais.

Esses resultados apontam para o emprego de “este” em contexto de catáfora e variação no uso do demonstrativo em contexto de anáfora. Em outras palavras, além de se revelar dominante no contexto da catáfora, o pronome “este” surge no contexto da anáfora, ainda que de forma menos acentuada. Essas escolhas sugerem o afastamento do uso vernacular que privilegia o uso generalizado de “esse” ao mesmo tempo em que também infringem as regras normativas que preveem o uso desse pronome para a função anafórica. Nesse sentido, o gênero discursivo que tipifica um texto de alta formalidade do âmbito acadêmico não acolhe a generalização do uso de “esse”, apontada como tendência do PB por Pereira (2005). Além disso, revela que a pressão normativa altera inclusive os usos em contexto de anáfora, fazendo emergir o emprego de “este” em posição que as gramáticas prescrevem a adoção do pronome “esse”.

A análise do tempo verbal com referência catafórica apontou que a forma “este” é utilizada independentemente do tempo verbal (71/72 ocorrências, equivalendo a 98,61% com o tempo verbal no presente e 20/23 ocorrências com o tempo no passado, 86,96%). Entretanto, tal pronome se correlaciona preferencialmente com o tempo presente (78,02%) ao passo que “esse” é mais usado com o tempo passado, como mostra a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Distribuição dos demonstrativos em função do tipo de referência catafórica

ESTE		ESSE		TOTAL		Tempo/Demonstrativo
71 oc.	78,02%	1 oc.	25,0%	72 oc.	75,79%	Presente
20 oc.	21,98%	3 oc.	75,0%	23 oc.	24,31%	Passado

Fonte: Elaboração própria

Os dois exemplos a seguir mostram o emprego de “esse” e de “este” como referência catafórica em frases marcadas com o tempo no passado:

- (3) Espera-se que esse estudo possa ter ampliado o entendimento sobre o tema, contribuindo para a reflexão das práticas utilizadas pelos profissionais do judiciário [...].
- (4) Este trabalho pretendeu investigar a aplicação dos instrumentos de participação popular, em especial o chamado “orçamento participativo”, como forma de aprimoramento da democracia local.

Ao analisarmos a função categorial do pronome demonstrativo, observamos que na função adjetiva a forma “este” aparece com frequência levemente superior à da forma “esse” (58,24% e 41,76%, respectivamente). Já na função substantiva, “este” tem domínio quase absoluto sobre “esse”. Esses resultados sugerem que a pressão normativa parece incidir mais na forma pronominal em função substantiva; na função adjetival, a pressão é diluída pela presença de material no sintagma, o que parece desviar a atenção do falante.

Tabela 4 – Distribuição dos demonstrativos por tipo de função adjetiva ou substantiva

ESTE		ESSE		FUNÇÃO
159 oc.	58,24%	114 oc.	41,76%	ADJETIVA
20 oc.	90,91%	2 oc.	9,09%	SUBSTANTIVA

Fonte: Elaboração própria

A sobreposição de “este” a “esse” aparentemente reflete uma tendência a recompor o esquema normativo. Essa recomposição, porém, não é geral. Com efeito, a análise dos demonstrativos em função referencial por subáreas revela que há uma forte diversificação de seus usos: as teses em Administração e em Design e Arquitetura apresentaram altíssimos índices de “este”, superando os 70%. Nas áreas de Filosofia, Geografia Humana e de Semiótica e Linguística, o uso de “este” supera os 50%. Esse índice cai para 40% nos resumos da área de Meios e Processos Visuais e para cerca de 30% nos resumos da área de Direito.

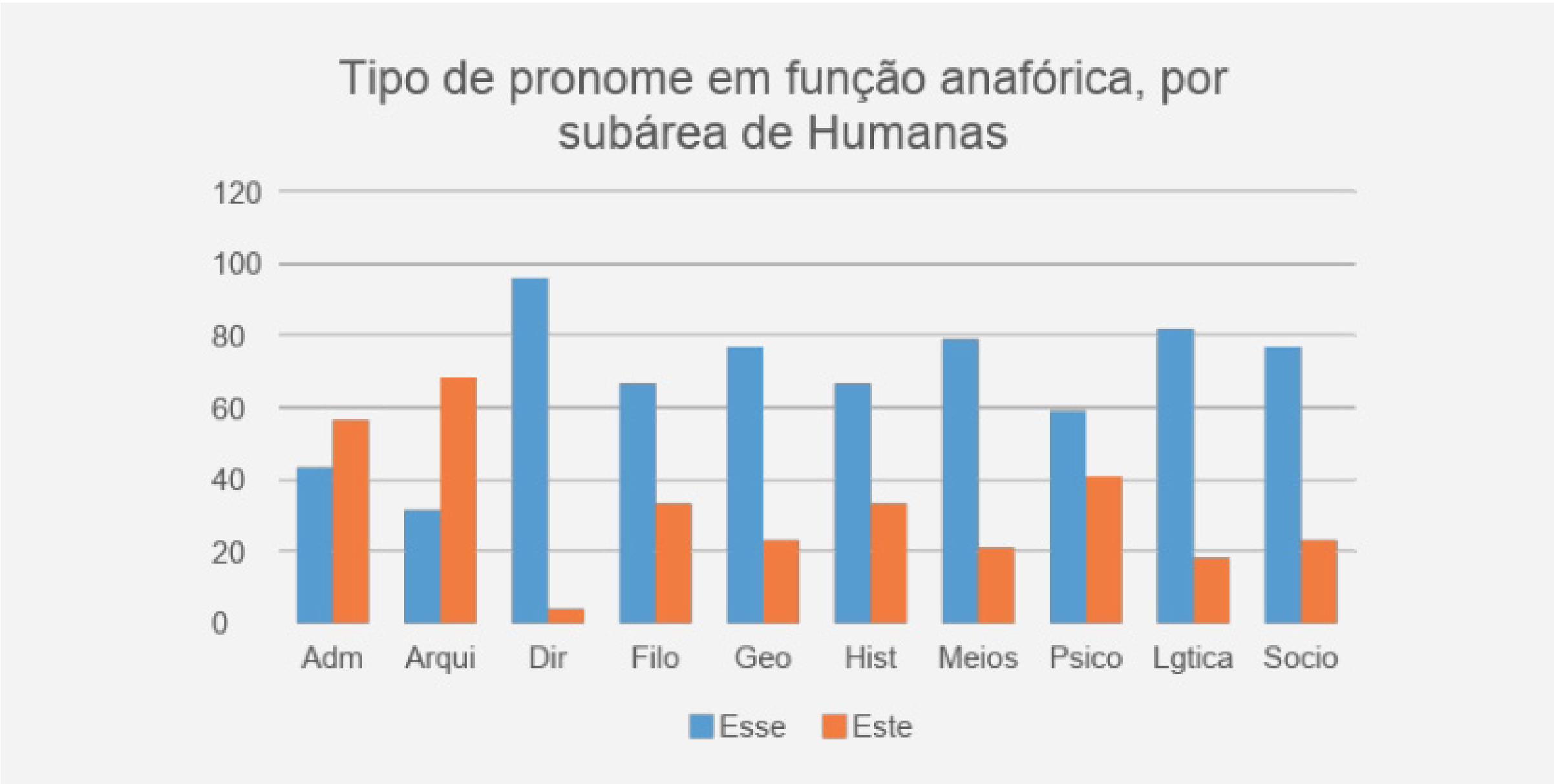
Antes de atribuir maior ou menor aproximação das subáreas à norma gramatical ou ao vernáculo, é importante ressaltar que os resumos privilegiam os usos endofóricos. Foi registrado apenas um caso de uso exofórico, no resumo da subárea da Geografia Humana:

(5) Esta pesquisa buscou retomar o conceito geográfico de rugosidade proposto por Milton Santos, de modo a torná-lo coerente com as dinâmicas desta contemporaneidade [...].

Como seria de esperar, seja pela pressão normativa seja pela base vernacular, o cruzamento dos fatores subárea e função referencial revelou que o pronome “esse” é usado na função anafórica em todas as áreas. Entretanto, sua presença é maior na área do Direito e de menor incidência nos resumos da área de Design e Arquitetura. O pronome “este”, por sua vez, também é usado na função anafórica em todas as áreas. Menos frequente nos resumos do curso de Direito, é de uso mais acentuado nos resumos dos cursos de Administração (13/23 ocorrências) e de Design e Arquitetura (13/19 ocorrências).

Na função catafórica, o pronome “este” é franqueado em todas as áreas, em consonância com a doutrina prescritiva das gramáticas. Sua incidência é maior nos textos produzidos na área de Administração e na de Design e Arquitetura. O pronome “esse” nessa função referencial aparece, ainda que com baixo índice de frequência, apenas nos cursos de Filosofia, Psicologia Clínica e Sociologia:

Gráfico 1 – Distribuição dos demonstrativos em função anafórica, por área de conhecimento



Fonte: Elaboração própria

A leitura do gráfico sugere que os resumos da área de Direito são os que mais se conformam à distinção entre as funções anafórica e catafórica, usando as formas “esse” e “este”, respectivamente. Os cursos de Administração e os de Design e Arquitetura são os que mais fogem a esse esquema, dando preferência ao uso de “este”, independentemente da função referencial. Os resumos de Filosofia, Psicologia Clínica e de Sociologia são os únicos a acionarem “esse” na função catafórica.

Como interpretar os diferentes usos? O emprego de “esse” como catáfora poderia ser interpretado como reflexo do vernáculo que generalizou essa forma para qualquer tipo de referência; o emprego de “este” como anáfora poderia ser interpretado como um caso de hipercorreção, um caso de desvio de assimilação da correlação entre formas demonstrativas e funções referenciais observável no uso equivocado do pronome “este” que extrapola o ambiente linguístico da catáfora e adentra o da anáfora.

Uma alternativa que merece melhor investigação do uso dos demonstrativos em função das comunidades de práticas. O uso normativo do pronome “esse” pode estar associado a uma orientação positivista que busca no texto o traço que define o operador do Direito. A generalização do uso de “este” para as funções anafórica e catafórica, em franca oposição ao uso vernacular, pode estar associada às comunidades de prática orientadas para a demonstração de formas e números a partir da perspectiva do falante, que no caso é o profissional da área. Por fim, o emprego de “esse” na função catafórica remete ao uso do vernáculo. Presente apenas nos resumos das áreas de Filosofia, Psicologia Clínica e Sociologia, indicia um traço de comunidades de prática que se envolvem mais diretamente com o homem. Nesse sentido, as variáveis estão relacionadas com os processos simbólicos que marcam as relações sociais de cada área do saber.

Em suma, é bastante plausível que o uso dos demonstrativos nos textos acadêmicos revele o engajamento social em torno de atividades que tipificam cada área do saber. Assim, não é improvável que a abordagem sociolinguística com foco na comunidade de prática permita vincular a seleção das formas em função do desenvolvimento de uma atividade e do engajamento social do profissional da área. Apesar de esta leitura exigir o aprimoramento do estudo, com ampliação de *corpus* e melhor fatoração dos elementos que possam condicionar a escolha das formas pronominais, a aplicação da abordagem da terceira onda da Sociolinguística parece ser um caminho promissor para entender as diferentes variáveis colhidas no gênero resumo de teses.

Considerações finais

A estruturação do gênero textual resumo de teses exige marcas que remetem aos resultados obtidos na pesquisa e ao trabalho que está sendo apresentado. Às dificuldades observadas no cruzamento de gênero textual resumo de teses e funções de pronomes demonstrativos, adicione-se o fato de que pesquisas sobre o sistema pronominal brasileiro apontam para o avanço do pronome “esse” para as funções normalmente atribuídas a “este” (PAVANI, 1987; PEREIRA, 2005; MARINE, 2004, entre outros). A generalização do uso de “esse” no PB entra em choque com a pressão normativa que distingue as duas funções referenciais (o que foi dito e o que será dito).

Essa falta de equilíbrio entre os usos e a doutrina gera insegurança linguística em particular nos meios acadêmicos em que se busca um padrão linguístico culto e se respeita o processo natural de mudança linguística, como esclarece Roncarati (2008). Tal insegurança pode levar a hipercorreções, com o emprego equivocado de formas ditadas pela gramática normativa, em especial numa situação de alta formalidade, haja vista que o resumo precede o texto a ser apresentado a uma banca que o examinará, estando sujeito, portanto, ao crivo do conhecimento gramatical e dos estilos autorizados por cada área.

A hipótese da insegurança gramatical seria viável se os “equívocos” fossem idênticos nos resumos das diferentes áreas. O fato de os resumos de Direito perseguirem as regras prescritivas, os de Design e Arquitetura e os de Administração adotarem o pronome “este” que marca uma situação comunicativa a partir da perspectiva do falante, e os de Filosofia, Sociologia e Psicologia adotarem a forma vernacular “esse” sugere que os demonstrativos fazem parte dos elementos linguísticos que se associam às suas práticas e se tornam um dos elementos simbólicos que os definem.

Referências

ARAÚJO, A. D. Uma análise da organização discursiva de resumos na “área” da educação. *Revista do GELNE*, ano 1, n. 1, p. 26-30, 1999.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2009.

CASTILHO, A. T. de. Os mostrativos no português falado. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). *Gramática do Português Falado: as abordagens*. vol. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CID, O.; COSTA, M. C.; OLIVEIRA, C. T. Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 5, 1986.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. *In*: CAVALCANTE, M. M. *et al.* (org.). *Referenciação. Clássicos da Linguística 1*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of variation. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 87-100, 2012.

ESPÍNDOLA, L. C.; CARVALHO, S. R. P. de. Gênero discursivo resumo: recursos moralizadores. *Revista Prolíngua*, Paraíba, v. 10, n. 2, p. 12-24, jun./jul. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2018.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.

GARY-PRIEUR, M. N.; NOALLY, M. Demonstrativos Insólitos. *In*: CAVALCANTE, M. M. *et al.* (org.). *Referenciação. Clássicos da Linguística 1*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 229-249.

GURPILHARES, M. S. S.; LEONEL, L. de A. A construção da referência no gênero discursivo “resumo”. *Janus*, Lorena, v. 16, p. 11-29, jun./dez. 2012.

KOCH, I. *Argumentação e Linguagem*. Campinas: Ed. Cortez, 1996.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 1972.

MARINE, T. de C. *O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este vs. aquele ou esse vs. aquele*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.

MATTOSO CAMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAVANI, S. *Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto falado em São Paulo*. 1987. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

PEREIRA, H. B. *Esse versus este no Português Brasileiro e no Europeu*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1972.

RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. *In*: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

RONCARATI, C. A subjetividade do demonstrativo na mídia jornalística. *Revista Investigações – Linguística e Teoria Literária*, v. 21, n. 2, p. 221-240, 2008.

Teses e Dissertações, Biblioteca Digital da USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Segunda Parte

Análises Gramaticais do Português

UMA DESCRIÇÃO FUNCIONAL DA VOZ PASSIVA ANALÍTICA EM CARTAS ANTIGAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

André Vinícius Lopes Coneglian
Juliano Desiderato Antonio

Considerações iniciais

A categoria gramatical de voz tem sido objeto de especial interesse nas mais variadas teorias linguísticas e tem sido a base para a proposição de modelos teóricos descritivos. Isso se deve, em partes, ao fato de que essa é uma categoria que se liga ao verbo e que tem o potencial de determinar o modo pelo qual se configuram as predicções, peças que codificam eventos e seus participantes. Tanto é assim que, na sua caracterização mais ampla, a categoria de voz pode ser entendida como uma “relação particular entre o significado e a forma de sentenças” (ZÚÑIGA; KITTLÄ, 2019, p. 1).

Na tradição gramatical – e linguística, em grande parte –, a categoria gramatical de voz abrange fenômenos como as construções de voz ativa, de voz passiva, de voz média e de voz reflexiva e, em alguns casos, de voz recíproca, como é o caso particular da tradição portuguesa. A voz ativa é tomada como a expressão mais básica das construções de voz e sua centralidade na descrição gramatical das linguísticas se justifica pela natureza das relações sintáticas que nela se estabelecem (GIVÓN, 2006). Ora, é justamente a categoria sintática de sujeito que determina a descrição das construções de voz, em relação à função semântica que o argumento sujeito desempenha na configuração da predicação. Se o sujeito corresponde ao agente da ação verbal, então tem-se uma construção de voz ativa, mas, se, por outro lado, o sujeito corresponde ao paciente da ação verbal, tem-se, então, uma construção de voz passiva. Essa mudança de estatuto semântico do sujeito implica uma reconfiguração construcional que, no caso do português, é resolvida com um auxiliar verbal, geralmente o verbo *ser*, e um verbo no particípio. Particularmente, a voz passiva tem sido descrita como uma espécie de derivação da voz ativa, mantendo o valor de verdade da proposição expressa pela sentença, mas mudando o arranjo das relações sintáticas.

Se, na tradição, enfatizam-se as congruências e as incongruências construcionais na configuração das vozes ativa e passiva, insistindo-se na manutenção de conteúdo proposicional instanciado por esses dois tipos de construção, em uma direção funcionalista, por outro lado, busca-se verificar exatamente os efeitos pragmáticos obtidos textualmente com o uso de

construções de voz passiva (CROFT, 2001; GIVÓN, 2001). Ora, se o sistema gramatical disponibiliza ao falante da língua, no caso, a portuguesa, a opção de construir um mesmo significado (semântico, ou proposicional) de diferentes formas, pode ser que os efeitos alcançados sejam diferentes. É nessa direção que Halliday (1994), um dos linguistas de maior renome da Linguística Funcional, quiçá da Linguística Geral, concebe a gramática de uma língua como um sistema de opções à disposição do falante, que, em situações de uso linguístico, realiza a escolha das opções que melhor satisfaçam suas necessidades comunicativas.

É nessa direção que se descrevem as propriedades formais e funcionais das construções de voz passiva analítica no português brasileiro, com base em dados provenientes de um corpus formado por cartas do acervo de Júlio Prestes e de Washington Luís. A proposta é, então, identificar fatores semânticos e pragmáticos que determinam a forma dessas construções.

A investigação é angulada por uma perspectiva funcionalista, na qual a gramática é vista como aquela que “organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos” (NEVES, 2006, p. 11). Tem-se como princípio geral, então, que os componentes sintático, semântico e pragmático da gramática não constituem módulos autônomos, mas, sim, são interdependentes, sendo que os componentes semântico e pragmático, responsáveis pela configuração das significações, atuam sobre o componente construcional (sintático) da gramática.

Este capítulo divide-se em três seções. Na *Fundamentação teórica*, assentam-se as bases funcionalistas da investigação e discutem-se propostas sobre voz passiva, com ênfase naquelas que provêm caracterizações semânticas e pragmático-discursivas do fenômeno. Na *Metodologia*, faz-se uma caracterização geral do corpus de cartas, especificam-se os métodos de coleta de dados e delimitam-se os fatores de análise. Na seção *Resultados e discussão*, apresentam-se quantitativamente os dados, interpretando-os de modo a verificar suas sobredeterminações e neutralizações. Nas *Considerações finais*, avalia-se a pertinência do modelo funcionalista, especialmente no que diz respeito ao interfaceamento dos componentes gramaticais, para a explicação da forma das construções de voz passiva analítica no corpus de cartas antigas do português.

Fundamentação teórica

Funcionalismo linguístico: a interface sintaxe, semântica e pragmática na descrição gramatical

Os funcionalismos são tão variados e diversos quanto o são seus praticantes (NICHOLS, 1984). Aqui, adotam-se princípios funcionalistas gerais, sem se vincular a uma ou outra teoria

em particular, o que permite que as categorias em análise se estabeleçam de modo natural, em vez de estabelecer, no ponto de partida, categorias *ad hoc* que engessam o sistema (CROFT, 2001).

No funcionalismo, como uma proposta teórica que se dirige para a descrição e explicação dos usos linguísticos, os componentes gramaticais são considerados em interface, isto é, considera-se que os componentes responsáveis pela configuração da significação (os componentes semântico e pragmático) determinam o acionamento e o estabelecimento das relações construcionais (o componente sintático). Nessa visão, as propriedades formais dos enunciados decorrem, em ampla medida, de suas propriedades funcionais, o que significa que os princípios que governam a estrutura sintática explicam-se com referência a propriedades semânticas e pragmáticas (CROFT, 2001; GIVÓN, 2001).

Essa visão permite acomodar, teoricamente, um aspecto básico da organização da gramática das línguas que diz respeito à multifuncionalidade dos itens linguísticos e à fluidez de categorias e de relações (NEVES, 2012). Exemplifique-se essa última questão por meio da expressão do agente da passiva, destacados em negrito, nas ocorrências (01) e (02), retiradas do corpus deste trabalho.

(01) A fábrica está bem guardada **pela polícia**.

(02) Na balança de contas, porém, até aqui, essas remessas devem ter sido cobertas **pelo affluxo de capital havido no paiz**.

Nas duas ocorrências, o agente da passiva tem a mesma expressão gramatical, por meio de um sintagma preposicionado, no entanto, a natureza acional dos termos destacados difere, sendo o termo destacado em (02) um agente metaforizado, uma vez que ‘affluxo de capital’ não é dotado de capacidade acional, ao passo que, em (01), tem-se um agente real.

Como aponta Givón (1994), a categoria de voz é uma das categorias de codificação gramatical mais complexa, porque serve à expressão de um conjunto de funções semânticas e pragmáticas. No que diz respeito à voz passiva, particularmente, o tratamento linguístico, especialmente aquele de orientação tipológica, tem privilegiado dois tipos de explicação para a forma dessas construções: explicação de orientação semântica e explicação de orientação pragmática.

As explicações calcadas na propriedade semântica da predicação vão na direção de mostrar a apassivação como uma estratégia para redução de argumentos verbais, como é o caso da proposta de Dixon e Aikhenvald (2000). Para esses autores, a apassivação é um processo que se aplica a um verbo transitivo por meio do qual um argumento Objeto se torna um argumento Sujeito e, assim, o argumento Sujeito da construção passiva pode ser apagado.

Mithun (2008) mostra que, para um conjunto de línguas da família Pomo, a categoria gramatical de sujeito é completamente irrelevante para a configuração das predicções de voz passiva. Assim, a autora questiona a caracterização de construções de voz com base em relações sintáticas e questiona a suficiência de explicações puramente semânticas, em termos de redução de valência, para essas construções. Abrem-se, então, caminhos para uma explicação pragmática, em termos de proeminência de tópico.

As explicações pragmáticas para o fenômeno da voz passiva se constroem com base no argumento de que o papel de paciente, na predicação, apresenta maior topicalidade que o argumento com papel de agente. O rearranjo das relações sintáticas, no que diz respeito ao papel que desempenha a função de sujeito, é simplesmente um corolário da necessidade informativa de topicalizar o paciente da ação verbal (GIVÓN, 2006; CROFT, 2012). Ilustre-se este ponto com a ocorrência em (03), retirada do corpus, na qual o verbo *acompanhar* é um verbo que não implica um agente na sua estrutura semântica, uma vez que é um verbo de natureza processual. Parece, então, ser razoável supor que, em pelo menos alguns casos, a acionalidade é completamente irrelevante para a montagem de uma construção de voz passiva (CROFT, no prelo).

(03) O requerimento é acompanhado de um atestado medico.

Está além do objetivo deste capítulo penetrar nas diferentes propostas explanatórias para a apassivização. Com a breve exposição desses múltiplos pontos de vista, interessa mostrar o interfaceamento entre os componentes sintático, semântico e pragmático nas construções de voz passiva. No que diz respeito à proposta descritiva apresentada neste capítulo, os parâmetros são estabelecidos de modo a compreender tanto as propriedades semânticas quanto as pragmáticas das construções de voz passiva no corpus de cartas antigas, configurando-se, assim, uma proposta de descrição funcional.

O fato linguístico em questão: a voz passiva analítica e sua codificação gramatical

Camacho (2000, p. 217-218) caracteriza uma construção de voz passiva analítica, no português, como sendo “constituída por um auxiliar, em qualquer um de seus tempos verbais, e um particípio passado, seguido ou não de um SP agentivo”. Nos termos de Halliday (1994), é um tipo de construção disponibilizada ao falante pela língua, e a opção por esse tipo de construção é feita, segundo Camacho (2000), quando há necessidade pragmática de se constituir ou de se manter um tópico. Como a construção passiva favorece a promoção do argumento principal a sujeito e, pragmaticamente, a tópico, esse tipo de construção é um dos mais utilizados pelos falantes quando precisam codificar um SN tópico.

Ao tratar tipologicamente a construção passiva na língua ute¹, Givón (1981) parte do princípio de que os domínios funcionais na sintaxe não são atômicos nem totalmente discretos. Pelo contrário, são interdependentes, inter-relacionados e estão em *clines* nos quais pontos que se distinguem de alguma forma podem ser dispostos ao longo de um contínuo funcional. Os domínios funcionais também se cruzam, ou seja, um determinado ponto de um domínio funcional também pode ser membro de outro domínio funcional, de forma que “a função sintática é, assim, potencialmente, um espaço multidimensional²” (GIVÓN, 1981, p. 165, tradução nossa). A construção passiva participa de três domínios funcionais:

- a) pela sua capacidade de atribuir a função de tópico oracional a um argumento não agente, a construção passiva é um ponto na escala do domínio funcional da *identificação de tópicos*, que vai da identificação mais simples (tópico mais previsível) à identificação mais complexa (tópico menos previsível);
- b) a construção em tela também faz parte do domínio da detransitivização. De acordo com Givón (1994), em um evento transitivo prototípico na voz ativa, o processo verbal tem ritmo acelerado, é acabado, real e perceptualmente e/ou cognitivamente saliente. Além disso, o agente é volitivo, controlador, responsável pelo evento, ou seja, sua causa saliente. Por sua vez, o paciente é o efeito saliente, ou seja, é não volitivo, não ativo, não controlador e sofre a mudança de estado do evento. Em uma construção ativa, o agente tem um grau mais alto de topicalidade do que o paciente, ao passo que, na construção passiva, o paciente é mais tópico do que o agente, que tem grau tão baixo de topicalidade que pode ser suprimido;
- c) como consequência, a construção passiva também faz parte do domínio da impessoalização (ou da supressão da identidade do agente).

Em trabalho sobre as construções de voz no português falado no Brasil, Camacho (2006) defende a existência de um contínuo funcional que tem, em um extremo, a construção passiva e, em outro, a impessoal. Situadas ao longo da escala estão as construções média e reflexiva.

Com base no critério *tipo semântico de predicado e função sintática*, o autor afirma que os verbos de ação desencadeiam as construções passivas e as impessoais, mas as construções passivas também se manifestam com predicados de posição, que possuem o traço [+controle]. Na perspectiva adotada pelo autor, com base em Dik (1989), os predicados de posição englobam verbos de percepção, de posição mental (como *considerar*, *levar em conta*) e verbos que pressupõem posicionamento físico de uma entidade controladora (como *considerar*, *manter*, *conservar*). Camacho (2006) também apresenta ocorrências de construções passivas que se

1 Língua falada por um povo de mesmo nome no oeste do estado do Colorado e no leste do estado de Utah dos Estados Unidos da América.

2 “Syntactic function is thus, potentially, a multi-dimensional space.”

afastam do evento transitivo prototípico. Nessas ocorrências, a entidade envolvida é afetada e, portanto, não apresenta o traço [+controle]. Verbos como *lembrar*, *entender*, *perceber* e *perder* podem participar desse tipo de ocorrência.

No que diz respeito ao *grau de transitividade*, Camacho (2006, p. 172) afirma que tanto as construções passivas quanto as impessoais “são fortemente motivadas pela presença de um verbo de ação [+dinâmico, +controlado] em detrimento de predicados de processo, posição e estado”. Uma característica da construção passiva é o fato de que a entidade que inicia o evento deve ser distinta da entidade afetada. Ademais, na construção passiva, a entidade afetada exerce a função de sujeito/tópico, e ocorre a detransitivização do verbo, na qual se exclui a impessoalidade do agente.

Em relação à *forma de manifestação do SN agente na passiva*, Camacho (2006) apresenta ocorrências em que o SN agente é realizado na forma de itens lexicais plenos, pronomes anafóricos e zeros anafóricos. Ao contrário do inglês, em que a expressão ou não do agente é motivada por paralelismo sintático, no português falado, segundo Camacho (2006, p. 176), “a expressão ou não do agente está relacionada a determinações pragmáticas de manutenção e continuidade tópica”.

Ao sistematizar um quadro com os traços que caracterizam as construções passiva, impessoal, média e reflexiva, Camacho (2006) atribui os seguintes traços à construção passiva: [-impessoalidade], [+detransitividade], [+topicalidade]. Nas palavras do autor, “[...] como a passiva manifesta um tópico representado por uma entidade não agentiva, ela focaliza o evento a partir da perspectiva do paciente, da qual resultam detransitividade e topicalidade como traços positivos” (CAMACHO, 2006, p. 186).

Metodologia

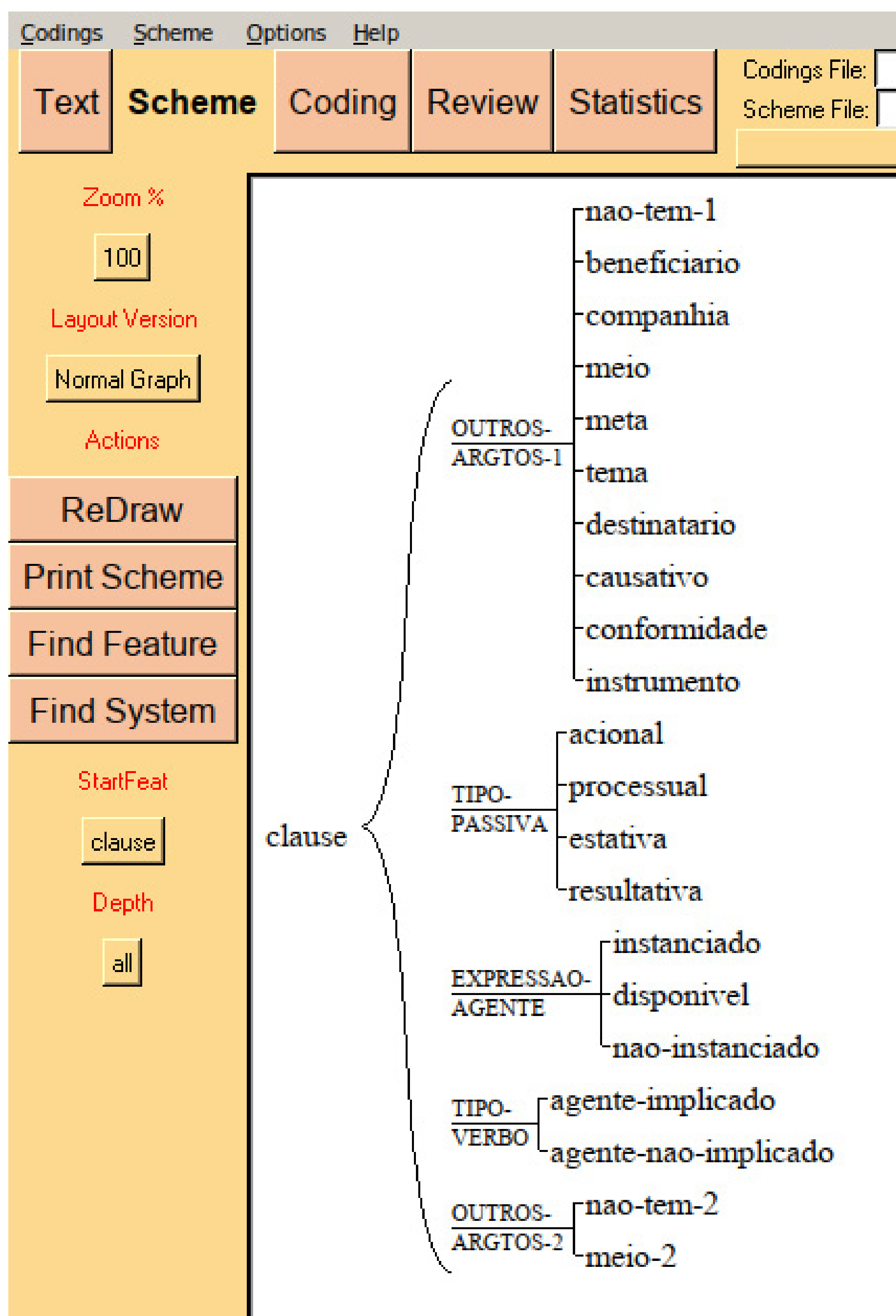
A natureza do corpus

O corpus deste trabalho é formado por 51 cartas do início do século XX disponíveis no Acervo Público do Estado de São Paulo. Selecionaram-se cartas escritas por ou endereçadas a Júlio Prestes e Washington Luís, que foram fotografadas pelo pesquisador Hércius Batista Pereira e transcritas pela pesquisadora Gabriele Pecuch.

O primeiro passo consistiu na localização das ocorrências de construções passivas no corpus. Curiosamente, foram encontradas 51 ocorrências, mas isso não significa que havia uma ocorrência em cada carta. Em algumas cartas não havia nenhuma ocorrência, ao passo que, em outras, havia mais de uma ocorrência.

As ocorrências foram salvas em um arquivo formato txt e importadas no programa *Systemic Coder* (O'DONNEL, 1995), ferramenta que facilita a codificação de dados linguísticos. Após a importação e a segmentação (cada ocorrência correspondia a uma unidade a ser codificada), criou-se um esquema de codificação com os parâmetros de análise, como se pode observar na Figura 1.

Figura 1 – Esquema de codificação



Fonte: Captura de tela do programa *Systemic Coder*

Na sequência, o programa apresenta as ocorrências (uma por vez) e os parâmetros de análise, conforme ilustrado na Figura 2. A seleção dos traços de cada ocorrência é feita pelo analista.

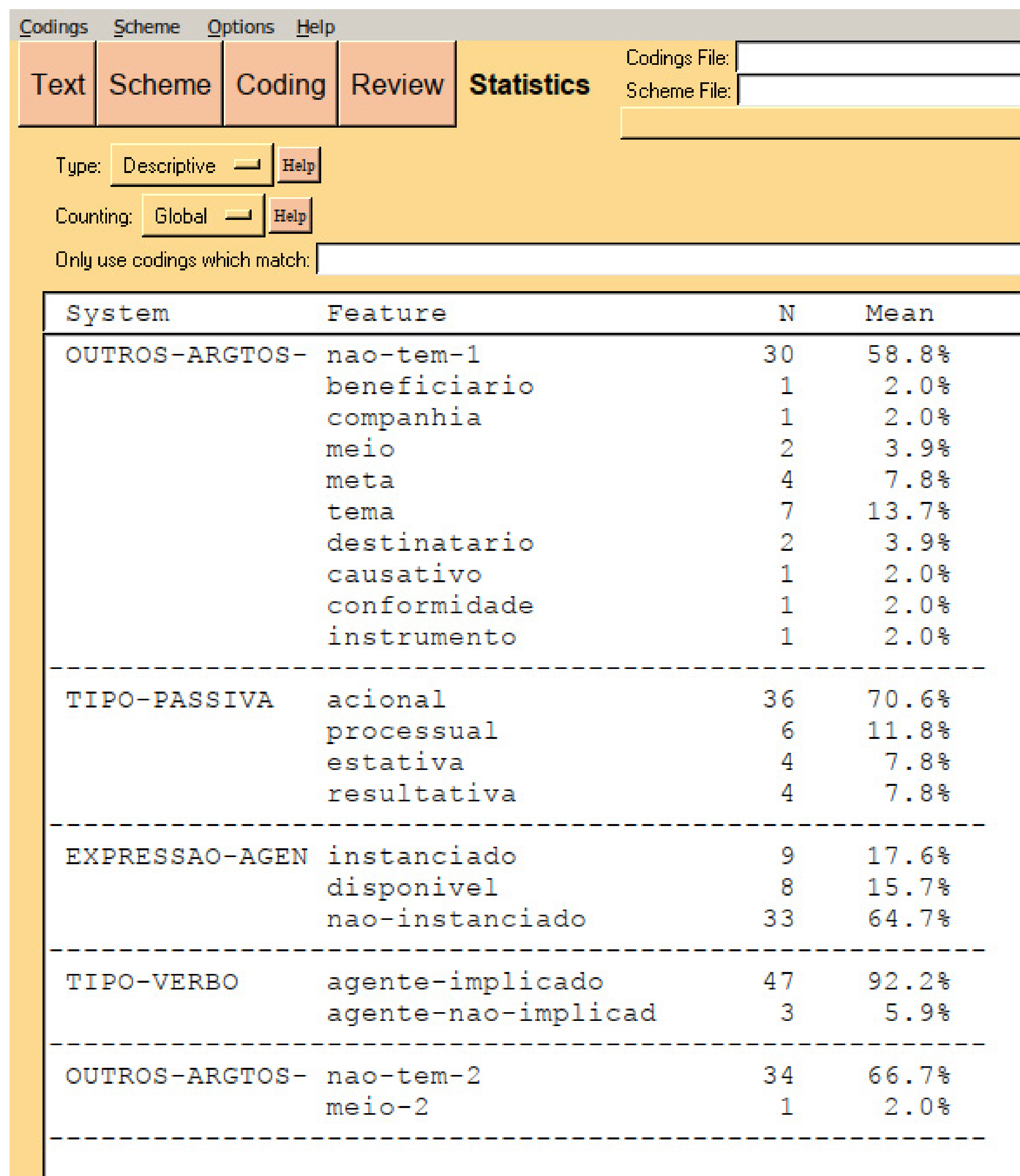
Figura 2 – Codificação das ocorrências

The screenshot shows the 'Systemic Coder' software interface. At the top is a menu bar with 'Codings', 'Scheme', 'Options', and 'Help'. Below the menu is a toolbar with buttons for 'Text', 'Scheme', 'Coding' (which is highlighted), 'Review', and 'Statistics'. To the right of the toolbar are input fields for 'Codings File:' and 'Scheme File:'. The main window is divided into several sections. On the left, there's a sidebar with 'Item 1 of 51' and navigation buttons: 'Goto', 'Previous', 'Next', 'Next Incomplete', and 'First'. Below these are 'Actions' and an 'Ignore' button. The central area has a 'Text' field containing the sentence 'O requerimento é acompanhado de um atestado medico. policia' and a 'Comment' field. On the right, there's a 'Select' button and a list of features to be selected. The features are grouped into sections: 'OUTROS-ARGTOS-1' (with options like nao-tem-1, beneficiario, companhia, meio, meta, tema, destinatario, causativo, conformidade, instrumento), 'TIPO-PASSIVA' (with options like acional, processual, estativa, resultativa), and 'EXPRESSAO-AGENTE...' (with options like instanciado, disponivel, nao-instanciado). Each feature has a radio button for selection. There are also sections for 'TIPO-VERBO' and 'OUTROS-ARGTOS-2' with their respective options.

Fonte: Captura de tela do programa *Systemic Coder*

Cada escolha do analista é registrada pelo programa que, ao final, apresenta os resultados, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Resultados



Fonte: Captura de tela do programa Systemic Coder

Parâmetros de análise

As construções de voz passiva analítica apresentam configurações morfológica e sintática muito específicas. Os manuais de gramática trazem de modo muito compreensivo uma descrição das propriedades morfológicas dessas construções, no que diz respeito à questão da auxiliaridade verbal e do particípio passado dos verbos principais. Na amostra descritiva que se oferece

neste trabalho, no entanto, o foco está nas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das construções de voz passiva analítica. Assim, os parâmetros estabelecidos para análise das ocorrências do corpus compreendem a apassivação como um processo que se dá no âmbito da predicação, tendo um impacto no modo pelo qual se estabelecem as relações na construção (propriedades sintáticas), bem como no modo pelo qual se compõem o significado passivo (propriedades semânticas) e se distribui a informação no enunciado (propriedades pragmáticas).

São três os parâmetros para a análise das construções de voz passiva analítica: 1) o tipo de passiva – acional, processual³, estativa ou resultativa, que se determina tanto pelo verbo principal, no caso das três primeiras, quanto pelo verbo auxiliar, no caso da resultativa; 2) a expressão (ou não) do agente da passiva, o que leva a considerar fatores como disponibilidade contextual e implicação na estrutura argumental do verbo; c) a expressão de outros argumentos, a depender do tipo de verbo que constitui a predicação apassivizada.

Nesses três parâmetros, é possível ver o entrecruzamento dos componentes sintático, semântico e pragmático. No caso do tipo de passiva, o fator angulador são as propriedades semânticas da predicação apassivizada; o mesmo pode ser dito a respeito do último parâmetro, que verifica a expressão de outros tipos de argumentos, que não apenas agente e paciente. No caso da expressão ou não do agente da passiva, os fatores adicionais (disponibilidade contextual e implicação na estrutura argumental) se resolvem nos componentes pragmático e semântico, respectivamente.

Ora, o interfaceamento das dimensões sintática, semântica e pragmática permite chegar a uma caracterização funcional das construções de voz passiva no corpus de cartas antigas do português.

Resultados e discussão

Tipo de construção passiva

Como era de se esperar, a frequência mais alta de ocorrências é com verbos de ação (70,6%), uma vez que o principal argumento de uma construção passiva prototípica é o paciente afetado pela ação do predicado. É o que se observa no exemplo (04), no qual se utiliza o verbo de ação “despedir”, que tem agente volitivo, embora este não tenha sido instanciado pelo autor da carta. Em (05), encontra-se uma ocorrência de passiva com o verbo de processo “revelar”, em que há mudança de estado do paciente (CHAFE, 1979), ou seja, o gesto ainda não havia

³ Na literatura a respeito de voz verbal, as construções de voz passiva têm sido agrupadas nas categorias eventiva, estativa e resultativa (veja-se, por exemplo, Duarte e Oliveira, 2010). Neste trabalho, entretanto, a categoria eventiva desdobra-se em acional e processual, dependendo da natureza semântica do verbo principal, segundo as classes de Chafe (1979).

sido revelado. Um verbo de estado é o predicado de (06), e “o paciente especifica o que é que está no estado” (CHAFE, 1979, p. 98), no caso, o “logar de 2º Sup^e.”. Por fim, em (07), encontra-se uma construção passiva resultativa, que “ressalta um estado presente resultante de uma ação passada” (CASTILHO, 2010, p. 419). Na ocorrência (07), as necessidades de ensino ficam supridas a partir da ação de suprir que se pressupõe que foi realizada pelo agente, não instanciado na ocorrência.

Quadro 1 – Tipo de passiva

Tipo de passiva	Nº	%
Acional	36	70,6
Processual	6	11,8
Estativa	5	9,8
Resultativa	4	7,8

Fonte: Elaboração própria

(04) Já **foram despedidos** todos os operários que / trabalharão n’um dos fornos e amanhã natu/ralmente serão os do outro forno.

(05) certo de que o meu gesto **será revelado** com a benevolência que o caracteriza

(06) O lugar de 2º Sup^e. **estava** legalmente **provido** e não vago como dizia o Dr. Marcus Fernandes.

(07) desta forma as necessidades do ensino **ficam** superiormente **atendidas**, e a administração desta dependência da Santa Casa automaticamente simplificada.

(08) **ficou constituída** a Directoria desta Sociedade, para o biennio de 1921/22, pela seguinte forma:

Quanto à sua expressão, as passivas acional, processual e estativas se constroem com os verbos auxiliar *ser* e *estar*, como se vê nas ocorrências de (04) a (06). As passivas resultativas constroem-se, tipicamente, com o verbo auxiliar *ficar* (DUARTE; OLIVEIRA, 2010), que é, por natureza, resultativo, como se vê nas ocorrências (07) e (08).

No que diz respeito à sua interpretação semântica, as construções passivas acionais, processuais e resultativas apresentam semelhanças. Os predicados desses três tipos de construção formam-se a partir de verbos que implicam alguma mudança de estado. A diferença está, entretanto, no estágio da mudança de estado que esses predicados constroem linguisticamente. Uma construção passiva acional ou processual, como se verifica nas ocorrências (04) e (05), descreve exatamente a mudança de estado (ser despedido e ser revelado, respectivamente),

ao passo que uma construção passiva resultativa descreve exatamente o estado resultante de um evento, como se vê em (07) e (08).

Uma questão interessante a investigar, nesse contexto, é exatamente a realização do agente da passiva com relação ao tipo de construção passiva. Nos dados do corpus deste trabalho, nenhuma das ocorrências de passiva resultativa instancia o argumento agente⁴, embora se reconheça que, devido à restrição do corpus, no que diz respeito à sua extensão, não se pode tomar esse fato como a normalidade do sistema, ficando a investigação dessa questão sugerida para pesquisas futuras.

Expressão do agente da passiva

Assim como na pesquisa de Camacho (2000), a não expressão do agente é estatisticamente preferida. Em 66,7% das ocorrências do corpus deste trabalho o agente não é instanciado, como em (09).

Quadro 2 – Expressão do agente

Expressão do agente	Nº	%
Não instanciado	34	66,7
Instanciado	9	17,6
Disponível contextualmente	8	15,7

Fonte: Elaboração própria

Em 15,7% o agente não é instanciado, mas está disponível contextualmente, como em (10). No caso dessa ocorrência, o exame do contexto discursivo permite identificar o agente. O propósito da carta é enviar uma proposta de exibição de propaganda do governo em uma sessão de cinema (“vimos pedir a v. excia. autorização para incluir no nosso proximo cine-jornal ‘Rossi-Actualidades’ n. 22[?]0, a exhibir-se pela primeira vez no Cine-Republica, 2ª-feira p.f.”). O agente é o destinatário da carta, que poderá ou não aceitar a proposta. Por fim, o agente é expresso em apenas 17,6% das ocorrências, como na ocorrência (11), em que é realizado por um SN pleno, e na ocorrência (12), em que é expresso por pronome.

(09) Os titulos foram remettidos.

(10) Esperando que a nossa proposta seja acceita...

(11) A fábrica/ está bem guardada **pela polícia**.

4 Para o português europeu, os trabalhos de Duarte e Oliveira (2010) e Duarte (2013), que lidam especificamente com as construções passivas resultativas, pouco (ou nada) dizem a respeito da realização do argumento agente, uma vez que esses trabalhos focam na análise aspectual das predicções apassivizadas. No entanto, em nenhum dos exemplos oferecidos pelas autoras verifica-se a instanciação do argumento agente.

(12) Isto foi **por mim** communi-/cado ao Dr. Arthur Bernardes, Presi-/dente da República

Embora o agente não tenha sido expresso na maioria das ocorrências do corpus deste trabalho (como se viu no quadro 2), apenas 7,8% dos verbos não aceitam o participante agente, como em (13). Nesses casos, considera-se que o agente não está implicado na estrutura semântica do verbo, o que, como mostra o Quadro 3, é um fato pouco frequente no corpus deste trabalho.

(13) O requerimento é acompanhado de um atestado medico.

Quadro 3 – Tipo de verbo

Tipo de verbo	Nº	%
Agente implicado	47	92,2%
Agente não implicado	4	7,8

Fonte: Elaboração própria

Expressão de outros argumentos

Em consonância com as restrições sobre a quantidade de argumentos por oração investigadas por Du Bois (1985) no sacapulteco e confirmadas em inúmeras outras línguas, inclusive no português (PEZATTI, 2002; ANTONIO, 1998), a maioria das construções investigadas apresenta no máximo um argumento lexical. Como se pode observar no quadro 4, 58,8% das construções passivas do corpus não apresentam outro argumento além do agente e do paciente.

Quadro 4 – Outros argumentos além do agente e do paciente

Outros argumentos	Nº	%
Nenhum argumento	30	58,8
Um argumento	20	39,2
Dois argumentos	1	2

Fonte: Elaboração própria

Ocorre que nem mesmo o agente é expresso com frequência, como se observou no Quadro 2. No caso das construções com um argumento além do agente e do paciente, a frequência encontrada no corpus foi de 39,2%. As funções exercidas por esses argumentos são expostas no Quadro 5, a seguir. Houve apenas uma ocorrência de construção com dois argumentos além do agente e do paciente, e a função exercida por esse argumento foi a função de meio.

Quadro 5 – Funções do outro argumento

Funções do outro argumento	Nº	%
Tema	7	33,3
Meta	4	19
Meio	2	9,5
Destinatário	2	9,5
Companhia	2	9,5
Instrumento	1	4,8
Conformidade	1	4,8
Causativo	1	4,8
Beneficiário	1	4,8

Fonte: Elaboração própria

Beneficiário

(14) Em data de 14-1-930 pediu-se, por telegramma, ao Juiz Federal fosse dada posse **aos nomeados**.

Causativo

(15) ainda que, hora desta declara-/ção, estivesse ella definitivamente am-/parada **pelos mais seguros elementos/ de exito**.

Companhia

(16) O requerimento é acompanhado **de um attestado medico**.

Conformidade

(17) A tradução é feita **pelo código ABC**.

Destinatário

(18) O importante documento foi recebido com o maior e mais justificado entusiasmo **pelos legitimos representantes das classes conservadoras que fazem parte da nossa aggreiação**.

Instrumento

(19) Na balança de contas, porem, até aqui, essas remessas devem ter sido cobertas **pelo affluxo de capital havido no paiz**.

Meio

(20) e o Ministro da Justiça me informou que as nomeações foram feitas **por decretos de 2 de Dezembro**.

Meta

(21) caso eu mereça a insigne honra de ser admittido á sua presença

Tema

(22) como por/ accaso se achasse à sua cabeceira, à/ chegada do meu telegrama, meu genro o Sr. Armando Talles de Oliveira,/ foi este incumbido **de dar a respos/ta pelo telephone**.

Considerações finais

Neste capítulo, apresenta-se uma descrição funcional das construções passivas analíticas em cartas antigas do português. A descrição é funcional porque assume, acima de tudo, o interfaceamento e a sobredeterminação dos componentes sintático, semântico e pragmático na ativação da gramática. Essa assunção é determinante para o modo pelo qual se delimitam as categorias e os parâmetros de análise de um fenômeno gramatical, neste caso, a voz passiva analítica no português antigo. A descrição empreendida, aqui, permite que se chegue a uma consideração geral a respeito do tratamento que a voz passiva tem sido dada tanto na tradição gramatical quanto na tradição linguística.

Em um sentido mais amplo, o que a revisão da bibliografia a respeito do tema sugere é que a voz passiva ainda é entendida como um fenômeno que deriva da voz ativa. Isso se nota no modo pelo qual a própria voz passiva é concebida, insistindo-se, em muitos casos, numa correspondência de funções sintáticas e de papéis semânticos (como é o caso de Duarte, 2013). Especificamente na literatura funcionalista, a concepção da passiva sustenta-se fortemente na ideia de promoção (de paciente) e demissão (de agente) de termos argumentos de um predicado. Ora, a explicação para promoção e demissão é oferecida em termos pragmáticos, de topicalidade, como se explicitou em Givón (1994, 2001) e em Camacho (2000, 2006), para o português. No entanto, essas noções fortemente remontam a um tratamento formalista da voz passiva. Um argumento semelhante é desenvolvido em Haspelmath (2020), que procura mostrar a limitação de se descrever as construções de voz passiva somente com base nas relações sintáticas que nela se estabelecem.

Se a gramática é um sistema de opções que se efetiva nos usos linguísticos de modo a satisfazer as necessidades comunicativas dos falantes, em interação, como defende Halliday (1994), pode-se considerar a voz passiva como um subsistema gramatical cujo funcionamento pode ser explicado por méritos próprios, deixando-se de lado, assim, uma concepção de voz

passiva como a contraparte da voz ativa. Isso não significa negar que voz passiva e voz ativa façam parte de um amplo sistema responsável pela configuração das predicções e, em última instância, pela configuração básica dos enunciados. Nessa visão, especificamente no que diz respeito às construções de voz passiva, é possível conciliar explicações de ordem semântica, quanto à composição das predicções, de ordem pragmática, quanto à topicalização de um argumento paciente, bem como de ordem sintática, quanto ao arranjo das relações, sem que o analista seja forçado a privilegiar um ou outro tipo de explicação, o que implicaria uma redução da complexidade do fenômeno do ponto de vista teórico.

Referências

ANTONIO, J. D. *Narrativas orais e narrativas escritas: a estrutura argumental preferida, e outras preferências*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

CAMACHO, R. Construções passiva e impessoal: distinções funcionais. *Alfa*, n. 44, p. 215-233, 2000.

CAMACHO, R. A gradação tipológica das construções de voz. *Gragoatá*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 167-189, dez. 2006.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Traduzido por M. H. M. Neves et al. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W. *Verbs: aspect and causal structure*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CROFT, W. *Morphosyntax: constructions of the world's languages*. No prelo.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Introduction. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. (org.). *Changing valency: case studies in transitivity*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 1-29.

DUARTE, I. Construções ativas, passivas, incoativas e médias. In: RAPOSO, E. et al. (org.). *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. vol. 1. p. 429-458.

DUARTE, I.; OLIVEIRA, F. Particípios resultativos. *Textos selecionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: ALP, 2010. p. 397-408.

DUBOIS, J. W. Competing motivations. *In: HAIMAN, J. (org.). Iconicity in syntax*. Amsterdã: John Benjamins, 1985.

GIVÓN, T. Typology and functional domains. *Studies in Language*, v. 5, p. 163-193, 1981.

GIVÓN, T. The pragmatics of de-transitive voice: functional and typological aspects of inversion. (Introduction). *In: GIVÓN, T. (ed.). Voice and Inversion*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1994. p. 3-46.

GIVÓN, T. *Syntax*. vol. 2. Amsterdã: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, T. Grammatical relations in passive clause: a diachronic perspective. *In: ABRAHAM, W.; LEISIÖ, L. (org.). Passivization and typology: form and function*. Amsterdã: John Benjamins, 2006. p. 337-350.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. Baltimore: E. Arnold, 1994.

HASPELMATH, M. Efficient coding: passive and dative alternations. Apresentação de trabalho no evento *Linguistweets*, promovido pela Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN. 05 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://twitter.com/haspelmath/status/1335212273250562048>. Acesso em: 06 dez. 2020.

MITHUN, M. Does passivization require a subject category? *In: CORBETT, G.; NOONAN, M. (org.). Case and grammatical relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 211-240.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, v. 13, n. 2, 1984.

O'DONNELL, M. From Corpus to Codings: Semi-Automating the Acquisition of Linguistic Features. Proceedings of the AAAI Spring Symposium on Empirical Methods in Discourse Interpretation and Generation. *Anais...* . p. 27–29, 1995. Stanford: AAAI.

PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. *In: KOCH, I. (org.). Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. vol. 6, p. 275-299.

ZÚÑIGA, F.; KITTELÄ, S. *Grammatical voice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

“PRONTO FALEI” SOB A ABORDAGEM MULTISSISTÊMICA DA LÍNGUA

Gabriele Pecuch
Hélcio Batista Pereira

Introdução

A língua não é um objeto estático. Frequentemente vemos novas formas linguísticas surgindo e outras tantas desaparecendo, seja na oralidade, seja na escrita. No mundo digital esse caráter dinâmico da língua é muito facilmente observado. Formas linguísticas inovadoras, impulsionadas pela integração de usuários de diferentes lugares, ganham força e produtividade.

O presente trabalho se propõe a investigar esse processo, focando nossa atenção sobre a expressão “pronto falei”. A fim de investigar essa expressão, ancoramos nosso estudo na abordagem multissistêmica funcionalista-cognitivista proposta por Castilho (2010). Nessa perspectiva, que concebe a língua como constituída por subsistemas diferentes, organizados por um dispositivo sociocognitivo, deve-se observar um dado fenômeno linguístico a partir de suas propriedades (lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas) e de seus respectivos processos (lexicalização e gramaticalização, semanticização e discursivização).

Nas seções seguintes, discorreremos mais sobre essa abordagem, exporemos nossos procedimentos metodológicos para, em seguida, descrever e analisar o uso da expressão no *corpus* constituído para esta pesquisa.

Nossa perspectiva teórica: a abordagem multissistêmica funcionalista-cognitivista

Neste trabalho, assumimos como perspectiva teórico-metodológica a abordagem multissistêmica da língua proposta por Castilho (2010). Trata-se de uma proposta de pesquisa de cunho funcionalista-cognitivista, baseada em seis postulados, sobre os quais trataremos brevemente a seguir.

O primeiro deles sustenta que a língua se fundamenta num aparato cognitivo. Nesse sentido, entende-se que as línguas naturais, em suas estruturas, projetam categorias cognitivas como “pessoa”, “coisa”, “espaço”, “tempo”, “movimento”, “visão” e “quantidade”. No decorrer de seus percursos históricos, essas categorias são representadas de maneiras diferentes em cada língua (e até no interior de uma mesma língua), no entanto, as categorias cognitivas se mantêm, uma vez que integram os atributos da raça humana. Se essa mudança é uma realidade nesses

casos, as categorias cognitivas permanecem inalteradas, já que são atributos da raça humana (CASTILHO, 2010, p. 69).

O segundo postulado da abordagem multissistêmica da língua sustenta que esta é uma competência comunicativa. Para melhor compreender o que isso significa, precisamos entender como essa competência se define. Para o autor, é a habilidade por meio da qual veiculamos conteúdos informativos, exteriorizamos sentimentos pessoais e expressamos instruções. A natureza comunicativa do conceito teria relação com a etimologia do termo “comunicação” e de seu tratamento fonológico no PB, em percurso que parte de *comunicare* transformando-se em *comungar*. Mais especificamente, isso implica que a língua é permeada por categorias cognitivas e semânticas, a partir das quais criamos os significados; a língua é processamento de informações, que se referenciam à situação de fala e ao texto criado; e a língua se manifesta na interação social, por meio da conversação, que consiste na articulação discursiva mais fundamental (CASTILHO, 2010, p. 71).

O terceiro postulado dessa abordagem se assenta no fato de que as estruturas linguísticas não são objetos autônomos, podem ser descritas e interpretadas a partir de algumas propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e submetidas às pressões do uso, resultando em uma combinação entre a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados e as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, a partir do processo de gramaticalização (CASTILHO, 2010, p. 73).

O quarto postulado diz respeito ao fato de que as estruturas linguísticas são multissistêmicas. A língua é um objeto que é mais bem estudado a partir das ciências dos domínios complexos, podendo ser observada tanto do ponto de vista de seus processos, como do de seus produtos (CASTILHO, 2010). Esses processos funcionam simultaneamente e de forma dinâmica e multilinear, e a língua-enquanto-processo se articula em quatro domínios: 1) lexicalização; 2) discursivização; 3) semanticização e 4) gramaticalização. Por sua vez, a língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro subsistemas: 1) léxico; 2) discurso; 3) semântica e 4) gramática. Esses sistemas não autônomos operam de modo não hierárquico, sem que um mantenha uma relação de determinação sobre o outro. Não há, portanto, um sistema central que se impõe sobre sistemas periféricos. Dessa maneira, qualquer expressão linguística apresenta características lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas e, no tempo, podem sofrer transformações em qualquer dos processos mencionados anteriormente¹.

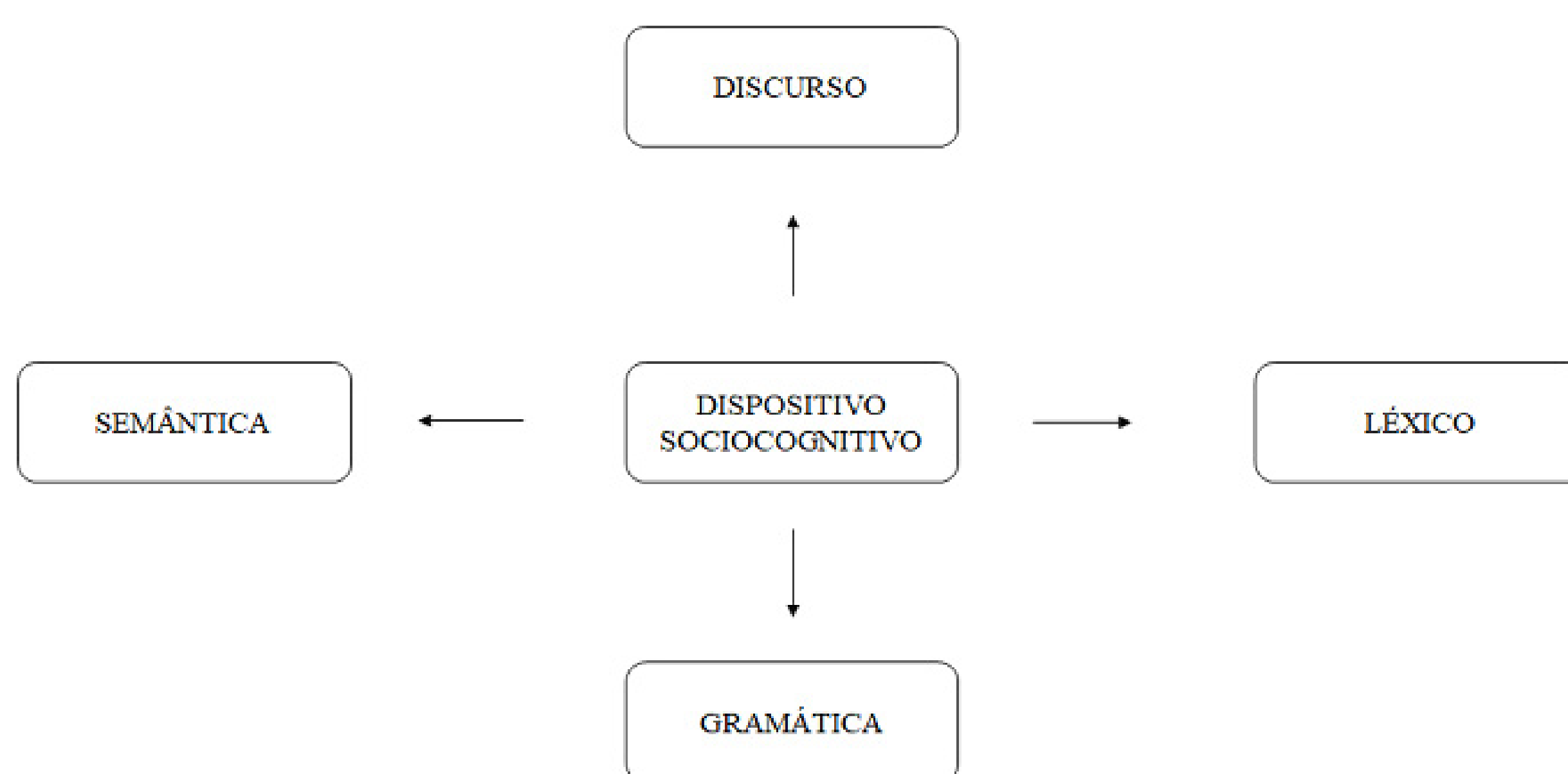
O quinto postulado sustenta que a língua é pancrônica. Assim como uma cidade é constituída por construções do passado que convivem com as do presente, na sincronia da língua (o seu presente), podemos observar produtos e processos melhor compreendidos pela diacronia (que

1 Para entender melhor esse ponto, na próxima subseção discorreremos sobre os subsistemas da língua e seus processos.

expõe o seu passado). Abandonam-se, com isso, as concepções que opõem uma linguística sincrônica de seu correlato diacrônico (CASTILHO, 2010).

Por fim, a abordagem multissistêmica da língua postula que a articulação dos processos e dos produtos linguísticos acontece por meio de um “dispositivo sociocognitivo” (DSC) (cf. figura 1), perpassado por princípios de ativação, desativação e reativação de propriedades, os quais apresentam uma dimensão cognitiva e uma dimensão social. Esses princípios são cognitivos, uma vez que se fundamentam em categorias e subcategorias cognitivas, mas também são sociais, pois têm por base a análise continuada de situações de interação, mais especificamente, na dinâmica de turnos conversacionais.

Figura 1 – Representação gráfica do funcionamento da língua e seus sistemas, segundo a abordagem multissistêmica



Fonte: Castilho (2010, p. 69)

Os subsistemas da língua e seus processos

No que concerne aos domínios nos quais a língua se articula, sabe-se que a semântica é o sistema pelo qual criamos significados. Arelado a esse sistema, encontramos o processo da semanticização, que consiste na criação de sentidos e é administrado pelo DSC. Faz parte deste processo a *foricidade*, operação que se dá por meio de elementos lexicais que retomam noções já identificadas anteriormente (anáfora), ou que apresentam noções a serem veiculadas posteriormente (catáfora) no texto. A *foricidade* representa, nas palavras de Castilho (2010, p. 125), “um *segundo conhecimento da coisa*, sendo que o *primeiro conhecimento* é dado pelos processos de referência ou designação, e dêixis ou localização”. Através da anáfora, é possível resgatarmos um tópico discursivo, buscando novamente participantes do discurso que foram mencionados anteriormente ou que estão presentes no contexto.

Para discorrer sobre o entendimento da abordagem multissistêmica sobre o domínio discursivo, devemos explicitar o que se entende por discurso. De acordo com Castilho (2010, p. 133), o subsistema do discurso refere-se às negociações nas quais se envolvem um locutor e um interlocutor, participantes da interação, e organiza-se a conversação, a partir da elaboração do tópico discursivo e do uso de estratégias como correções, digressões e parênteses, recursos que geram outros centros de interesse. Nesse domínio, o princípio de ativação produz unidades discursivas e parágrafos, que constroem e conectam os tópicos abordados. Ao processo de criação de novos textos, que é administrado pelo DSC, denominamos discursivização.

No subsistema da gramática, consideram-se as diferentes classes que o compõem, além das relações estabelecidas entre essas classes e as funções que elas desempenham no enunciado. Como produtos da gramática, temos o fonema, o morfema, o sintagma e a sentença, e ao processo de constituição desse domínio damos o nome de gramaticalização (CASTILHO, 2020). A gramaticalização consiste em um conjunto de processos pelos quais uma palavra transita, e durante os quais um termo recebe novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas, podendo se transformar em uma forma fixa ou até desaparecer, em uma situação de cristalização extrema.

Agora que já explicitamos os principais contornos da abordagem multissistêmica que adotamos em nossa pesquisa, podemos expor nossa metodologia, o que faremos na próxima seção.

Aspectos metodológicos de nossa pesquisa

Tendo em vista que o “pronto falei” é amplamente difundido nos meios digitais, para nossa pesquisa, constituímos um *corpus* de análise com postagens públicas do Facebook. Para tanto, utilizamos a barra de pesquisas da rede social e procuramos pela expressão em suas diferentes formas: com e sem vírgula e marcada ou não por *hashtag*. Das postagens que nos foram apresentadas por esse procedimento, selecionamos 50 que estavam com acesso público, descartando publicações restritas.

Posteriormente, em nossa análise procuramos observar as ocorrências fornecidas pelo *corpus* de modo coerente à abordagem multissistêmica de Castilho (2010). Assim, buscamos identificar as propriedades gramaticais, semânticas e discursivas da expressão e demonstrar hipóteses acerca de seus processos de discursivização, semanticização e gramaticalização, atrelados a seu uso.

No subsistema da gramática, procuramos observar a configuração da expressão “pronto falei” – que contém um verbo – como um elemento originalmente sentencial e, portanto, dotado de estruturas funcionais. A partir daí, questionamos, ao analisar as ocorrências encontradas, o

seu estatuto gramatical, buscando verificar se deixou de ser uma sentença e aventando quais transformações morfosintáticas teria sofrido ao longo do processo de gramaticalização.

A observação no subsistema da semântica nos levou a questionar os processos de referenciação efetivados pela expressão “pronto falei” – mais especificamente no texto. Assim, procuramos investigar como a expressão colaborava para a foricidade em seus usos iniciais, e como esta se apresentava em usos mais recentes.

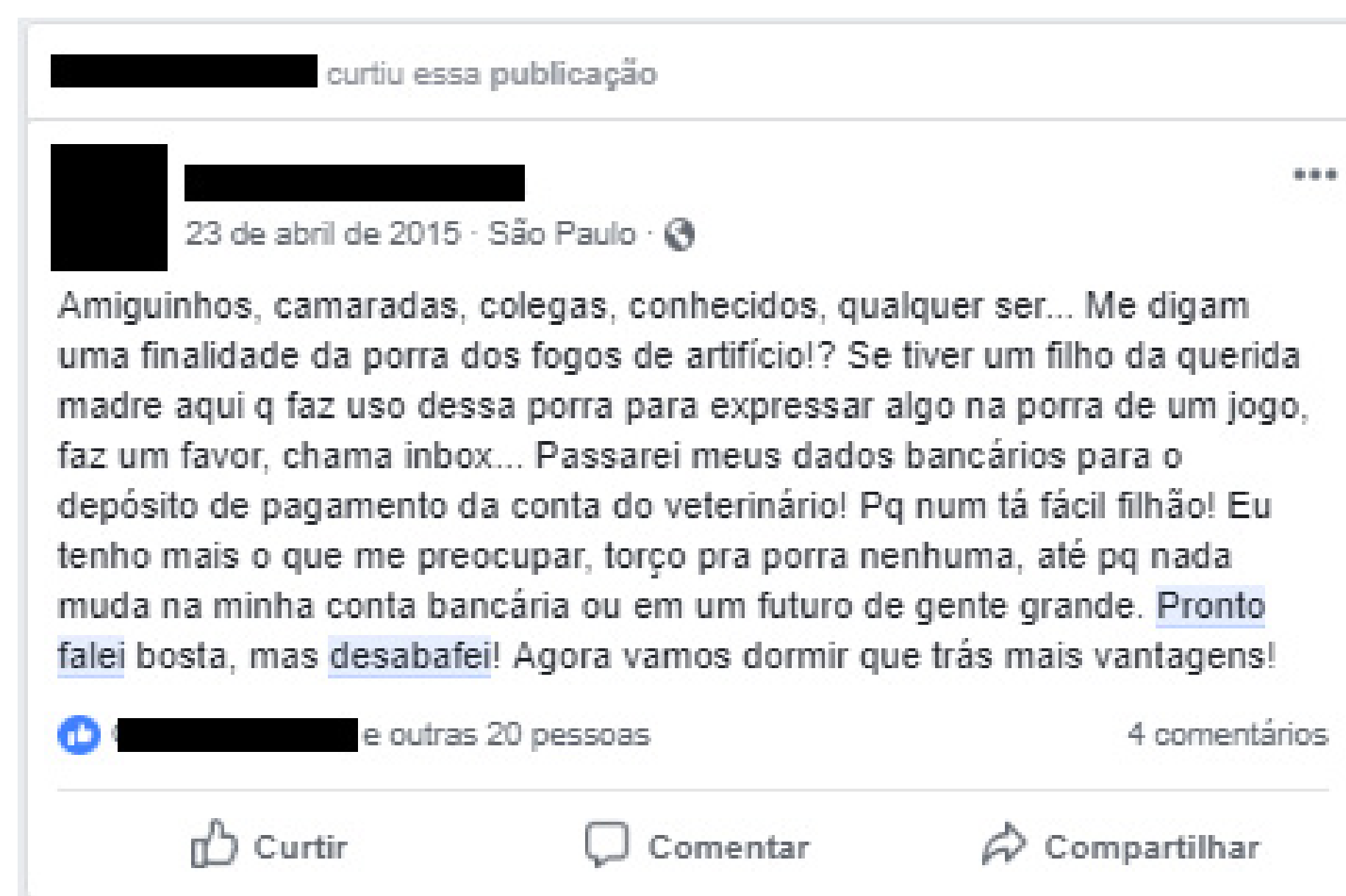
Por último, no subsistema do discurso, investigamos como a expressão contribuía para a organização tópica do texto e qual a sua contribuição na interação realizada.

Análise multissistêmica do “pronto falei” em postagens do Facebook

Propriedades gramaticais e o processo de gramaticalização de “pronto falei”

A partir de nosso *corpus* de análise, propomos um provável caminho para a gramaticalização de “pronto falei”. Notamos em (1) que o item compõe a sentença coordenada “Pronto falei bosta, mas desabafei!”, em que o verbo “falei” apresenta um objeto direto explicitamente realizado (“bosta”). Essa ocorrência nos leva a supor que a expressão deriva de uma oração inicial com um verbo transitivo que, após passar por um processo de metonímia, resulta no apagamento de seu complemento. Com a elipse do objeto direto, origina-se, então, a forma linguística fixa e autônoma “pronto falei”, a qual passa a funcionar como um marcador discursivo nos textos.

(1)



De acordo com Urbano (2001, p. 86), há diversos tipos de marcadores quanto aos aspectos formais ou estruturais, e que se separam, de início, em linguísticos e não linguísticos. Os não

linguísticos correspondem a gestos como o riso e o olhar, já, dentre os linguísticos, existem os de natureza verbal, que podem ou não ser lexicalizados, e os prosódicos, que compreendem recursos da língua como a pausa, a entonação, a mudança de ritmo etc. Encontramos entre os marcadores lexicalizados itens como *sabe?* e *eu acho que*, ao passo que, entre os não lexicalizados, estão marcadores como o *ahn ahn* e o *eh eh*. Nesse sentido, a expressão que aqui analisamos integra os grupos dos marcadores linguísticos verbais e lexicalizados.

Segundo a definição apresentada por Urbano (2001, p. 87), ainda com relação à forma dos marcadores verbais, esses elementos podem se apresentar como simples, como no caso de *sabe?*, complexos, como *quer dizer*, *no fundo*, ou mesmo como oracionais, como *eu tenho a impressão de que*. Conforme essa classificação, o “pronto falei” se enquadra no conjunto dos marcadores complexos.

Urbano (2015, p. 468) também aponta alguns marcadores que, assim como o “pronto falei”, compreendem sintagmas verbais. Neste grupo, estão vocábulos lexicais como *entende?*/*entendeu?*, *sabe?* e *viu*, e verbos relacionais, como o *tá?*, sendo que esse último também se trata de uma oração elíptica, a qual teria percorrido o seguinte caminho: *Está claro isso até aqui?* > *Está claro até aqui?*/*Está claro isso?* > *Está claro?* > *Claro?*/*Tá?*. Ainda de acordo com o autor, uma característica típica dos marcadores é não estarem sujeitos à flexão número-gênero-modo-temporal. Dessa forma, marcadores como *sabe?* e *tá?* só ocorrem na forma do presente do indicativo, ao passo que *viu?* aparece somente no pretérito perfeito.

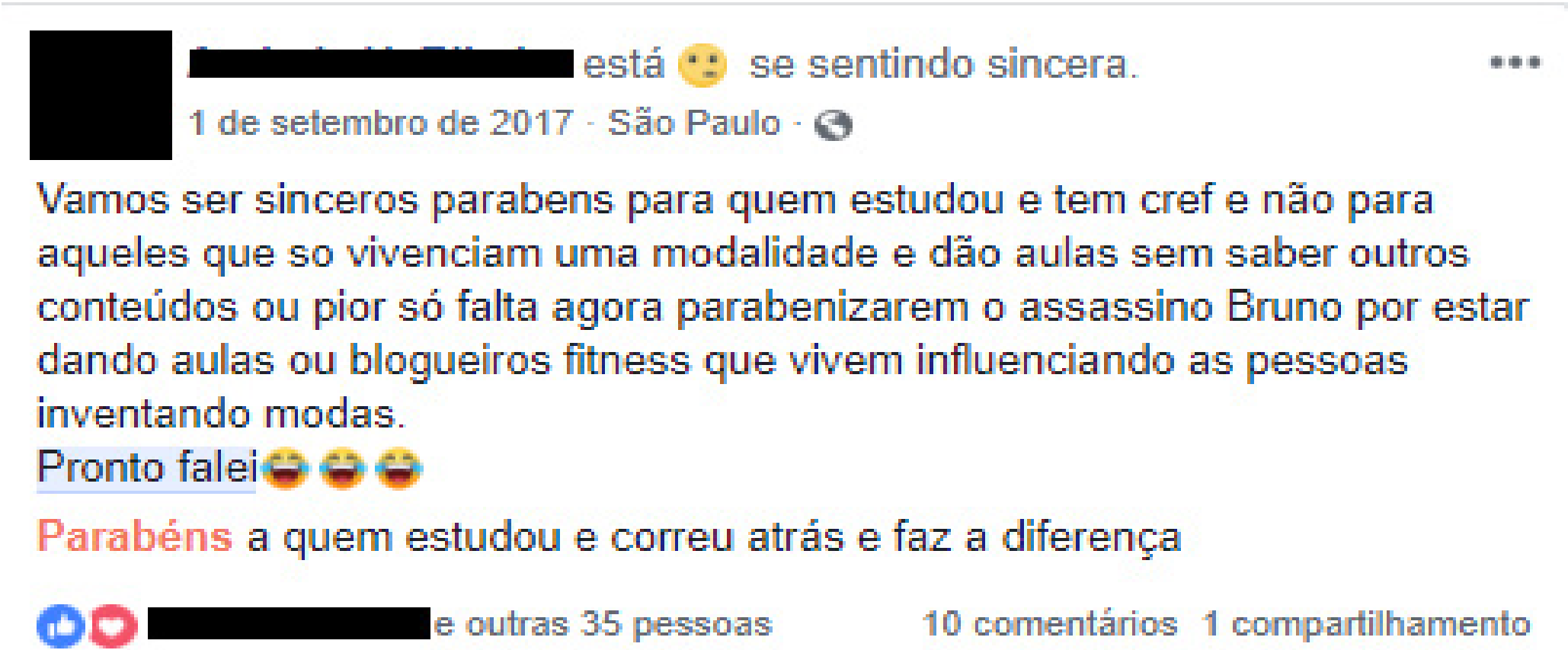
Também é importante ressaltar que os marcadores se apresentam de forma cristalizada e possuem autonomia em relação aos verbos das frases declarativas antecedentes, o que “tipifica o estatuto de marcador discursivo, como unidade formalmente invariável ou de pouca variabilidade, sintaticamente independente e exterior ao conteúdo do enunciado” (URBANO, 2015, p. 473). Nesse caso, o verbo que compõe o “pronto falei” só ocorre no pretérito perfeito e em uma única pessoa e número, a primeira pessoa do singular, o que reforça nossa hipótese de que a expressão atua como um marcador.

No processo de gramaticalização do “pronto falei”, destacamos, ainda, que o fato de o item resultar de um apagamento de um complemento inicial, assim como outros marcadores que derivaram da elipse de elementos oracionais, corrobora os apontamentos de Castilho (2008, p. 512). Para o autor, é preciso desconsiderar o tratamento derivativo linear que alguns autores estabeleceram entre os subsistemas do Léxico, do Discurso, da Semântica e da Gramática. De acordo com outras abordagens acerca da gramaticalização, muitos elementos que constituem a gramática derivariam exclusivamente do léxico, no entanto, formas como o “pronto falei” resultaram de sentenças. Assim, a expressão partiria do domínio da gramática, do âmbito da sintaxe. Por isso, Castilho (2008, p. 512) afirma que “compreenderemos melhor as eventuais

relações entre esses sistemas se postularmos que elas são indeterminadas, pancrônicas, multidirecionais”.

Outro aspecto observado em nosso trabalho foi a posição do “pronto falei” no texto. Dentre as 50 ocorrências do marcador que constituem o *corpus* da pesquisa, encontramos 25 em final de enunciado, 7 em início de texto e, em 18 vezes, a expressão ocorreu isoladamente, com um texto extra compartilhado. Urbano (2015) apresenta os marcadores de acordo com suas posições na frase, dividindo esses elementos em iniciais, mediais e finais. Seguindo essa classificação, apesar de o “pronto falei” aparecer majoritariamente em posição final (cf. exemplo 2), em 14% das ocorrências, ele apareceu no início do enunciado, o que reitera, mais uma vez, seu papel de marcador discursivo, uma vez que o verbo “falei”, no pretérito perfeito, não corresponde necessariamente a algo que já foi pronunciado.

(2)



Durante a tabulação dos dados, também dividimos as ocorrências de “pronto falei” de acordo com suas formas escritas (cf. tabela 1).

Tabela 1 – Ocorrências de “pronto falei”

Forma	Quantidade	%
Hashtag	08	16,00%
Com vírgula	09	18,00%
Sem vírgula	33	66,00%
Total	50	100,00%

Fonte: Elaboração própria

Em 8 das 50 ocorrências, encontramos o “pronto falei” como *hashtag*, sem espaço entre as duas partes, o que marca seu uso recorrente nas redes sociais. Com relação à pontuação, observamos que o advérbio “pronto” e o verbo “falei” aparecem separados por vírgula em 18% dos casos, ao passo que, em 66% das ocorrências, a expressão apareceu sem qualquer

pontuação. A predominância da ausência de vírgula parece representar mais um indício de que “pronto falei” vai em direção a uma cristalização enquanto classe de palavras.

Propriedades Semânticas e o processo de semanticização de “pronto falei”

No que diz respeito às propriedades semânticas de “pronto falei”, nossa análise aponta que esse item funciona como um elemento fórico. Conforme já mencionado, o marcador apareceu 25 vezes em final de enunciado e 7 vezes em posição inicial, atuando tanto na anáfora quanto na catáfora respectivamente.

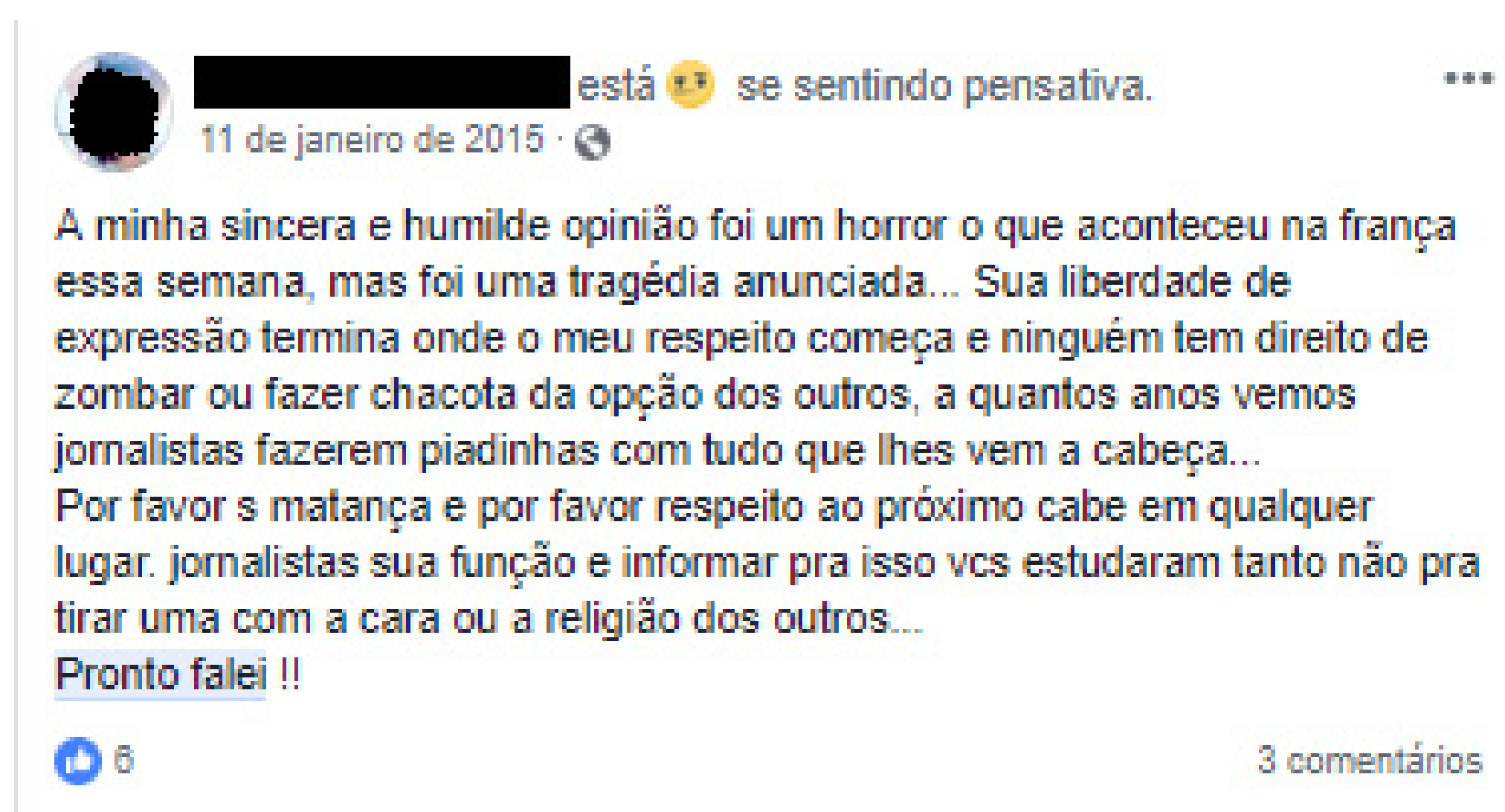
Em (3), há uma das ocorrências do *corpus* em que o “pronto falei” ocorre em posição inicial. No exemplo em questão, um pai utiliza o item para anunciar sua opinião sobre a aprovação do filho no vestibular. Nesse contexto, precedendo o enunciado, a expressão prepara o interlocutor para o que será dito em seguida. A partir de ocorrências como esta, nas quais o “pronto falei” atua cataforicamente, ressaltamos que, para permitir a referência ao conteúdo posterior à expressão, o “falei” não significa marca de passado, o que demonstra, mais uma vez, seu percurso rumo a uma forma linguística fixa.

(3)



Já o exemplo (4) apresenta uma das 25 ocorrências em que o “pronto falei” aparece em sua posição mais recorrente, em final de enunciado. Nesse contexto, a expressão toma por escopo todo o conteúdo anterior a ela, retomando-o anaforicamente.

(4)



Segundo Urbano (2001), algumas expressões consideradas marcadores continuam semanticamente válidas, como *eu acho que*, *eu tenho impressão de que*, mas não integram nem colaboram diretamente para o conteúdo referencial do texto enquanto estrutura tópica. Essas expressões se referem, portanto, à postura do falante em relação ao que foi ou ao que será dito, modalizando o enunciado. Sob essa perspectiva, analisamos que o “pronto falei” atua como um desses elementos, pois ele modaliza os conteúdos que o acompanham, independente de sua posição no texto.

Em sua atuação como modalizador, o “pronto falei” marca um enunciado que é considerado surpreendente para o interlocutor, ao mesmo tempo, ele assevera algo que não poderia ou que não deveria ser dito, mas que acaba sendo pronunciado. Nesse contexto, o item funciona de forma semelhante a um *francamente*, anunciando ou retomando um conteúdo avaliado como uma verdade “nua e crua”. Para Castilho (1991, p. 4), advérbios como o *francamente* apresentam um caráter afetivo e intersubjetivo, uma vez que são utilizados para verbalizar reações emotivas do falante acerca de certo conteúdo proposicional em face de seu interlocutor. De forma semelhante, avaliamos que o falante também emprega o “pronto falei” para expressar a opinião sobre uma proposição a seu interlocutor.

Urbano (2015, p. 458) também aponta que os marcadores podem “eventualmente ter uma função correlacionada com a natureza dos enunciados a que se refiram ou escopam”. Dessa maneira, há um *feedback* com relação ao enunciado anterior ou uma função fática, produzida após enunciado declarativo ou interrogativo. Nesses casos, há alguns traços a serem considerados: a) ausência de enunciado escopado (por exemplo, casos de enunciados

interrompidos); b) declarativo objetivo; c) declarativo subjetivo; d) interrogativo; e) imperativo; f) optativo e g) emotivo.

Com base na proposta de Urbano (2015), podemos considerar que o “pronto falei” é um marcador fático, de natureza declarativa e entonação exclamativa. É possível destacar, ainda, a presença de um traço declarativo subjetivo na expressão, uma vez que aquele que anuncia ou que retoma um conteúdo com o “pronto falei” apresenta uma asseveração dotada de subjetividade. Apesar de a expressão que analisamos não ter natureza imperativa, como acontece com outros marcadores (*olha, vamos ver, veja e vem cá*), pode-se afirmar que o “pronto falei” também funciona como um pedido de atenção para o que será dito e, quando em final de enunciado, reitera o conteúdo anterior.

Propriedades discursivas e a discursivização de “pronto falei”

De acordo com Marcuschi (1986, p. 62), os recursos verbais que operam como marcadores não contribuem propriamente com novas informações para o desenvolvimento de um tópico, mas situam-no em um determinado contexto. Assim, esses elementos consistem em sinais produzidos pelos falantes, que possuem algumas funções, como a intenção de sustentar um turno, o preenchimento de pausas, a organização do pensamento, a marcação de unidades temáticas, a indicação do início ou do fim de asserções, a antecipação de algo que será dito, a correção de informações etc.

Avaliamos, portanto, que, enquanto no subsistema da semântica o “pronto falei” estabelece relações fóricas com os enunciados, no domínio do discurso, esse marcador sinaliza a inserção ou o encerramento de tópicos. Em (5), há um exemplo de um tópico que aborda o ciúme, o qual é encerrado com o “pronto falei” em forma de *hashtag*.

(5)



Ainda conforme Marcuschi (1986, p. 74), os marcadores podem atuar como sinais de abrandamento de um tópico, auxiliando o falante na comunicação de más notícias e de informações desagradáveis. O autor cita Fraser (1980 *apud* MARCUSCHI, 1986, p. 74) ao afirmar que esses elementos suavizam efeitos negativos e minoram impactos. Dentre esses sinais, há os denominados *evasões (hedges)*, que afastam a indisposição do ouvinte/leitor em relação ao falante, servindo de “precaução, anteparo ou mesmo evasivas, assumindo às vezes a forma de torneios frasais”. Nos casos em que o “pronto falei” inicia um tópico, apesar de não amenizar sua inserção, observamos que o marcador funciona como precaução ao interlocutor, com relação ao que será anunciado. Já em ocorrências como as do exemplo (5), em que a expressão finaliza o tópico, essa atua como uma reafirmação.

Conforme Urbano (2001), alguns marcadores, como *eu acho que* ou *eu tenho impressão de que*, projetam-se no discurso e marcam uma opinião, mas não de forma categórica e definitiva. Ao contrário desses marcadores, apontamos que, independente de sua posição com relação ao tópico, o “pronto falei” atua no discurso marcando opiniões de maneira assertiva, verbalizando uma avaliação subjetiva, na qual o falante se compromete com a informação anunciada ou retomada.

Sobre seus aspectos discursivos, notamos também que o “pronto falei” introduz ou encerra tópicos que, muitas vezes, carregam um valor social de desaprovação.

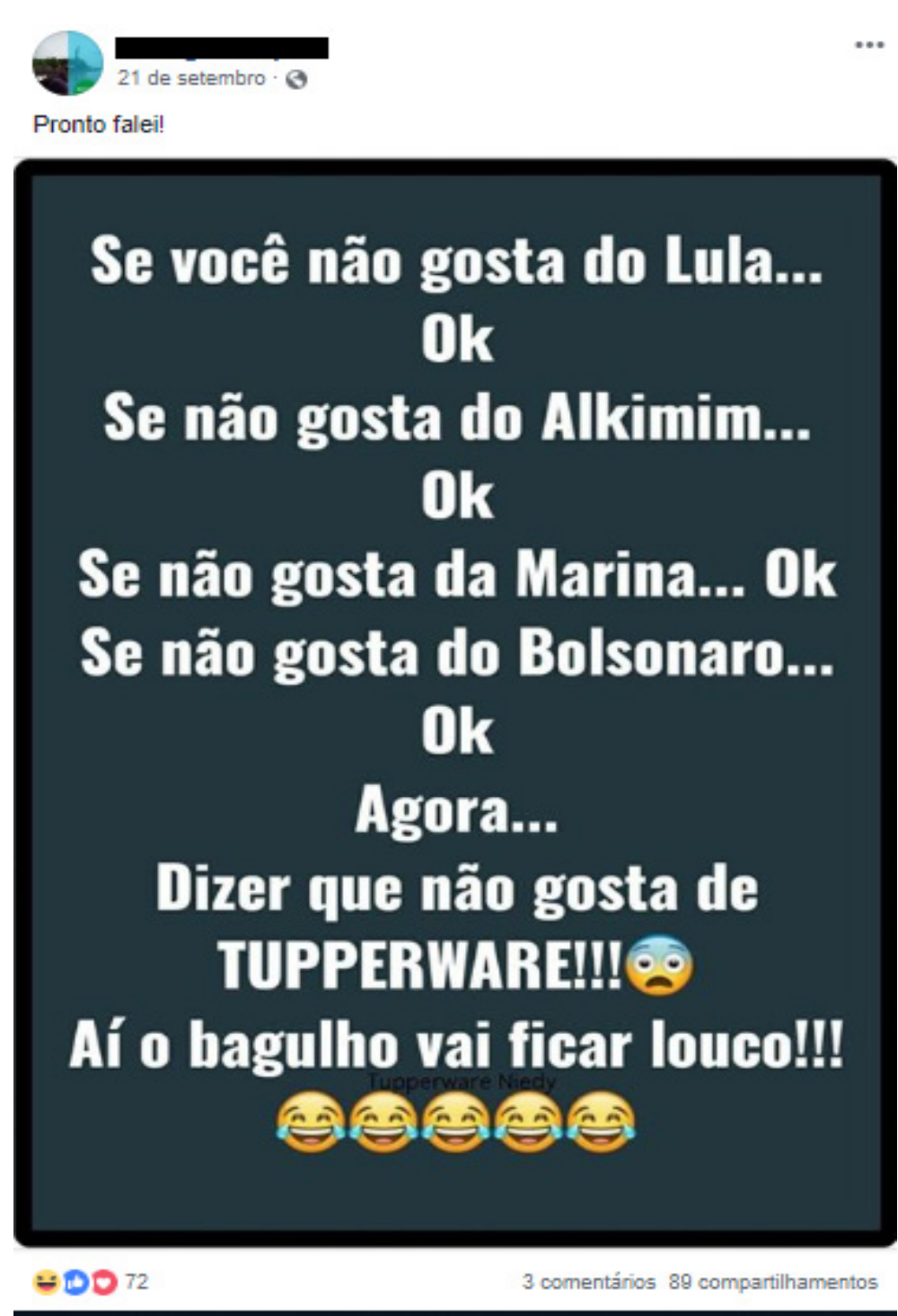
(6)



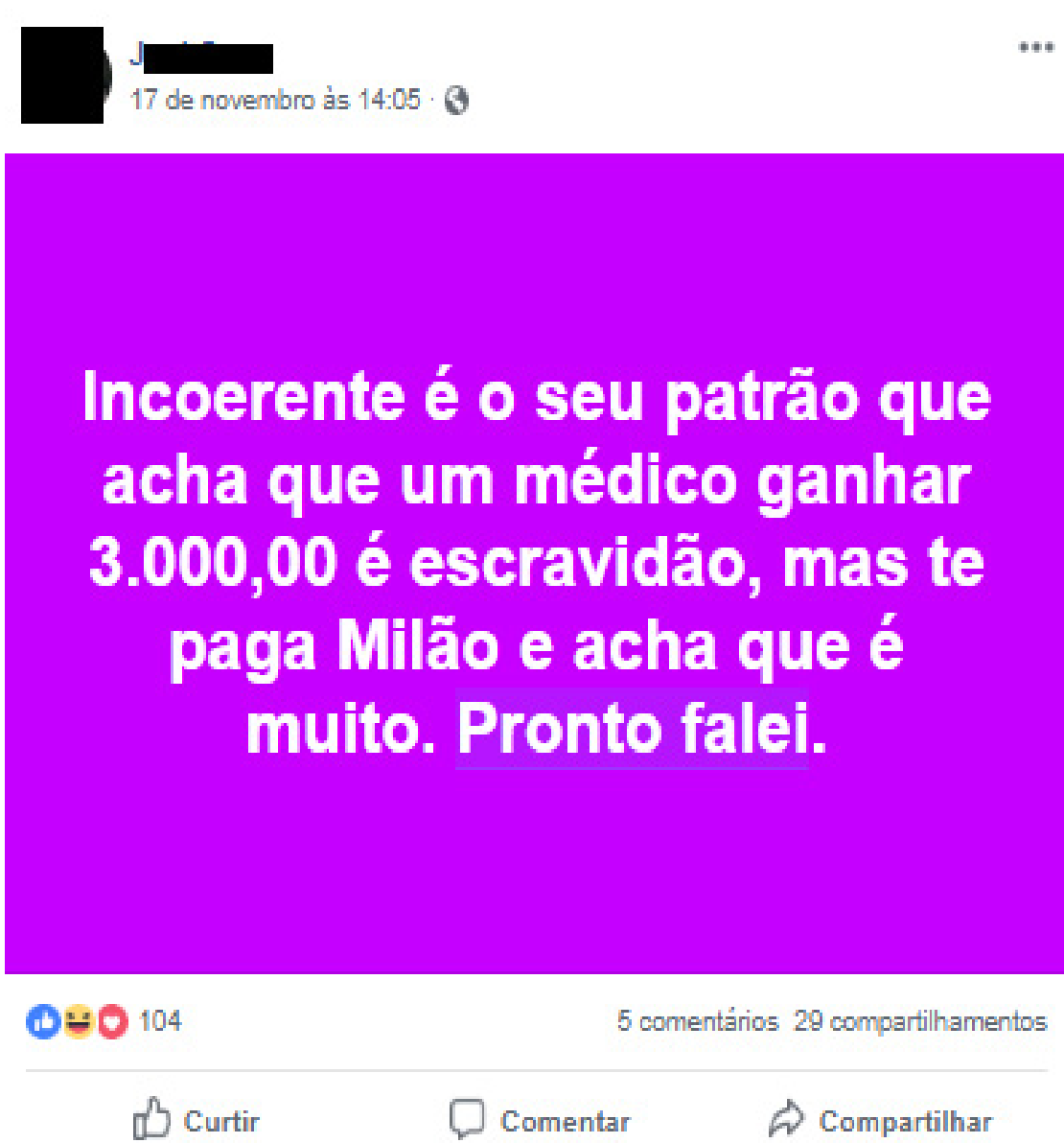
Em (6), o “pronto falei” acompanha um texto extra compartilhado, o qual apresenta uma opinião que geralmente não é consensual. O responsável pela postagem afirma que o doce de leite, um produto que grande parte dos brasileiros considera mais acessível e simples, é superior à Nutella, um produto com um custo mais elevado e que tem sua marca associada a certo poder simbólico no mercado. Para Enne (2014), expressões como *pronto falei*, e *daí?* e *confesso* consistem em “artimanhas discursivas de qualificação e desqualificação do gosto e da distinção”. Portanto, em um tópico como o encontrado em (6), o falante utiliza o “pronto falei” para admitir seu posicionamento contrário em relação a algo que é aceito socialmente pela maioria.

Discursivamente, “pronto falei” pode, ainda, atuar de duas diferentes maneiras: o falante pode utilizá-lo para produzir humor (cf. exemplo 7) ou para tratar de assuntos considerados sérios, difíceis de dizer (cf. exemplo 8).

(7)



(8)



Conforme observado na Tabela 2, em nossa pesquisa, 68% das ocorrências do *corpus* corresponderam a postagens em que o “pronto falei” acompanhou tópicos que não envolviam humor. Por sua vez, em 32% dos dados levantados, o marcador apareceu junto de enunciados de cunho humorístico.

Tabela 2 – Tipo de produção de humor de “pronto falei”

Produz humor	Quantidade	%
Não	34	68,00%
Sim	16	32,00%
Total	50	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

“Pronto falei” em outros gêneros discursivos

Antes de terminarmos este capítulo, cumpre-nos mencionar um último ponto sobre a expressão “pronto falei”. Todas as análises que expusemos anteriormente, como já foi dito, são resultantes de *corpus* constituído exclusivamente a partir de postagens do Facebook. Isso porque acreditamos que a expressão de fato tenha surgido e se popularizado nas publicações das redes sociais. Ao final de nossa pesquisa, nos questionamos o quanto a expressão foi incorporada por outros gêneros de outras esferas sociais.

Para checar isso, por meio dos *sites* de pesquisa, buscamos pela expressão na internet, procurando identificar os textos em que ela aparecia. O resultado dessa consulta mostrou que o “pronto falei” de fato se espalhou para além dos limites das redes sociais, atingindo diferentes gêneros discursivos.

Assim, encontramos a expressão em canções, como a do cantor sertanejo Eduardo Costa, onde aparece no título e no corpo do texto. O excerto abaixo mostra o uso feito pelo cantor e compositor:

(9)

“Eu não quero mais ter que depender do amor de alguém

Que fala que me ama e não ama ninguém

Pode ir, me cansei, pronto falei” (COSTA, 2015)

Também encontramos a expressão em diversos tipos de *blogs*. Um exemplo disso é o título de um texto sobre política, publicado em um *blog* de notícias, o *Parintins24hs*. Assim, em publicação datada de 14 de abril de 2017, encontramos um texto intitulado “Pronto, falei: a chance de fazer história”.

Outro texto encontrado com “pronto falei” está hospedado na página *suzanoherculanohouzel.com*, cuja proprietária se intitula neurocientista de plantão. Nesse *site*, há um texto publicado em outubro de 2010 com o seguinte título: “Sou ateia e sinto-me discriminada. Pronto falei”.

A imprensa mais tradicional também publicou a expressão. Assim, na Coluna Estadão da versão digital de *O Estado de São Paulo*, encontramos um texto assinado por Luiza Pollo, datado de 5 de junho de 2017, com o seguinte título: “Pronto, falei! Perto de assumir cadeira no Conselho de Ética, Ivo Cassol garante: ‘Não corro de desafios’”.

Outro texto publicado na revista *Veja*, em 9 de fevereiro de 2017, também evidencia que a expressão passou a ser usada pela grande imprensa. Naquela data, o jornalista Reinaldo Azevedo publicou um texto assim intitulado: “#Prontofalei, não inventa, Renan Calheiros!”.

Esses e outros exemplos facilmente encontrados nos *sites* de pesquisa da internet evidenciam que a expressão, popularizada nas redes sociais, em textos como os que analisamos anteriormente, passou a integrar produções de diferentes gêneros discursivos, dos mais diversos assuntos e que circulam em diferentes esferas da vida social.

Considerações finais

O presente capítulo procurou investigar a expressão “pronto falei” em postagens do Facebook a partir da abordagem multissistêmica proposta por Castilho (2010). Nossa investigação constatou que, no subsistema da gramática, a expressão sofreu um processo de gramaticalização no qual a estrutura sentencial inicial, nucleada pelo verbo “falei” perdeu o seu complemento (como tínhamos em “Pronto, falei isso”). A partir daí, a expressão “pronto falei” se torna fixa e autônoma, tornando-se um marcador discursivo. Como expressão que surge em gênero escrito das mídias digitais, ela passou, nesse processo, a ser encontrada sem a vírgula que separava a palavra “pronto” de “falei”, ocorrendo com ou sem *hashtag*.

Como marcador discursivo, no subsistema da semântica, a expressão que era marcada inicialmente pela anáfora, referenciando-se a termos mencionados anteriormente, passou a aparecer em posição inicial dos textos. Assim, do ponto de vista da foricidade, o “pronto falei” também participa de processos catafóricos.

No plano do discurso, a expressão que servia para o encerramento de tópicos, ao passar a ser utilizada em posição inicial, introduz tópicos discursivos. Em ambos os casos, sua função discursiva é a de preparar o interlocutor para assuntos carregados de desaprovação social. A produção de efeitos de humor também é outra função que a expressão ganha ao se tornar um marcador discursivo.

Por fim, constatamos que, para além das postagens em rede social, a expressão “pronto falei” ganhou espaço em textos de diferentes gêneros discursivos e de esferas sociais distintas.

Referências

CASTILHO, C. M. M. de. *Os delimitadores no português falado no Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CASTILHO, A. T. de. Mudança linguística multissistêmica. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EdUFU, 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_510.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

ENNE, A. L. “E daí?”, “pronto, falei!”, “confesso”: artimanhas discursivas de qualificação e desqualificação do gosto e da distinção. *pragMATIZES*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, p. 103-113, mar. 2014.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática. Col. Princípios, 1986.

URBANO, H. Marcadores Conversacionais. *In*: PRETI, D. (org.). *Análise de Textos Orais*. São Paulo: Humanitas, 2001.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. *In*: JUBRAN, C. S. *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: a construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 453-482.

FUNCIONAMENTO E EMERGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO [EMBORA QUE]: UM ESTUDO PANCRÔNICO

Kátia Roseane Cortez dos Santos

Introdução

Informações gerais sobre a pesquisa

Este trabalho tem como objetivo investigar a construção concessiva [embora que]. De caráter pancrônico, a pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos: em termos de frequência, ela pode ser considerada uma construção marginal no português contemporâneo? Qual é o seu funcionamento atual? Como é possível explicar seu surgimento na língua portuguesa? Como ela pode ser localizada em uma rede mais ampla de construções concessivas? A fim de propor respostas plausíveis a essas perguntas, este estudo é realizado à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, mais especificamente a partir de uma abordagem construcional, que trata as unidades linguísticas como pareamentos de forma e de significado (CROFT, 2007, GOLDBERG, 1995, 2006; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, entre outros). Como universo de coleta de dados, utilizou-se o banco de dados “Corpus do Português”, de onde foram selecionadas ocorrências reais de uso da língua, tanto da sincronia atual, no *Corpus NOW* (*News on the Web* – Notícias na internet), quanto de sincronias passadas, no *Corpus Gênero/Histórico*. Este foi utilizado em um primeiro momento da pesquisa, em sua fase exploratória, enquanto aquele é fonte das ocorrências que são base para a análise central empreendida neste estudo.

Fase exploratória

A motivação para a realização desta pesquisa foi a observação empírica do uso dessa construção por um linguista durante sua palestra no evento virtual “Abralin ao Vivo: Linguists Online”¹. Esse uso, tão atípico, despertou a curiosidade desta pesquisadora, que passou, então, a investigar tal fenômeno linguístico. A princípio, com base nos pressupostos das abordagens construcionais da língua, hipotetizou-se que [embora que] poderia ter emergido mais recentemente na língua, por meio do mecanismo de mudança “analogização”, cuja motivação é o pensamento analógico a partir de um padrão já existente na língua, o qual poderia, neste

1 Informações sobre o evento estão disponíveis em: <https://aovivo.abralin.org/sobre/>.

caso, ser o subesquema [Xque]_{concessivo}, que abarca microconstruções como [ainda que] e [mesmo que].

A fim de verificar se o uso observado pela autora não fora meramente um caso isolado, isto é, um uso criativo da língua restrito àquele contexto interacional específico, aferiu-se a produtividade *token* da construção, isto é, sua frequência de ocorrência. Tal apuração foi feita no banco de dados “Corpus do Português”, mais especificamente no *corpus* “Gênero/Histórico”, o qual é constituído por mais de 45 milhões de palavras e contém textos do século XIII até o século XX, estando os textos do século XX igualmente divididos por país, Portugal e Brasil, e por gênero: acadêmico, notícia, oral e ficção².

Ao realizar a busca pela expressão “embora que”, o banco de dados retornou 36 resultados: 11 para o século XVI, 3 para o século XIX e 22 para o século XX. Dessas 36 ocorrências, foram excluídas aquelas em que “embora que” era a junção do advérbio “embora” e da conjunção de valor explicativo “que”, como é exemplificado por (1), ou aquelas em que “que” é um complementizador do verbo precedente, como em (2). Assim, chegou-se a um total de 9 ocorrências da construção concessiva [embora que], todas para o século XX, cujo exemplar pode ser visto em (3).

(1) “Bispo, sera bem que vos **torneis embora que** he jaa tarde” e assi o despedio. (15:Resende:Joao)³

(2) Padre Miguel, querendo confortá-la, pediu-lhe resignação: - Conforme-se com os desígnios de Deus, minha filha observou, **convindo embora que** não deveria tratá-la paternalmente. - Sua vontade seja a nossa. - E num derradeiro consôlo: - Com a morte apenas começa a Vida. (19:Fic:Br:Carvalho:Somos)

(3) Falamos com vários vereadores sobre a formação de uma Mesa eclética e surgiu o nome do Acilon Gonçalves (atual presidente da Casa) como consenso. É a primeira vez que partidos de oposição participam de uma Mesa. **Embora que** o prefeito tenha maioria, conseguimos uma maior independência. O presidente da Câmara é um grande líder e está cumprindo o compromisso que assumiu. (19:Or:Br:Intrv:Pov)

Apesar do número ínfimo de ocorrências, dado o tamanho do *corpus*, elas não devem ser ignoradas, pois demonstram que, de fato, a utilização de [embora que] não foi um completo desvio por parte do linguista palestrante. Dessa forma, a princípio, seria concebível indicar a confirmação da hipótese de que a construção [embora que] é uma inovação recente na língua,

² Mais informações sobre o *corpus* disponíveis em: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>.

³ Para as ocorrências retiradas do *corpus* “Gênero/Histórico”, mantivemos o rótulo original que as identifica no banco de dados: (século:autor:obra), para os séculos XIII a XVIII, e (século:gênero:país:autor:obra), para os séculos XIX e XX. É importante esclarecer que o número 15, por exemplo, refere-se ao século XVI, visto que a notação seria correspondente a “anos 1500” (ou, em inglês, 1500s).

visto que ela só está presente nos textos do século XIX e nos gêneros “oral” e “ficção” (nas falas de personagens), contextos de fala menos monitorada, se comparados aos gêneros “acadêmico” e “notícia”, os quais, por isso, seriam ambientes propícios para mudanças linguísticas. No entanto, como acontece frequentemente na ciência, no decorrer da pesquisa, essa hipótese inicial foi descartada, como veremos no percurso apresentado ao longo deste capítulo.

Fundamentação teórica

Breve apresentação da abordagem construcional

Uma vez que esta pesquisa está enquadrada teoricamente nos pressupostos de uma abordagem construcional da linguagem, é válido fornecer aqui uma breve apresentação dessa perspectiva, expondo alguns de seus conceitos que são especialmente relevantes para este estudo. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que há diversos modelos gramaticais propostos por estudiosos que adotam esse posicionamento teórico. Quando falamos em Gramática de Construções (doravante CxG – *Construction Grammar*), na verdade, estamos falando de várias Gramáticas de Construções, geralmente associadas aos teóricos que as propuseram. Desse modo, Traugott e Trousdale (2021) apresentam cinco modelos de destaque no campo: CxG de Berkeley (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988), CxG baseada no signo (BOAS; SAG, 2012), CxG cognitiva (GOLDBERG, 1995, 2006), CxG radical (CROFT, 2001) e Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 1991, 2005). Seguindo as proposições de Traugott e Trousdale (2021), este estudo é compatível com as visões da GxC cognitiva e da CxG radical.

Ainda que haja diferenças consideráveis entre os modelos citados, Goldberb (2013 *apud* TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, p. 27-28) identifica quatro princípios (a-d) compartilhados por todos e um princípio (e) com o qual a maioria deles concorda, incluindo a abordagem adotada neste capítulo:

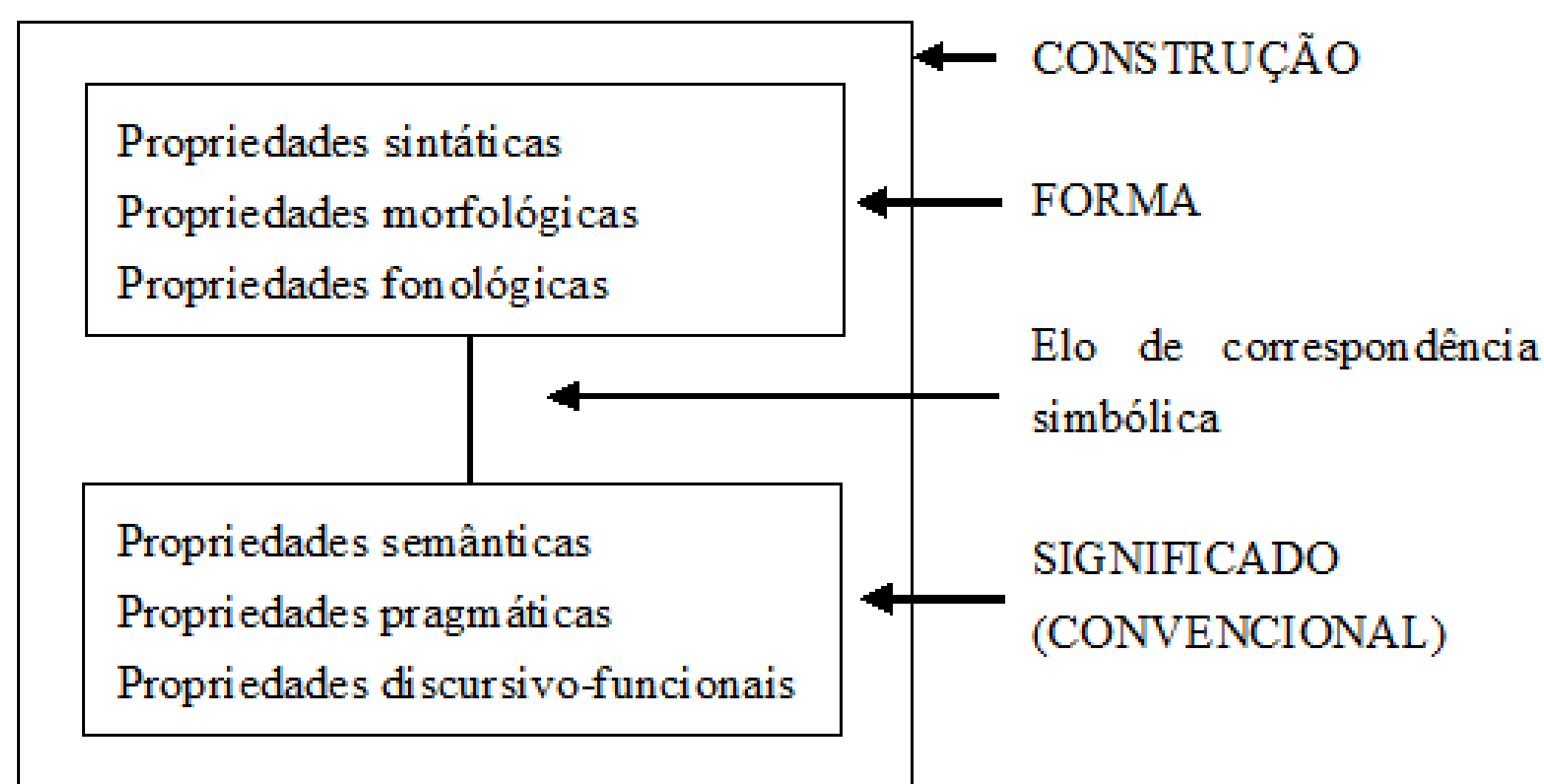
- a) A unidade básica da gramática é a construção, um pareamento convencional de forma e significado.
- b) A estrutura semântica é mapeada diretamente na estrutura sintática superficial, sem derivações.
- c) A língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e elos entre nós; as associações entre alguns desses nós tomam a forma de hierarquias de herança (relações taxonômicas que capturam o grau em que propriedades de construções de nível mais baixo são previsíveis a partir de construções mais gerais).

- d) A variação translinguística (e dialetal) pode ser explicada de vários modos, incluindo processos cognitivos de domínio geral e construções específicas da língua.
- e) A estrutura da língua é moldada pelo uso da língua.

Dos pontos acima, destacamos os conceitos de construção e de rede. Em relação ao primeiro, em um primeiro momento, Goldberg (1995 *apud* TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, p. 31) definiu construções como pareamento de forma e significado “em que algum aspecto da forma, ou algum aspecto do significado, não é derivável da combinação das partes componentes ou de outras construções preexistentes”. Um exemplo seria o caso das expressões idiomáticas, em que o significado é não composicional, isto é, não basta apenas saber o significado de cada termo individualmente, uma vez que a expressão como um todo possui um significado específico. No entanto, mais recentemente, a autora incluiu a frequência como um fator importante na definição de construção, alargando-a a fim de incluir cadeias composicionais que “são armazenadas como construções ainda que sejam completamente previsíveis, contanto que ocorram com uma frequência suficiente” (GOLDBERG, 2006, p. 5 *apud* TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, p. 31). Esse seria o caso da construção [embora que], a qual, ainda que composicional, devido à frequência, e adicionamos aqui, à sua semelhança com outras formas concessivas como [ainda que] e [mesmo que], é estocada na mente dos falantes como uma unidade simbólica, com uma forma específica que tem um significado específico.

Basicamente, as construções podem ser representadas pelo seguinte esquema: $[[F] \leftrightarrow [S]]$, em que “F” está para “forma” e “S”, para “significado”. Logo, a representação da nossa construção seria: $[[\text{embora que}] \leftrightarrow [\text{concessividade}]]$. Croft (2007), por sua vez, propõe uma representação mais detalhada da construção, que não será adotada neste capítulo, uma vez que não é nosso foco descrever todas as propriedades que compõem a construção [embora que]. No entanto, a fim de tornar o entendimento do conceito de construção mais claro, dispomos a seguir o modelo do autor:

Figura 1 – Modelo de estrutura simbólica de uma construção



Fonte: Croft (2007, p. 472, tradução nossa)

Ainda sobre a caracterização das construções, Traugott e Trousdale (2021) afirmam que o pareamento pode ser pensado em termo de três dimensões, as quais são gradientes: tamanho, grau de especificidade fonológica e tipo de conceito. No que diz respeito à primeira dimensão, uma construção pode ser: atômica, que apresenta apenas um morfema (-s); complexa, em que há unidades analisáveis, isto é, o falante/ouvinte reconhece cada parte da construção (*em cima de*); e intermediária, cuja analisabilidade é parcial (em *trancafiar*, *tranc[a]* é reconhecível, enquanto *-fi-* não é). No que concerne ao grau de especificidade fonológica, uma construção pode ser: *substantiva*, isto é, completamente especificada fonologicamente (*vermelho*); *esquemática*, ou seja, uma abstração (*N – substantivo*, *ISA – inversão auxiliar-sujeito*); ou *intermediária*, apresentando partes substantivas e partes esquemáticas (*V-mento – divertimento*). Já em relação à dimensão *tipo de conceito*, uma construção pode ser: *plena de conteúdo – lexical* –, podendo, portanto, ter conteúdo referencial (*vermelho*, *N – substantivo*); *processual – gramatical* – cujo significado é abstrato (*-s – plural*, *SAI – inversão auxiliar-sujeito*); ou *intermediária* (a *way-construction* possui tanto propriedades lexicais quanto gramaticais)⁴. Diante disso, observamos que a construção [embora que] pode ser considerada complexa, já que é composta pelas unidades “embora” e “que”, substantiva, pois não há *slots* esquemáticos, e procedural, uma vez que funciona como uma conjunção concessiva, não tendo conteúdo referencial.

O segundo ponto em relação aos princípios das CxGs que gostaríamos de abordar com mais atenção nesta seção é o conceito de rede. Como já explicitado, a abordagem construcional concebe a língua como um inventário de construções. No entanto, tal inventário, chamado de *constructicon*, ou, em português, *construcionário*, não é apenas um repositório, mas se organiza

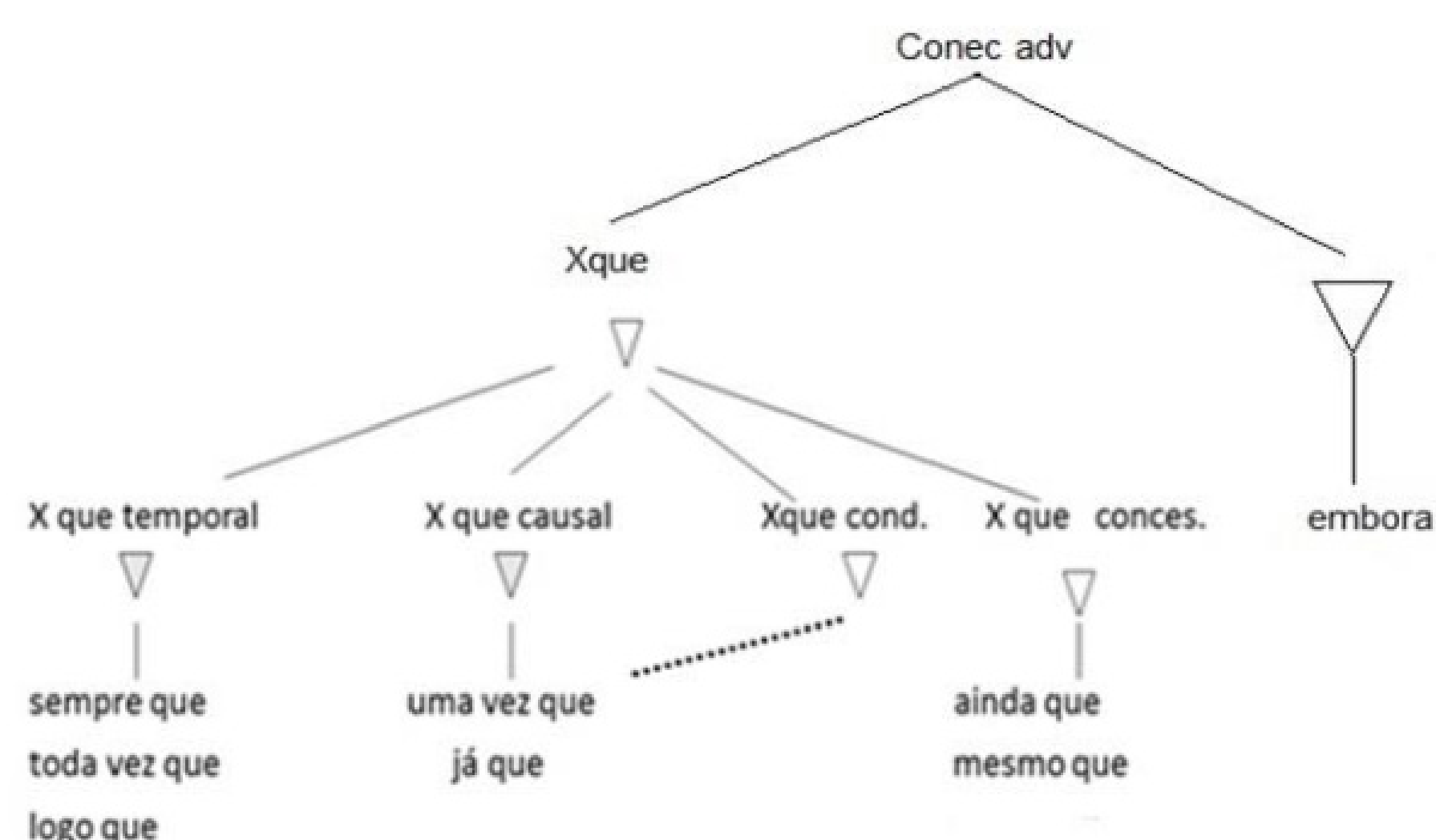
⁴ A *way-construction* é representada da seguinte forma: [SUBJ [V POSS way] DIR]. Vejamos um exemplo: “After tucking him in, Lindsay **made her way** down the stairs to the kitchen [Depois de colocá-lo para dormir, Lindsay “**fez seu caminho**” descendo as escadas para a cozinha] (2012 Clipston, A Life of Joy [COCA]) (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 76).

em formato de rede, em que as construções estabelecem diversos tipos de relações entre si. As relações mais abordadas pela literatura em CxG são as de herança, as quais

[...] são restrições taxonômicas e permitem categorização em vários níveis de generalização. [...] Cada nó herda propriedades de seus nós dominantes. Assim, *John runs*/John corre é um construto da construção intransitiva do inglês, que é membro da construção sujeito-predicado do inglês. A noção de herança permite que a informação seja representada uma única vez, ‘no nível mais alto (mais esquemático) possível’ (CROFT, 2007b, p. 484) (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, p. 120-121).

Para tornar essa explicação mais clara e também para compreender melhor o objeto de nossa investigação, citamos o trabalho de Thiago dos Santos Silva, que, em sua dissertação *A formação de conectores concessivos e concessivo-condicionais instanciados pelo esquema [Xque] em português: uma análise construcional de mudança*, defendida em 2019, propõe a seguinte rede taxonômica para o esquema [Xque] no século XVII (mas que pode ser aplicada para o português contemporâneo):

Figura 2 – Rede taxonômica do esquema [Xque] no século XVII



Fonte: Silva (2019, p. 79)

Para compreender essa rede, precisamos mencionar outro fator importante na descrição de construções: a esquematicidade. As construções podem ser mais um menos esquemáticas. Quando se trata de abstrações “que perpassam conjuntos de construções que são (inconscientemente) percebidas pelos usuários da língua como sendo estreitamente relacionadas na rede construcional” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2021, p. 44), são chamadas de esquemas. Já as construções que apresentam um menor grau de generalidade, e, conseqüentemente, um maior grau de especificidade, são chamadas de microconstruções. Entre os esquemas e

as microconstruções figuram os subesquemas, que podem emergir, inclusive dando origem a novos esquemas, ou desaparecer conforme a rede construcional vai se modificando ao longo do tempo.

Diante disso, na figura 2, podemos observar um esquema mais geral de conectivos formados a partir de advérbios [Conec adv], o qual instancia, de um lado, a microconstrução [embora] e, de outro, o esquema [Xque], que, por sua vez, instancia os subesquemas de valores temporal, causal, condicional e concessivo. Herdam traços desses subesquemas as microconstruções dispostas ao final da rede taxonômica. De interesse para esta pesquisa é a observação do subesquema [Xque]_{concessivo}, que abarca as microconstruções [ainda que] e [mesmo que]. É aqui que nossa construção se situa.

Ainda sobre as relações estabelecidas entre as construções na rede construcional, podemos mencionar não apenas essas relações verticais, mas também relações horizontais. Dessa maneira, os subesquemas [Xque]_{temporal}, [Xque]_{causal}, [Xque]_{condicional} e [Xque]_{temporal} estabelecem entre si relações horizontais, pois partilham aspectos de forma. Já o subesquema [Xque]_{concessivo} partilha com a Microconstrução [embora] aspecto de significado. Estabelecendo relações horizontais tanto com as demais microconstruções dos subesquemas [Xque]_{temporal}, [Xque]_{causal}, [Xque]_{condicional}, que herdam aspectos de [Xque], quanto com a microconstrução [embora] estaria [embora que], uma vez que, com as primeiras, partilha a forma e com a última, o significado.

Expressão da concessividade

Segundo Neves (2011), a concessividade é construída sintaticamente por um período composto, com uma oração nuclear e uma oração concessiva, e sinalizada pelas conjunções “embora” e “conquanto” e pelas locuções conjuntivas “mesmo que”, “ainda que”, “posto que”, “apesar (de) que”, “se bem que”, “por mais que”, “por muito que”, “por menos que”, “nem que”, “ainda quando” e “não obstante”. Note-se que não há referência à locução “embora que”.

Já no que concerne à semântica da concessividade, a autora aponta que

[...] as construções **concessivas**⁵ têm sido enquadradas, juntamente com as **adversativas**, entre as conexões **contrastivas**, cujo significado básico é “contrário à expectativa”, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte (NEVES, 2011, p. 864).

Dessa forma, para a autora, essa noção de contraste pode ser explicitada fazendo-se uma comparação entre os enunciados concessivos e adversativos, tais como: “**EMBORA** fosse

5 Em Neves (2011), o termo “construção” não é utilizado no sentido da abordagem construcional.

sempre um homem silencioso, o seu silencia, agora, era mais denso e triste” (BB⁶) / “Era sempre um homem silencioso, **mas** o seu silêncio, agora, era mais denso e triste”. No entanto, diferentemente da oração adversativa, a oração concessiva (ou sintagma concessivo) “expressa um fato (ou noção) apesar do qual a proposição principal se mantém. Isso equivale a dizer que, numa construção concessiva, o fato (ou a noção) expresso na **oração principal** é asseverado, a despeito da proposição contida na **oração concessiva**” (NEVES, 2011, p. 865, grifos da autora).

Por fim, do ponto de vista pragmático, Neves (2011, p. 874) afirma que as concessivas são essencialmente argumentativas, indicando que “o falante pressupõe uma objeção à sua asserção, mas que a objeção é por ele refutada, prevalecendo a sua asserção”. Para deixar essa relação mais clara, a autora propõe um esquema lógico, em que a oração concessiva argumenta em favor da conclusão X e a oração principal em favor da conclusão não X, sendo que o argumento da principal é mais forte para não X do que a concessiva é para X.

“Embora que” em gramáticas de língua portuguesa

Seguindo os protocolos das pesquisas científicas realizadas no interior do quadro teórico funcionalista, após o primeiro contato com o fenômeno linguístico de interesse e do levantamento de hipóteses, seguiu-se para a busca de estudos que já tenham, de alguma maneira, abordado o fenômeno, a fim de coletar informações pertinentes ao tema. Em um primeiro momento, recorreu-se a duas gramáticas tradicionais (a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra) e três gramáticas contemporâneas (a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, a *Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilho, e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus e associados), todas renomadas e de grande influência no contexto da língua portuguesa.

Das cinco gramáticas consultadas, apenas Bechara (2009) e Castilho (2014) fazem alguma menção a “embora que”. Cunha e Cintra (2001) apresentam muito sucintamente as conjunções concessivas e as orações concessivas, fornecendo apenas uma breve definição seguida de alguns exemplos. Já Neves (2011) faz uma descrição detalhada das conjunções concessivas. Dessa forma, a ausência de “embora que” não deve ser atribuída a uma abordagem superficial do tema pela autora, mas sim ao fato de que, provavelmente, tal construção não foi encontrada no *corpus* que serviu de base a produção de sua gramática de usos. Como ela deixa claro,

6 Por se tratar de exemplo retirado de Neves (2011), mantivemos a identificação original da ocorrência.

[...] os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrência que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – *Campus* de Araraquara [...]. Esse *corpus* abriga textos escritos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática [...]. Infelizmente, como se sabe, não há disponível, no Brasil, nenhum banco de dados representativo da língua falada contemporânea (NEVES, 2011, p. 14).

Mateus *et al.* (2003), por sua vez, cuja obra foi publicada em Portugal, apresentam uma relação entre tipos de concessivas, modo e tempo verbal, afirmando que há três tipos de concessivas: factuais, hipotéticas e contrafactuais⁷. As autoras mencionam os seguintes conectores que exprimem o valor concessivo: “embora”, “conquanto”, “ainda que”, “posto que”, “(se) bem que”, “apesar de que” e “apesar de”. Logo, não fazem qualquer referência a “embora que”.

Em relação às gramáticas em que há alguma alusão a “embora que”, é possível encontrar em Bechara (2009) um registro acerca do tema na seção “Transpositores ou conjunções subordinativas”, em que o gramático respalda a existência de “embora que”, atribuindo seu uso à influência de locuções conjuntivas com “que”:

Que excessivo: Sob o modelo das “locuções” conjuntivas finalizadas por *que*, desenvolveu-se o costume de acrescentar este transpositor junto a advérbio que só por si funciona como adjunto adverbial: *enquanto que*, *apenas que*, ***embora que***, *mal que*, etc., construções que os puristas não têm visto com bons olhos, apesar dos exemplos de escritores corretos: “[...] porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, *enquanto que* o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos” [MA. 1, 24] (BECHARA, 2009, p. 329, grifo nosso).

Por fim, na quinta gramática consultada, Castilho (2014) apresenta uma trajetória de gramaticalização, em quatro passos, que resultou no uso atual concessivo de “embora”. Sua origem é a expressão “em boa hora”, que era usada até o século XV para expressar um bom augúrio (“Vá em boa hora!”). O primeiro passo na trajetória de mudança foi a perda do sentido de volição e a redução fonológica de “em boa hora”, originando o advérbio dêitico locativo “embora”, que se refere a um espaço vago (“Fomos embora.”). O segundo passo ocorre quando as restrições de seleção são abandonadas, e “embora” passa ocorrer com diversos verbos, sendo realocado no início de uma sentença negativa e acompanhado de “que” volitivo regendo o subjuntivo (“Embora que não tenha razão, ainda assim insiste.”, equivalente a “Embora não tenha razão, ainda assim insiste.”). Encontramos aqui, portanto, a menção ao “embora que” focalizado neste estudo.

⁷ Tal tipologia será explorada mais à frente neste trabalho, mas a partir do que é exposto por Neves (2011), que distingue entre concessivas factuais, eventuais e contrafactuais. Optamos por utilizar a descrição de Neves (2011) por ela ser mais detalhada que a proposta por Mateus *et al.* (2003).

Dando continuidade à descrição da mudança sofrida por “em boa hora”, o autor ainda aponta que, num terceiro momento, “embora” desaloja “que”, assumindo a função típica de conjunção. “desenvolvendo, segundo Rodolfo Ilari (com. pessoal), um sentido aproximado de: ‘ok, tudo bem, admito que não tenha razão’” (CASTILHO, 2014, p. 378). Enfim, o quarto passo da mudança é o alargamento do uso concessivo de “embora” na regência de formas nominais do verbo (“[...] embora não tendo tido interesse momentâneo.” (D2 SP 255⁸)) e na ligação de constituintes sentenciais (“[...] tive oportunidades de fazer pesquisas sobre a maneira de falar do cearense... do bahiano [sic]... ahn embora nordestinos.” (D2 SP 255)).

“Embora que” em estudos funcionalistas

Em um segundo momento do levantamento bibliográfico, foi realizada uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, onde foi encontrado o trabalho de Ivo da Costa Rosário, de 2012, intitulado *Expressão da concessividade em construções do português do Brasil*. Apesar de essa tese não fornecer descrições sobre a construção [embora que], visto que o autor não se deparou com tal construção em seu universo de coleta de dados, ela foi bastante relevante para esta pesquisa, pois indicou a tese de Therezinha Maria Mello Barreto, *Gramaticalização das conjunções na história do português*, de 1999, a qual, devido à data de publicação, não está disponível no Catálogo, mas que, felizmente, foi encontrada em outra plataforma.

Nesse trabalho de fôlego, a autora analisa a trajetória de mudança de 136 itens conjuncionais encontrados no *corpus* que ela organizou, composto por três sincronias: português arcaico (textos do século XVIII ao XV), português moderno (textos dos séculos XVI e XVII) e português contemporâneo (texto de língua falada). Sobre o “embora que”, a autora afirma que “na língua falada do Brasil, ocorre a forma **embora que**, sendo, entretanto **embora** a forma mais empregada” (BARRETO, 1999, p. 427, grifos da autora) e fornece o seguinte exemplo: “...nenhuma profissão vai seguir sozinha cada uma tem a sua paralela... **embora que** entre elas não haja assim... eh: um ponto... de comum entre elas... (Re, inf. 090, l. 697-701)”. Como Castilho (2014), a autora ainda aponta que

[...] pode-se supor que, uma vez transformada em advérbio, a forma **embora** tenha sido associada à conjunção **que**, como ocorreu com tantas outras conjunções portuguesas, constituídas do advérbio+conjunção: **logo que, ainda que, assim que** etc. e que, mais tarde, tenha havido a redução da forma, com a eliminação do **que**, fato que também ocorreu com alguns itens conjuncionais do português: enquanto que > enquanto / caso que > caso. A forma encontrada na língua falada representaria, assim, a conservação de uma forma anterior (BARRETO, 1999, p. 427).

8 Dado que os exemplos fornecidos são de Castilho (2014), mantivemos a identificação adotada por ele, que, neste caso, indica que a ocorrência foi recolhida do acervo do Projeto NURC de São Paulo, mais especificamente de um inquérito de diálogo entre dois informantes.

Portanto, apesar de Barreto (1999) não ter encontrado nenhuma ocorrência de “embora que” em sincronias pretéritas, ela levanta uma hipótese de surgimento dessa forma bastante plausível, uma vez que baseada nas trajetórias de mudança de outras conjunções. Mais à frente em seu trabalho, a autora registra: “algumas conjunções encontradas no *corpus* têm, como variantes, formas que apresentam a associação com a conjunção **que**. Essas formas, em alguns casos, parecem ter sido anteriores às formas isoladas” (BARRETO, 1999, p. 488). Segue-se, depois dessa afirmação, a listagem de diversas conjunções e a observação de que, em outros casos, as locuções só ocorreram nos textos de língua falada, dentre as quais figura “embora que”. Diante disso, a autora propõe duas possíveis explicações:

- (i) que as formas encontradas na língua falada sejam formas mais antigas, conservadas nessa modalidade da língua;
- (ii) que as formas hoje encontradas na língua falada sejam formas recentes, analógicas a muitas outras formações conjuncionais da língua portuguesa.

Na fase exploratória desta pesquisa, assumiu-se que a segunda hipótese seria a mais plausível, uma vez que a construção [embora que] só foi encontrada na sincronia atual do português, no *corpus* Gênero/Histórico. Da mesma forma, no *corpus* constituído por Barreto (1999), tal construção esteve ausente em sincronias pretéritas. No entanto, a suposição de que ela seja uma forma antiga conservada na língua falada não deve ainda ser de todo descartada. É por esse motivo que realizamos a presente pesquisa nos valendo de um *corpus* maior, o qual ainda apresenta a vantagem de conter as variedades brasileira e europeia do português, com a expectativa de que, a partir da coleta de um número significativo de ocorrências, poderíamos propor mais argumentos em favor de uma ou de outra explicação.

Metodologia da pesquisa

Corpus e seleção das ocorrências

Para a coleta das ocorrências analisadas na próxima seção deste capítulo, utilizamos o *Corpus* NOW (News On the Web – Notícia na internet), um subcorpus do *Corpus* do Português, informatizado e disponível gratuitamente na internet. O NOW é composto por cerca de 1,4 bilhões de palavras, abarcando textos de jornais e revistas constantes no Google News, dos anos 2012 a 2019 e de quatro países: Brasil, Portugal, Angola e Moçambique⁹. Ele foi escolhido principalmente por dois motivos. Em primeiro lugar, seu tamanho, visto que a fase exploratória desta pesquisa já havia sinalizado a pouca frequência da construção [embora que], o que requereria um *corpus* bastante grande se quiséssemos encontrar um número significativo de

⁹ Mais informações disponíveis em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>.

ocorrências. Em segundo lugar, por ser um *corpus* de língua escrita, ele também poderia lançar luz para novas interpretações acerca da construção, posto que no estudo de Barreto (1999) a construção só foi encontrada na língua falada, e também na nossa pesquisa exploratória ela só apareceu em textos orais ou fictícios (nas falas de personagens).

A busca pela expressão “embora que” no *Corpus* NOW retornou 313 ocorrências ao total. Novamente, foi preciso fazer um processo manual de seleção, pois nem todas eram construções com valor concessivo. Assim, excluimos de nossos dados os casos em que “embora que”: é a junção do advérbio “embora” da conjunção explicativa “que”, como em (4); é a junção do advérbio “embora” e do “que” complementizador de um verbo precedente, como em (5); aparece depois da palavra “pese”, pois não é possível delimitar ao certo se “que” faz parte da conjunção “embora que” ou da conjunção “pese que”, como em (6). Além disso, também descartamos a única ocorrência da variedade angolana do português, apresentada em (7), pois seria negligente de nossa parte fazer generalizações a partir de apenas um exemplar.

(4) “[...] Eu era rodoviário e, quando fiquei desempregado, vim vender queijo, me tornei microempreendedor. Se eu cortar 200 pedaços de queijo, 12h eu **vou embora que** já acabou tudo. Se eu cortar 300, fico o dia inteiro” [...]. (g1.globo.com)¹⁰¹¹

(5) Já Nita Farahany, jurista e filósofa da universidade norte-americana de Duke, **considerando embora que** o estudo abre novas possibilidade de investigação, alerta para a necessidade de novas linhas orientadoras que permitam lidar com os novos problemas levantados pelo estudo [...]. (dn.pt)¹²

(6) Ainda não se percebe a origem das causas do autismo, mas estudos em gêmeos confirmam evidências de que este tem uma base altamente genética, **pese embora que** nenhum gene tenha sido identificado inequivocamente como o candidato à “causa” do autismo [...]. (correiodominho.pt)¹³

(7) Por isso, Semedo apelou ao Presidente da República “**embora que** ilegítimo, a sua intervenção enquanto guardião político da constituição para dar sem efeito a decisão do Governo. (voaportugues.com)¹⁴

Finalmente, também é preciso esclarecer que diversas ocorrências não foram contabilizadas porque as páginas eletrônicas em que elas se encontravam estavam fora do ar. Infelizmente, esta é uma desvantagem do *Corpus* NOW: ele coleta os textos de páginas da internet, mas

10 Para que a exposição das ocorrências do *Corpus* NOW fique mais fluente ao longo do texto, sua identificação será feita apenas com o nome do *site* em que ela se encontra, e colocaremos a referência completa em nota de rodapé.

11 <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/01/vendedores-contam-rotina-debaixo-de-sol-escaldante-no-porto-da-barra.html>

12 <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/cerebros-de-porc0s-mortos-ha-quatro-horas-foram-ressuscitados-10808281.html>

13 <https://www.correiodominho.pt/noticias/autismo-o-que-ha-de-novo-na-investigacao/101267>

14 <https://www.voaportugues.com/a/governo-guineense-responsabiliza-portugal-cessacao-emissoes-rtp-rdp/3923267.html>

não os armazena em seu banco de dados. Assim, quando fazemos uma busca, o *corpus* nos redireciona em tempo real para o *site* correspondente, que, muitas vezes, por conta da volubilidade da rede, pode ter sido desativado ou realocado em outro endereço. Diante desse fato e da exclusão de ocorrências fora do nosso escopo, chegamos a um total de 180 ocorrências, as quais foram analisadas a partir dos parâmetros elencados a seguir.

Parâmetros de análise

Para a análise das ocorrências coletadas, selecionamos quatro parâmetros de análise: posição (posposta, interposta ou anteposta), tipo (factual, eventual ou contrafactual), variedade (portuguesa ou brasileira) e localização (corpo do texto, comentário na página ou citação no texto). Vejamos com mais detalhes cada um deles.

a) Posição

De acordo com Neves (2011), a posição em que a oração concessiva ocupa na sentença – anteposição, interposição e posposição – está relacionada a propósitos comunicativos. Quando ela aparece anteposta, primeiro o falante refuta uma possível objeção do ouvinte e depois ele faz sua asseveração. Nesses casos, também se observa que orações concessivas apresentam uma informação dada, ocupando, assim, uma posição mais tópica. As concessivas interpostas, por sua vez, são colocadas frequentemente após o sujeito, como um mecanismo de ênfase do seu caráter tópico. Já nas ocorrências em que a oração concessiva está posposta à principal, que são mais frequentes, não se pode falar em função tópica, pois as concessivas atuam como adendo, “porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando *a posteriori* objeções à sua proposição” (NEVES, 2011, p. 879).

Ainda segundo a autora, conectivos mais pesados, como “apesar (de) que” e “se bem que” costumam ser recrutados para essa função de veicular informação nova após aparentemente finalizada a primeira parte do enunciado. Diante disso, o parâmetro “posição” foi selecionado a fim de verificar se as concessivas com “embora que” apareceriam com mais frequência pospostas, considerando-se que tal locução é mais volumosa do que a conjunção “embora”.

b) Tipo

Segundo Neves (2011), há três tipos de construções ligadas às orações concessivas: as factuais (ou reais), as contrafactuais (ou irrealis) e as eventuais. As primeiras são definidas da seguinte forma: “apesar da realização/da verdade da **oração concessiva**, segue-se, necessariamente, a realização/a verdade da **oração principal**” (NEVES, 2011, p. 866, grifos da autora). Um exemplo fornecido pela autora é “**EMBORA** fosse um amigo recente e reticente, já lhe tinha emprestado pequenas quantias. (BB)”, em que ambas as afirmações são realizadas/verdadeiras: o amigo é recente e reticente e o dinheiro foi emprestado a ele.

Nas contrafactuais, por seu turno, ocorre exatamente o contrário: “apesar da não realização/da falsidade da **oração concessiva**, segue-se, necessariamente, a não realização/a falsidade da **oração principal** (NEVES, 2011, p. 866, grifos da autora). Em “– Eu não acionista da empresa! Sou empregado como vocês! E **MESMO QUE** fosse o dono, não ia fazer a menor diferença! (RE)”, o locutor nem é o dono da empresa, nem ser o dono faz alguma diferença.

Por fim, nas concessivas eventuais, “dada a eventualidade da **oração concessiva**, não necessariamente se segue a realização/a verdade nem a não realização/a falsidade da **oração principal**” (NEVES, 2011, p. 866). É o que ocorre em “Mas, **AINDA QUE** eu salve o ratinho branco, outro terá de correr em seu lugar (AVE)”, já que a ação salvar ou não o ratinho branco não exerce influência sobre o fato de que outro ratinho correrá em seu lugar.

Em sua descrição das concessivas, a autora também afirma que a relação concessiva contrafactual é tipicamente expressa com locuções como “mesmo que”, “ainda que” e “nem que”, não com a conjunção prototípica “embora”. Diante disso, o parâmetro “tipo” foi incluído nesta investigação, a fim de averiguar se a construção [embora que] estaria semanticamente mais próxima da conjunção “embora”, demarcando mais ocorrências factuais e eventuais, ou mais próximas das locuções mencionadas, estando mais presente em ocorrências de concessivas contrafactuais.

c) Localização

O parâmetro “localização” inclui os seguintes fatores: corpo do texto, comentário na página ou citação no texto. Ele foi selecionado porque, ao coletarmos as ocorrências do *corpus*, percebemos que várias delas não se localizavam exatamente na notícia, mas em um comentário feito por um leitor do *site*. Isso acontece porque a recolha dos textos que compõem o *corpus* NOW é feita de forma informatizada, e o programa não faz uma filtragem nos *sites* para selecionar apenas palavras do texto “principal” da página. Também foi observado que outras ocorrências estavam localizadas no interior de uma citação direta ou entrevista. Dessa forma, surgiu um questionamento sobre se a construção focalizada poderia ser de fato caracterizada como estando presente na modalidade escrita da linguagem, geralmente mais monitorada, dado que as citações e os comentários de leitores são usualmente menos rigorosos em termos de adequação à variedade padrão.

d) Variedade

Esse parâmetro abarca a variedade brasileira e a variedade portuguesa. Ele foi eleito para este estudo porque poderia fornecer mais argumentos para a defesa de uma ou outra hipótese sobre a origem da construção [embora que] no português contemporâneo. Isso porque, se a frequência da construção for maior na variedade brasileira, é plausível supor que [embora

que] seja uma inovação, que tomou forma a partir de uma analogia com outras construções concessivas como [ainda que] e [mesmo que]. Por outro lado, se a construção for mais frequente na variedade portuguesa, apesar de sua presença não ter sido atestada em sincronias pretéritas, ainda é mais confiável assumir que se trata de uma estrutura que se conservou na língua (não apenas na falada, como Barreto (1999) demonstrou em sua pesquisa, mas também na escrita), resquício do período em que “embora” passou a ocorrer com verbos que não eram apenas de movimento e foi remanejado para o início de um sentença negativa seguido de “que” volitivo, como explica Castilho (2014).

Discussão e análise dos dados

Nesta seção, tratamos de apresentar e discutir os dados analisados a partir dos parâmetros explicados anteriormente e dos pressupostos teóricos que guiam nossas interpretações. Assim, para uma melhor exposição dos resultados, dispomos a seguir quatro tabelas. Nelas podemos observar os números absolutos e as porcentagens de cada fator referente aos parâmetros “posição”, “tipo”, “variedade” e “localização”.

Tabela 1 – Parâmetro “posição”

Posição	Nº	%
Posposta	127	70
Interposta	32	18
Anteposta	21	12
Total	180	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Parâmetro “tipo”

Tipo	Nº	%
Factual	94	94
Eventual	5	5
Contrafactual	1	1
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Parâmetro “localização”

Localização	N	%
Corpo do texto	146	81
Comentário na página	18	10
Citação no texto	16	9
Total	180	100

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Parâmetro “variedade”

Variedade	N	%
Portuguesa	144	80
Brasileira	36	20
Total	180	100

Fonte: Elaboração própria

Na primeira tabela, notamos que 70% das ocorrências encontradas no *corpus* são casos de orações concessivas pospostas; 18% são concessivas interpostas e 12% são concessivas antepostas. Portanto, tal frequência parece confirmar que a construção [embora que] se aproxima das locuções “apesar (de) que” e “se bem que” citadas por Neves (2011) como volumosas e, por isso, com tendência a aparecer em orações concessivas em posposição, com a função de adendo.

Na segunda tabela, é possível verificar que foi considerado para esse parâmetro um total de apenas 100 ocorrências. Isso se deu porque, nos outros 80 casos analisados, a construção [embora que] não estava presente em uma oração desenvolvida, mas ligava constituintes sentenciais. Nesse sentido, não faria sentido analisar a factualidade, a contrafactualidade ou a eventualidade da concessiva quando não há uma relação entre dois estados de coisas, duas proposições ou dois atos de fala, níveis descritos por Neves (2011).

Isto posto, das 100 ocorrências selecionadas, 94 representam casos de concessivas factuais, 5 são concessivas eventuais e apenas 1 é concessiva contrafactual. Tal número nos indica que a construção [embora que], neste ponto, tem mais em comum com a conjunção “embora” do que com locuções como “mesmo que”, “ainda que” e “nem que”, mais frequentemente selecionadas para a expressão da contrafactualidade. No entanto, é preciso relativizar essa afirmação se considerarmos que o *Corpus* NOW é composto por textos oriundos de revistas e jornais eletrônicos, os quais já apresentam a tendência de veicular conteúdo factual. Em

vista disso, é difícil discernir com precisão se a maioria das ocorrências são factuais porque são sinalizadas por [embora que] ou se isso ocorre devido ao gênero textual que constitui o *corpus*. Infelizmente, averiguar a fundo essa questão demandaria a constituição de um novo *corpus* tão extenso quanto o NOW, mas com diversos gêneros textuais, o que está muito além do escopo deste estudo. Assim, preferimos manter nossa posição de que o número expressivo de ocorrências factuais é um indício da semelhança semântica entre “embora que” e “embora”, confirmando a afirmação de Barreto (1999) de que aquela é uma variante desta.

A terceira tabela apresenta a quantidade de ocorrências que foram encontradas no corpo do texto (81% das ocorrências); nos comentários na página (10% das ocorrências); ou em uma citação no texto (9% das ocorrências). Diante dessa frequência, o questionamento sobre se de fato poderíamos considerar as ocorrências colhidas do *corpus* como representantes da língua falada foi respondido, já que, realmente, as ocorrências que poderiam ser associadas à modalidade falada refletem a minoria dos casos: apenas 19% deles.

Enfim, na quarta tabela, relativa ao parâmetro “variedade”, consta que 80% das ocorrências pertencem à variedade portuguesa, enquanto apenas 20% são exemplares da variedade brasileira da língua. Diante disso, vislumbramos um argumento em favor da hipótese de que a construção [embora que] no português contemporâneo não é fruto de uma inovação a partir da analogia com outras construções como [ainda que] e [mesmo que], pois isso seria plausível apenas se a maioria das ocorrências fosse representante da variedade brasileira. Ao contrário, a hipótese que nos parece mais robusta é aquela que explica o uso de [embora que] como um resquício de uma fase anterior na trajetória de mudança de “em boa hora” em direção a “embora”, conservada marginalmente na língua falada, como defende Barreto (1999) e como demonstra a fase exploratória desta pesquisa, mas também na língua escrita.

Considerações finais

A seguir, retomamos as perguntas que guiaram a realização desta pesquisa e apresentamos as respostas obtidas.

- 1) Em termos de frequência, [embora que] pode ser considerada uma construção marginal no português contemporâneo? Sim. Apesar de não ter sido feito um estudo comparativo com as demais construções concessivas, termos encontrado apenas 180 ocorrências em um *corpus* de 1,4 bilhões de palavras respaldando essa afirmação. Além disso, o fato de a construção não ser mencionada em gramáticas importantes e de já ter sido considerada em pesquisas anteriores como pouco frequente também corrobora nossa posição.
- 2) Qual é o seu funcionamento atual? A construção [embora que] compartilha traços tanto de forma quanto de significado com as demais construções concessivas. Formalmente,

assemelha-se a construções como [ainda que] e [mesmo que] devido à presença de “que” e à construção [embora] devido à presença de “embora”. Já em termos de significado, ela se aproxima de construções mais volumosas, quando consideramos a preferência pela posposição, mas também se associa à construção [embora], se levarmos em conta que quase 100% das ocorrências analisadas são casos de concessivas factuais, prototipicamente demarcadas por [embora].

- 3) Como é possível explicar seu surgimento na língua portuguesa? A hipótese que parece ser mais plausível é a de que se trata da conservação de uma forma proveniente de um estágio anterior na trajetória de mudança de “em boa hora” para “embora”.
- 4) Como ela pode ser localizada em uma rede mais ampla de construções concessivas? A construção [embora que] é uma microconstrução instanciada pelo subesquema [Xque]_{concessivo}, que, por sua vez, é instanciado pelo subesquema de nível mais alto [Xque], o qual abarca também [Xque]_{causal}, [Xque]_{temporal} e [Xque]_{condicional}. No nível mais alto do recorte na rede construcional proposto por Silva (2019), estaria o esquema [Conec adv], com o qual a microconstrução [embora] também estabelece relação de herança.

Como última consideração deste capítulo, ressaltamos a importância da existência de bancos de dados tão extensos e fáceis de se manusear quanto o *Corpus* NOW e o *Corpus* do Português de maneira geral. Sem tal plataforma, este estudo provavelmente não poderia ter sido realizado, visto que as análises quantitativas e qualitativas empreendidas aqui só foram possíveis porque foi encontrado um número significativo de ocorrência com [embora que]. Isso não significa que o banco de dados não apresente problemas e limitações, nem que as interpretações propostas aqui não possam ser questionadas, tampouco que não haja lacunas nesta pesquisa que requerem uma investigação mais minuciosa e com novos parâmetros de análise. No entanto, esperamos ter jogado luz sobre o tema e contribuído de alguma maneira para a descrição funcional da língua portuguesa.

Referências

- BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOAS, H. C.; SAG, I. A. (ed.). *Sign-Based Construction Grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2012.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CROFT, W. Construction Grammar. *In*: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 463-508.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomacity in grammatical constructions. *Language*, v. 64, p. 238-501, 1988.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

LANGACKER, R. W. Constructions Grammars: Cognitive, Radical, and less so. *In*: IBÁÑEZ, R. M. *et al.* (ed.). *Cognitive Linguistics: internal dynamics and interdisciplinary interaction*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 101-159.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol. I: Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol. II: Descriptive Application*, Stanford: Stanford University Press, 1991.

MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos de português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROSÁRIO, I. C. *Expressão da concessividade em construções do Português do Brasil*. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, T. S. *A formação de conectores concessivos e concessivo-condicionais instanciados pelo esquema [Xque] em português: uma análise construcional de mudança*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Construcionalização e mudanças construcionais*. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Vozes, 2021.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. United Kingdom: Oxford University Press, 2013.

FRONTEAMENTO EM ORAÇÕES ADVERBIAIS TEMPORAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DO INGLÊS

Vanessa Leme Fadel Steinhäuser
André Luis Antonelli

Introdução

Analisando o frenteamento de constituintes na língua inglesa, Haegeman (2012, p. 195) observa que, em orações temporais centrais introduzidas pelo operador temporal “when” (em português, *quando*), um argumento não pode ser topicalizado para a periferia da sentença, como pode ser visto em (1).

(1) **[When] **her regular column** she began to write last year, I thought she would be OK*

Em inglês, somente adjuntos podem aparecer na periferia de orações temporais centrais, como ilustrado em (2) (HAEGEMAN, 2012, p. 217).

(2) *When **last year** she began to write her regular column, I thought she would be OK.*

No português brasileiro (PB), ao contrário do inglês, tanto o frenteamento de argumentos (3) quanto o de adjuntos (4) é gramatical.

(3) *Quando **um outro livro** ela publicar novamente, voltará a ficar famosa.*

(4) *Quando **no mês passado** Stephenie Meyer publicou a continuação da Saga Crepúsculo, os fãs enlouqueceram.*

Para explicar esse fenômeno no inglês, Haegeman (2012) sugere que o movimento do argumento para a periferia da sentença causa o bloqueio do alçamento do operador temporal “when” de TP para CP nas orações temporais centrais. Adotando as premissas da autora, este trabalho busca esclarecer as motivações que levam o PB a ter um comportamento distinto ao do inglês. Para tal intento, propõe-se que, em português, quando há frenteamento de argumento em orações temporais centrais introduzidas por “quando”, o elemento fronteado é na verdade um constituinte que nasceu diretamente na periferia à esquerda, sendo retomado por um elemento resumptivo. Sugerimos aqui que esses sintagmas, fruto de deslocamento à esquerda clítica, podem ser retomados ou por um pronome visível ou por um pronome nulo. Isso se justifica mediante o fato de o português ser uma língua de objeto nulo (RAPOSO, 2017; CYRINO, 1994).

De modo geral, o encaminhamento analítico proposto nesse capítulo segue a mesma linha de pensamento do trabalho de Steinhauser e Antonelli (2020), em que se defende a existência de frondeamento de argumento em orações centrais condicionais graças ao processo de CLLD. Tomada essa análise como ponto de apoio, propõe-se, neste capítulo, que a possibilidade de frondeamento de argumento em orações temporais centrais do PB também decorre do processo de deslocamento à esquerda clítica (CLLD). Devido ao constituinte frondeado nascer na própria periferia, e não se movimentar para uma posição mais alta, o operador temporal consegue se movimentar para CP.

O presente capítulo encontra-se organizado da seguinte maneira. Inicialmente, a fim de apresentar nossos pressupostos teóricos, apresentamos uma discussão sobre frondeamento na periferia à esquerda na língua inglesa e a existência de objeto nulo no PB. Na sequência, o trabalho volta o seu olhar para a análise propriamente dita, trazendo as evidências que justificam a proposta defendida. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

Fronteamento de argumento em orações centrais temporais inglesas

Haegeman (2012, p. 195) mostra que, em orações adverbiais temporais do inglês, um elemento “wh” frontal não pode antepor-se a um argumento deslocado (5), contudo pode manifestar-se à esquerda de um adjunto periférico (6). Já em línguas românicas como o francês (7), um elemento “wh” pode anteceder um argumento oriundo de CLLD.

(5) **[When] her regular column she began to write last year, I thought she would be OK.*

(6) *[When] last year she began to write her regular column, I thought she would be OK.*

(7) *[Quand] cette chanson je l'ai entendue,*

Partindo de uma visão cartográfica da periferia da sentença (RIZZI, 1997), Haegeman explica esse padrão defendendo que argumentos frondeados criam ilhas, ou seja, estruturas sintáticas que impedem o movimento de outro elemento. Assim, a ocorrência de um argumento frondeado em uma projeção TopP bloqueia o movimento do operador “wh” para a periferia da sentença, fazendo com que a oração (5) seja agramatical. Essa proposta é esquematizada em (8).

(8) $*[{}_{\text{ForceP}} \text{Wh}_i [{}_{\text{TopP}} \text{XP}_s [{}_{\text{TP}} \dots t_s \dots t_i]]]$

Por outro lado, um adjunto e um constituinte fruto de CLLD não funcionam como ilhas e, por extensão, não impossibilitam o movimento do operador “wh”. Isso ocorre porque tanto adjuntos quanto argumentos de natureza CLLD são constituintes gerados diretamente na periferia da

sentença (CINQUE, 1990). Em (9) e 10, temos representações estruturais para os exemplos (6) e (7), respectivamente.

(9) $[_{\text{ForceP}} \text{Wh}_i [_{\text{TopP}} \text{XP}_{\text{adj}} [_{\text{TP}} \dots t_i]]]$

(10) $[_{\text{ForceP}} \text{Wh}_i [_{\text{TopP}} \text{XP}_{\text{CLLD}} [_{\text{TP}} \dots t_i]]]$

Haegeman também discute a distinção de comportamento entre orações adverbiais centrais e periféricas. Segundo a autora, as cláusulas adverbiais centrais (5) modificam o tempo do evento expresso na oração principal e estão integradas à oração principal. Por outro lado, as periféricas são aquelas orações que não são sintaticamente integradas, isto é, não são derivadas por um operador modificador, trazendo assim uma proposição que servirá apenas como pano de fundo para a cláusula associada. Haegeman (2012) assume que orações adverbiais periféricas não estão de fato embutidas dentro uma cláusula matriz. Para se ilustrar isso, o exemplo (11) (HAEGEMAN, 2012) traz uma oração adverbial periférica na qual o operador “while” não é um operador modificador temporal.

(11) *While the lawsuit [challenging the legitimacy of lethal injection, lh] probably won't stop the use of lethal injection altogether, it will certainly delay its use while the Supreme Court decides what to do.*

Haegeman mostra que, nas periféricas, é possível o frenteamento de argumento para a periferia da sentença (12), ao contrário do que ocorre nas temporais centrais (HAEGEMAN, 2012).

(12) *His face not many admired, while his character still fewer felt they could praise.*

A autora apresenta ao menos duas possibilidades explicativas para sentenças como (12). Em uma delas, assume-se que as temporais periféricas não são introduzidas por um modificador temporal e, portanto, não há deslocamento de nenhum tipo de operador. A outra opção é assumir que o operador temporal é concatenado diretamente no sistema CP, sem passar por uma operação de movimento. Em ambos os casos, não se tem o deslocamento de operador por sobre um argumento frenteado, o que explicaria a gramaticalidade de (12).

Objeto nulo no português brasileiro

De acordo com Raposo (2017), a possibilidade de objeto nulo semanticamente definido é uma das características que diferenciam o português brasileiro das outras línguas românicas. Uma construção com topicalização, como (13), parece ser possível apenas no PB, já que outras línguas, como o francês, o castelhano ou o italiano, precisariam preencher a posição posposta ao verbo com um pronome resumptivo definido, retomando o elemento mencionado anteriormente. Esse padrão de retomada clítica pode ser visto em (14).

(13) *Esse livro, eu só comprei _____ porque estava barato.*

(14) *Este livro, solo **lo** compré porque era barato.*

As ocorrências descritas acima mostram que, em (13), tem-se um exemplo de topicalização, enquanto, em (14), há um exemplo de deslocamento à esquerda clítica (CLLD), já que há um clítico fazendo a retoma pragmática e discursiva do elemento que aparece em uma posição à frente da sentença.

É válido ressaltar ainda que o CLLD pode aparecer não apenas nas línguas românicas europeias, mas também em certos registros formais (sobretudo escritos) do PB. Isto posto, tanto o PE como o PB aceitam CLLD. Um exemplo de CLLD no PB pode ser visto em (15).

(15) *Esse livro, eu só **o** comprei porque estava barato.*

O pronome clítico resumptivo “o” faz a retomada semântica do elemento que vem deslocado na periferia à esquerda. Isso prova que, no PB, pode haver objeto visível ou nulo, em casos de CLLD.

É importante destacar que a possibilidade de objeto nulo pode se dar não apenas com a presença de um tópico estrutural como em (13), mas também com a ocorrência de tópicos pragmáticos. Sobre isso, Raposo (2017, p. 42-43) traz a seguinte consideração:

O português brasileiro é a única língua romântica que admite orações em que pura e simplesmente não existe expressão fonológica para o objeto direto semanticamente definido, nem mesmo através de um tópico estrutural, e em que este é identificado através de uma entidade saliente do contexto extralinguístico, a que podemos chamar de “tópico pragmático”.

Essa possibilidade de objeto nulo sem a presença de um tópico estrutural, apenas tomando como referência a pragmática, pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: caso um grupo de jovens estivesse falando em uma roda de conversa sobre o preço dos livros em um determinado *site*, seria possível empregar a omissão fonológica do objeto (16) em detrimento de sua explicitação (17), sem prejuízos para a compreensão da comunicação.

(16) *Eu só comprei porque estava barato.*

(17) *Eu só **o** comprei porque estava barato.*

Já em outras línguas, como é o caso do francês, castelhano e italiano, a identificação do objeto deve vir explicitamente visível. Isso pode ser visualizado no exemplo a seguir.

(18) *Yo solo **lo** compré porque estaba barato.*

Raposo (2017) declara também que o objeto nulo não ocorre apenas em construções em que há um tópico estrutural ou pragmático no PB. O autor enfatiza que esse fenômeno pode se dar com um DP posicionado em uma posição argumental, seja na mesma frase em que há o objeto nulo, ou em uma outra, pertencente ao mesmo discurso. Veja os exemplos dados por Raposo (2017, p. 43) para a possibilidade de objeto nulo e de CLLD no PB:

(19) *Falávamos sobre o livro e as nossas tentativas de comprar _____ na FNAC.*

(20) *Alguém me falou sobre esse livro. Acho que vou comprar _____ na FNAC.*

(21) *Falávamos sobre o livro e as nossas tentativas de o comprar na FNAC.*

(22) *Alguém me falou sobre esse livro. Acho que o vou comprar na FNAC.*

Ocorrências como (19) e (20) seriam agramaticais em outras línguas românicas, dada a necessidade de se retomar o elemento por um pronome resumptivo por meio de CLLD, como pode ser visto em Raposo (2017, p. 44):

(23) *Hablamos sobre el libro y nuestras tentativas de comprarlo en la FNAC.*

(24) *Alguien me habló sobre ese libro. Creo que voy a comprarlo en la FNAC.*

Tomando como embasamento teórico essas discussões, busca-se agora refletir sobre a constituição do objeto nulo no português brasileiro. Para tanto, toma-se como aparato teórico o trabalho de Cyrino (1994), em que ela discorre sobre o percurso diacrônico que motivou a ocorrência e a disseminação dessa variante no PB.

Em sua tese de doutorado, Cyrino (1994) revela que as diferenças entre o PB e o português europeu (PE), quanto ao fenômeno “objeto nulo”, vinculam-se a mudanças na fixação de parâmetros, como resultado de uma mudança diacrônica. Cyrino aponta que a mudança diacrônica envolvendo o objeto nulo no PB se dá em três fases.

A princípio, houve uma mudança fonológica no século XVII, o que fez com que os falantes dissessem a mesma mensagem com ou sem o uso dos clíticos ao se aludir à terceira pessoa — em elipses sentenciais. Essa possibilidade levou o falante a escolher a “inaudibilia”, já que evitava a necessidade de se preocupar com regras de colocação pronominal. De certa forma, isso propiciou o desenvolvimento da segunda fase, em que há um crescente uso da elipse sentencial, já no século XVIII. Nesse momento, nota-se “um maior número de estruturas onde o que se ‘ouve’ é a elipse” (CYRINO, 1994, p. 200).

Na sequência, no século XIX, o emprego de objetos nulos específicos com antecedente [-animado] e de elipses sentenciais pelas crianças apontam para “o aumento na opção ‘nulo’ vs. ‘clítico’” (CYRINO, 1994, p. 200). Nesse momento, tem-se também, conforme a autora, o

alçamento do pronome tônico como possibilidade de substituição do clítico para desempenhar a função de objeto. Essas mudanças ao longo da história revelam que,

[...] em PB, devido a uma alteração fonológica e à escolha de uma das opções oferecidas pela sintaxe da língua, obscureceu-se a evidência positiva necessária para a criança determinar a gramática. A partir da falta de evidência robusta, a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e, conseqüentemente, houve uma mudança no paradigma pronominal da língua. (CYRINO, 1994, p. 200-201).

Tal mudança de ordem paramétrica pode ser observada também na alteração do paradigma pronominal do século XX, em que “não existe mais o clítico neutro, este sendo substituído pelo objeto nulo, e os outros clíticos de 3ª pessoa sendo substituídos também, ou pelo objeto nulo, ou pelo pronome tônico.” (CYRINO, 1994, p. 201).

Talvez essa maior amplitude de opções para o uso de objeto nulo faça com que os processos de Topicalização e CLLD se confundam no português brasileiro, diferentemente do que acontece em outras línguas. Isto posto, na próxima seção nos propomos a discutir a possibilidade de fronteamto de argumento no PB, baseando nossa análise na estreita relação estabelecida entre a existência de objeto nulo e o fenômeno de deslocamento à esquerda clítica.

Análise e discussão

Na seção anterior, foram apresentados os pressupostos teóricos de Haegeman (2012) para explicar a impossibilidade de se frontear argumentos em orações temporais centrais na língua inglesa. Os exemplos mostrados evidenciaram com clareza a distinção existente entre o fronteamto de argumento por topicalização no inglês e por CLLD em línguas românicas.

Haegeman (2012) entende que, nas temporais centrais, o fronteamto de argumento cria uma ilha, isto é, uma estrutura sintática que bloqueia o movimento do operador “when” de TP para CP, fazendo com que a sentença se torne agramatical, a exemplo da oração vista em (25) (HAEGEMAN, 2012, p. 199). Assim, a proposta da autora é a de que a topicalização de um argumento gera um efeito de intervenção para o movimento do operador da sentença central temporal, isto é, do “when”.

(25) **When this song I heard,*

Tomando essas premissas como ponto de partida, a derivação de uma sentença agramatical como (25) passaria pelas seguintes etapas. Em um primeiro momento, o tópico “this song” necessita se mover para uma posição periférica acima de TP, como esquematizado em (26).

(26) [_{CP} this song_i [_{TP} I heard *t_i* when]]

Feito isso, o operador “when” deve se deslocar para a periferia sentencial, contudo, em virtude do fracionamento anterior, o operador precisa cruzar a ilha formada pelo argumento topicalizado, desencadeando assim um efeito de intervenção que inviabiliza o processo de derivação da oração temporal.

(27) *_{[CP when_j this song_i [_{TP} I heard _{t_i} _{t_j}]]}

Dada esta impossibilidade de se topicalizar argumentos, na periferia à esquerda de orações temporais centrais inglesas, apenas adjuntos são permitidos, como pode ser visto em (28) (HAEGEMAN, 2012, p. 195). Isso ocorre em razão de tais constituintes nascerem diretamente na periferia da oração, não sendo, portanto, um impedimento para o movimento do operador temporal “when”.

(28) *When last year she began to write her regular column, I thought she would be OK.*

Na seção de fundamentação teórica, viu-se também que o fracionamento de argumento fica reservado ao deslocamento à esquerda clítica das línguas românicas, já que, nesse processo, o argumento nasce na própria periferia à esquerda (CINQUE, 1990) e é retomado por um pronome resumptivo. Desse modo, assim como os adjuntos, elementos CLLD não bloqueiam o movimento de operadores temporais, como pode ser visto em (29) (HAEGEMAN, 2012, p. 195).

(29) *Quand cette chanson je l'ai entendue,*

Como particularidade, pode-se afirmar ainda que, com base nos exemplos retirados de Haegeman (2012), bem como na explicação de Raposo (2017) sobre o comportamento das línguas românicas, percebe-se que línguas como o francês, o castelhano ou o italiano precisam preencher a posição posposta ao verbo com um pronome resumptivo definido para materializar a correferência semântica com o elemento CLLD. O português, por outro lado, admite retomada feita por elemento invisível, dada a existência de objeto nulo no PB.

Em virtude de o português brasileiro apresentar a possibilidade de objeto nulo, investiga-se agora por que o fenômeno de fracionamento de argumento em orações temporais centrais comporta-se de forma distinta ao da língua inglesa, dado que os argumentos no PB podem aparecer na periferia à esquerda de orações temporais centrais com ou sem a retomada pronominal, como pode ser visto nos exemplos a seguir.

(30) *Quando o João eu vi no mercado, gritei de alegria.*

(31) *Quando o João_i eu vi **ele**_i no mercado, gritei de alegria*

(32) *Quando o João_i eu **o**_i vi no mercado, gritei de alegria.*

Essa possibilidade de fracionamento de argumento na periferia à esquerda de orações temporais centrais faz com que a “topicalização” sem retomada resumptiva visível do PB se distancie da topicalização do inglês e se aproxime da CLLD das línguas românicas. Contudo, como já visto, o fenômeno de CLLD exige a presença de um pronome de retomada, o qual nem sempre aparece visível no PB.

Assim sendo, ao se considerar essas discrepâncias, surgem as seguintes perguntas: por que o português permite o fracionamento de argumento na periferia à esquerda de orações centrais temporais encabeçadas por um operador temporal, sendo que, no inglês, isso não é gramatical? O constituinte fracionado se movimenta para a periferia (topicalização) ou nasce diretamente no sistema CP, tal como o processo de CLLD, mas sem ser retomado por um pronome visível? Essas duas hipóteses são ilustradas em (33) e (34).

(33) a. Hipótese 1: o argumento é movido de uma posição interna ao TP

b. $[_{CP} XP_i [_{TP} \dots t_i \dots]]$

(34) a. Hipótese 2: o argumento é gerado no sistema CP e é retomado por um pronome nulo.

b. $[_{CP} XP_i [_{TP} \dots pro_i \dots]]$

Caso a primeira hipótese fosse adotada, seria necessário rejeitar a proposta de Haegeman (2012) para o PB, visto que, nas premissas da autora, o movimento do argumento para a periferia da sentença por processo de topicalização impediria a passagem do operador temporal para o domínio de CP. Nesse sentido, incorporar a primeira hipótese seria o mesmo que anular a existência de um princípio universal em que o alçamento do operador temporal é barrado em cenários em que a topicalização se faz presente.

Por outro lado, a segunda hipótese possibilita uma leitura mais “global” acerca da proposta de Haegeman (2012), mostrando assim um princípio universal entre as línguas, o qual estaria relacionado ao bloqueio do operador temporal ocasionado pelo movimento do argumento para uma posição periférica no sistema CP. Isto posto, a incorporação da segunda hipótese abre espaço para entendermos que o que aparenta ser um caso de violação no PB nada mais é do que uma ocorrência de tópico CLLD (retomado por um pronome nulo), e não uma estrutura de topicalização.

Como já mencionado por Cyrino (1994), atualmente, vê-se o desuso dos clíticos em razão do crescente emprego de pronomes tônicos ou ainda da inaudibilidade do objeto. Ademais, a existência de objeto nulo no PB pode também justificar o motivo pelo qual os processos de Topicalização e CLLD se confundem no português brasileiro. Essa obscuridade não se faz presente no inglês graças às restrições impostas pela língua aos processos de elipse (seja de sujeito, seja de objeto), o que faz com que, lá, seja mais evidente a topicalização de elementos.

De modo geral, a discussão feita aqui permite concluir que, em orações centrais temporais introduzidas por um operador visível, o argumento fronteado é um tópico CLLD, isto é, um constituinte gerado diretamente na periferia da sentença e retomado por um pronome correferente situado no interior de TP. Além disso, constatou-se que esse pronome resumptivo pode ser um pronome clítico (32), tônico (31) ou ainda um objeto pronominal nulo (30).

Considerações finais

Este trabalho pautou-se em um encaminhamento analítico bastante semelhante ao feito em estudos anteriores (STEINHAUSER; ANTONELLI, 2020) sobre os argumentos fronteados na periferia à esquerda de orações condicionais centrais no PB. Tomando uma mesma linha de pensamento, o presente capítulo voltou-se às orações temporais centrais, de modo a mostrar que o fronteamento de argumento nessas estruturas também se dá por meio de deslocamento à esquerda clítica, com retomada pronominal visível ou nula.

Fazendo um paralelo entre o comportamento desse fenômeno no inglês e no português brasileiro, constataram-se algumas diferenças. Enquanto, na língua inglesa, o fronteamento de argumento não é possível em orações centrais temporais introduzidas pelo operador “when”, no PB, a gramaticalidade é atestada.

De modo a averiguar o motivo dessa discrepância, buscaram-se algumas hipóteses preliminares pautadas na seguinte pergunta: nessas estruturas do PB, tem-se *clitic left dislocation* ou topicalização? Para se chegar a uma resposta, assumiu-se que o processo de restrição proposto por Haegeman (2012) para o inglês aplica-se também ao PB, isto é, em orações temporais centrais, o fronteamento de argumento bloqueia qualquer tipo de movimento para a periferia da sentença, barrando a passagem do operador temporal “when” de TP para CP.

Isso possibilitou a rejeição da hipótese de topicalização, mostrando que os argumentos fronteados sem retomada pronominal em português, ao invés de serem entendidos como casos de topicalização, devem ser interpretados como tópicos CLLD. Contudo, diferentemente do comportamento de outras línguas românicas, o português brasileiro permite que, nas adverbiais temporais, o argumento fronteado seja retomado por uma forma pronominal visível ou por uma forma pronominal nula. Independentemente do modo como o elemento fronteado é resgatado, o fato é que, no PB, esse constituinte fronteado nasce na periferia da sentença, não sendo um empecilho para o movimento do operador temporal de TP para CP.

Em suma, toda a discussão proposta nesse trabalho indica que o PB não é uma exceção para a proposta de Haegeman (2012), dado que a variante brasileira do português funciona de maneira análoga às demais línguas românicas que permitem CLLD nas orações temporais centrais. O que torna o PB distinto de outras línguas é a possibilidade do elemento resumptivo

assumir a forma nula, o que se dá em decorrência do processo diacrônico de erosão clítica que permeia a história do português brasileiro.

Referências

CINQUE, G. *Types of A' dependencies*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo do português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

HAEGEMAN, L. *Adverbial clauses, main clause phenomena, and composition of the left periphery: The cartography of syntactic structures*. New York: Oxford University Press, 2012.

RAPOSO, E. P. Objectos nulos e CLLD: uma teoria unificada. *Revista da ABRALIN*, v. 3, n. 1/2, 2017.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Springer, 1997. p. 281-337.

STEINHAUSER, V. L. F.; ANTONELLI, A. L. Argumentos fronteados na periferia à esquerda de orações condicionais centrais no PB: um processo de *clitic left dislocation* com retomada pronominal visível ou nula. *Revista Muitas Vozes*, v. 9, n. 1, p. 127-143, 2020.

Terceira parte

Estudos Filológicos do Português

ANÁLISE PALEOGRÁFICA COMO BASE PARA ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA: DOCUMENTAÇÃO SEISCENTISTA DO BRASIL HOLANDÊS

Antonio Ackel

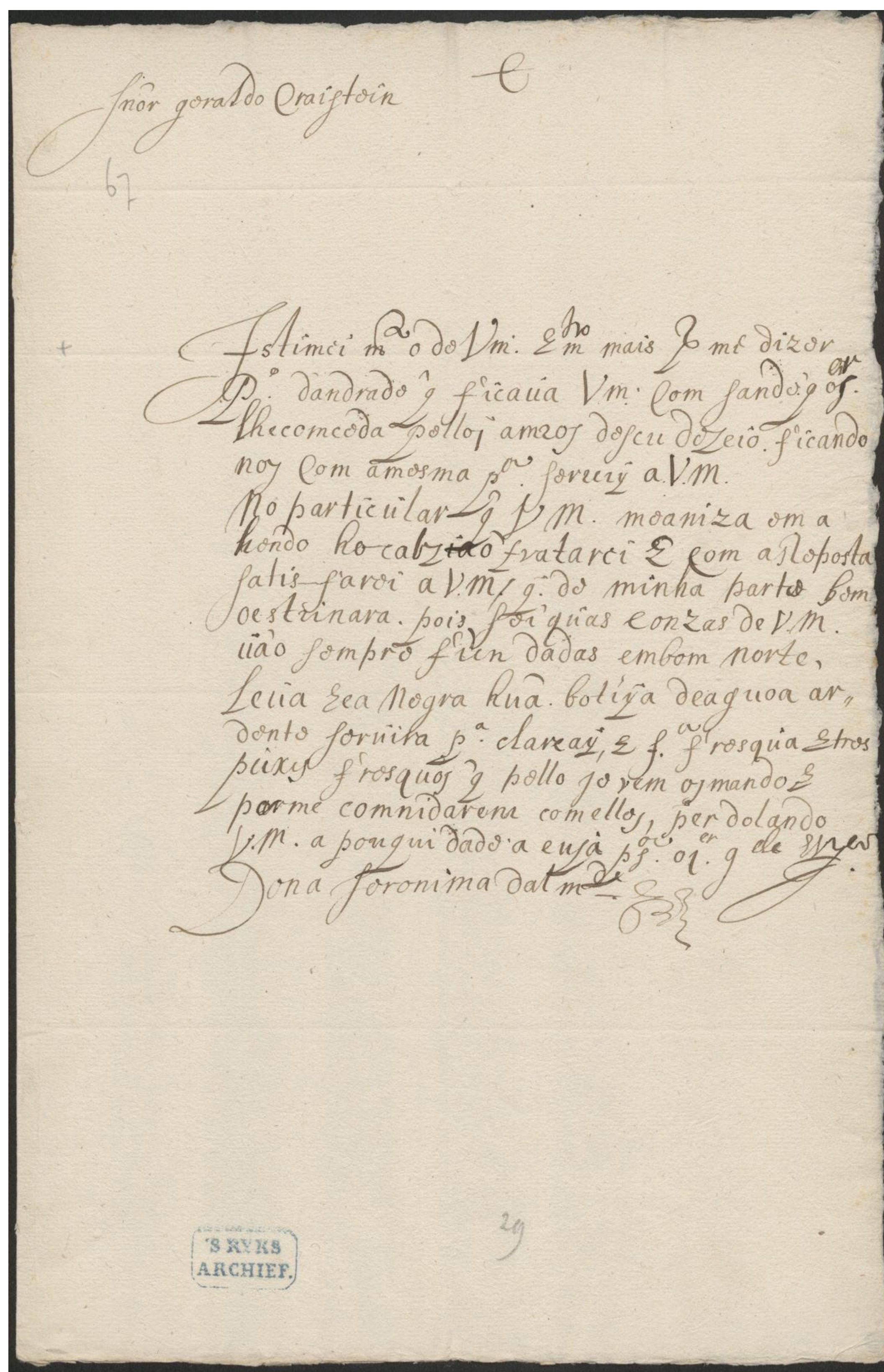
Introdução

Este texto apresenta parte um estudo paleográfico de maior escopo de dois manuscritos pertencentes a uma coleção de documentos inéditos relacionados ao período da colonização holandesa no Brasil (1637-1654). Considerando-se conceitos de prática da escrita social e teorias e métodos de paleografia, aventam-se questões sobre influências de formas de escrita holandesa sobre a portuguesa praticada no Brasil colonial.

Dada a extensão do presente e para ilustrar o que é proposto, serão utilizados como exemplo dois documentos em português. Ambos são concebidos (mas não escritos) pelas mesmas pessoas: Dona Jeronima d'Almeida, uma mulher que participou ativamente desse período da história e seu irmão, Bartolomeu Luis d'Almeida.

O primeiro manuscrito (Ms. VOC_006) é uma cópia de um relato de Dona Jeronima que, dentre todas as informações nele contidas, afirma não saber ler nem escrever. Foi elaborado pelo secretário holandês van Gronensteijn e contém os nomes dos irmãos como assinantes do documento. O segundo (Ms. VOC_004), que pode ser observado na figura a seguir, é um documento original e, pelos estudos que nele têm sido desenvolvidos, pode ter sido escrito por Dona Jeronima, fato raro para a época (LABALME, 1984; BÖTTCHER, 2013). Tal possibilidade leva a questões sobre autoria material e intelectual. É assinado primeiro por Dona Jeronima e há uma rubrica de seu irmão que parece ter sido feita por ela.

Figura 1 – Reprodução fac-similar do Ms. VOC_004



Fonte: Arquivo da Casa Real

Refletindo-se acerca de graus de domínio da técnica de escrita, por meio de uma comparação entre os dois manuscritos, destacam-se formas gráficas elaboradas no Ms. VOC_004. As características de escrita encontradas nesse documento revelam marcas de possíveis desconhecimentos de padrões ortográficos, por consequência, certa inabilidade na escrita alfabética, como fenômenos de mudança fonética e fonológica, aspectos morfológicos, além de pouca habilidade caligráfica.

No entanto, causa estranheza o mesmo manuscrito demonstrar que a sua possível autora material parecia possuir especial capacidade de composição harmônica textual no que se refere, por exemplo, à distribuição de margens, regramento, conhecimentos formulaicos como utilização de capital no início do texto, de abreviaturas, de padrões de saudação e encerramento, de ornamentações de caudas e outros fenômenos morfológicos.

Para dar conta das indagações que têm surgido no desenvolvimento da pesquisa, que inclui essa seleção de documentos como objeto de estudo, compreende-se que a paleografia é ciência primeira e indispensável para investigações científicas que trabalham com manuscritos. Como afirmou Petrucci (1979), um estudo de paleografia pode ser realizado sem a história da cultura escrita, no entanto, esta não pode ser construída sem a primeira.

Castillo Gómez e Sáez (1994) corroboram a afirmação de Petrucci (1979), afirmando que a paleografia não é simplesmente a ciência que estuda as escrituras antigas, mas uma disciplina renovada que considera o estudo global da história dos usos e práticas da escrita. Portanto, é a história dos signos gráficos e também dos usos e das práticas da escrita.

Dessa forma, serão observadas características paleográficas na escrita do manuscrito de Dona Jeronima¹ com intuito de correlacioná-lo a outros documentos de uma mesma tipologia (BELLOTO, 2008), pertencentes ao mesmo fundo arquivístico para que se possa futuramente investigar práticas de escrita de autores pouco familiarizados com a educação formal, em oposição a autores escolarizados.² Por ora, inicia-se com uma comparação entre os dois documentos.

Busca-se, portanto, uma análise fundada na paleografia de cunho social (PETRUCCI, 2002), que permita compreender as escrituras por meio do traço, da firmeza do punho, da cursividade da escrita, da forma da letra, da disposição textual, elaborados por participantes de uma sociedade marcada pelas tradições de uma cultura oral (MARQUILHAS, 2000), em oposição à cultura escrita, como é o caso do Ms. VOC_004.

Ao serem definidos tais objetivos, percebe-se que apenas uma descrição paleográfica comparativa, baseada na história da cultura escrita, não é suficiente para um entendimento das relações estabelecidas pelos autores dos documentos e o período que circunstancia sua produção. Dessa forma, a pesquisa que está em desenvolvimento já mostra caminhos mais complexos a serem enveredados na busca de informações linguísticas e sócio-históricas que possam somar-se ao trabalho almejado.

1 Os documentos estão disponíveis para consulta no Arquivo da Casa Real de Haia e fazem parte do inventário n. 44, sob ordenação: HaNA_VOC 1.03.01.01, nr. 224 e nr. 226

2 A educação formal no Brasil desenvolveu-se durante os três séculos de colonização e restringia-se, no início, a filhos de colonos e indígenas. O ensino era ministrado por jesuítas da Ordem fundada por Inácio de Loyola e tinha como objetivo a conversão religiosa. Baseada nos métodos educacionais da Idade Média – *Trivium* e *Quadrivium* – a educação consistia na maior parte das vezes no ensino de retórica e gramática (WEHLING; WEHLING, 1994).

Pretende-se, além de recuperar um patrimônio histórico desse período, contribuir para fundamentar teoricamente pesquisadores que buscam novos olhares e estejam comprometidos com outras ciências, expandindo as possibilidades de análise e teorização acerca desse período da história do Brasil.

Entende-se que todo o material transcrito pode constituir-se futuramente em fonte para pesquisas não só pertinentes ao âmbito dos estudos da história da língua (considerando a constituição de um corpus para estudos futuros da história da língua portuguesa), como também para pesquisas em áreas afins, uma vez que se trata de correspondências até então não publicadas entre pessoas que viveram no Brasil na época de sua colonização holandesa.

A pesquisa a que se relaciona este texto busca ir além das funções filológicas subjetiva e adjetiva (SPINA, 1977). Aspira-se desempenhar aquela função que Segismundo Spina chama de transcendente, “que faz com que o texto deixe de ser um fim em si mesmo para transformar-se num instrumento que permite ao filólogo reconstruir a história da cultura de uma sociedade de determinada época” (SPINA, 1977, p. 76-77).

O fundo arquivístico

Os documentos que formam o objeto de estudo da pesquisa revelam majoritariamente mensagens trocadas entre pessoas que viviam no Brasil e na Holanda, durante o período de invasão do país estrangeiro em Pernambuco. Há outros oriundos de Portugal e Cidade do Cabo.

Dos trinta anos de combate nordestino e dos mais de quinhentos anos de resistência brasileira, os documentos selecionados (total de 98 fólios) restringem-se a um arco temporal que abrange os anos de 1637 a 1649. A documentação refere-se a assuntos como disputas de terras, comércio exploratório de bens naturais brasileiros, comércio de escravos. Todo o patrimônio documental está sob custódia do Arquivo da Casa Real de Haia, na Holanda.

No Fundo *Vereenigde Oostindische Compagnie*, podem ser encontrados aproximadamente 9.700 outros manuscritos relativos a esses anos, no entanto, a maioria está em língua holandesa. Os documentos estão em excelente estado de conservação, apenas dois fólios que fazem parte desse estudo apresentam rasgos nas extremidades e dificultam a leitura.

A ideia inicial de reunir tais documentos constitui-se pelo ineditismo da publicação e pela variada possibilidade de estudos decorrentes de suas transcrições.

A pesquisa a esse acervo iniciou-se por meio da consulta à obra *O Brasil em arquivos neerlandeses (1634-1654)*, de Marianne Wiesebron (2005). No livro, utilizado como catálogo oficial do arquivo holandês, a autora contextualiza brevemente o período de colonização e

relaciona toda a documentação disponível para consulta. A partir da relação de documentos catalogados, foram selecionados todos os produzidos em português e assim feita consulta ao Arquivo.

As informações inicialmente levantadas no contato com a documentação levam a uma primeira atividade filológica que se consubstancia na classificação do tipo documental, por meio de conhecimentos da ciência diplomática. Segundo Duranti (2015, p. 197), “[...] variações e presença ou ausência nas formas documentais existentes irão revelar a função administrativa dos documentos que manifestam aquelas formas”. Belloto (2008) chama de tipo documental a configuração de uma espécie documental, de acordo com as informações que foram produzidas em razão de uma determinada atividade.

Uma vez classificados todos os documentos usados na pesquisa, foi possível separá-los para que se procedesse com estudos mais específicos, como o caso de uma comparação que, por hipótese, poderia se configurar em uma tradição gráfica, como já observado.

Antes, porém, faz-se necessário isolar os documentos com que se vai trabalhar e contextualizá-los. Na próxima seção, apresenta-se uma síntese que representa tal atividade com o intuito de ilustrar a busca das relações entre formas grafemáticas e disposições textuais encontradas no manuscrito a partir do uso social da escrita (PETRUCCI, 1999; CASTILLO GÓMEZ, 1994) e a narrativa escrita, pela perspectiva dos autores, no decurso da história geral (GINZBURG; PONI, 1991; LEVI, 1989).

Perspectivas teóricas para estudo da coleção documental

Para que possam ser estudados os elementos que contribuam para a interpretação de fatos históricos e para que se possa compreender os fenômenos linguísticos indicados nos documentos, são considerados fundamentos teóricos da filologia baseados principalmente em Spina (1977, p. 19), quando este indica as funções dessa ciência que buscam explicar o texto apoiando-se “[...] em disciplinas auxiliares, por exemplo, filosofia, história...” e Castro (1997, p. 604), acerca do conceito de filologia quanto a suas “[...] funções e preocupações – aquelas mais de perto associadas à produção material e à existência histórica do texto escrito...”.

Com a intenção de estabelecer um texto fidedigno, que conserve características da escritura original, compreende-se a atividade filológica como ciência interdisciplinar que se apoia na aplicação metodológica de outras ciências, por exemplo, da paleografia e da história para uma melhor interpretação das informações preservadas nos documentos.

Neste trabalho, a definição de história é assumida como sendo uma série de acontecimentos e a narração dessa série de acontecimentos (VEYNE, 1971). Esse fenômeno é definido por Le

Goff (1992) como dualidade da história, quer dizer, a história como história-realidade e história-estudo dessa realidade.

Sob esse ponto de vista, torna-se necessário recorrer aos seguintes recortes (BURKE, 1992) para circunscrever a história a que esse trabalho se refere: i. recorte temporal, definido pelas datações cronológicas identificadas nos documentos, 1637 a 1649; ii. recorte espacial, circunscrito na região costeira do nordeste brasileiro; iii. recortes temáticos, que podem ser divididos entre história política, dos eventos, econômica e social.

Ainda, este trabalho, que também aborda estudos da cultura escrita, converge para a história do alfabetismo (LANGELI, 1996; LOBO; OLIVEIRA, 2012; PETRUCCI, 1979, 1999), que aborda invariavelmente a difusão social da escrita, também incluída no propósito de uma paleografia de caráter social.

O número de documentos que a pesquisa dispõe, no entanto, não é suficiente para uma análise que, por sua natureza, exige exaustividade quantitativa, uma vez que a difusão social da escrita é definida por Armando Petrucci, como calculável, quando diz que a capacidade de escrever representa uma “porcentagem numérica dos indivíduos que em cada comunidade estão em condições de empregar ativamente os signos do alfabeto” (PETRUCCI, 1999, p. 26).

Assim, a proposta de análise é a qualitativa e é iniciada com os registros de escrita feitos possivelmente por Dona Jeronima. Como afirma Langeli (1996), tal viés atua favoravelmente na concepção que se tem sobre a história do alfabetismo e até mesmo nas investigações quantitativas.

A partir de uma análise qualitativa da morfologia das letras manuscritas pode-se, por hipótese, compreender que erros, inconsistências e outras características que não são meras cópias imperfeitas realizadas pelo autor material, mas tentativas válidas de grafar palavras a partir de suas próprias ideias sobre a escrita, refletindo o nível de sua elaboração acerca do conhecimento ortográfico.

Ao consolidar características físico-caligráficas apontadas para o que Blanche-Benveniste (1993) atribui a *scripteurs maladroits*, Marquilhas (2000) desenvolve a noção do que traduziu como “mãos inábeis”, ampliando o conhecimento de investigações sobre documentação histórica em língua portuguesa. A partir de sua pesquisa sobre fatores externos à escrita que atuaram sobre “indivíduos pouco familiarizados com a língua escrita”, elenca critérios que sistematizam elementos gráficos de escrita que podem ser verificados em manuscritos de qualquer datação tópica ou cronológica.

Vale lembrar que, quando uma reduzidíssima percentagem da população tinha acesso à cultura das chamadas “elites intelectuais”, época como foi a Idade Média, a reconstituição dos

sistemas gráficos a partir de um corpus desta natureza tem mais um valor epistemológico do que real, mas, na verdade, o único processo de que dispomos para os estudar é um processo indireto, baseado na materialidade do manuscrito.

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), há um grande debate, ainda não terminado, em torno do entendimento que se tem sobre o termo “alfabetismo”. Em certas sociedades, saber reproduzir os sistemas ortográfico e numérico não é o bastante para conhecer profundamente a cultura escrita e atender a suas demandas. Para essas entidades, a aquisição de conhecimento e habilidade para o exercício pleno das práticas de leitura e escrita configuram um processo que se constrói ao longo da vida e que ocorre não somente em instituições de ensino (educação formal), mas também por meio da interação com outras pessoas e de atividades de natureza cultural realizadas no contexto social (educação não formal).

Houaiss e Villar (2001, p. 150) definem alfabetismo como “1 sistema de escrita que tem por base o alfabeto, em oposição aos sistemas ideográficos 2 estado ou qualidade dos que foram alfabetizados 3 nível de instrução primária”.

Neste texto, consociam-se as duas acepções do termo, na medida em que se compreende que as práticas de leitura e escrita são sociais e, portanto, derivam de considerações de ordem histórica e cultural (BARTON, 2004). Heath (2001, p. 319, tradução nossa³) reafirma o conceito, definindo as práticas como “ocasiões em que a língua escrita é essencial para a natureza das interações dos participantes e dos seus processos e estratégias de interpretação”.

Outro ponto que interessa a este trabalho, com relação às culturas oral e escrita, é a questão da autoria. Compreende-se como autoria material quando o autor do documento é o que concebe o texto e o que o escreve. No que se refere à autoria intelectual, o autor é somente aquele que concebe o texto e outra pessoa o escreve.

Não especificamente sobre esse assunto de autorias, mas sobre a prática de se escrever para outras pessoas, Petrucci (1999) discorre sobre a existência de um tipo característico de escreventes, que, em lugar e sob demanda de analfabetos, escreviam documentos. Ademais, esse grupo de pessoas não era constituído apenas por profissionais da área, mas por pessoas que pertenciam ao mesmo estrato social e cultural, como vizinhos e parentes.

O Ms. VOC_004 revela, como dito na introdução, que Dona Jeronima pode ter desempenhado o papel de autora material, quando teria escrito o texto do fac-símile apresentado no anexo 1 e de autora intelectual, quando ditou a seu irmão o texto manuscrito no outro documento, apresentado no anexo 2.

3 No original: “[...] occasions in which written language is integral to the nature of participants’ interactions and their interpretative processes and strategies”..

Considera-se numa primeira instância, a partir de comparações caligráficas e outras análises paleográficas utilizando os dois documentos, a real possibilidade de que Dona Jeronima tenha escrito o manuscrito que será analisado. É fato que outros estudos ainda serão desenvolvidos para defender essa hipótese.

A seguir, analisam-se dados que foram coletados sobre “a escrita de Dona Jeronima” e discorre-se sobre suas características paleográficas, sobre o método utilizado e sobre os resultados iniciais obtidos.

Dona Jeronima d’Almeida e a paleografia

É muito provável que as grandes personagens⁴, quer dizer, os representantes políticos e administrativos que produziram os documentos utilizados na pesquisa, por exemplo, Salvador Correa de Sá e Benevides (1594-1602), Andre Vidal de Negreiros (1606-1680), Antonio Telles da Silva (1590-1650) tenham tido sua formação ortográfica circunscrita no chamado “período etimológico”, influenciado essencialmente por propostas ortográficas como as de Duarte Nunes de Leão (1576), Pero de Magalhães Gândavo (1574) e Álvaro Ferreira de Vera (1631).

No entanto, a coleção de documentos torna-se ainda mais relevante, quando mostra outras figuras autorais que também produziram registros escritos, mas que não tiveram seus nomes destacados na história. A exemplo disso, toma-se Dona Jeronima d’Almeida⁵, personagem central desse texto e autora material do documento apresentado em versão fac-similar.

Pouco se sabe sobre essa mulher. Até o momento, foram encontradas algumas informações sobre sua vida e identidade. Na obra, *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*, Cabral de Mello relata:

Em 1637, após a queda de Porto Calvo, Rodrigo foi preso quando tentava passar a Salvador, regressando ao engenho. Em 1638, ele e sua mulher, d. Jerônima de Almeida, foram detidos por algum tempo, sob a acusação de conjura contra o domínio holandês e de abrigar campanhistas luso-brasileiros. [...] Em 1641, d. Jerônima de Almeida teve novamente problemas com o governo holandês, devido ao encontro ocorrido na casa-grande do Morro entre o diretor de Alagoas, Balthazar van de Voorde, e o escolteto de Porto Calvo, Gerard Crayenstein, com o capitão de campanhistas Paulo da Cunha Souto Maior. A esta altura, Rodrigo de Barros Pimentel achava-

4 O termo “personagem” está sendo empregado, segundo Foucault (1977, p. 125), para: “[...] mudar de escala, aumentar proporções, fazer aparecer o grão minúsculo da história, abrir ao cotidiano o acesso da narração. Para operar esta mudança é preciso, por um lado, fazer entrar na narrativa elementos, personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos que na maioria das vezes aí não têm lugar por carência de dignidade ou importância social; e é preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e sua monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens”.

5 Diante da diversidade de formas ortográficas encontradas em seu nome, optou-se por uma transcrição semidiplomática de sua assinatura no texto deste trabalho, em que o título não é abreviado; seu primeiro nome não leva acento; um apóstrofo será utilizado para indicar a supressão da letra e; a abreviatura de seu sobrenome é desenvolvida com letra maiúscula, ficando dessa forma, Dona Jeronima d’Almeida. Citada em outros trabalhos, como se verá, seu nome foi copiado como neles aparece.

se na Bahia. Em 1642, autoridade do governo do Recife visitou o engenho, tratando com d. Jerônima do pagamento da dívida do marido. (CABRAL DE MELLO, 2012, p. 57).

O holandês Gerard Crayenstein, citado acima, é o interlocutor de Dona Jeronima em seus dois manuscritos. Na coleção de documentos, encontra-se também uma carta de Gerard a ela.

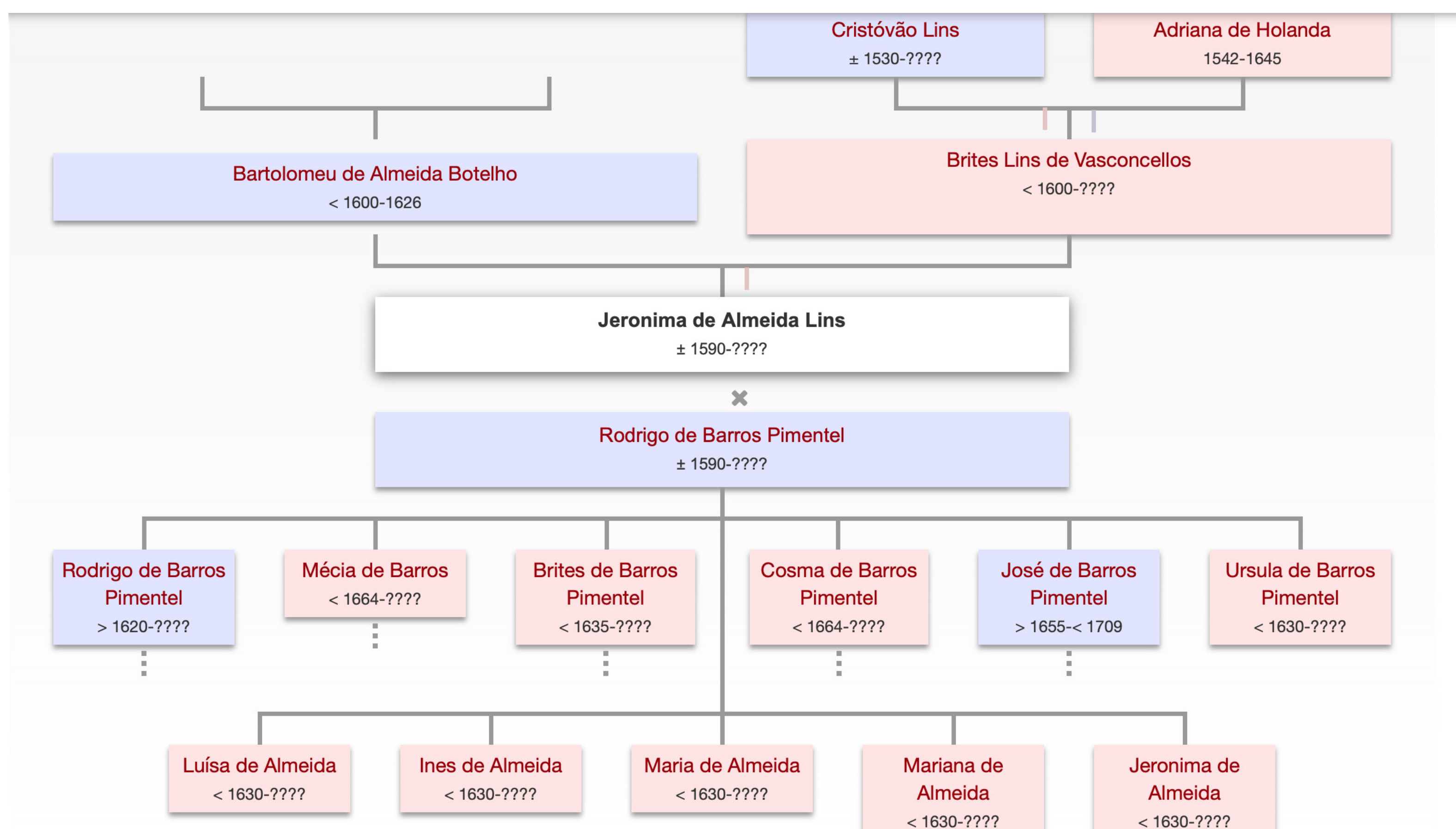
José Antonio Gonsalves de Mello, em *Diário de Pernambuco: Arte e Natureza no 2º Reinado*, faz também referência à mulher: “Rodrigo de Barros Pimentel, casado com D. Jerônima de Almeida, era senhor dos Engenhos de Morro e de Santo Antônio” (MELLO, 1985, p. 44).

Os *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (1926) apresentam uma grande relação das famílias nobiliárquicas de Pernambuco e citam Dona Jeronima.

D. Maria Accioli, casou com José de Barros Wanderley, digo, Pimentel, Capitão-mor da Villa do Porto Calvo, Senhor do engenho do Morro, filho de Rodrigo de Barros Pimentel e de sua mulher D. Jeronyma de Almeida, e da sua descendencia se trata em titulo de Barros Pimenteais. (ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1926, p. 14)

Fazendo uma busca pela internet, o *site* holandês <https://www.genealogieonline.nl/en/petroucic-genealogy/l113886.php> apresenta uma árvore genealógica em que seu nome aparece duas vezes, como mostra a figura 2. Pela provável datação cronológica e pelo cônjuge, Rodrigo de Barros Pimentel, já mencionado, pode-se afirmar que a autora a que este trabalho se refere seja a Jeronima de Almeida Lins, nascida por volta de 1590.

Figura 2 – Árvore genealógica de Dona Jeronima d'Almeida



Fonte: Extraído de <https://bit.ly/3bR68JV>. Acesso em: 24 jun 2021

É certo que a recuperação dos acontecimentos da vida de Dona Jeronima, além de oferecer pistas não só sobre sua vida, mas também sobre sua relação com a sociedade, permite igualmente aprofundar o conhecimento paleográfico que Petrucci propôs, em 1962, quando ampliou o escopo dessa ciência ao adicionar às quatro questões fundamentais da paleografia tradicional, que tratam da produção dos testemunhos escritos – o que, quando, onde e como –, duas novas perguntas: quem escreve e por que o faz?

Tais questionamentos resultaram em novos olhares e em uma transformação fundamental nos estudos paleográficos. Mais do que isso, mudou a concepção que até então se tinha sobre essa ciência, que segundo Petrucci (2002, p. IV, tradução nossa⁶) pode ser definida como uma disciplina que se ocupa “[...] da história da produção, das características formais, dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma determinada sociedade, independentemente das técnicas e materiais empregados”.

Assim, buscando compreender características formais da grafia no Ms. VOC_004, propõe-se adotar os critérios elaborados por Mallon (1952), Bischoff (1990), em que serão observados a morfologia das letras (a forma), o seu *ductus* (ordem de sucessão e sentido do traçado de uma letra), o ângulo (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita) e o módulo (dimensão das letras em termos de pauta).

⁶ No original: “[...] della storia della produzione, delle caratteristiche formali e degli usi sociali della scrittura e delle testimonianze scritti in una società determinata, indipendentemente dalle tecniche e dai materiali di volta in volta adoperati”.

Além disso, serão adaptados os termos expressos em Marquilhas (2000), como já referido anteriormente no que se relaciona a características internas do manuscrito, como segurança no traçado, regramento ideal, produção de abreviaturas, elementos de ligações e cursividade.

Esses critérios de análise buscam identificar conformidades que permitam validar uma transcrição textual, e dessa forma, o resultado serve de base para o entendimento de palavras, grafemas, alógrafos, abreviaturas.

No mais, importa dizer que o método utilizado insere-se no conceito de paleografia científica⁷, que também permite reconhecer os fenômenos fonético-fonológicos e morfológicos particulares de um documento, tais como, elisões, diferentes grafias, abreviaturas e pontuação.

Durante a análise das características de escrita de Dona Jeronima, houve a preocupação de tentar reconstruir o seu traçado, quer dizer, entender o percurso que sua mão fez com o instrumento e que resultou em determinada forma. Com isso, todos os exemplos deste trabalho mostram o mesmo método: o de retrazar os movimentos do autor, utilizando técnicas computacionais sobre a imagem digitalizada do documento original (ACKEL, 2020). O resultado desse processo é uma cópia o mais fiel possível da letra manuscrita como se mostra a seguir.

As habilidades de uma mão seiscentista feminina

De um modo geral, percebe-se que a possível autora material parecia possuir familiaridade com as práticas de escrita vigentes de sua época. Como é possível observar no fac-símile do anexo 1, segue-se o modelo de destaque do vocativo na parte superior do fólio com grande espaço até iniciar o texto, conhecido como mancha. Além disso, o texto apresenta o modelo de escrever ao lado direito do fólio, mostrando habilidade em manter a margem esquerda.

Nota-se, no entanto, ausência de regramento ideal da escrita. O termo refere-se à habilidade de se grafar em linha reta sem utilizar como referência uma pauta visível (MARQUILHAS, 2000). Sua escrita apresenta leve inclinação à direita.

Com fins à facilitação de reconhecimento das formas gráficas elaboradas no Ms. VOC_004, apresenta-se uma proposta de transcrição semidiplomática⁸, a seguir.

7 De acordo com Pérez Herrero e Rivero Suárez (2006), há tipos diversos de paleografia, como a paleografia de leitura ou paleografia prática, que pretende ensinar a ler corretamente os documentos. Trata-se de um primeiro nível elementar, colocado à margem de uma ciência auxiliar a serviço daquele que precisa ler um texto. Um segundo nível pode ser representado pela paleografia científica, também chamada paleografia crítica ou de análise. É sobre esta paleografia que também se baseia este trabalho.

8 Um dos objetivos da pesquisa é também refletir criticamente sobre normas de transcrição, no entanto este texto não abordará tais questionamentos. As regras de transcrição aqui utilizadas foram adaptadas da Comissão Internacional de Diplomática e podem ser acessadas em <https://cidipl.org>. Estão simplificadas da seguinte forma:

- O princípio geral da transcrição dos textos editados é o respeito escrupuloso pelo original, mantendo-se, por isso, a ortografia que se lê no documento.
- A transcrição é justalinear e segue numeração à esquerda a cada cinco linhas.
- O uso de letras maiúsculas e minúsculas, bem como a pontuação do texto, é transcrito de acordo com o original.
- Abreviações são mantidas.

- 1 Snõr gerald Craijstein
 Istimei mto de Vm: E mto mais p me dizer
 Pa d'andrade ^q f'icaũa Vm: Com Sande. q oSor
 lhe comceda pellos ' annos de Seu dezeio. f'icando
- 5 nos Com amesma pa. Seruiy a V.M.
 no particûlar ^q V M. meaniza em a
 hendo hocalziaõ tratarei E Com aResposta
 Satisf'arei a V.M. q'. de minha parte bem
 oestimara. pois sei qûas conzas de V.M.
- 10 ûão sempre f'ûndadas embom norte,
 Leũa Eea Negra huã. botiÿa deaguoar=
 dente Serûira pa. clareaÿ, E f.a f'resqûa Etres
 peixes f'resquos ^q pello jovem osmando p
 porme comnidarem com elles, perdolando
- 15 V. M. a poquidade a euja pa. S. o ler. gde
 Dona Jeronima dal mda_ e B

Aspectos gráficos do Ms. VOC_004 comparados com os do Ms. VOC_004

Supõe-se que, no Ms. VOC_004, o punho tenha usado como instrumento de escrita uma pena que, pelo traçado fino, possuía ponta fina e que não foi impressa tanta força para a execução caligráfica. Uma pressão maior com o instrumento sobre o suporte pode ser observada, por exemplo, na finalização de caudas, como na palavra *pellos*, digitalizada na figura 3, em que a cauda do /p/ e do /s/ têm um traçado mais grosso do que as outras letras.

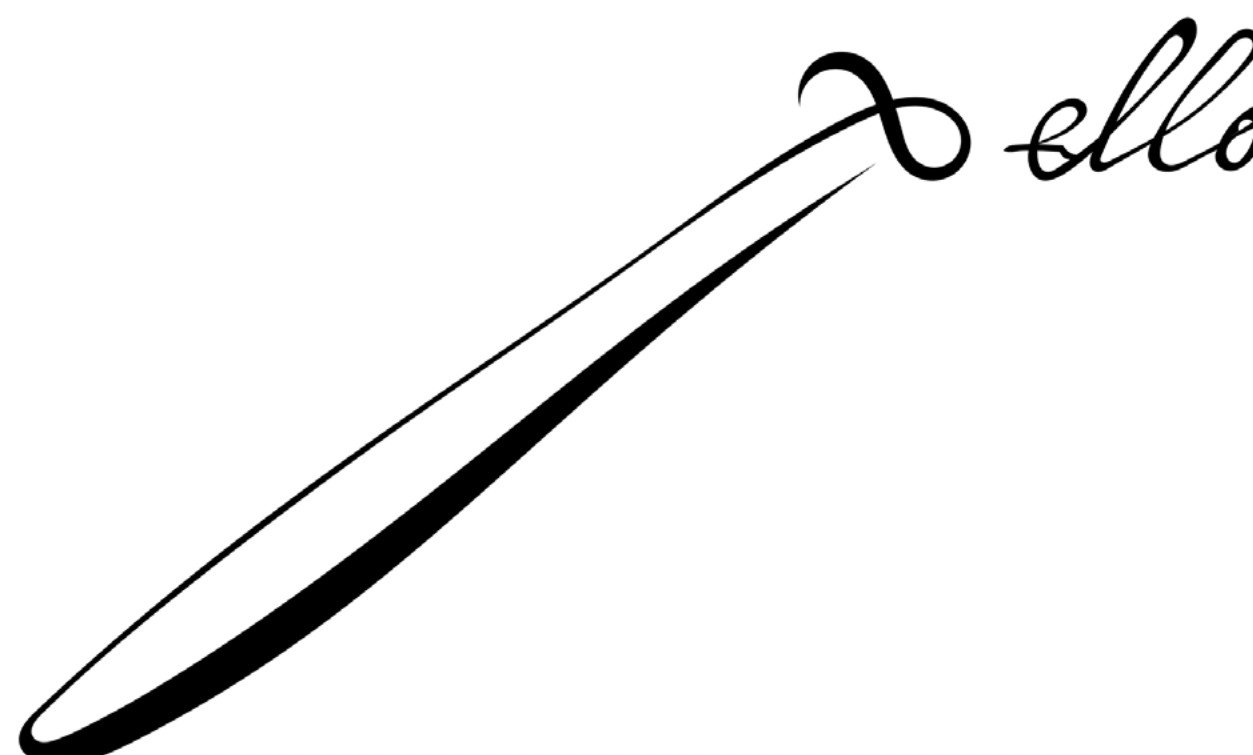
Figura 3 – Palavra *pellos* retirada do Ms. VOC_004



Fonte: Elaboração própria

Essas características, em número menor, também podem ser observadas no Ms. VOC_006. A exemplo, mostra-se palavra *pello*, digitalizada na figura 4.

Figura 4 – Palavra *pello* retirada do Ms. VOC_006



Fonte: Elaboração própria

Quanto à cursividade, que também pode ser comparada nas figuras acima, o punho do Ms. VOC_004 mostra certa dificuldade em ligar as letras de modo contínuo. Muitas palavras apresentam letras monolíticas, como se observa na figura 5, a palavra *particular*, em que apenas as letras *a* e *r* estão conectadas.

Figura 5 – Palavra *particular*



Fonte: Elaboração própria

A mancha dos dois manuscritos inicia-se com uma capital. No Ms. VOC_004, lê-se a letra /I/ na palavra *Istimei* (figura 6) e no Ms. VOC_006, a letra /H/, na palavra *He*, o que mostra conhecimento de composição gráfica, de ambos os punhos, utilizada em códices e outros documentos religiosos. Entende-se, de acordo com Gonçalves (2003), que o uso da capitalização da inicial está relacionada aos valores veiculados pela Igreja Católica. O punho do manuscrito começa seu texto

Figura 6 – Palavras *Istimei* e *He*

The image displays two words in a highly decorative cursive script. The word 'Istimei' on the left features a large, sweeping initial 'I' that loops around the rest of the word. The word 'He' on the right has a large, ornate initial 'H' with a prominent loop and a long, elegant tail.

Fonte: Elaboração própria

Mesmo que não requeira, por parte do escrivão, nenhum tipo de conhecimento especializado, quer de natureza gramatical, quer de emprego da norma, no tocante a abreviaturas, neste caso, por síncope (BARROCA, 2000), chama a atenção os alógrafos de *muito*, mostrados na figura 7 e retirados do Ms. VOC_004. Interessa notar que tais variações gráficas apresentadas mostram certo conhecimento de escrita e possível educação formal.

Figura 7 – Abreviatura *m^{to}*

The image shows two variations of the abbreviation for the word 'muito'. The left variation consists of a large, stylized 'm' with a long, curved tail that loops back. The right variation shows a smaller 'm' with a similar, though less elaborate, tail.

Fonte: Elaboração própria

A abreviatura por apócope (SANTOS, 1994) de *para*, retirada do Ms. VOC_004 e digitalizada abaixo, mostra certa habilidade de execução gráfica, pois apresenta segurança e destreza ao segurar a pena. Aliás, num geral, observam-se serifas e laçadas ligadas ou não às letras, e outros ornamentos, como finalizações de caudas e traços alongados. Vê-se ainda no mesmo manuscrito um uso adequado de elementos auxiliares, como sinais diacríticos e abreviaturas.

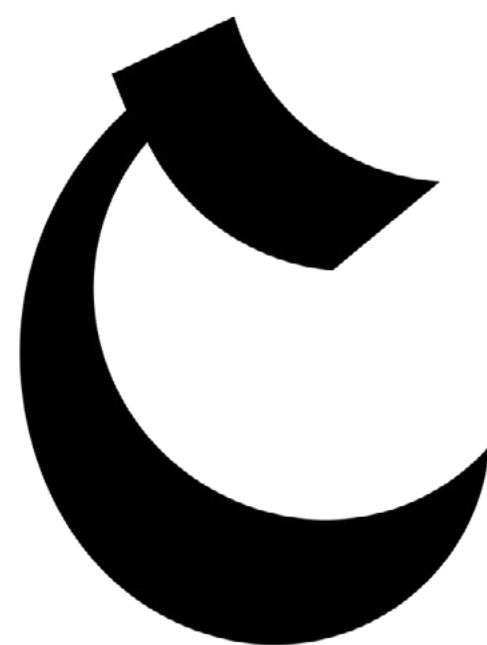
Figura 8 – Abreviatura *para*



Fonte: Elaboração própria

Chama a atenção também uma réplica da letra /e/ de matriz gótica, copiada na figura 9, que pode ser classificada, segundo Marín Martínez (1991), como pré-cortesã, que se refere à variedade gráfica localizada entre a letra de albaes e a cortesã, ou seja, meados do século XIV e primeiro quartel do século XV, nas palavras *Istimei* e *me*, na linha 2 do manuscrito. A digitalização da primeira palavra pode ser verificada na figura 3.

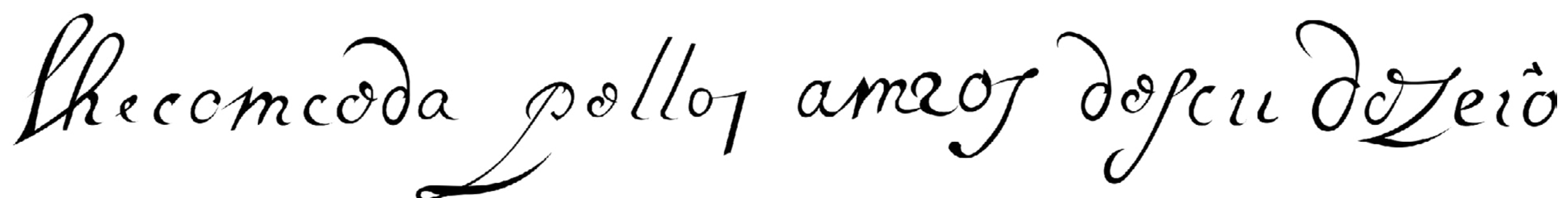
Figura 9 – Letra /e/



Fonte: Elaboração própria

A cursividade da escrita leva a uma característica morfológica em que a velocidade se sobrepõe à caligrafia, fazendo com que essa letra /e/, de matriz gótica, apresente alógrafos em algumas palavras e que podem levar à confusão com a letra /o/, por exemplos, tomem-se as palavras *lhe comceda pellos de seu dezeio*, retiradas no Ms. VOC_004 e digitalizadas abaixo.

Figura 10 – Fragmento de cursividade



Fonte: Elaboração própria

Destaca-se, aqui, o fato de essa letra /e/ ser bastante comum e ter sido encontrada em todos os documentos escritos em língua holandesa do Fundo. Na coleção de manuscritos da pesquisa, que inclui os aqui apresentados, essa letra foi encontrada somente em alguns fragmentos, também em escrita holandesa e nesses dois documentos, em língua portuguesa. Tal fato poderia sugerir que a) o punho do Ms. VOC_004 tenha aprendido a escrever essa letra sob influência da escrita holandesa ou b) o Ms. VOC_006, pode ter sido copiado em português, por um holandês. Abaixo, como exemplo do uso corrente dessa letra em língua holandesa, apresenta-se a palavra *Gronsteijn* que se refere ao sobrenome que está grafado na assinatura do Ms. VOC_006.

Figura 11 – Fragmento de cursividade



Fonte: Elaboração própria

Aspectos fonéticos, gráficos e suas representações

No que se refere às formas gráficas que representam possíveis fenômenos fonéticos e morfológicos, destaca-se, num primeiro momento, a escolha da forma *f'resquos* (linha 12), em lugar de *f'rescos* e *f'resquas*, em lugar de *frescas*. Essa mudança mostra uma representação do fonema oclusivo velar surdo /c/ sendo substituído pela forma grafemática /qu/, num processo morfológico em que as vogais seguintes são respectivamente /a/ e /o/.

Essa característica parece seguir os hábitos gráficos que se desenvolveram desde o século XIII, eventualmente por influência latina, ainda que não tivessem se difundido de forma ampla pela Península Ibérica (CARVALHO, 2018), nem trazidos para as colônias em séculos posteriores.

Ainda sobre a possibilidade de uma influência do latim, o grafema usado na transcrição do fonema fricativo labiodental sonoro é /u/, bastante mais frequente que /v/, mesmo que este último seja encontrado em larga escala em documentos do século XIII e que, segundo Souto Cabo (2008), chega a atingir, já na primeira metade do século XIV, valores superiores aos de /u/.

Segundo Alkire, Rosen e Scida (2010), os romanos tratavam /u/ e /v/ como variantes do mesmo grafema. A forma preferida era /V/ nas magníficas maiúsculas formais, um tanto mais curvada nas maiúsculas rústicas e plenamente arredondada /U/ no estilo uncial tardio.

Saliente-se que, nesse manuscrito, /v/ surge apenas na abreviatura de Vossa Magestade, revelando a marca já consolidada das magníficas maiúsculas formais, e na palavra jovem (linha 13). Já a troca de /u/ por /v/ ocorre nas palavras f'icaũa (ficava), na linha 10; Seruiy (Servir), na linha 05; Leũa (leva), na linha 11.

Da mesma forma, na representação da lateral alveolar /l/, surge o grafema ll, em posição intervocálica, em palavras que representam étimos latinos (ou, com outra proveniência, integrados no vocabulário latino) com -ll-: *pellos*, na linha 4, *elle*, na linha 13 e *pello*, na linha 14. Contudo, a lateral alveolar aparece de forma epentética nas palavras *hocalziaõ*, na linha 7 e na palavra *perdolando*, na linha 14.

Ainda sob estudos, já que não se encontram justificações etimológicas para esse traço de acréscimo grafemático, conjectura-se que *perdolando* possua relação com a forma latina PERDONARE, na tentativa de se comparar o ponto de articulação, talvez por um processo de assimilação (ALKIRE; ROSEN; SCIDA, 2010).

O grafema /n/ foi encontrado em palavras como: *sande* (saúde), na linha 3; *conzas* (cousas), na linha 6; *meaniza* (me avisa), na linha 9; *comnidarem* (convidarem), na linha 14. Buscar-se-á, futuramente, compreender a razão dessas mudanças nas estruturas silábicas, uma vez que, até a entrega deste trabalho, não foram encontrados exemplos em trabalhos teóricos que pudessem descrever ou explicar fenômeno similar.

Num primeiro momento, no entanto, pensa-se numa correlação entre as quatro palavras, quando se compara a nasal /n/ que substitui respectivamente os grafemas /u/ e /v/. Também considera-se a possibilidade de uma fusão por contato fonético, como uma labialização (TRASK, 1992), se se considerarem /n/ e /d/; /n/ e /z/, pelo ponto de articulação ou /m/ e /n/ pelo modo de articulação. Ainda, pode-se conjecturar que haja relação morfológica entre a palavra *sande* e a forma latina SANU. Todas as conjecturações serão baseadas em teorias da linguística histórica em que tem se apoiado a pesquisa.

Com relação ao alçamento /e/ átono pretônico em *Istimei*, na linha 2, Teyssier (1997, p. 74) diz que a flutuação entre /e/ e /i/ pretônicos é fenômeno antigo que ocorre “com muita frequência nos textos do século XVI”.

Nunes (1969, p. 59) também discorre acerca da variante *milhor*, em que “/e/ pode passar a /i/ quando junto da vibrante ou lateral e das guturais ou palatais.”. Segundo esse mesmo autor, de modo geral, a alternância entre /e/ e /i/ ocorre quando na sílaba seguinte temos uma vogal alta (i, u) ou semivogal, o que provocaria o alçamento vocálico, como *aezinhar/auzinhar*, *devedir/dividir*, *destruhir/distruhir*, *espiculturação*. Além disso, assim como no caso anterior, a variação somente ocorre em posição pretônica. Esse exemplo corrobora o fenômeno de alçamento já bastante estudado em trabalhos tão referenciados.

As formas gráficas de *dezeio*, na linha 4 e *botiça*, na linha 11, estão em fase de análise e o possível fenômeno tem sido considerado como um vocalismo que representaria um processo de lenização (LEHMANN, 1994) em que a fricativa palatal /j/ é graficamente substituída pela vogal /i/. Poder-se-ia também ainda aventar a possibilidade de um empréstimo (ALKIRE; ROSEN; SCIDA, 2010, p. 34, tradução nossa⁹) do espanhol, o que revela “um possível sinal de instrução ou cultura”.

Considerações finais

Ao recuperar os critérios propostos por Mallon (1952), Bischoff (1990) e Marquilhas (2000) e teorias de Trask (1992), Lehmann (1994), com a intenção de ilustrar algumas características gráficas formais da escrita do Ms. VOC_004, esse texto utilizou como comparação o Ms. VOC_006, para apresentar casos gráficos que puderam demonstrar questões sobre marcas de alfabetismo, a partir de uma perspectiva paleográfica de caráter social e da linguística histórica.

Certamente que o trabalho que ora se apresenta mostra apenas o início de uma pesquisa de maior complexidade. Diferentes estudos paleográficos, históricos e linguísticos têm sido desenvolvidos não só nesse documento, mas em toda a coleção com o objetivo de levantar outras questões.

Com isso, pretende-se levar pesquisadores de áreas correlatas a uma melhor compreensão do que autores seiscentistas escreveram e também das relações sociais que estabeleceram por meio de sua escrita.

Referências

ACKEL, A. Estudo Paleográfico de uma versão em Português de Livre de Trois Virtues (1447-1455). *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 59, p. 139-165, jul./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i59.372>

ALKIRE, T.; ROSEN, C.; SCIDA, E. *The Romance Languages: A Historical Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BARROCA, M. J. *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. vol. 1.

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Cambridge: Brackwell, 2004.

⁹ No original: “When a foreign word is borrowed, knowing its original pronunciation may be a sign of education or culture.”.

BELLOTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BISCHOFF, B. *Latin paleography*. Antiquity and Middle Ages. Cambridge: Cambridge University, 1990.

BOOGAART, E. van den (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679*. Essays on the occasion of the tercentenary of his death. Den Haag: The Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.

BOXER, C. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. 2. ed. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. Recife: CEPE, 2004 [1957].

BÖTTCHER, F. *Das mathematische und naturphilosophische Lernen und Arbeiten der Marquise du Châtelet (1706-1749)*. Frankfurt am Main: Springer Spectrum, 2013.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CABRAL DE MELLO, E. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin, 2012.

CARVALHO, M. J. Entre consoantes: grafemas e fonemas no *scriptorium* do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI). *Revista Galega de Filoloxía*, n. 19, p. 41-72, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2018.19.0.4946>.

CASTILLO GÓMEZ, A.; SÁEZ, C. Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, v. 1, p. 133-168, 1994. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/7465>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CASTRO, I. Filologia. *Biblos*. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, v. II. Lisboa: Verbo, 1997.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, v. 28, n. 1, p. 196-215, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107962>. Acesso em: 24 jun. 2021.

FONSECA, J. V. B. da. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Publicados sob administração de Rodolfo Garcia. *Litterarum seu hbrorum negotium concludimus hominis esse vitam*. Phii. obibi. ion. Cap. XV Volume XLVIII, 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1926_00048.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C.; PONI, C. *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.

GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal*. De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e tecnologia, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABALME, P. *Beyond their Sex: Learned Women of the European Past*. New York: New York University Press, 1984.

LANGELI, A. B. Historia del alfabetismo y método cuantitativo. *Signo – Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Alcalá de Henares, n. 3, p. 87-106, 1996. Disponível em: https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7498/historia_bartoli_SIGNO_1996.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 jun. 2021.

LEHMANN, W. P. *Historical Linguistics: An Introduction*. 3rd ed. London and New York: Routledge, 1994.

LEVI, G. *Le Pouvoir au village*. Paris: Comte, 1989.

LOBO, T.; OLIVEIRA, K. *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil*. Salvador: EdUFBA, 2012.

MAGALHÃES GÂNDAMO, P. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981 [1574].

MALLON, J. *Paléographie romaine*. Madrid: Instituto Antonio de Nebrija de Filologia, 1952.

MARQUILHAS, R. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: IN-CM, (Filologia Portuguesa), 2000.

MARÍN MARTÍNEZ, T. *Paleografía y Diplomática de la UNED*. 5. ed. Madrid: Editora UNED, 1991.

MELLO, J. A. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Massangana, 1985.

MELLO, J. A. *D. Antonio Filipe Camarão*. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.

PÉREZ HERRERO, E.; RIVERO SUÁREZ, B. *Escritura manuscrita y letra procesal: Canarias en el siglo XVI*. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart, 2006.

PETRUCCHI, A. Funzione della scrittura e terminologia paleografica. *Palaeographica, diplomatica et archivistica*. Studi in onore di Giulio Battelli, v. 1, p. 139-145, 1979. Disponível em: http://opac.regesta-imperii.de/lang_en/anzeige.Studi+Giulio+Battelli. Acesso em: 24 jun. 2021.

PETRUCCHI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. [S.l.]: Gedisa Editorial, 1999.

PETRUCCHI A. *Prima lezioni di paleografia*. Roma-Bari: Laterza, 2002.

SANTOS, M. J. A. *Da Visigótica à Carolina – a escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

SPINA, S. *Introdução à Edótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

TRASK, L. *Historical Linguistics*. London: Arnold, 1992.

VERA, Á. F. de. *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa: outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631. Disponível em: <http://purl.pt/12>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Coimbra: Edições 70, 1971.

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. C. Ma. *A formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WIESEBRON, M. *O Brasil em arquivos neerlandeses (1634-1654)*. Documenten in het Koninklijk Huisarchief en in het archeif van de Staten-General. Documentos no arquivo da Casa Real e no Arquivo dos Estados Gerais. Volume 3. Série Mauritianana. Leiden: CNWS, 2008.

ZANDVLIET, K. Zacharias Wagenaer 1614-1668. A Life in the Service of the Dutch East India Company and the Dutch West India Company. In: ZANDVLIET, K. (org.). *The Dutch East India Company in the 17th Century*. Life and Work of Zacharias Wagenaer (1614-1668). Den Haag: Algemeen Rijksarchief, 1987.

UMA EDIÇÃO CRÍTICO-GENÉTICA DO *ELUCIDÁRIO DE AFRICANISMOS*, DE NELSON COELHO DE SENNA

Olívia Almeida

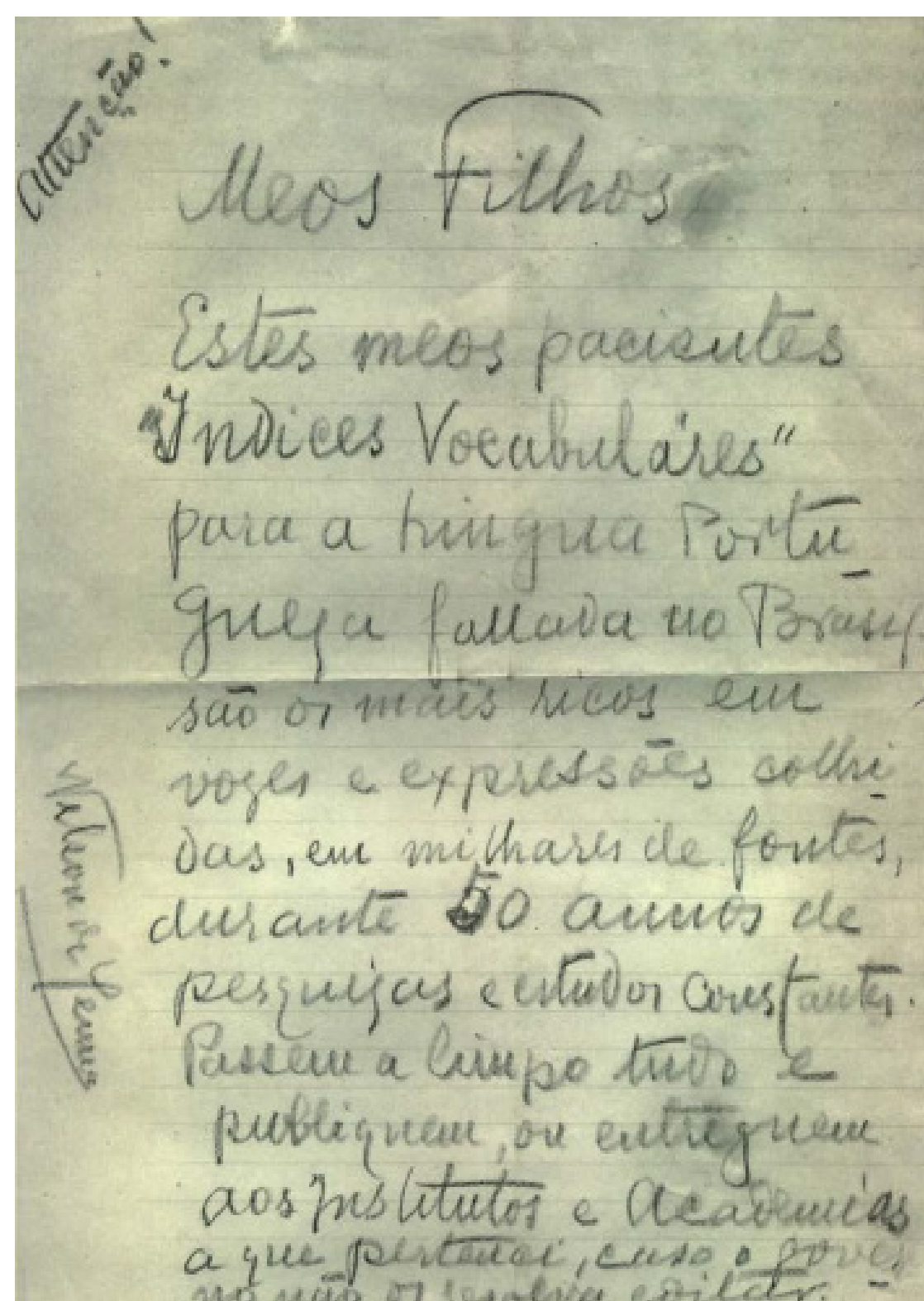
Elucidário, do latim *elucidarium*, significa publicação – livro, glossário, vocabulário, separata, etc. – “que esclarece assuntos de difícil entendimento” (HOUAISS, 2009), ou seja, que esclarece termos, palavras, expressões obscuros ou ininteligíveis. Apesar do uso de palavras sinônimas no título do nosso objeto de pesquisa, *Elucidário de africanismos: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana*¹, acreditamos que a redundância confere ainda mais rigor ao que está sendo expresso pelo seu autor, Nelson Coelho de Senna.

Mineiro, natural da cidade do Serro, Nelson Coelho de Senna nasceu em 11 de outubro de 1876 e faleceu em Belo Horizonte, em 1952. Formou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Minas Gerais, em Ouro Preto, em 1897. Após a inauguração da nova capital, Nelson de Senna transferiu-se para Belo Horizonte. Foi redator-chefe de *O Belo Horizonte*, do quinzenário *A Província* e do jornal *Diário de Minas*. Em 1906, fundou o *Anuário de Minas Gerais*, onde, no primeiro volume, defendeu a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o que veio a acontecer em 1907, ano do seu ingresso na política, quando foi eleito deputado estadual. Seu mandato foi renovado para as legislaturas seguintes, até o ano de 1921, quando, então, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, onde permaneceu até 1929. A partir de seu afastamento da vida política, em 1930, Nelson de Senna retomou suas atividades intelectuais: assumiu, em Belo Horizonte, o seu cargo de professor e retornou ao exercício da advocacia, às suas pesquisas e trabalhos literários. Fazendo e refazendo listas de palavras, topônimos, classificando, escrevendo e reescrevendo, construiu e reconstruiu sua obra ao longo do tempo.

Nelson de Senna acreditava que o seu rico trabalho precisava “brilhar à luz de gerações futuras” (APCBH, 2000, p. 15) e por isso deixou uma anotação manuscrita, dirigida aos filhos, manifestando o desejo de publicação do seu original não finalizado.

¹ Doravante chamado de *Elucidário de africanismos*.

Figura 1 – Pedido de Nelson de Senna aos filhos



Atenção!
Meos Filhos
Estes meos pacientes
“Indices Vocabulares”
para a lingua Portu-
gueza fallada no Brasil
são os mais ricos em
vozes e expressões colhi-
das, em milhares de fontes,
durante 50 annos de
pesquizas e estudos constantes.
Passem a limpo tudo e
publiquem, ou entreguem
aos Institutos e Academias
a que pertenci, caso o gover-
no não os resolva editar.²

Fonte: APCBH, 2000

Este desejo também é manifestado no livro *Africanos no Brasil*, no qual o autor afirma que pretende

[...] dar a lume esse nosso Vocabulario ou Glossario, tendo em mente fazel-o servir para simples consulta dos entendidos e estudiosos, no assumpto, pois não passará de um méro ensaio ou esbôço organizado durante anos de pacientes pesquisas e mesmo de collectas, quer nas fontes escriptas e documentaes, quer na tradição oral, que nos foi possível colher (SENNA, 1938, p. 182).

Senna reforça que “posteriormente, sahirá completo, tanto quanto possivel, o nosso ‘ELUCIDARIO DE AFRICANISMOS’, completando assim a tarefa que nos impuzemos, quando demos início á elaboração systematica do dito *Vocabulario*” (SENNA, 1938, p. 183).

A pesquisa do autor na área linguística é pouco conhecida em Minas Gerais e no Brasil e continuam inéditos os seus documentos guardados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), em especial seus manuscritos sobre as heranças linguísticas afro-indígenas de Minas. Além de realizar o desejo do intelectual de ter os seus estudos publicados e divulgados, o estudo dos manuscritos e do seu processo de elaboração, visando à organização material e formal do texto para publicação, representa uma preciosa fonte de pesquisa para linguistas.

² O bilhete direcionado aos filhos encontra-se no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, na série “Estudos temáticos”, subsérie “Brasilidades idiomáticas (1930-1945)”, item documental “Instruções deixadas aos seus filhos para publicação de duas obras”. Cf. APCBH. NCS 3.4(16).

Neste contexto, este capítulo busca apresentar o *corpus*, o *Elucidário de africanismos*,³ e um pouco do processo para a elaboração de uma edição crítico-genética, que visa entender como a obra foi pensada e construída, apresentando ao leitor atual um texto limpo, com base no pressuposto que esta etapa da gênese do texto corresponderia à última vontade do autor.

O *Elucidário de africanismos*

Para pensar e elaborar a edição crítico-genética do *Elucidário de africanismos*, visando explicitar o processo de escrita do autor, é preciso conhecer cada detalhe do documento, bem como das obras que foram construídas em torno dele.⁴

Como apresentado pelo autor no texto introdutório, o *Elucidário de africanismos* demonstra com clareza as fortes “collaborações da linguagem do gentio da terra e da do negro importado d’África”, além de apresentar uma extensa lista de “termos e nomes tão sómente conhecidos e usados cá na America, e jamais empregados, correntemente, da banda de lá do Atlantico, em terras de Portugal” (SENNA, 1938, p. 6). É um vocabulário de africanismos, como o próprio título diz, que abrange as letras de A a Z. O original, apresentado em folhas avulsas e incompleto, é datado de 1938, porém, acredita-se que o documento foi escrito ao longo de mais de 50 anos de pesquisas do seu autor.

Não pudemos ainda – nem sabemos se isso será possível no futuro – datar exatamente o início e o fim da escrita do *Elucidário*. Tentamos, através de datas que aparecem nos originais, recortes de jornais, carimbos, selos, etc., identificar uma provável datação. A primeira data que aparece é 1938, datilografada pelo autor na página de abertura de algumas letras. Entretanto, na assinatura do texto introdutório, o autor data de maio de 1946, seis anos antes de sua morte, o que nos leva a acreditar que essa seja a data de “fim” da escrita do *Elucidário*.

3 Como o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte já havia tratado e organizado os documentos, não precisamos nos preocupar com a classificação dos rascunhos. Todo o trabalho com o acervo de Nelson de Senna é realizado, hoje, através da versão digitalizada dos originais, realizada pelo APCBH, em 2019, a partir de um projeto apresentado por nós.

4 Há outros documentos relativos ao *Elucidário de africanismos* que testemunham o processo de elaboração do trabalho lexicográfico, destacamos aqui as notas, a bibliografia das obras consultadas e lista dos verbetes em ordem alfabética. De acordo com o APCBH, esses documentos não possuem datação. Também não conseguimos, a partir de uma análise geral, identificar uma provável data. Assim, não é possível dizer se essas obras são etapas anteriores ou posteriores à elaboração do *Elucidário*, ou se representam uma etapa paralela à sua elaboração. Esses documentos – a saber, *Notas para o Elucidário de Africanismos: credices e cultos dos afronegros no Brasil, denominações de locais brasileiros de origem afronegro e verbetes diversos* (folhas avulsas); *Elucidário de africanismos: verbetes em ordem alfabética de termos africanos* (dois cadernos); e *Bibliografia para o Elucidário de Afronegrismos: relação por ordem alfabética das obras consultadas para a elaboração do Elucidário de afro-negrismos do Brasil* (folhas avulsas) – somam mais de 2500 páginas, dialogam entre si e um é, claramente, o complemento do outro, que formam uma obra maior e única. Esses, dentre outros documentos com o tema de afronegrismos, estão disponíveis para consulta no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

O *Elucidário* é um testemunho autógrafo e misto, isto é, coexistem no documento tanto texto datiloscrito quanto manuscrito. Entendemos ainda que o documento é um “rascunho”, que retrata o momento primitivo⁵ do processo genético do texto, apresentando marcas físicas de manipulação autoral, como correções, reescritas, acrescentos nas entrelinhas e margens. A ideia de que o documento é um rascunho é reforçada pelo bilhete deixado pelo autor, em que ele pede para “passarem a limpo” o seu trabalho.

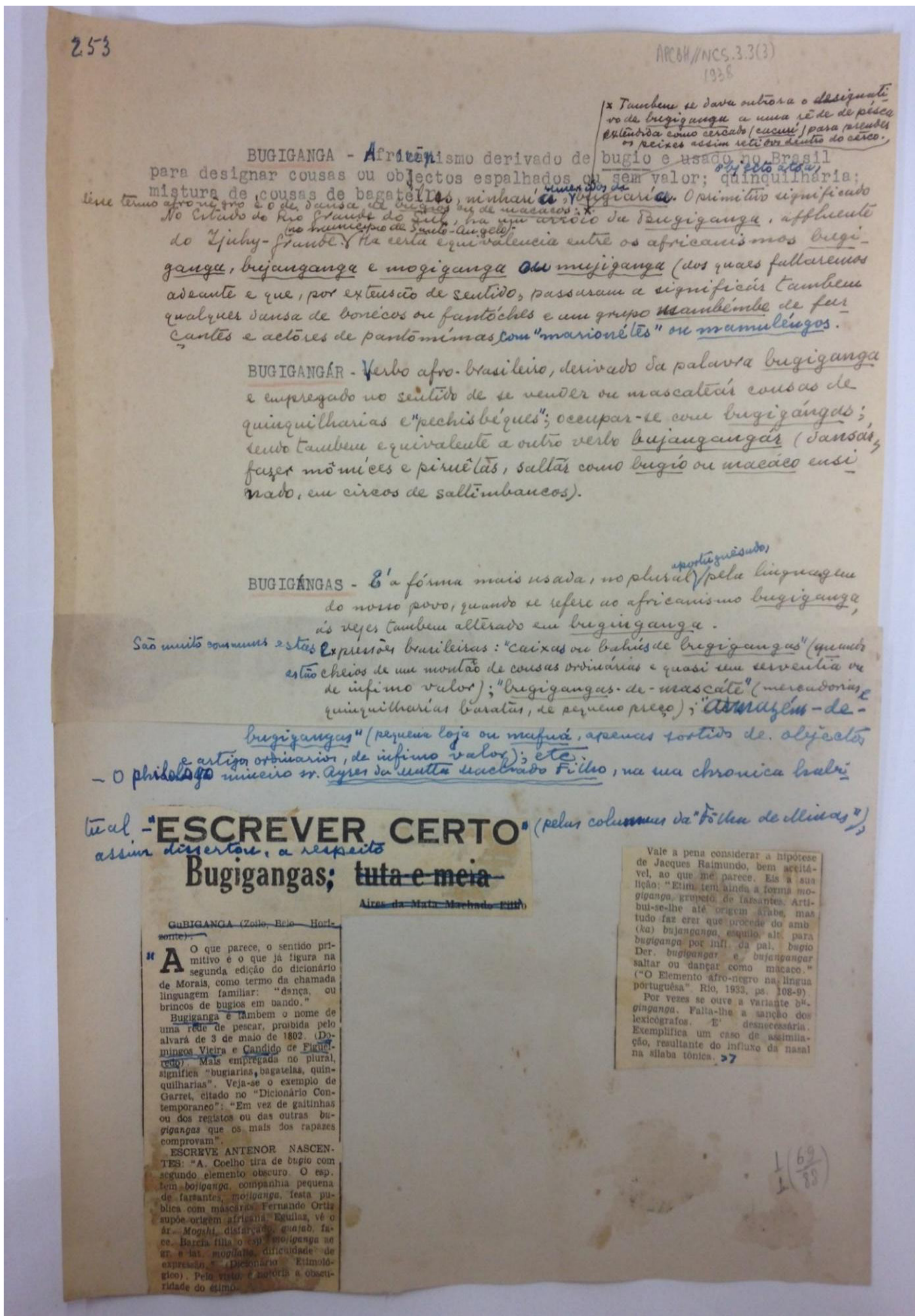
Como indicado pelo Arquivo Público, o documento não está completo. Não sabemos dizer se ele está incompleto porque faltam folhas ou se porque o autor não finalizou sua escrita. No entanto, já verificamos que muitos verbetes não foram finalizados, principalmente na parte final do *Elucidário*, nas letras S, T, U, V, X, Y e Z. Nessas letras, o autor coloca somente a entrada do verbete, mas não faz a definição da palavra. Também percebemos que não há vocábulos para as letras N, O, P, Q e R.⁶

Outro fato interessante é a inserção de papéis com anotações e recortes de jornais colados no documento. Os papéis colados, muitas vezes no verso das folhas, são novas palavras inseridas pelo autor. Os recortes de jornais funcionam como abonações dos verbetes, como ilustrado na Figura 2, em que o autor apresenta a acepção da palavra *bugiganga* e seus derivados. No fim da página, como podemos observar, o autor apresenta uma breve crônica de Aires da Mata Machado, “Escrever certo”, publicada na coluna do jornal *Folha de Minas*, em que o autor disserta sobre *bugiganga*.

5 Momento primitivo é entendido aqui como processo de constituição do texto, geralmente coberto de rasuras, reescrituras e lacunas (GLOSSÁRIO de Crítica Textual, p. 11).

6 No segundo volume do caderno *Elucidário de africanismos: verbetes em ordem alfabética de termos africanos*, que compreende as letras de M a Z (Meharista – Zurmá), percebemos que o autor se dedica, da página 66 à página 132, às letras N, O, P, Q e R.

Figura 2 – Reprodução do verbete bugiganga



Fonte: Senna (1938 [Letra B], p. 69)

Grande parte do manuscrito está em formato A4 (210 mm de largura e 297 mm de altura), mas algumas folhas apresentam medidas bem irregulares. De modo geral, o documento se encontra em bom estado de conservação e a caligrafia é legível. O original do *Elucidário* é composto por 1.795 folhas. Além das letras de A a Z, há uma pequena introdução de 16 páginas. A letra mais extensa é a C, que possui 319 folhas, seguida da letra M, que contabiliza 253 folhas.

A estrutura dos verbetes pensada e apresentada por Nelson de Senna para a elaboração do *Elucidário* não difere das estruturas de dicionários, glossários e vocabulários. O verbete é a estrutura básica e consiste em dois elementos: a cabeça⁷ do verbete e o enunciado explicativo, que busca enumerar as diferentes acepções. O *Elucidário* proposto pelo autor não apresenta um conjunto de categorias para a descrição dos vocábulos, como classe e gênero, campo temático, etc.⁸ Há diferentes tipos de definições no *Elucidário* e, em um mesmo verbete, é comum encontrarmos mais de um tipo de definição.⁹

Em muitos verbetes há remissão, ou seja, uma indicação encontrada a qual remete o leitor a outro verbete. Seu objetivo principal é induzir o usuário a procurar, no verbete correspondente, informações complementares ou relações que colaboram para a apreensão dos sentidos do vocábulo de referência.

As cabeças de verbete, independentemente de serem datiloscritas ou manuscritas, são escritas em caixa-alta e, na maioria das vezes, sublinhadas. Importante observar também que todas as palavras sublinhadas (seja no texto datiloscrito, seja a lápis de cor ou à caneta) correspondem a palavras de origem afro-americana. Ao final do texto introdutório, o autor explica os seus grifos:

[...] tivemos o cuidado de deixar gryphados não sómente os nomes, que se nos afiguram de duvidosa origem, si africanas ou si brasílica, como ainda aquelles que, embora de taes origens derivados, já são perfeitos “brasileirismos” vestindo a fórma desinencial aportuguesada, na linguagem do nosso povo; e tambem vão gryphados os designativos de agrupamentos ethnographicos africanos e afro-americanos, expressos sob a fórma peculiar do nosso plural. Adoptámos mais o processo de metter entre “aspas” os termos indigenas e africanos, que pela apparente homonymia poderiam

7 A “cabeça do verbete”, também chamada de “entrada principal”, “lema” ou “palavra-entrada” é “a palavra ou expressão que encabeça o verbete, o elemento a ser definido ou explicado” (BRASIL, 2012, p. 109).

8 No livro *Africanos no Brasil*, o autor apresenta uma parte expressiva do *Elucidário*, separando por campos temáticos, lista de verbos, expressões, adágios, etc.

9 Enumeramos aqui os principais tipo de definições encontradas no *Elucidário*: 1) definição analítica, quando o enunciado que explicita a acepção de uma palavra (ou expressão) por meio da indicação da categoria semântica em que a entrada se insere e de diferenças específicas; 2) definição descritiva, quando o enunciado que explicita a acepção de uma palavra (ou expressão) enumerando, por exemplo, partes constitutivas de um objeto; 3) definição enciclopédica, quando o enunciado que detalha informações sobre acontecimentos referentes à entrada; 4) definição sinonímica, quando o enunciado de explicação da acepção de uma palavra ou expressão em que não há propriamente um enunciado definitório, mas séries de palavras pertencentes à mesma classe gramatical e supostamente sinônimas da entrada (Sobre as definições, cf. BRASIL, 2012, p. 111).

ser confundidos com alguns vocabulos já do vernáculo, já de outros diferentes idiomas do mundo (SENNA, 1938, p. 17).

Como podemos observar, o autor usa o recurso sublinhado para grifar os nomes de origem africana e afro-americana, bem como os brasileirismos derivados de palavras de origem africana.

A edição de textos no campo da Filologia

Pensar a edição do *Elucidário de africanismos*, de Nelson de Senna, implica estudar e discutir os fundamentos da edição de textos. Para isso, utilizaremos noções próprias do universo da filologia – ciência que consiste no estudo global de um texto, ou seja, na “exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 18) –, pois acreditamos que só é possível elaborar uma boa edição quando se estuda o documento nas perspectivas material, histórica e cultural.

Sabendo da importância de se elaborar edições para a preservação do texto e, conseqüentemente, da história, ao realizar seu trabalho, o profissional precisa recorrer a diversos materiais que servirão de suporte para o estudo do contexto em que se insere determinada obra e que fornecerão possibilidades para suas intervenções críticas.

No campo das Letras, a filologia, área conexas à linguística histórica, se ocupa da conservação, restauração e preservação do “patrimônio cultural escrito” (CAMBRAIA, 2005, p. 19): o texto. Essa disciplina é caracterizada como uma ciência e se desdobra em outras disciplinas com objetos e métodos específicos. O filólogo brasileiro Segismundo Spina defende que a filologia não subsiste sem o texto escrito, pois é o texto a sua razão de ser. Para o autor, uma das funções da atividade filológica, denominada de “função substantiva”, concentra-se no texto para “explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação” (SPINA, 1994, p. 83). O objetivo da filologia é o texto – manuscrito, datiloscrito, impresso, oral ou escrito –, tomado para investigação histórica, filológica, dentre outras atividades que envolvam o seu estudo. A “publicação e estudo de textos são um ato de preservação do patrimônio literário, linguístico e escritural de determinada comunidade e constituem obrigação de arquivistas, historiadores, e, particularmente, de filólogos”, a fim de “perpetuar a memória coletiva, histórica, literária e linguística de um povo” para as gerações vindouras (SANTOS, 2012, p. 19).

A edição que nos despertou maior interesse para este trabalho foi a edição genética, que busca interpretar a obra à luz de seus rascunhos ou documentos preparatórios, e também busca estudar as diferentes etapas de intervenções autógrafas sobre o mesmo suporte. Assim como a edição crítica, alguns críticos textuais defendem que a edição genética também deve ser feita através da comparação de testemunhos, e também entre as diferentes etapas de mudança

autoral em um mesmo testemunho, registrando as diferenças entre as redações preliminares de um texto e a forma final, dada pelo autor (CAMBRAIA, 2005, p. 104-105).

A crítica genética surgiu na França na década de 1970, e no Brasil, na década de 1980.¹⁰ Nesta época, acreditava-se que ela deveria estudar estritamente o manuscrito e seu processo de criação. Hoje, o campo da crítica genética foi ampliado e abrange “desde o universo mental do escritor até as marginais dos livros lidos, sua correspondência passiva e ativa, os livros consultados e os estudos de exogênese em geral” (WILLEMART, 2001, p. 167). O princípio da abordagem genética baseia-se na constatação de que o texto final é o resultado de um trabalho de elaboração progressiva. Assim, nesse processo de elaboração, o autor se dedica “à pesquisa de documentos e ou de informações, à concepção, à preparação, para então dedicar-se à redação do texto, a diversas campanhas de correções e revisões, etc.” (BIASI, 2010, p. 13).

Nesse sentido, a crítica genética dedica-se a ler e interpretar manuscritos modernos, propondo-se dar a ver e a ler os movimentos de sua gênese. A tarefa do geneticista é tornar “disponível, acessível e legível os documentos autógrafos que [...] contribuíram para a elaboração de um texto e servem de testemunhas materiais de uma dinâmica criadora” (GRÉISILLON, 2007, p. 29). Assim, apresentaremos aqui um pouco do processo de produção do *Elucidário* e do processo criativo do escritor a partir de uma abordagem crítico-genética. A edição crítico-genética

[...] combina os objetivos e os métodos da edição crítica e da edição genética: por um lado, reproduz o texto que o seu responsável considera criticamente como contendo a última vontade do autor, registrando todas as intervenções do editor; [...] por outro lado, faz a recensão de todos os manuscritos [e documentos] relacionados com o texto, classificando-os, organizando-os e descrevendo-os, registrando em aparato genético as sucessivas alterações autorais, lugar a lugar e testemunho a testemunho, utilizando para isso um dispositivo técnico que permite ao leitor reconstituir a gênese do texto e, eventualmente, no caso em que o texto não foi claramente acabado pelo autor, fazer a escolha de cada uma das variantes alternativas (GLOSSÁRIO de Crítica Textual, p. 5).

Em outras palavras, a partir da observação das diferentes etapas do original, usaremos a metodologia genética para chegar a um produto final crítico, buscando exemplos de edição crítica, para mostrar ao leitor a complexidade do texto.

10 Cf. Biasi (2010) e Willemart (2001).

Interpretar a gênese da obra: o processo de edição do *Elucidário*

A escrita de Nelson de Senna evidencia os aspectos associados à sua pessoa: quem escreve, anota, emenda, dando a conhecer práticas de escrita, ou seja, as etapas de um processo. Por sua vez, a materialidade dos originais nos informa sobre suas características culturais: os suportes de escrita (papéis), os instrumentos, as tintas, a disposição da escrita no espaço gráfico, o uso de máquinas de escrever, etc. Essas características baseiam-se em fundamentos filológicos essenciais para o estudo dos manuscritos modernos autógrafos, incluindo os textos datiloscritos com marcas manuscritas, que integram o processo genético da escrita.

Ainda no que diz respeito à materialidade, a máquina de datilografia, que despontou no Brasil como o principal instrumento de escrita, foi muito utilizada por Nelson de Senna na escrita do *Elucidário*. O momento de datilografia, para os escritores que preferiam criar à mão, era “a fase de distanciamento, de passar a limpo, que eles confiam à máquina, com o risco, aliás, de fazer de novo correções manuscritas” (GRÉSILLON, 2007, p. 63), como nos revelam os documentos do autor. Assim, os originais, dotados de marcas de revisão e reescrita, constituem um texto em fase de finalização, fazendo necessário ainda proceder à revisão, eliminando erros de datilografia e realizando correções de grafia, acentuação e pontuação. Depois de datilografados, percebemos que os textos ainda sofreriam novas alterações, produzindo assim uma nova versão para o texto.

Não se pode negar que todos os processos de reescrita e rasuras nos originais são de responsabilidade de Nelson de Senna. Tudo que está nos originais – nas marginais, nas entrelinhas, nas colagens de papéis e recortes de jornais – é relevante para compreender o processo criativo do autor e nos levam a entender um pouco melhor como nasce o texto. Temos a certeza de que “ao rasurar, complementar, esclarecer, corrigir, alterar, margear esta ou aquela palavra, esta ou aquela passagem, o autor atribui sua marca ao texto”, sabemos que metodologia da crítica genética nos permitirá reconhecer autenticidade e valor ao texto (PINHEIRO, 1998, p. 43). Todas as milhares de páginas do *Elucidário*, sem exceção, contêm “incidentes redacionais” (CASTRO, 2007, p. 23). É impossível contabilizar esses incidentes, mas sabemos que todos são atos usuais de reescrita: acréscimos de informação, arrependimentos sumários, correções de palavras e uma organização alfabética dos verbetes.

O documento não apresenta problemas de decifração quanto ao léxico, não há abreviaturas nem alógrafos, e o suporte está em bom estado de conservação, assim, é fácil chegar à “leitura correta” (TOLEDO NETO, 2018, p. 295). Entretanto, a decifração dos originais para

o estabelecimento do texto só pode ser fixada através da transcrição, que deve “salientar as características próprias do autógrafo, que são notadamente as rasuras e acréscimos (restituindo uma imagem tão fiel quanto possível de suas posições: nas entrelinhas ou nas margens dos fólhos)” (BIASI, 2010, p. 84). Por ser um documento híbrido, ou seja, por apresentar uma grande diversidade de elementos no que diz respeito à materialidade – como papéis colados, diferentes cores de caneta e de lápis, diferentes cores de texto datiloscrito –, salientar as características próprias dos originais, marcando suas rasuras e acréscimos, tornou-se uma tarefa impossível, pois, “ao se sobrecarregar a transcrição com signos diacríticos, não facilita a tarefa do leitor [nem mesmo a tarefa do editor], que acaba por precisar do manuscrito autógrafo para decifrar a transcrição” (BIASI, 2010, p. 84).

A seguir, a título de ilustração, apresentamos alguns recortes, nos quais pode ser observado o quanto o documento é híbrido, tanto nas formas quanto nos materiais de escrita, e iremos discutir alguns pontos da edição crítico-genética.

Como distinguir as diferentes camadas de texto?

As figuras a seguir (Figuras 3 e 4) correspondem às duas primeiras páginas da parte relacionada à letra *B*. Como pode ser observado, o documento apresenta uma grande mistura de elementos. Buscamos aqui entender como esse texto foi construído para tentar separar as diferentes camadas de texto, ou seja, os diversos momentos de escrita e elaboração.

Figura 3 – Reprodução da letra B

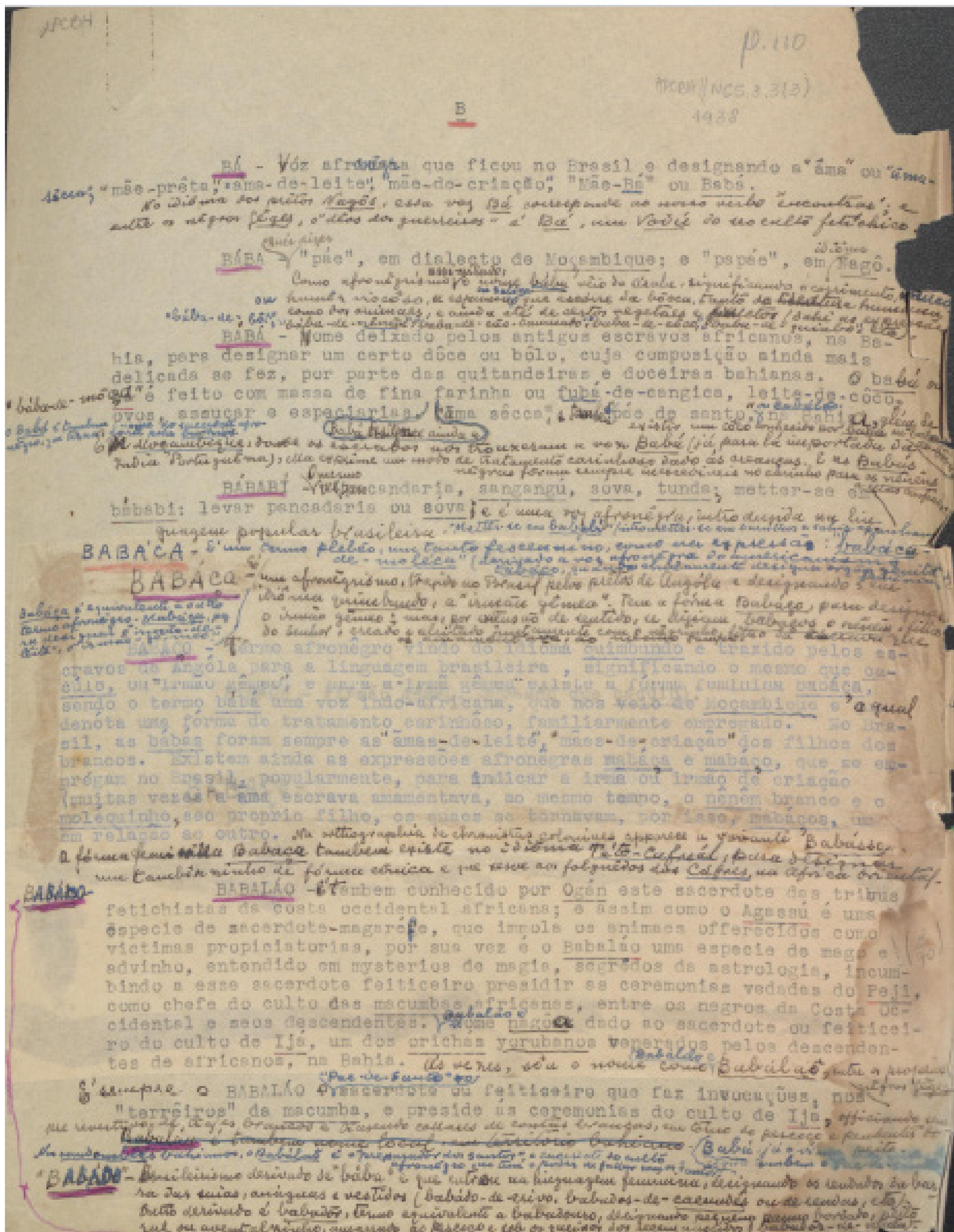
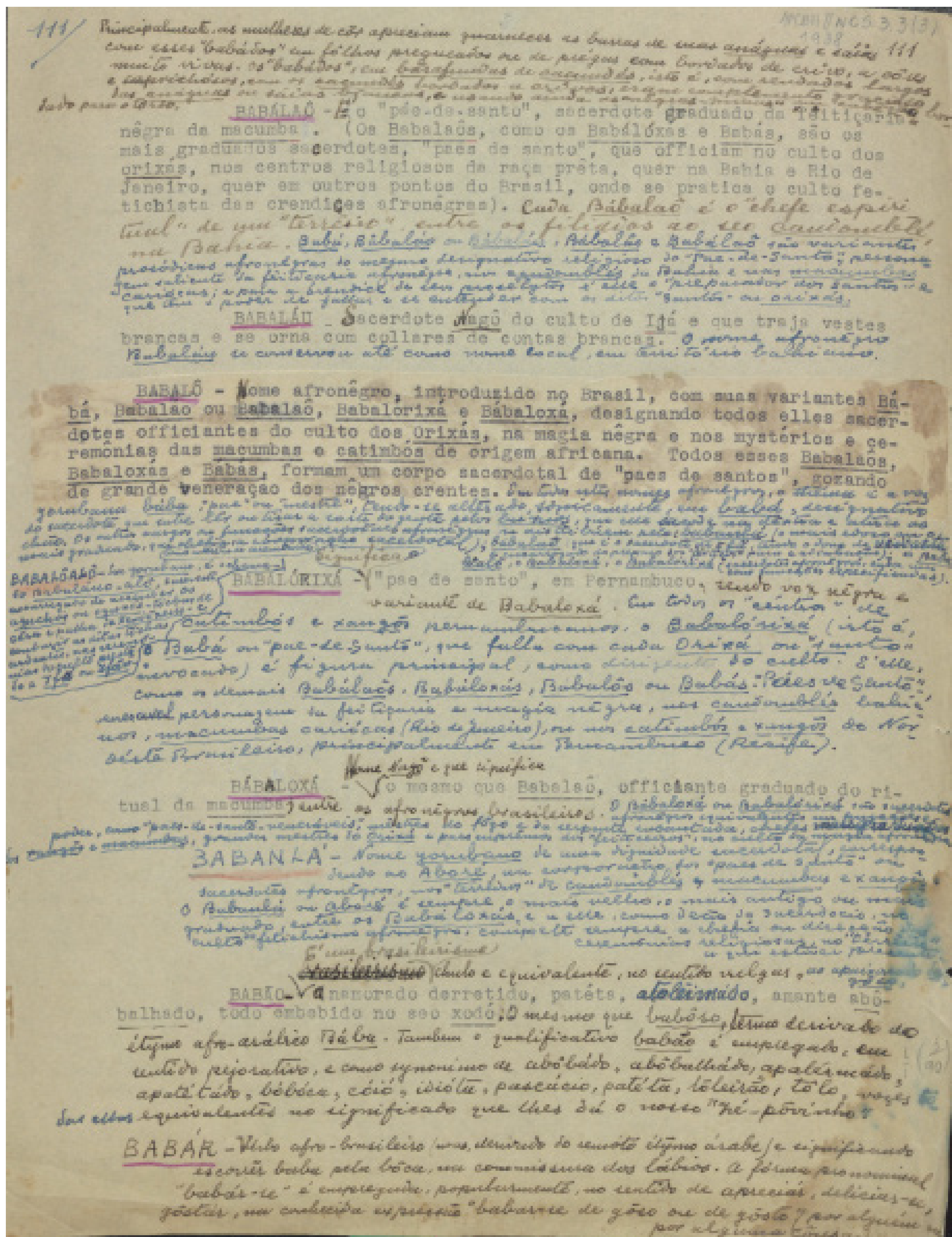


Figura 4 – Reprodução da letra B



Antes de analisar as camadas de texto, é preciso fazer algumas importantes observações. As duas páginas analisadas estão numeradas: a primeira (fl. 110) está numerada no canto superior direito a lápis; a outra, no canto superior esquerdo à tinta azul com um risco embaixo (111) e no canto superior direito à tinta preta (111). Na primeira página, no canto superior esquerdo, é possível ver uma marca de ferrugem produzida pelo uso de clipe para prender papéis. O canto superior direito da página 110 está corroído, mas não impede a leitura do texto. Da metade para baixo, nas duas páginas, percebe-se que o papel, em algum momento, sofreu algum contato com líquido, pois há manchas e a tinta azul está borrada.

Ao analisar as páginas, percebemos a presença de oito diferentes camadas de texto. A primeira camada de texto diz respeito ao texto datiloscrito em tinta preta, é o texto que está impresso diretamente no suporte. A segunda camada, também de texto datiloscrito, está em tinta azul, presente na primeira página analisada, que corresponde a um pedaço de papel colado no suporte principal. Esse papel colado é o verbete *babáco*, onde é possível ver as marcas de cola nas laterais do papel, principalmente no lado esquerdo. Entretanto, percebe-se na segunda página, no verbete *babalô*, uma inserção de papel colado com texto datiloscrito em um tom mais forte de preto.

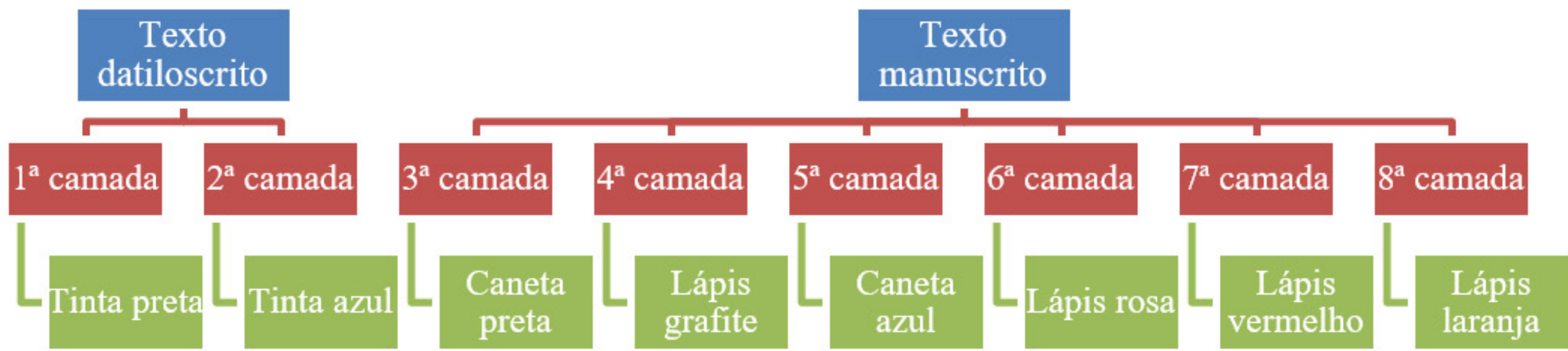
A partir da terceira camada, identificamos seis camadas de texto manuscrito, ou diferentes momentos de inserção. Ao analisar as páginas, concluímos que a terceira camada se refere à tinta manuscrita preta, pois, além de o autor fazer correções a tinta preta no texto datiloscrito, há inserções a tinta azul em cima do texto escrito à tinta preta, como no verbete *bába* e *balhado*. Ainda no final da primeira página, o autor anula uma frase inteira, correspondente ao verbete *babaláu*, riscando a tinta azul o que está escrito à tinta preta.

A quarta camada de texto manuscrito, ao contrário do que imaginamos, não corresponde à tinta azul, ela corresponde a inserções feitas a lápis. Além das inserções a lápis no texto datiloscrito e pequenas inserções e correções no texto manuscrito, observa-se, no verbete *babalórixá*, na segunda página, uma inserção a lápis. Essa inserção é, posteriormente, “circulada” à tinta azul, também é possível observar o acréscimo da letra *O* à tinta azul após a palavra escrita a lápis. A quinta camada corresponde ao texto manuscrito à tinta azul. O autor também faz correções e inserções à tinta azul no texto datiloscrito (como em *babão*) e no texto escrito à tinta preta (*babado*).

As demais camadas correspondem a inserções feitas com lápis de colorir para sublinhar as palavras, que são as cabeças dos verbetes. A cor rosa é a mais utilizada para destacar as palavras no documento. Notamos também a cor vermelha, utilizada para grifar a letra *B*, no alto da primeira página analisada; além da presença da cor laranja para grifar a palavra *babalôalô*, escrita na margem da segunda página.

Ilustramos a seguir a presença das diferentes camadas de texto:

Gráfico 1 – Camadas de texto



Fonte: Elaboração própria

Vale observar também o verbete *babádo*, escrito à tinta preta e com posteriores correções à tinta azul, no fim da primeira página. A palavra deveria vir entre o verbete *babáço* (datiloscrito em azul) e o verbete *babaláo* (datiloscrito em preto), mas está no pé da página. Percebe-se que foi uma inserção posterior, pois o autor puxa uma seta em cor rosa, indicando onde o verbete deveria entrar.

O amplo e variado universo da rasura no *Elucidário*

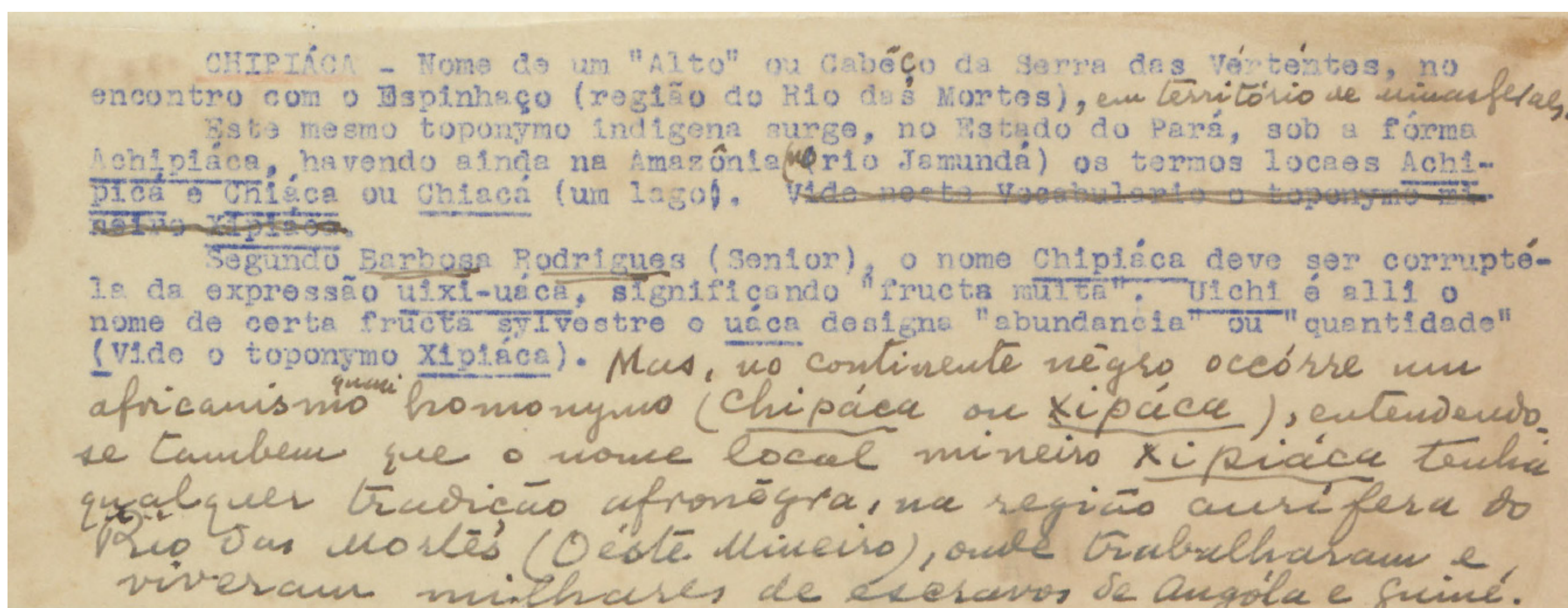
Todas as páginas do *Elucidário*, sem exceção, contêm rasuras, ou como diria Ivo Castro, “incidentes redacionais” (CASTRO, 2007, p. 23). As rasuras podem se manifestar de diferentes maneiras:

A primeira, imediatamente visível e permitindo em geral ao leitor restituir o escrito rasurado, é a linha de rasura ou outras formas significando anulação: hachuras, gradeados. A segunda, também imediatamente visível, mas não permitindo restituir o escrito primitivo, é o borrão de tinta cobrindo a unidade escrita com uma mancha preta [...] A terceira, permitindo acesso às unidades rasuradas, mas de alguma imaterial [...] consiste em reescrituras sucessivas (GRÉSILLON, 2007, p. 98).

A rasura, que serve para corrigir o que já foi escrito, pode ter diferentes funções. O geneticista Pierre-Marc de Biasi (2010, p. 71-73) identifica cinco funções: substituição, supressão, deslocamento ou transferência, utilização e gestão.

A rasura de supressão é utilizada para apagar definitivamente um segmento escrito sem substituí-lo por nenhum outro. No exemplo abaixo (Figura 5), podemos notar que o autor suprime, com um risco, a frase “Vide neste Vocabulário o toponymo mineiro Xipiáo”.

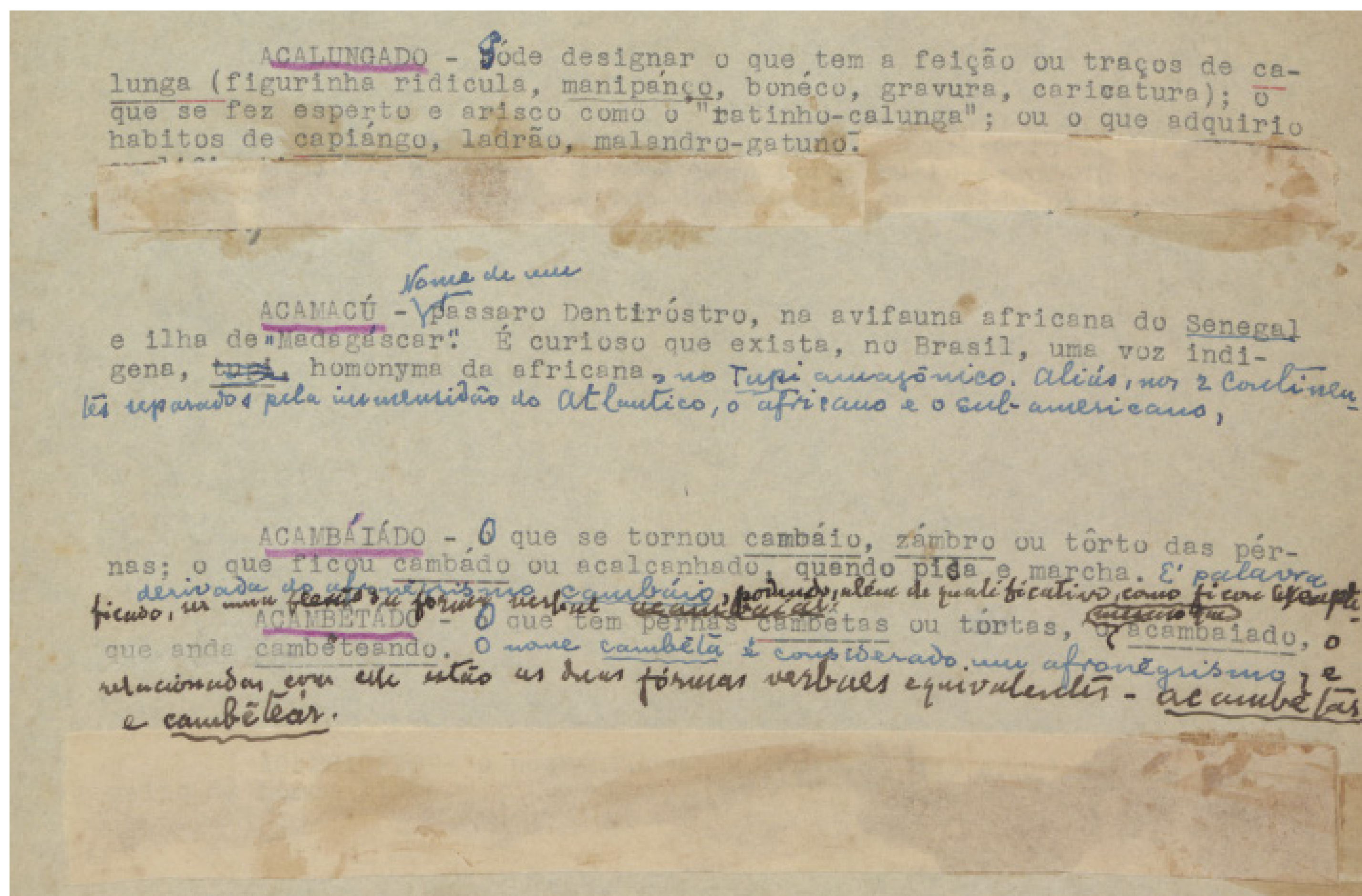
Figura 5 – Rasura de supressão



Fonte: Senna (1938 [Letra C], p. 546)

Uma outra forma de rasura de supressão que encontramos no documento foi a eliminação de frases, ou verbetes, com pedaços de papel colado. Na Figura 6, podemos perceber que o autor cola dois pedaços de papel para suprimir uma frase do verbete *acalungado*. Um pouco mais abaixo, após o verbete *acambetado*, o autor cola novamente um pedaço de papel para eliminar um novo trecho.

Figura 6 – Rasura de supressão com papel colado

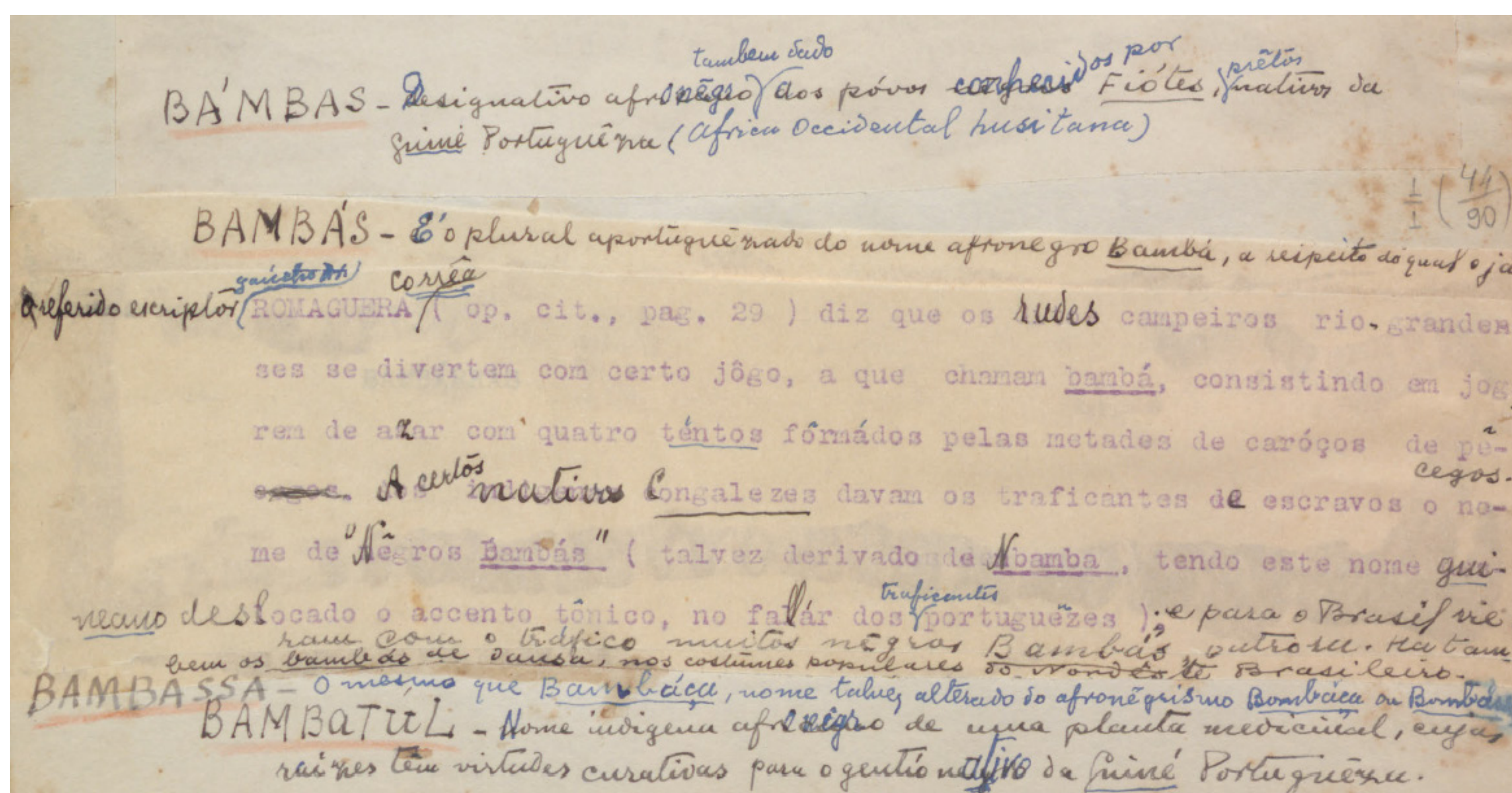


Fonte: Senna (1938 [Letra A], p. 66)

A rasura de substituição efetua-se através de uma dupla operação: primeiro o autor suprime um segmento já escrito para depois adicionar, acrescentar outro. Como diz Biasi (2010, p. 73), é um “processo integrado que combin[a] risco e acréscimo”, ou seja, supressão e adição.

As rasuras de substituição observadas no *Elucidário* não apresentam um “risco”, como apontado por Biasi, para suprimir. O autor, ao adicionar a nova palavra, suprime a antiga, escrevendo por cima, como pode ser observado na Figura 7. Podemos notar que, no texto em manuscrito preto, o autor faz as rasuras com tinta azul. No verbete *bámbas*, ele substitui o *D* em caixa-baixa da palavra *designativo* para caixa-alta; a palavra *africano* para *afronêgro*; o substantivo *nêgro* para o verbo *conhecidos*. Nesta mesma figura, podemos também ver que o autor, no verbete *bambás*,¹¹ que é em parte datiloscrito e em parte manuscrito, também faz algumas substituições de palavras a tinta.

Figura 7 – Rasura de substituição

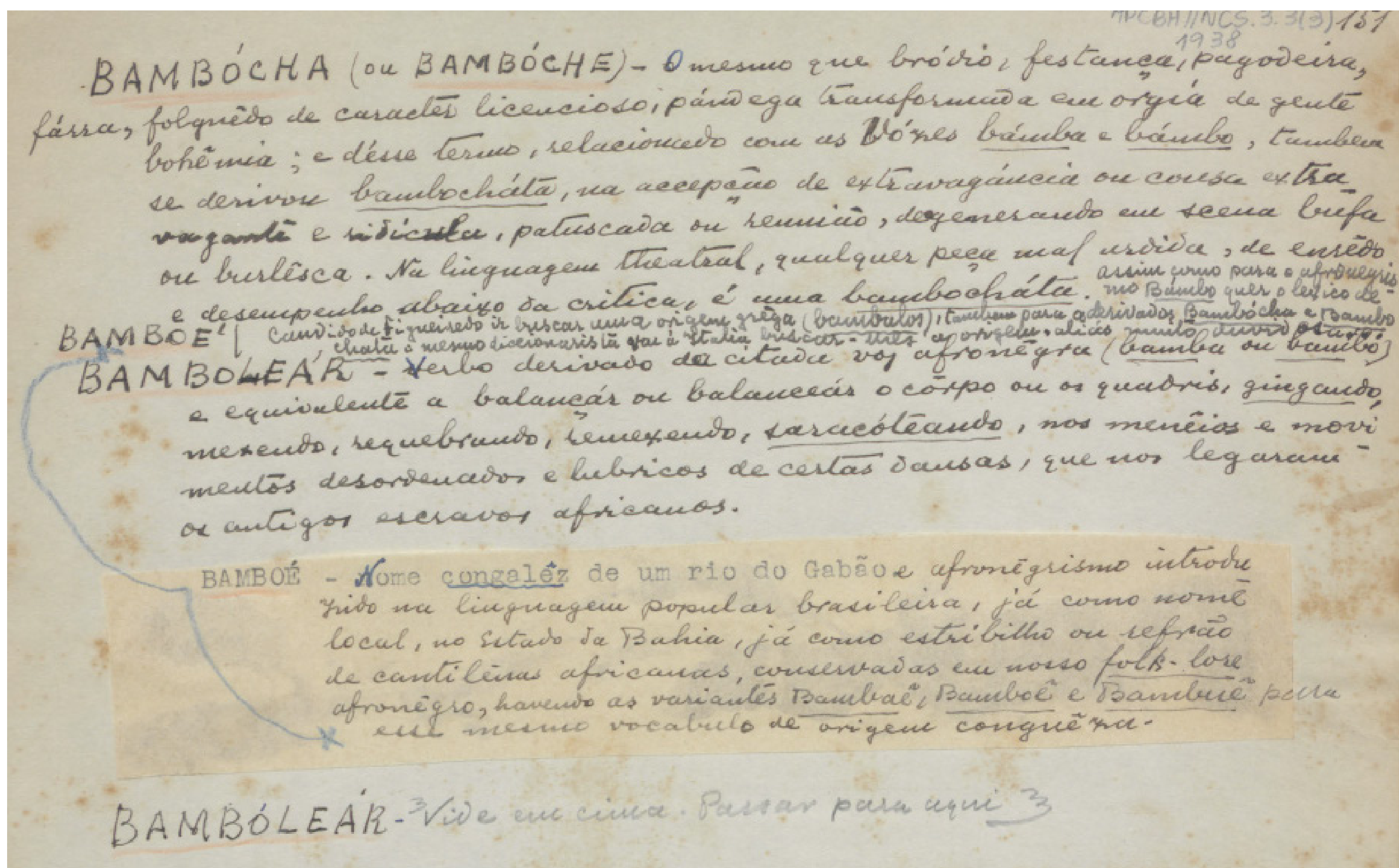


Fonte: Senna (1938 [Letra A], p. 66)

A rasura de deslocamento é uma operação mais complexa e pode ocorrer através de alterações no posicionamento de um fragmento. Através de setas, traços, asterisco, enquadramento se reenvia um segmento ou até mesmo parágrafos inteiros a outro local do texto, como é o caso da Figura 8. O autor, com uma seta azul, pede para transferir o verbete *bamboé* para cima, entre *bambócha* e *bambolear*, propondo uma organização em ordem alfabética.

11 A diferença entre os dois verbetes está apenas no acento: na primeira palavra, o acento está na primeira sílaba; na segunda, está na segunda sílaba. O autor afirma que *bambás* é o plural aportuguesado de *bámbas*.

Figura 8 – Rasura de deslocamento



Fonte: Senna (1938 [Letra B], p. 251)

O deslocamento, geralmente, mostra uma preocupação com o arranjo do eixo sintagmático e com a sequência textual-discursiva. Observa-se também, no exemplo acima, que o autor repete a palavra *bambolear* e deixa um recado: “Vide em acima. Passar para aqui”, reforçando que o verbete deve ser deslocado. Assim, a rasura de deslocamento é formada pela combinação de supressão e adição, pois o segmento deslocado é efetivamente eliminado de seu contexto, de seu local, e acrescentado a outro.

De acordo com Biasi, a rasura de utilização, ou de gestão, ocorre quando, diante de várias anotações, listas ou versões do texto que está sendo escrito, o autor, à medida que vai utilizando os elementos anotados, os risca para desativá-los e não para suprimi-los. Notamos que há várias listas de palavras no início, bem como no meio, do *Elucidário*, que pressupomos que sejam palavras que seriam trabalhadas posteriormente pelo autor. Entretanto, não podemos afirmar que essas listas seriam usadas com essa finalidade.

O ato de rasurar com objetivo de suprimir, substituir ou transferir pode ser feito a qualquer momento, seja logo após a redação, seja numa releitura, próxima ou tardia. A rasura de suspensão é aquela em que nenhum traço suprime um segmento, mas, embaixo ou em cima da palavra, nas entrelinhas, um outro segmento, uma outra forma é ali inscrita constituindo uma possibilidade, uma alternativa para um momento posterior. Não conseguimos, até o momento, identificar esse tipo de rasura no *Elucidário* para exemplificar.

Considerando as funções definidas por Biasi, podemos concluir que a rasura de substituição é a mais recorrente no documento. Entretanto, as intervenções mais recorrentes, de fato, nos originais de Nelson de Senna são as adições, os acréscimos de informações, nas entrelinhas, nas marginálias. Diante disso, coloca-se a questão: as adições podem ser consideradas “rasuras”? Afinal, toda enunciação é, a rigor, uma adição, além do mais, a adição não traz em si nenhum traço visível de rasura.

A pesquisadora francesa Claudine Fabre (1990, p. 54) considera quatro funções para a rasura: além da substituição, supressão e deslocamento, a autora identifica também a rasura de adição, mas os pesquisadores de crítica genética não reconhecem essa função. A rasura envolve sempre uma revisitação ao texto escrito, assim como os acréscimos realizados *a posteriori*. Exemplo disso são os incontáveis acréscimos feitos à margem ou a inserção de verbetes ou fragmentos maiores, além de setas e balões indicando um complemento a um determinado ponto. A adição pode se situar em qualquer lugar da folha e está diretamente associada à revisão de conteúdo. Por esse motivo, a adição, ou seja, os acréscimos, é uma das operações mais recorrentes nos originais de Nelson de Senna.

Considerações finais: a obra de Nelson de Senna é uma mina de informações a ser explorada

Estudar a obra de Nelson de Senna no âmbito da Filologia nos leva a conhecer o processo de construção do texto na sua intimidade, com suas hesitações e afirmações. Vale ressaltar que o estudo da documentação constituída em torno da obra do autor nos permite, e ainda na perspectiva filológica e histórica, ampliar a dimensão do patrimônio linguístico preservado ao longo do processo editorial, que, nesse caso, vai além do próprio *Elucidário*.

Nosso interesse pelo processo de elaboração da obra nos faz imaginar o espetáculo da construção na mente criadora do nosso autor, bem como nos leva a investigar o texto em seu “vir-a-ser” (SALLES, 2008, p. 29), revelando fases da escrita e o sistema de geração da obra. Temos o privilégio de conviver com marcas deixadas por Nelson de Senna no momento de sua criação e jamais tocadas pelas “mãos do editor” (CHARTIER, 2014).

Acreditamos que há muito ainda a ser estudado quanto aos diferentes aspectos da ortografia e da materialidade do texto, como a análise de aspas, hifens, sublinhados e acentos feitos à mão posteriormente; a análise da fonte da máquina de escrever e dos papéis. São muitas perguntas: será que a mesma máquina foi usada durante todo o processo de escrita? Os textos datiloscritos em azul podem ser uma cópia? Será que há marcas d’água nos papéis que possam nos dizer quando foi escrito e onde o autor estava? As obras relativas ao *Elucidário* seriam etapas anteriores a sua elaboração ou os materiais surgiram paralelamente?

Sabemos ainda que há muito mais perguntas do que respostas. Talvez nunca conseguiremos respostas para muitas das perguntas, outras, sabemos que demandam mais tempo de estudo e um mergulho mais profundo no universo do autor e nos documentos, como um todo, para serem respondidas. E, para além do processo de criação, é preciso ressaltar que ainda há muito que se estudar sobre as palavras afronegras anotadas por Nelson de Senna.

Referências

Fontes

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

SENNA, N. de. *Elucidário de africanismos*: vocabulário de africanismos e afronegrismos usados no Brasil e na África colonial lusitana. Letra A-Z. Incompleto. Folhas avulsas. Manuscrito, recortes de jornais. 1938.

Referências

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Inventário do arquivo pessoal*: Nelson Coelho de Senna. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2000.

APM – Arquivo Público Mineiro. Coleção: Nelson Coelho de Senna. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=63. Acesso em: 25 jun. 2021.

BIASI, P.-M. de. *A genética dos textos*. Tradução de Marie-Hélène Paret Passos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010. (Coleção Delfos, 2)

BRASIL. *Com direito à palavra*: dicionários em sala de aula. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. (ed.). Introdução. In: CASTELO BRANCO, C. *Amor de perdição*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. p. 9-121.

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FABRE, C. *Les brouillons d'écoliers ou l'entrée dans l'écriture*. Grenoble: Ceditel; Atelier du Texte, 1990.

GLOSSÁRIO de Crítica Textual. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>. Acesso em: 5 dez. 2019.

GRÉISILLON, A. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HOUAISS, A. *et al. Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Nelson Coelho de Senna. Patrono da Cadeira Número 04. Disponível em: <http://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitucional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7580>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PINHEIRO, A. V. Da importância do manuscrito literário. *Interpoesia*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 43, maio 1998.

SALLES, C. A. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

SANTOS, R. B. dos. Filologia e literatura: lugares afins para estudo do texto teatral censurado. In: SANTOS, R. B. dos (org.). *Edição e estudo de textos teatrais censurados na Bahia: a Filologia em diálogo com a literatura, história e o teatro*. Salvador: EdUFBA, 2012. vol. 1, p. 19-65.

SENNA, N. de. *Africanos no Brasil* (estudos sobre os negros africanos e influências afronegras sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro). Belo Horizonte: Oficinas Graphics Queiroz Breyner Ltda, 1938.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética, EdUSP, 1994.

TOLEDO NETO, S. de A. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a Crítica Textual? In: LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. de (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 292-303.

WILLEMART, P. Crítica genética e história literária. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, n. 10, p. 165-185, 2001.

O LUGAR DA VÍRGULA EM UM MANUSCRITO SETECENTISTA

Maria de Fátima Nunes Madeira

Administração pela pena. Assim ficou conhecida a maneira como Portugal governava as suas colônias. Os documentos coloniais luso-brasileiros lavrados em papel, com tinta e pena, recolhidos aos acervos dos arquivos permanentes, dialogam atualmente com os pesquisadores e deixam claras “as vias e os fluxos da obediência e/ou da insubordinação a uma legislação e um governo construído de longe” (BELLOTTO, 2006, p. 295).

Essa vasta documentação manuscrita, produzida no período colonial, vem sendo utilizada como objeto de estudos realizados tanto diretamente, a partir da consulta presencial aos manuscritos, nos arquivos locais, quanto pelos manuscritos digitais, disponibilizados por arquivos de vários países do mundo que abrigam documentação referente à colonização portuguesa no Brasil. Dentre esses estudos, destacam-se os de história da língua, que vêm descrevendo, a partir da edição dos documentos coloniais, o estado e o desenvolvimento da língua portuguesa escrita, utilizada no Brasil e em Portugal, nesse contexto administrativo: um trabalho transdisciplinar entre Filologia e Linguística.

Justamente com o propósito de contribuir com a composição desse conjunto de dados sobre a tradição gráfica administrativa colonial e com os estudos que analisam a sua relação com o que já se conhece sobre a história do português do século XVIII, este estudo tem como objeto uma carta régia de 1755, documento pesquisado no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e que será apresentado sob a perspectiva filológica, revelando as suas propriedades codicológicas, paleográficas e diplomáticas, e sob a perspectiva linguística, mostrando o funcionamento do emprego das vírgulas no texto do manuscrito.

No presente trabalho, pretende-se abordar a metodologia utilizada, deixando claros cada um dos passos percorridos, desde a localização do documento, passando pelos estudos filológicos e diplomáticos, que garantem a sua autenticidade, até o desenvolvimento e a conclusão da análise linguística.

Por isso, a primeira parte será dedicada à apresentação do manuscrito e à descrição codicológica do documento, salientando como as marcas do suporte material circunscrevem o documento no tempo e no espaço em que foi produzido, bem como nos seus lugares de pouso. Dessa forma, serão considerados tanto os fatores do seu contexto de produção, quanto a própria história do códice onde o documento está inserido.

Na segunda parte, avançaremos na investigação sobre a autenticidade do manuscrito, analisando, a partir das metodologias da Paleografia, os aspectos da escrita, relacionando-os com a datação tópica e cronológica constante no documento. Da leitura e decifração do texto reproduzido na edição fac-similar, e seguindo criteriosas normas de transcrição, resulta uma edição conservadora, classificada como *semidiplomática*, que, alinhada com as imagens do manuscrito, facilita ao leitor a consulta aos textos nas suas duas formas: o original, manuscrito; e o editado.

A partir da descrição das propriedades diplomáticas do documento – uma carta régia escrita em 1755, copiada e autenticada em 1777 – é possível verificar se as condições juridicamente válidas foram corretamente redigidas, de acordo com as fórmulas convencionadas, para se avaliar a autenticidade e a fidedignidade do manuscrito, análise que será realizada na terceira parte deste estudo.

Por último, serão apresentadas cada uma das etapas cumpridas no estudo linguístico: i) transcrição dos textos metalinguísticos; ii) registro, em tabelas, das normas propostas pelos compêndios ortográficos; iii) registro, em tabelas, das situações em que as vírgulas foram utilizadas e deixaram de ser utilizadas pelo escrivão, em relação aos usos prescritos nas ortografias selecionadas; e iv) análise dos dados, que evidencia resultados sincrônicos, mas que podem, além de se juntar a estudos já realizados para compor um quadro diacrônico das formas de emprego das vírgulas em documentos administrativos setecentistas, motivar novas pesquisas sobre o tema da pontuação.

O manuscrito e sua trajetória

Nas últimas décadas, observamos a intensificação de pesquisas em arquivos nacionais e internacionais, graças a iniciativas de cooperação internacional, como a do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (BERTOLETTI; BELLOTTO; DIAS, 2011), de 1995. Por meio de acordos de cooperação entre arquivos do Brasil e de Portugal, documentos da época colonial, de interesse do Brasil, foram microfilmados e colocados à disposição de pesquisadores, permitindo consultas a distância, o que democratizou o acesso a arquivos europeus. No principal repositório da documentação colonial brasileira em Portugal – o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – o consulente tem o privilégio de encontrar esses testemunhos escritos do dia a dia da administração do Brasil colônia¹.

O Projeto Reencontro, contrapartida do Projeto Resgate, mais uma união de esforços dos governos português e brasileiro para recuperar as informações de interesse mútuo, contidas nos documentos da época colonial, descreve e microfilma documentos de interesse português

1 Disponível em: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis=>

abrigados no Brasil. Os documentos da coleção Alberto Lamago, custodiados pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP – fazem parte desse projeto.

Dentre as fontes documentais dessa coleção, encontra-se um testemunho da carta régia produzida em 1755 e reproduzida em 1777, um documento diplomático, cadastrado no IEB-USP sob o código AL 014-002, que recebe agora uma nova edição, com metodologia filológica, para se transformar em objeto de estudo para variados tipos de pesquisa.

A importância de se identificar, restaurar e editar esse documento do século XVIII está na conservação e divulgação de textos que trazem informações sobre um período significativo para a história da formação da sociedade e da cultura brasileira, ainda vinculada às influências de Portugal, como metrópole. A carta régia foi escrita logo após o terremoto de Lisboa, em 1755, e encaminhada a todas as vilas de cada capitania do Brasil-colônia para que ali se arrecadassem fundos para a reconstrução de Lisboa. A ordem régia foi cumprida, instituindo-se um imposto chamado subsídio voluntário, por prazo de dez anos, mas que – sob protestos – foi cobrado por mais de setenta anos. Um desses protestos ficou registrado numa representação, correspondência assinada pelos oficiais da Vila Real do Sabará, em 1777, expondo a situação precária em que se encontrava a população, e solicitando à rainha D. Maria I o fim da cobrança do tal subsídio. A carta régia deste estudo constitui-se numa cópia que foi anexada a essa representação para dar conhecimento, à rainha, de toda a situação, desde o dia em que a carta régia chegara à Vila Real de Sabará.

Para consultar esse e os outros documentos de seu imenso acervo, o IEB-USP disponibiliza o serviço de atendimento *on-line*, pelo site: <http://www.ieb.usp.br> – Opção: acervo – arquivo – catálogo *on-line*. Os documentos digitais não estão disponíveis para leitura nessa base de dados, apenas a sua descrição. Em tempos sem pandemia, das 9 às 13h, o IEB-USP recebe visitantes, mediante prévio agendamento pelo e-mail arquivoieb@usp.br, ou pelo telefone (11) 3091-3427, para consulta aos documentos corpóreos e para outros tipos de visita. Navegar por esse endereço eletrônico, além da busca por documentos, equivale a explorar o acervo do arquivo e da biblioteca, as publicações, e todos os demais serviços de pesquisa, estudos e extroversão do IEB-USP, que têm por objetivo unir acervo e pesquisa nas áreas de Artes, Literatura, Música, História, História Econômica, Geografia, Economia, Antropologia, Museologia e Sociologia.

Sabe-se, por informações extraídas do catálogo impresso (NOGUEIRA; BELLOTTO; HUTTER, 2002), que o colecionador Alberto Lamago trouxe esse códice de Portugal, em 1920, para a sua casa, em Campos de Goitacazes, onde abrigou sua coleção de manuscritos, livros raros e material iconográfico, e que essa coleção foi transferida para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1936, e mais tarde, em 1968,

para o arquivo do IEB-USP, onde o códice recebeu o código AL 014. Esses esclarecimentos contam sobre a travessia do testemunho de volta ao Brasil e, somados a marcas físicas – como a encadernação do códice, de responsabilidade do colecionador, o carimbo da Faculdade e as anotações a lápis no manuscrito – confirmam sua passagem pelos lugares de pouso: o Arquivo Histórico Ultramarino, de onde Alberto Lamago adquiriu esse documento; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde foi elaborado o primeiro catálogo da miscelânea; e o seu destino final, o arquivo do IEB, onde recebe tratamento de preservação e divulgação.

O manuscrito e sua materialidade

Podemos então afirmar que as marcas deixadas no suporte de um manuscrito, inclusive as marcas de corrupção – causadas pelo tempo e outros fatores – descrevem não somente aspectos sobre a sua autenticidade, como também sobre a história da trajetória desse objeto, e sobre a transmissão do texto à contemporaneidade. Assim, o texto escrito pode ser considerado um patrimônio cultural, apresentado pela Filologia sob a perspectiva de uma curadoria, em que o texto antigo é aproximado do leitor contemporâneo a partir de explicações sobre os aspectos de sua materialidade.

Quadro 1 – Descrição codicológica

- 1. Cota:** (cidade e instituição onde se encontra o códice e sigla de identificação): São Paulo; IEB/USP; AL 014-002
- 2. Datação** (cronológica) **e lugar de origem** (data tópica):
3. Carta régia: 16/12/1755 – Belém – Lisboa – Portugal (linhas 41 e 42 do fólio 1v) Cópia autenticada da carta régia: 29/07/1777 – Vila Real de Sabará – Minas Gerais – Brasil (linha 50 do fólio 1v).
- 4. Folha de Rosto** (transcrição do texto do catálogo): CARTA RÉGIA de D. José I, rei de Portugal, ao juiz e oficiais da Câmara de Sabará para a contribuição de um subsídio voluntário da capitania de Minas Gerais para a reconstrução de Lisboa, deixando ao arbítrio das autoridades a forma de arrecadação. *Belém, 16 de dezembro de 1755. 2p.* (Cópia: 29 de julho de 1777)
- 5. Suporte material:** papel de trapo, de boa espessura, na cor originalmente bege, amarelado pelo tempo, com alguns pequenos furos, causados por traças; presença de vergaturas (de 1 em 1mm) e pontusais (8 por fólio, a cada 26mm); presença de marca d'água, evidenciando um brasão com árvore no cimo, enfeitada com rolos de papiro, e as letras HCW & Zoonen, indicando as iniciais do nome do fabricante holandês do papel. Instrumento de escrita: pena de ganso e tinta ferro-gálica.
- 6. Composição:** 01 fólio medindo 350 mm X 220 mm, opistografado, lado *recto* com 29 linhas e lado verso com 25 linhas.
- 7. Organização da página:** A mancha ocupa uma coluna de 200 mm X 125 mm. Não há pautas. Há espaço em branco de 150 mm do topo ao início do texto e de 95 mm da lateral até a mancha, tanto no lado *recto* como no lado verso. O manuscrito apresenta reclames, ao fim do fólio, repetindo a palavra no início do fólio seguinte, recurso de paginação que facilita a recuperação da leitura na mudança de fólio. A cópia da carta régia ocupa a posição 4r e 4v, dentre os fólhos do códice, porém, neste estudo, utilizada como testemunho único, está numerada como 1r e 1v. Presença de assinaturas autenticadas, com sinal público.

8. Particularidades: Na margem superior esquerda do fólio recto consta uma anotação tardia, a lápis, a numeração “14.2”, indicando o código com que o documento foi cadastrado no catálogo. Entre o título e o texto, no primeiro fólio *recto*, observa-se um carimbo retangular, medindo 10 mm X 25 mm, em tinta azul, com os termos: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Biblioteca Central.

9. Encadernação e conteúdo: códice inautêntico, medindo 360 mm X por 230 mm; encadernação costurada, com capa de tecido de juta, na cor rosada, que mantém sua eficácia na proteção dos manuscritos. Nessa encadernação, constam os seguintes documentos diplomáticos: A representação de 1777 e as seguintes cópias anexas: carta régia de 1755, termo em junta de 1756 e auto de vereação de 1768, todos produzidos em 1777.

Fonte: Adaptado de Cambraia (2005, p. 28).

É possível afirmar, pelas informações descritas no quadro anterior, recolhidas da observação direta ao códice e ao documento, no IEB-USP, que se trata de um autêntico documento oficial, representativo do século XVIII.

A escrita e a leitura do texto manuscrito

Uma das primeiras providências a serem tomadas quando se tem um manuscrito em mãos é decodificar a escrita em que seu testemunho está lavrado, para se proceder à transcrição do documento. Para tanto, as metodologias de leitura, de análise e de identificação com a história social da escrita da Paleografia (CONTRERAS, 1994) podem ser utilizadas a partir de perguntas cujas respostas brotam do próprio texto do manuscrito:

Paleografia de leitura: o que está escrito?

Na carta régia copiada em 1777, a escrita humanística apresenta pouca diferença entre o modelo caligráfico padronizado em manuais da época e a execução pelo escrivão, não oferecendo grandes dificuldades de leitura. O alfabeto utilizado, análogo ao sistema gráfico atual, permite grande aproveitamento e compreensão, já nas primeiras leituras, de sílabas, palavras e frases. Os traços de cursividade, como a velocidade da escrita e a união de algumas palavras, não chegam a impedir o leitor contemporâneo de ler e compreender os termos da carta. Por isso, numa primeira transcrição, reconhece-se de imediato um texto em língua portuguesa. Não há dificuldade, tampouco, na leitura da única abreviatura no texto – “q” – facilmente desdobrada em “que”, nem léxico desconhecido que exija consulta a dicionário especializado, da mesma época da produção do manuscrito. A maior dificuldade de leitura provavelmente se concentre nos alógrafos². Para enfrentar esse obstáculo, recomenda-se ordenar o alfabeto utilizado no texto. Ackel (2019), que descreveu o alfabeto para vários manuscritos do acervo Alberto Lamago, do IEB-USP, gentilmente o cedeu para este estudo. Destacamos a descrição dos grafemas <h> e <s>:

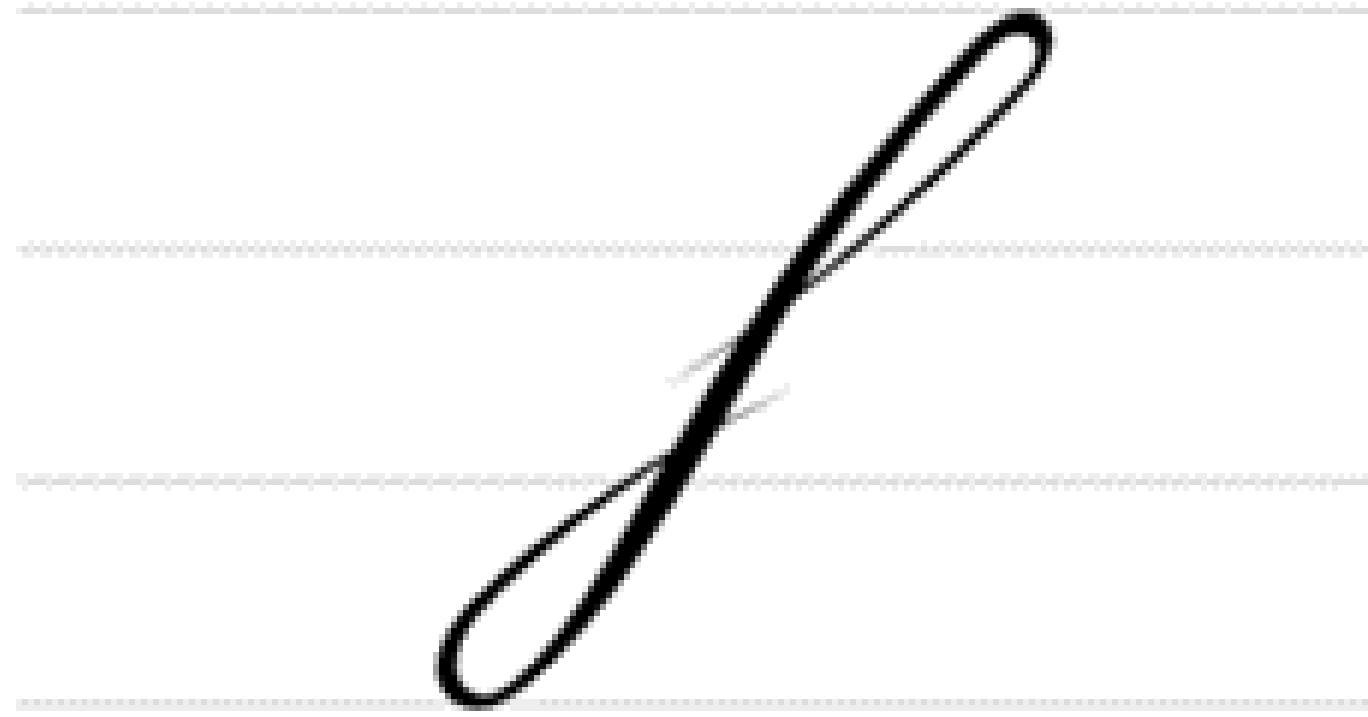
² Diferentes tipos de grafia de uma letra.

Figura 1 – <h> inicial



Fonte: Ackel (2019)

Figura 2 – <s> inicial



Fonte: Ackel (2019)

Da leitura desse fólho opistógrafo (frente e verso), depreende-se um texto que conta rapidamente como o terremoto havia arruinado a cidade, e que apela à lealdade dos vassalos do rei para decidir sobre os melhores meios de se conseguirem recursos para a necessária e urgente reconstrução de Lisboa.

Paleografia de análise: quando e onde foi escrito?

A leitura também permite a identificação das datas tópica (local) e cronológica (data) no manuscrito. A carta original foi escrita em Belém, aos 16 de dezembro de 1755. Já a cópia apresenta a seguinte datação: “Sabará e de Julho 29 de 1777”, à linha 50 – fólho 1v. Essas informações serão associadas à maneira como o escrivão utilizou a pena, o papel e a escrita.

Como foi escrito?

Quando a Paleografia descreve a maneira como a carta régia foi escrita – módulo pequeno e homogêneo das letras, *ductus* cursivo, leveza do traçado, ângulo inclinado à direita, ornamentos nas iniciais maiúsculas, junção de palavras, principalmente dos clíticos, respeito às pautas e linhas imaginárias, paragrafação bem assinalada, uso de sinais de pontuação, acentuação, de abreviaturas e reclames – esse exame sistemático tenta situar a própria escrita e o documento no tempo e lugar em que foram produzidos. Dessa forma, a análise da relação entre as datas (SABARÁ, 1777) e as práticas gráficas (próprias de uma sede administrativa) validam o documento como um manuscrito autêntico do século XVIII.

Paleografia em identidade com a história da escrita: quem escreveu, e por quê?

A resposta à pergunta “quem escreveu?”, proposta por Petrucci (2002, p. 6-7), visa não especificamente a determinar o nome do autor material do documento, mas a qual ambiente sociocultural ele pertencia e como era a difusão social da escrita nesse tempo e ambiente. Pela descrição paleográfica da escrita do manuscrito e dos modos de escrever do escriba, que revelou habilidade, é possível inferir que o responsável pela produção material do documento fazia parte de um grupo de escrivães profissionais, contratados exclusivamente para escrever e copiar documentos. O autor intelectual, normalmente, apenas assinava o manuscrito. Por se tratar de uma cópia, autorizada pelos oficiais da Câmara da Vila Real de Sabará, e autenticada por tabelião, reconhecemos a subscrição do escrivão e do tabelião no documento, mais uma prática de escrita administrativa colonial.

“Por que o documento foi escrito?” (PETRUCCI, 2002, p. 6-7), ou seja: “qual é a finalidade ideológica e social dessa escrita?”. Para responder a essas questões, é necessário contextualizar o manuscrito em duas fases: i) no momento da sua produção, em 1755, quando o rei assinou uma ordem, para a criação de um imposto, que chegou à Sabará, e foi cumprida; ii) no momento da produção da cópia, que foi anexada ao documento principal do códice, a representação de 1777, para contestar a continuação do pagamento do subsídio voluntário para a reconstrução de Lisboa.

Nos dois momentos, a escrita revela a governança colonial, construída de longe, feita de fluxos de ordens, obediência ou insubordinação e, conforme Magalhães (2014, p. 7), um “meio de articulação e comunicação entre os dois lados do Atlântico, representando informação, ordem, hierarquia e mobilização”.

Normas de transcrição

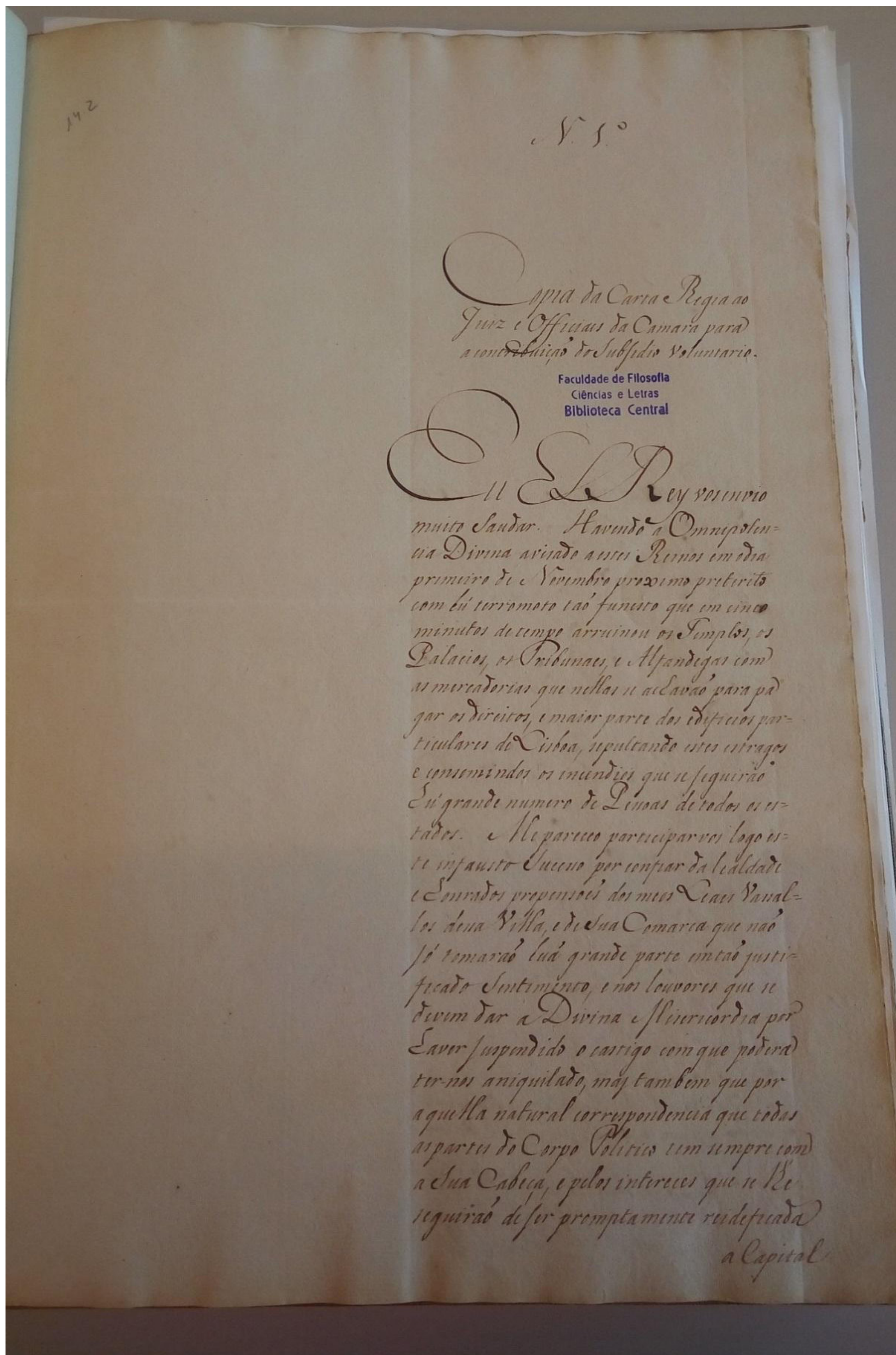
O resultado mais evidente da análise paleográfica é a decodificação da escrita, que se materializa na transcrição do texto. Conforme Vasconcelos e Santiago-Almeida (2012, p. 351), é de suma importância que a edição de manuscritos siga um rigor científico, caso contrário, muitas dessas edições, transcritas aleatoriamente, representam uma perda incalculável para o estudo filológico e, conseqüentemente, para a reconstituição da história interna e da história social da língua portuguesa.

Por isso, levando em conta o público-alvo, a princípio, presumidamente, de pesquisadores da história, da linguística e da história da língua, e o objetivo deste estudo, que se baseia na análise do funcionamento do sistema de pontuação, particularmente das vírgulas, no manuscrito,

a presente edição semidiplomática – justalinear com a edição fac-similar do fólho 1 (*recto* e verso) do documento – se propõe a seguir as normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos do Projeto para a História do Português Brasileiro. A atualização dos casos de fronteiras de palavras, conforme o modelo atual, continua preservando a língua original do texto escrito, imprescindível para os estudos linguísticos, ao mesmo tempo em que favorece a leitura a um público mais abrangente, sem prejuízo, portanto, à compreensão do texto, e sem interferir na análise do emprego das vírgulas. Além disso, na edição:

1. A transcrição será conservadora;
2. A única abreviatura presente no manuscrito será desenvolvida, marcando-se – em itálico – as letras omitidas, respeitando a grafia do manuscrito;
3. A pontuação original será exatamente mantida;
4. A acentuação original será estritamente mantida, inclusive a sua posição;
5. Será respeitado o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
6. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, ao lado da lição correta, da seguinte forma: “epaço” por “espaço”;
7. Intervenções de terceiros no documento original serão indicadas em nota de rodapé;
8. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto. A mudança de fólho receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1r|| ||1v||;
9. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento;
10. As assinaturas simples ou rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplo: assinatura simples – Bernardo Jose de Lorena; sinal público – [Bernardo Jose de Lorena];
11. Os alógrafos contextuais de caracteres serão uniformizados segundo o alfabeto atual.

Figura 3 – Fac-símile do fólio 1 recto



Fonte: IEB-USP – reprodução fotográfica realizada pela autora

Tabela 1 – Edição semidiplomática – fólio 1 recto

1r ³	Número 1º
Copia da Carta Regia ao Juiz e Officiaes da Camara para a contribuição do Subsidio voluntario	
4	
5	Eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo a Omnipoten= cia Divina avisado a estes Reinos em o dia primeiro de Novembro proximo preterito com hũ terromoto taõ funesto que em cinco 10 minutos de tempo arruinou os Templos, os Palacios, os Tribunaes, e Alfandegas com as mercadorias que nellas se achavaõ para pa gar os direitos, e maior parte dos edificios par= ticulares de Lisboa, sepultando estes estragos 15 e consumindos ⁵ os incendios que se seguiraõ hũ grande numero de Pessoas de todos os es= tados. Me pareceo participar vos logo es= te infausto Sucesso por confiar da lealdade e honrados propensoes dos meos Leais Vassal= 20 los dessa Villa, e de sua Comarca que naõ só tomaraõ huã grande parte em taõ justi= ficado Sentimento, e nos louvores que se devem dar a Divina Misericordia por haver suspendido o castigo com que podera 25 ter-nos aniquilado, mas tambem que por aquella natural correspondencia que todas as partes do Corpo Politico tem sempre com a Sua Cabeça, e pelos intereces que se lhe seguiraõ de ser promptamente reideficada 30 a Capital

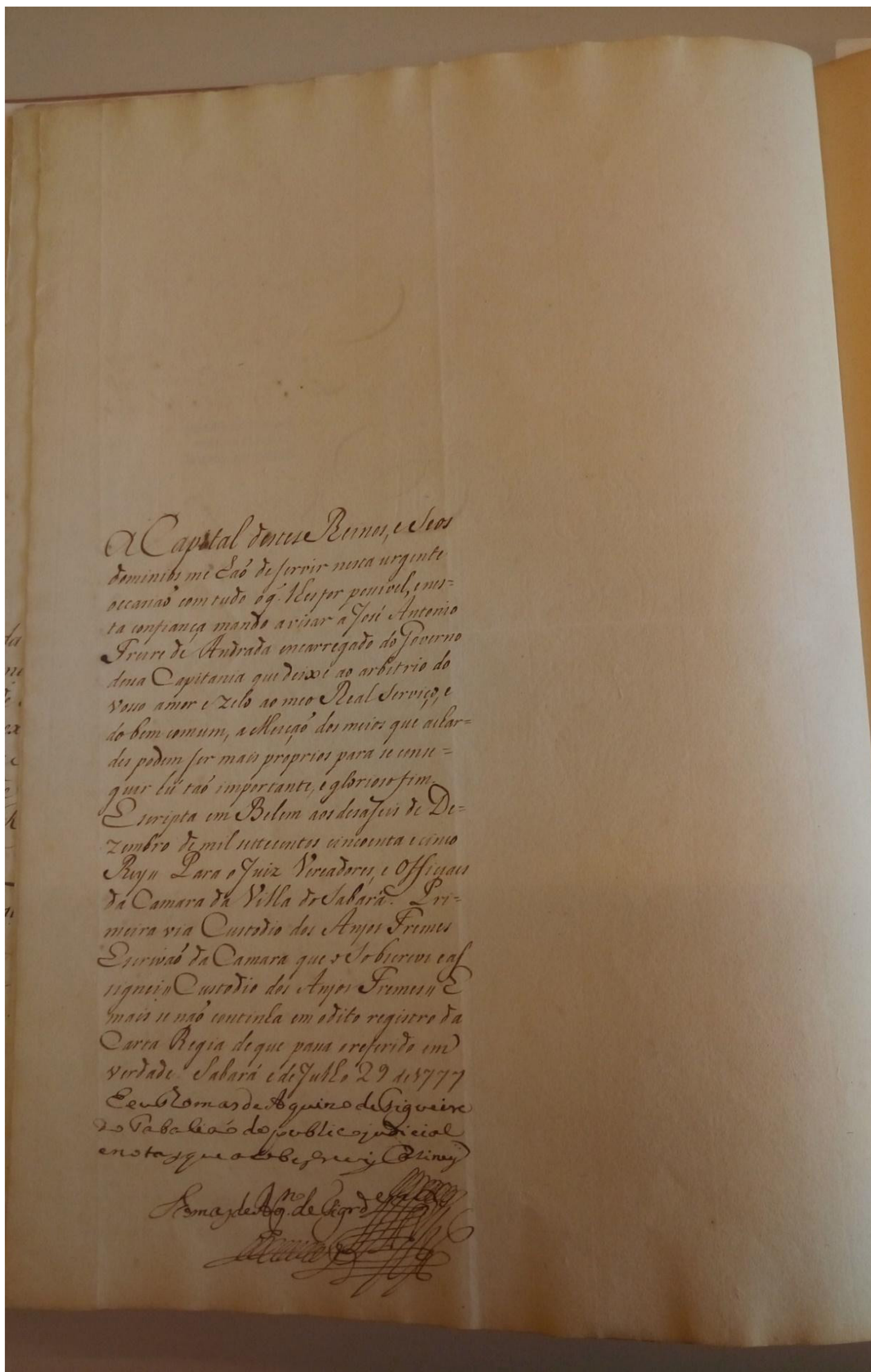
Fonte: Elaboração própria.

3 Presença de anotação tardia: 14.2, a lápis, na margem esquerda superior, na altura da linha onde consta “N 1º”.

4 Presença de carimbo retangular: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Biblioteca Central.

5 “consumindos” por “consumindo”

Figura 4 – Fac-símile do fólio 1 verso



Fonte: IEB-USP – reprodução fotográfica realizada pela autora

Tabela 2 – Edição semidiplomática – fólio 1v

||1v||a Capital destes Reinos, e Seos
dominios me haõ de servir nesta urgente
occasiaõ com tudo o que lhes for possivel, e nes=
ta confiança mando avisar a José Antonio
35 Freire de Andrada encarregado do Governo
dessa Capitania que deixe ao arbitrio do
vosso amor e zelo ao meo Real Serviço, e
do bem comum, a elleiçaõ dos meios que achar=
des podem ser mais proprios para se conse=
40 guir hũ taõ importante, e glorioso fim.
Escripta em Belem aos desaseis de De=
zembro de mil settecentos cincoenta e cinco
Rey // Para o Juiz Vereadores, e Officiaes
da Camara da Villa do Sabará. Pri=
45 meira via Custodio dos Anjos Fremes
Escrivaõ da Camara que o Sobscrevi e as
signei// Custodio dos Anjos Fremes// E
mais se naõ continha em o dito registro da
Carta Regia de que passa o referido em
50 Verdade. Sabará e de Julho 29 de 1777
E eu Thomas de Aquino de Figueire
do Tabaliaõ do publico judicial
e notas que o Sobescrevi e asiney
[Thomas de Aquino de Figueiredo]
55 [Custódio dos Anjos Fremes]

Fonte: Elaboração própria.

O manuscrito e sua estrutura diplomática

A análise diplomática é realizada para se compreender o documento do ponto de vista da autenticidade e da fidedignidade do conteúdo no momento de sua produção.

Quadro 2 – Estrutura diplomática

Espécie documental: Carta régia	
Protocolo inicial: titulação e saudação. (linhas 5 e 6)	“Eu El Rey vos envio muito saudar”
Preâmbulo: Justificativa para a necessidade da criação do ato normativo. (linhas 6 a 17)	“Havendo a Omnipotencia Divina avisado a estes Reinos ... que se seguiraõ hũ grande numero de Pessoas de todos os estados.”
Exposição: Argumentação do preâmbulo. (linhas 17 a 28)	“Me pareceo participar vos logo este infausto Sucesso por confiar ... todas as partes do Corpo Politico tem sempre com a Sua Cabeça,”

Dispositivo: Parte em que se manifesta a vontade do emissor. (linhas 28 a 33)	“e pelos intereces que se lhe seguiraõ de ser promptamente ... servir nesta urgente occasiaõ com tudo o que lhes for possivel,”
Corroboração: Formas de se assegurar o cumprimento do dispositivo. (linhas 33 a 40)	“e nesta confiança mando avisar a José Antonio Freire de Andrada ... conseguir hũ taõ importante, e glorioso fim.”
Protocolo final: Datação e subscrição do documento original e da cópia. (linhas 41 a 55)	“Belem aos desaseis de Dezembro de mil settecentos cincoenta e cinco Rey // ... que o Sobescrevi e asiney [Thomas de Aquino de Figueiredo] [Custódio dos Anjos Fremez]”

Fonte: Elaboração própria.

As fórmulas convencionadas para cada espécie documental devem ser seguidas no texto, para dar fé e força de prova aos documentos. No quadro 2, observamos que a espécie documental *carta régia* aparece veiculada num modelo de texto de acordo com sua natureza e com a categoria do conteúdo que quer transmitir. A expressão diplomática da carta régia corresponde, portanto, ao ato jurídico-administrativo para o qual ela está servindo de meio, tornando legítimo o conteúdo do documento.

As análises codicológica e paleográfica, que incluíram as marcas da trajetória do manuscrito, identificaram nesse conjunto das partes formais do documento elementos que a Diplomática também utiliza e reconhece como evidências de autenticidade do manuscrito: i) a matéria subjetiva, ou seja, o tipo de papel e as características do códice onde o documento está inserido; ii) a matéria aparente, isto é, a tinta utilizada; iii) a matéria instrumental, ou a pena de ave utilizada na escrita; iv) a grafia, ou o traçado das letras; v) a forma mecânica, isto é, a pautação, a paragrafação, as abreviaturas; vi) e as marcas de validação, como as subscrições (assinaturas dos responsáveis pelo documento) e sinais públicos.

Por fim, a Diplomática também verifica a tradição documental, sua forma, isto é, como o documento foi transmitido no decorrer do tempo: como original, ou como cópia? O catálogo do IEB informa que a carta-régia deste estudo se configura como uma cópia. E os estudos filológicos e diplomáticos corroboram essa informação: Trata-se de um traslado, pois foi lavrada por escrivão autorizado e validada por tabelião, que a autenticou, recebendo assim a mesma fé notarial e força jurídica do original.

As propriedades filológicas e diplomáticas da cópia autenticada da carta régia acompanharam a sua tramitação desde a sua origem, numa sede administrativa do Brasil colonial, até se

transformar em fonte científica e cultural, no arquivo permanente. São 244 anos de história comprovados não só pelo conteúdo do texto escrito, mas também pelas marcas deixadas no suporte material.

O manuscrito e o funcionamento das vírgulas

Depois de confirmar que estamos diante de um documento oficial, que compõe um *corpus* formado por documentos diplomáticos da administração colonial brasileira, documento autêntico e fidedigno, editado de forma conservadora, em novo suporte, mantendo o máximo possível a sua forma original, o texto está apto a ser utilizado em novos tipos de pesquisas.

Vale ressaltar que corrupções muito significativas no texto de um manuscrito prejudicam o levantamento dos dados sobre pontuação, o que pode inviabilizar esse tipo de estudo. Neste caso, o texto da carta régia, documento bem preservado, e totalmente legível, se mostrou adequado para o referido estudo.

Este estudo do emprego das vírgulas do manuscrito foi motivado por artigo publicado em 2020 (RODRIGUES; GONÇALVES, 2020), que verificou as funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX. Nesse artigo, os resultados apontam para o abandono, particularmente no século XVIII, de critérios prosódicos como definidores do emprego da vírgula.

Para analisar o funcionamento do emprego das vírgulas pelo escrivão, foram utilizados como referências dois compêndios ortográficos, um de 1725 (Argote) e outro de 1734 (Madureira Feijó), ambos disponíveis para consulta na internet. Além do importante papel como doutrinas gramaticais representativas do século XVIII, essas fontes metalinguísticas desempenham a relevante função de testemunhos diretos da escrita, já que se pode verificar, no livro impresso, por exemplo, o alógrafo <j>, do grafema <s>, e os reclames, recurso de recuperação entre uma página e outra, que foi mantido mesmo quando o livro impresso já recebia numeração de páginas, duas práticas gráficas manuscritas representativas do período setecentista.

Visto que os livros estão disponíveis para consulta na internet, conforme indicação nas referências bibliográficas, neste estudo será apresentado apenas um resumo das regras prescritas em cada um dos manuais, para o uso de vírgulas, que foram definidas por Argote como: “uma figurinha desta sorte,” e por Madureira Feijó como: “uma breve risquinha, quase da figura de hum c, pequenino virado para trás, da qual se usa na escrita, para distinção das orações, e descanso, ou pausa no ler, para não perturbar o sentido do que está escrito. Chama-se *Vírgula* palavra diminuta de *Virga*, que significa a vara; porque a *Vírgula* é como uma varinha torcida, que nasce do fim da palavra.”⁶

6 Transcrição modernizada dos trechos, realizada pela autora.

Quadro 3 – Normas para o uso de vírgulas em Argote e Feijó

REGRA	ARGOTE (1725, p. 351-354): CAPÍTULO III Da pontuação da Orthografia Portugueza.	FEIJÓ (1734, p. 124-125): DA PONTUAÇAM.
1	Entre duas orações cujo sentido parece imperfeito	Entre duas orações cujo sentido parece imperfeito
2	Antes dos nomes relativos	Antes dos relativos e das conjunções
3	Antes de conjunções copulativas e disjuntivas	
3		Entre os adjetivos, quando concorrem muitos no mesmo caso, com ou sem conjunção; Entre vozes copuladas, ou substantivos juntos com conjunção, ou sem ela.
4	Após o nominativo absoluto	
5	Muitos verbos ou nomes na sequência	

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de Madureira Feijó definir a vírgula como sinal da escrita para descanso ou pausa no ler, nenhuma das suas regras prescreve a vírgula exclusivamente para pausa respiratória. Os dois autores se baseiam em funções lógico-gramaticais para ensinar o uso das vírgulas.

Nos quadros a seguir, estão expostas amostras de como o escrivão utilizou as vírgulas, ora seguindo, ora desconsiderando as prescrições das ortografias.

Quadro 4 – Quando o escrivão utiliza as vírgulas prescritas

Exemplos de vírgula utilizada no manuscrito conforme as regras dos compêndios	linha	Argote	Feijó
Os Templos, os Palacios, os Tribunaes,	10 e 11	Quando na oração vêm muitos nomes, ou verbos	Entre substantivos e adjetivos, quando concorrem muitos no mesmo caso, com ou sem conjunções.
os Tribunaes, e	11	Antes de conjunções copulativas	Antes dos relativos e das conjunções
Lisboa, sepultando...	14	Sentido imperfeito entre duas orações	Sentido imperfeito entre duas orações

Fonte: Elaboração própria

Mesmo que as vírgulas, nestes casos, tenham sido utilizadas de acordo com os compêndios, esse argumento ainda não pode ser utilizado para se confirmar que os escrivães liam e seguiam

essas regras. Também é plausível a hipótese de que as normas é que retratavam o uso que se fazia dos sinais de pontuação na prática escrita. Além disso, esses usos podem ser resultado de uma tradição documental mais antiga que o texto ali produzido (FACHIN, 2016, p. 170), já que o escrivão respeitava a estrutura diplomática da espécie documental “carta régia”, e essas fórmulas poderiam abranger as formas de pontuar o texto.

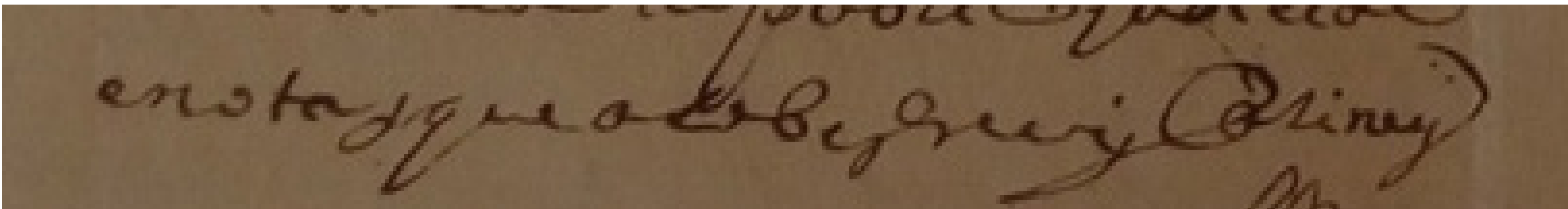
Quadro 5 – Quando o escrivão não utiliza as vírgulas prescritas

Exemplos de ausência de vírgula em relação às regras prescritas	Linha	Função sintática do vocábulo “que”	Argote	Feijó
tão funesto Ø que	9	Conjunção subordinativa consecutiva		Antes dos relativos e das conjunções
Mercadorias Ø que nellas	12	Pronome relativo	Antes dos nomes relativos	Antes dos relativos e das conjunções
estragos Ø e	14		Antes de conjunções copulativas	Antes dos relativos e das conjunções
Mando avisar...Ø que deixe ao arbitrio	36	Conjunção integrante		Antes dos relativos e das conjunções
Juiz Ø vereadores	43		Quando na oração vêm muitos nomes, ou verbos	Entre substantivos e adjetivos, quando concorrem muitos no mesmo caso, com ou sem conjunções.

Fonte: Elaboração própria.

No caso da não utilização de vírgulas pelo escrivão em situações prescritas pelos autores das ortografias, é preciso levar em conta as práticas de escrita, como a falta de fronteira entre palavras, que em alguns casos acabou por inibir o uso da vírgula. Por exemplo, a vírgula não foi utilizada antes da conjunção “e”, na linha 53, em que o clítico está ligado às palavras “sobscrevi” e “assinei”, conforme se observa na imagem fac-similar do fólio 1v:

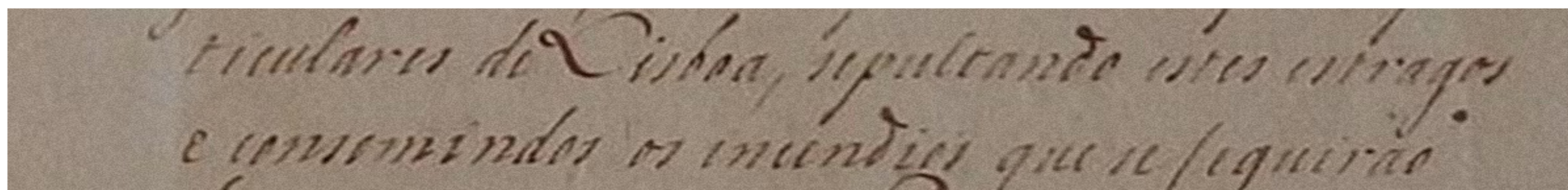
Figura 3 – Recorte do seguinte trecho, transcrito do fac-símile: “enotasqueosobescrevieasiney” (grifo desta autora).



Fonte: Elaboração própria

Da mesma forma, quando as conjunções se posicionam no início da linha, o uso da vírgula parece ter sido desfavorecido pela separação espacial entre a conjunção e a palavra que a precede. É como se a passagem da conjunção para a linha seguinte e o espaço que se estabeleceu entre essas palavras substituísse a função da pontuação.

Figura 4 – Recorte do seguinte trecho, transcrito do fac-símile:
“...ticulares de Lisboa, sepultando estes estragos | e consumindos os incendios que se seguirão”
(grifo desta autora).



Fonte: Elaboração própria

Em artigo publicado pela revista *Confluência* (MÓDOLO; MADEIRA, 2020), foram apresentadas análises que abordam as dimensões da linguagem (CHACON, 1988) e as normatizações sintáticas e textuais para justificar as prescrições, nas fontes metalinguísticas, e os usos, no manuscrito. Os resultados dessa investigação alinham-se com os estudos de Rodrigues e Gonçalves (2020), pela constatação do afastamento da dimensão fônica (pausa para respiração) da linguagem para o uso de vírgulas, no século XVIII, tanto pelos ortografistas como pelos escrivães.

Considerações finais

Com a disponibilização de documentos administrativos coloniais de interesse do Brasil por arquivos de países como Portugal, Holanda, Espanha e França, dentre outros, pelo Projeto Resgate, aumentaram as possibilidades de pesquisas e de composição de *corpora* para estudos linguísticos sincrônicos e diacrônicos a partir dessa documentação luso-brasileira.

Mas antes de ser utilizada como fonte de pesquisa, essa documentação deve ser analisada sob aspectos codicológicos, paleográficos e diplomáticos, com o objetivo de descrever o seu contexto de produção, circulação e transmissão, e garantir, assim, o seu estatuto de documentação autêntica e de bem cultural e patrimonial. Em seguida, o estabelecimento do texto, a partir de uma edição conservadora, como a semidiplomática, garante fidedignidade para futuras investigações.

As análises realizadas sobre o emprego das vírgulas pelo escrivão da carta régia, em relação às prescrições constantes nas ortografias da época, confirmam que no século XVIII não eram utilizados argumentos baseados na pausa para respiração como justificativa para a utilização de vírgulas, o que, segundo Rodrigues e Gonçalves (2020), foi uma exclusividade da centúria setecentista.

A apresentação, passo a passo, da metodologia utilizada neste estudo filológico e linguístico, que relacionou o contexto de produção de um documento setecentista com o estado de língua nele registrado, aponta para a conveniência da utilização de edições fidedignas de documentos produzidos no Brasil colonial para a complementação das informações já coletadas a respeito do comportamento da língua portuguesa desde que adentrou o território brasileiro.

Referências

- ACKEL, A. Estudo paleográfico de manuscrito do século XVII. *Todas as letras - Revista de Língua e Literatura*, v. 21, p. 1-23, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLL1912308>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- ARGOTE, J. C. de *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina*. Lisboa: Oficina da Musica, 1725. Disponível em: <http://purl.pt/10>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes – Tratamento documental*. São Paulo: Editora FGV, 2006.
- BERTOLETTI, E. C.; BELLOTTO, H. L.; DIAS, E. S. A. C. O projeto resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da história do Brasil existentes no exterior. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, p. 29-41, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24293/19697>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHACON, L. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CONTRERAS, L. N. *Manual de paleografía*. Madrid: Cátedra; 1994.
- FACHIN, P. R. M. Implicações gráficas e autorais no processo de produção e circulação de manuscritos no Brasil colonial. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 168-197, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v2i2.10008>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- FEIJÓ, J. de M. M. *Orthographia, ou arte de escrever; e pronunciar com acerto a língua portugueza*. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <http://purl.pt/13>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- MAGALHÃES, J. Escrita e Municipalismo na transição do Brasil-colônia e na ideação do Brasil independente. *Revista de História Regional*, v. 19, n. 2, p. 298-311, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i2.0003>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/435>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MÓDOLO, M.; MADEIRA, MFN – Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista. *Revista Confluência*, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NOGUEIRA, A. R.; BELLOTTO, H. L.; HUTTER, L. M. *Catálogo dos manuscritos Coleção Alberto Lamago*. São Paulo: EdUSP, 2002.

PETRUCCHI, A. *Prima lezione di paleografia*. Roma: Editori Laterza, 2002.

RODRIGUES, A.; GONÇALVES, M. “Que coisa he virgula?": a mudança nas funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX. *LaborHistórico*, v. 6, n. 1, p. 225-245, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.31955>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VASCONCELOS, C. A.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Contribuição da filologia e da crítica textual para o estudo de documentos manuscritos de Paranaguá. *Signum: Estudos da Linguagem*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 335-356, jan. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2012v15n1p335>. Acesso em: 23 jun. 2021.

**Sobre os
colaboradores
desta obra**

Amanda Carvalho Arêas possui licenciatura em Letras (habilitação em Português) pela Universidade Estadual de Maringá (2021), tendo desenvolvido nesse curso uma pesquisa de iniciação científica sobre o tema das interações entre as estratégias de polidez e as relações de gênero. Atualmente, é mestranda do programa de Pós-graduação em Letras dessa mesma instituição.

E-mail: amandaareas@hotmail.com

André Luis Antonelli é Doutor em Linguística (2011) pela Universidade Estadual de Campinas, onde também se graduou em Letras (2001) e obteve seu mestrado em Linguística (2007). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá. Seu foco de pesquisa tem sido descrever e analisar, numa perspectiva sincrônica e diacrônica, aspectos morfossintáticos do português e de outras línguas românicas.

E-mail: alantonelli@uem.br

André Vinícius Lopes Coneglian é professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Letras português/inglês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), com período de mestrado sanduíche da Universidade da Califórnia, Berkeley (UCB). Trabalha com os temas: a interface cognitivo-funcional da sintaxe, semântica e pragmática; gramática do português; ensino de gramática.

E-mail: coneglian@ufmg.br

Antonio Ackel é doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e em História pela Universiteit Leiden com bolsa CAPES/PrInt (2021). É Mestre pelo mesmo programa brasileiro com estágio na Rijksuniversiteit Groningen (2019) com bolsas Erasmus+ ICM, CNPq e CAPES (2018-2019). Pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Pesquisador visitante na Katholieke Universiteit Leuven (2016). Graduação em Linguística pela Universidade de São Paulo (2016). Seus campos de pesquisa são Filologia, Paleografia e História da Língua Portuguesa.

E-mail: antonio.ackel@usp.br

Bruno Tavares Costa é graduado e licenciado em Letras, com habilitação em português, pela Universidade Federal de São Paulo. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre História do Português brasileiro e sociolinguística.

E-mail: bruno.tavares5846@gmail.com

Fernanda Favaro Bortoletto é mestranda em Letras na Universidade Estadual de Maringá. Realizou um trabalho de iniciação científica orientado pelo Prof. Dr. André Luis Antonelli, em 2018.

E-mail: ffbortoletto@hotmail.com

Flávio Brandão-Silva é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), desde 1998. Possui mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Araraquara), desde 2005 e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde 2017. Publicou artigos e capítulos de livros na área de Estudos Linguísticos. Atualmente, é docente e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, trabalhando os temas Sociolinguística e Sociolinguística Educacional.

E-mail: fbsilva@uem.br

Gabriele Pecuch é doutoranda do programa de Pós-Graduação em Letras (PLE/UEM). É mestra em Letras pela mesma instituição e licenciada em Letras – habilitações em Português e Francês – também pela UEM (2020). Atualmente, desenvolve pesquisas na área de descrição linguística, com ênfase em Funcionalismo.

E-mail: gabrielepecuch@hotmail.com

Hélcio Batista Pereira é professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no curso de graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE). Possui Bacharelado em Letras – habilitações em Linguística e Português pela FFLCH/USP (2002), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH/USP (2005) e doutorado pelo mesmo programa dessa mesma instituição (2011). Desenvolve pesquisa na área de História Social do PB, Sociolinguística e Funcionalismo.

E-mail: hbpereira@uem.br

Hosana dos Santos Silva é graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Linguística (2003), mestre (2007) e doutora (2012) em Letras pela Universidade de São Paulo. É professora adjunta no curso de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e desenvolve projetos de pesquisa em Sociolinguística, História Social da Linguagem e Relações Étnico-raciais.

E-mail: hosana.santos@unifesp.br

Juliana Paula dos Santos é graduada e licencianda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sob a orientação da Professora Dra. Marilza de Oliveira, apresentou o trabalho de Iniciação Científica no III SIMVALE em 2019 e no 28º SIICUSP em 2020.

E-mail: julianapsantos@usp.br

Juliano Desiderato Antonio é professor do Departamento de Teorias Linguística e Literária da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui mestrado e doutorado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Araraquara. Tem pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto. Trabalha com os temas: funcionalismo, ensino de gramática e Teoria da Estrutura Retórica.

E-mail: jdantonio@uem.br

Kátia Roseane Cortez dos Santos é graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá desde 2015. Possui mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2017) e é doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus de São José do Rio Preto. Desenvolve pesquisas a partir da abordagem funcionalista, trabalhando com o tema da conexão na microestrutura e na macroestrutura do texto.

E-mail: katia.cortez@unesp.br

Maria de Fátima Nunes Madeira é graduada em Letras com licenciatura em Português e Inglês (1984). Mestranda no Programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seus estudos estão relacionados à Filologia, Paleografia e História da Língua Portuguesa.

E-mail: fatima.madeira@usp.br

Marília Silva Vieira é professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG/Cora Coralina), onde atua no curso de Licenciatura em Letras e no Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade. É pós-doutora em Letras (2018) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), doutora em Letras (2016) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Estudos de Linguagens (2011) e licenciada em Letras Português/Espanhol (2009) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: vieirasmarilia@gmail.com

Marilza de Oliveira é bacharel e licenciada em Letras pela Universidade de São Paulo. Realizou especialização em Disciplinas Linguísticas junto à Università degli Studi di Pavia (Itália) nos anos acadêmicos 1983-1986, Mestrado e Doutorado junto à Unicamp, em 1992 e 1996, respectivamente. É livre-docente pela Universidade de São Paulo (2002) e professora titular concursada em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo (2006). Dedica-se a estudos morfosintáticos e de história social da língua portuguesa, tendo participado dos Projetos Filologia Bandeirante, Para a História do Português Brasileiro e Português Paulista. E-mail: marilza@usp.br

Olívia Almeida é bacharel e licenciada em Língua Portuguesa (2015, 2016) pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2021). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: olivian@ufmg.br

Patrícia Mendanha Bernardes é graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Cora Coralina) e mestre no Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI), na mesma instituição. E-mail: patriciabernardes@yahoo.com.br

Tayana Rainelle de Oliveira Almeida possui licenciatura em Letras (habilitação em Português) pela Universidade Estadual de Maringá (2020), tendo desenvolvido nesse curso uma pesquisa de iniciação científica sobre o tema das interações entre as formas da futuridade e as relações de gênero. E-mail: tayrainana@gmail.com

Thaís Schoffen Rodrigues é graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) desde 2019. Possui mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2022). E-mail: thaisrodrigues98@hotmail.com

Vanessa Leme Fadel Steinhauser é graduada em Letras-Português/Inglês pela Universidade Estadual do Paraná (2018) e especialista em Educação 5.0: Metodologias e Tecnologias Inovadoras pela UniFatecie (2021). Possui mestrado em Letras pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (2021) e, atualmente, está cursando o doutorado na mesma instituição de ensino. Desenvolve pesquisas na área de Estudos Linguísticos, com ênfase em Descrição Linguística. Atua como docente substituta no Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí, e tem experiência como professora de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Redação. E-mail: vanessalemeffs@hotmail.com

Histórias do

Português Brasileiro



fflch